

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO**

BRUNA DOS SANTOS

**IDEIAS, REFLEXÕES E SONHOS.
Paulo Schilling, um jornalista engajado (1950-1964).**

São Leopoldo

2023

BRUNA DOS SANTOS

IDEIAS, REFLEXÕES E SONHOS.

Paulo Schilling, um jornalista engajado (1950-1964).

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador(a): Prof.^a Dra. Marluza Marques Harres

São Leopoldo

2023

S237i Santos, Bruna dos
Idéias, reflexões e sonhos : Paulo Schilling, um
jornalista engajado (1950-1964) / Bruna dos Santos. –
2023.
183 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio
dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.
“Orientadora: Profa. Dra. Marluza Marques

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Silvana Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

BRUNA DOS SANTOS

IDEIAS, REFLEXÕES E SONHOS.

Paulo Schilling, um jornalista engajado (1950-1964).

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Marluza Marques Harres (Orientadora) - Unisinos

Prof. Dr. Charles Sidarta Machado Domingos - IFSul

Prof^a. Dr^a. Carla Rodheguero - UFRGS

Prof. Dr. Hernan Ramiro Ramirez - Unisinos

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ao meu arco-íris Johnny e ao meu
companheiro Jonas

AGRADECIMENTOS

Àqueles que estiveram pacientemente ao meu lado durante este tempo. Meu esposo, meu filho, minhas amigas mais próximas, Eduarda Troian, Raquel Ribeiro e Greice Cardoso. Além disso, contei com a sabedoria e o imenso carinho da minha orientadora Marluza Marques Harres, a quem devo gratidão incondicional.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é traçar a trajetória intelectual do jornalista e militante Paulo Schilling no período de 1950 a 1964. Nos utilizamos de seu acervo no qual trabalhou a vida toda, até a sua morte em 2012, e nos deixou como registro de sua trajetória como militante de esquerda dos trabalhadores rurais. O historiador Diego Scherer da Silva pode organizar seu material para que toda a comunidade tivesse acesso, e trouxe para o Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS, onde pudemos analisar e discutir suas principais ideias. Os temas principais dessa pesquisa se norteiam pelos achados em seu acervo. Tendo em vista que Paulo Schilling abordou diversos temas durante sua trajetória, optamos em destacar o setor agrário, o nacionalismo, o Acordo Internacional do Trigo e o cooperativismo. Escolhemos esses por considerar necessário para o cenário econômico e social atual. Para tanto, utilizamos os livros e manuscritos escritos por Paulo Schilling. Também a Hemeroteca Nacional nos serviu de fonte, onde se encontram publicações do jornalista em mídia impressa, bem como publicações de outros autores em que seu nome é citado como referência nos temas aqui trabalhados. Deste modo, esta pesquisa nos proporcionou refletir o contexto agrário do Rio Grande do Sul do período, os problemas e as soluções encontradas por Schilling que iam desde a modernização do setor agrário até as desigualdades sociais de trabalhadores do campo e a má distribuição de terras. Entre as soluções que Schilling nos traz é o cooperativismo, a reforma agrária e a taxaçoão de impostos aos latifundiários. A análise de seu acervo nos permitiu discutir os problemas atuais trazendo o ponto de vista de um especialista no âmbito agrário e nos permitindo ampliar as possibilidades para o setor.

Palavras-chave: Paulo Schilling; Trajetória; MASTER; Triticultura; FECOTRIGO; Reforma Agrária;

ABSTRACT

The objective of this work is to trace the intellectual trajectory of the journalist and activist Paulo Schilling from 1950 to 1964. We used his collection in which he worked all his life, until his death in 2012, and left us as a record of his trajectory as left-wing militant of rural workers. Historian Diego Scherer da Silva was able to organize his material so that the entire community could access it, and he brought it to the Nucleus for Research in History at UFRGS, where we were able to analyze and discuss his main ideas. The main themes of this research are guided by the findings in its collection. Bearing in mind that Paulo Schilling addressed several topics during his career, we chose to highlight the agrarian sector, nationalism, the International Wheat Agreement and cooperativism. We chose these because we consider them necessary for the current economic and social scenario. For that, we used the books and manuscripts written by Paulo Schilling. The Hemeroteca Nacional also served us as a source, where publications by the journalist in print media can be found, as well as publications by other authors in which his name is cited as a reference in the themes worked on here. In this way, this research influenced us and reflects the agrarian context of Rio Grande do Sul at the time, the problems and solutions found by Schilling that ranged from the modernization of the agrarian sector to the social inequalities of rural workers and the poor distribution of land. Among the solutions that Schilling brings us is cooperativism, agrarian reform and taxation of landowners. The analysis of its collection allowed us to discuss current problems bringing the point of view of a specialist in the agrarian field and allowing us to expand the possibilities for the sector.

Keywords: Paulo Schilling; Trajectory; MASTER; Triticulture; FECOTRIGO; Land Reform;

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Jornais por localidade (1950-1959)	78
Gráfico 2 - Números de publicações de Paulo Schilling.....	82
Gráfico 3 - Assuntos relacionados ao nome de Paulo Schilling.....	84
Gráfico 4 - Porcentagem dos assuntos	93

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Publicações de 1950 a 1959	77
Tabela 2 - Publicações de 1960 a 1969	89
Tabela 3 - Assuntos que se relacionam com o nome de Schilling nos jornais	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – CONTEXTO E VIDA DE PAULO SCHILLING.....	21
1.1 – Paulo Schilling	21
1.1.1 – Paulo Schilling e os Movimentos liderados por Brizola	34
1.2 – Paulo Schilling e a Ditadura civil-Militar.....	37
1.3 – O Legado de Paulo Schilling	40
CAPÍTULO 2 – OBRAS, PRODUÇÃO E ESCRITA	48
2.1 – Paulo Schilling e sua produção	52
2.2 – O que Paulo Schilling pensa sobre a Reforma Agrária	66
2.3 – Paulo Schilling nos jornais.....	76
2.3.1 – O Semanário e Paulo Schilling.....	78
CAPÍTULO 3 – PAULO SCHILLING: NACIONALISMO, ACORDO DO TRIGO E COOPERATIVISMO	96
3.1 – Nacionalismo, segundo Paulo Schilling.....	101
3.1.1 – Condomínio do poder.....	108
3.2 – O Acordo do Trigo.....	118
3.3 – O cooperativismo e Paulo Schilling.....	126
3.3.1 – A FECOTRIGO.....	126
3.3.2 – O MASTER.....	128
CONCLUSÃO	132
BIBLIOGRAFIA	136
ANEXOS	142

INTRODUÇÃO

O tema dessa pesquisa se trata do repertório intelectual de Paulo Schilling, jornalista, político de esquerda, que atuou em prol das reformas de base no Rio Grande do Sul em meados do século XX. Buscaremos analisar sua produção jornalística e literária entre os anos de 1950 e 1964. A proposta busca examinar os diagnósticos e soluções que foram apontados, especialmente para o Rio Grande do Sul na perspectiva de Paulo Schilling e sua construção passa pela percepção e avaliação dos problemas enfrentados no período. Sabemos que o jornalista atuou no gabinete do setor agrário quando Leonel Brizola foi governador do Rio Grande do Sul entre 1959-1963. Destarte, identificamos uma coincidência entre a militância de Schilling e sua participação na administração pública do Rio Grande do Sul. Foi um momento em que, na história da política gaúcha, a demanda de terras teve destaque. Assim, ao ler sobre o Acervo Paulo Schilling, considerou-se estudar seu pensamento e como ele analisava o problema da desigualdade brasileira entre 1950 e 1960, de forma a ampliar nosso conhecimento sobre sua posição política, reconhecendo sua notoriedade na época e a oportunidade de examinar sua documentação.

Reconhecemos, também, que suas ideias podem ter trazido novos rumos às políticas públicas do período. Destarte, sentimos necessidade de investigar seus escritos e analisá-los para conhecer suas propostas, refletindo sobre quais demandas ficaram em aberto. Desejamos saber se nos documentos de Paulo Schilling, que estão dispostos no Acervo do Núcleo de Pesquisa em História (NPH), podemos encontrar uma visão cujas marcas sejam reveladoras de sonhos e preocupações sociais desse tempo, tendo em vista a formação autodidata de Paulo Schilling. De certa forma, acompanhar seu pensamento é a possibilidade de atualizar a perspectiva revolucionária e seu desdobramento no reformismo, ampliando nossa compreensão sobre o pensamento e os limites da esquerda. Para Boaventura de Souza Santos (1988), a pesquisa científica não faz sentido se não trazer junto dela significação para além da academia e dos pares. Precisamos dar finalidade a ela de modo que a sociedade consiga usufruir de algum modo, na prática, trazendo resultados satisfatórios.

O Acervo Paulo Schilling faz parte do Núcleo de Pesquisa em História (NPH), que está vinculado ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação

em História (PPGH) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Como fonte de pesquisa é importante, pois constam nele manuscritos, livros e material colhido por Schilling, como militante da esquerda em que falam sobre a crise econômica e social do país em meados dos anos 1950 ainda não foram explorados sob a perspectiva de sua importância na História. Infelizmente, por causa da pandemia de Covid-19, o acervo esteve fechado, impossibilitando que a pesquisa fluísse conforme cronograma inicial. Sorte nossa que os funcionários do acervo se disponibilizaram em escanear e nos mandar cópias dos documentos que nos interessavam para a pesquisa.

O que sabemos pelos estudos publicados pela historiadora Marluza Marques Harres, é que o Rio Grande do Sul deu mais atenção às questões agrárias a partir de 1960, quando Leonel Brizola esteve na liderança do governo rio-grandense. Os problemas da distribuição de terras estavam longe de ser solucionados, mesmo com o surgimento de movimentos sociais, associações e cooperativas apoiadas por líderes políticos como os prefeitos de Encruzilhada do Sul, Milton Serres Rodrigues, ou o Deputado Federal Ruy Ramos.

Diego Scherer da Silva, na sua tese, *A Trajetória Militante de Paulo Schilling e a formação do seu Arquivo Pessoal (1956-2012)*, cita que a partir de 1960, o jornalista e sua família se mudaram para Porto Alegre. O objetivo era trabalhar junto à Assessoria do Governo Brizola e “dirigir o setor agrário”. Harres complementa essa discussão ao dizer que “a demanda por terras somente foi reconhecida e incorporada como problema possível de tratamento político no decorrer dos dois últimos anos da administração do governo Leonel Brizola” (HARRES, 2011, p. 106).

Ou seja, nesse período Paulo Schilling participava ativamente do Governo de Brizola. Por esse motivo, na medida do possível, trataremos da influência do jornalista no cenário político do estado do Rio Grande do Sul. Iremos refazer sua trajetória política, analisar seus escritos e discutir suas ideias a respeito do setor agrário e do desenvolvimento econômico brasileiro. Para tanto, utilizaremos o material que existe no seu acervo no NPH para discutirmos o tema sob a ótica de Schilling, buscando compreender sua visão dos problemas e dos caminhos para construção de um futuro diferente para o país. O tema é um impasse jurídico e político no país. O que Paulo Schilling nos disse merece ser revisitado.

Isso porque, como nos diz Leonilde Servolo de Medeiros (2021):

Nesse contexto, há que saudar eventos e publicações que abrem espaço para discussões sobre a questão agrária, visitando tanto o passado, procurando nele encontrar algumas raízes de novos dilemas contemporâneos e fazendo novas abordagens de temas conhecidos, quanto se voltando para o tempo presente, com um olhar reflexivo sobre suas condições históricas. (MEDEIROS, 2021, p. 7)

Para melhor analisar a trajetória de Paulo Schilling precisamos levar em consideração que o período que iremos tratar coincide com a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que desejava a industrialização e modernização do país, e foi muito criticada por Paulo Schilling. JK fez um acordo com os Estados Unidos chamado de “*Acordo do Trigo Norte-Americano*”. Neste acordo o trigo excedente dos Estados Unidos seria vendido ao Brasil por valores a serem pagos com prazo de 40 anos. O brasileiro já produzia trigo, e estava se desenvolvendo de forma gradual, sem necessidade de interferência externa. Esse acordo teria praticamente liquidado a lavoura de trigo no Rio Grande do Sul. Juscelino deixou de lado as consequências sociais que esse acordo, traria levando à falência inúmeros agricultores e subsequentemente famílias camponesas que viviam e dependiam da agricultura. Considerando que existe um abismo entre latifundiários proprietários, posseiros e camponeses na história agrária do país.

A motivação para essa pesquisa surgiu durante a execução do Trabalho de Conclusão da Graduação em História. Nele, visamos esclarecer os conflitos e a expropriação de terras indígenas e a consequente formação de latifúndios, sob o olhar do conceito da propriedade privada. Ao conhecer a Tese do historiador Diego Scherer da Silva (2020) vimos à importância do acervo de Paulo Schilling para responder essa questão. Percebemos que nele consta excelente discussão sobre a história da luta de terras no território gaúcho. Esse material ainda não foi explorado e merece atenção. Infelizmente muitos documentos ficam esquecidos nas caixas de acervos e também da memória social. Por desconhecermos as riquezas que existem como fonte de pesquisa, acabamos deixando-as no esquecimento. Por isso, a relevância deste trabalho está em evidenciar esse material, inédito, que contém a trajetória de um intelectual brasileiro de meados do século XX. Pautas como reforma agrária, cooperativismo, nacionalismo e outras reformas, são tratadas pelo jornalista de modo a mesclar profundidade analítica e linguagem acessível, o que deve ter sido importante para a sua apropriação. Iremos investigar tal relação dada à

notoriedade que Paulo Schilling adquiriu na política do Rio Grande do Sul, fazendo-se pertinente analisarmos seus escritos e sua trajetória.

Por isso vamos distribuir o trabalho da seguinte forma: em um primeiro capítulo abordaremos o contexto em que Paulo Schilling viveu. Utilizaremos as obras de Diego Scherer da Silva (2014 e 2020) e Laura V. Vasconcelos (2021) para falarmos mais sobre a vida de Schilling, onde nasceu, sua juventude e vivências políticas e sociais e principalmente a origem de sua formação intelectual. Sabendo que o jornalista foi um estudioso de grandes teóricos e intelectuais buscando através deles pensar o Brasil, iremos trazer um olhar analítico sobre esses mesmos autores como Rousseau, Caio Prado Jr., Karl Marx, Tibério Graco, entre outros. Refletindo sobre suas leituras e algumas apropriações, poderemos compreender o pensamento de Paulo Schilling, ou seja, seu repertório intelectual - argumentos, conceitos, teorias, formas de linguagem - que teve como objetivo reordenar ideias e construir um novo vocabulário, para sua utilização no âmbito prático da política. Nessa parte, para embasar nosso estudo utilizaremos Roger Chartier que é quem conceitua a representação e a apropriação da leitura.

No capítulo seguinte traremos fontes como jornais, documentos de Assembleia além dos livros que se encontram no acervo de Paulo Schilling no NPH, e compõe seu repertório intelectual. Priorizaremos o material que faz parte da sua produção do período que vai de 1950 a 1964, antes de seu exílio no Uruguai, ou seja, o início de sua trajetória política e militante. Também fazem parte do acervo documentos e livros que foram escritos na pós ditadura e na sua volta ao Brasil durante a redemocratização do país. A preocupação dessa pesquisa é compreender o que Paulo Schilling nos fala sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, os problemas agrários, as desigualdades sociais e as possíveis soluções para eles. Vamos analisar especialmente como ele pensava o Rio Grande do Sul. Como ele trouxe a questão da teoria que ele havia estudado durante a juventude para solucionar – de maneira prática - as dificuldades que o país vinha enfrentando naquelas décadas de 1950 até 1964. Os títulos, publicados por ele, que iremos estudar neste capítulo são: “*A operação trigo*”, de 1956, “*Trigo*”, de 1959, “*Crise econômica no Rio Grande do Sul*”, de 1961 e “*O que é Reforma Agrária*”, de 1963. Aqui nos deteremos mais no tema agrário, pois sua produção está voltada fortemente para esse setor durante o período. Para Paulo Schilling a má gestão e o subdesenvolvimento da agricultura eram um dos pilares da crise econômica no país.

Por isso, o jornalista fala tanto sobre o tema, principalmente antes do exílio. Vamos analisar as suas obras e ampliar nosso conhecimento sobre o repertório e vocabulário usado naquele período para pensar os problemas agrários que o Brasil enfrentou durante sua história. Utilizaremos também a ajuda das publicações, por meio da imprensa, de seus escritos e de sua atuação no âmbito agrário.

No último capítulo do trabalho vamos analisar outras duas questões trazidas por Paulo Schilling e muito caras ao período. Uma delas diz respeito ao cooperativismo, que seria, para o jornalista, umas das soluções para o problema da distribuição de terras no país, já que a reforma agrária vinha tendo certa dificuldade de ser aceita pelo legislativo. Outro tema, que é muito falado por Schilling, e que iremos abordar neste capítulo, será o nacionalismo. Usado como força agregadora das ideias que o jornalista vinha tendo para solucionar o problema do desenvolvimento econômico que o país vinha enfrentando. Com esse tema poderemos relacionar o Acordo do Trigo, muito criticado por ele, e as reformas de base que eram defendidas por Schilling e que serviriam de combustível para seu engajamento político fazendo com que sua trajetória se tornasse tão importante para ser analisada.

A necessidade de analisarmos a documentação existente em seus aspectos autorais e políticos, justifica-se nas palavras do próprio jornalista, sendo uma força inspiradora:

Se o presente trabalho possa ocasionar o aumento da produção, em uma tonelada de trigo que for, ou ajude a fixar no campo condições humanas, somente uma família camponesa, ou ainda, antecipe em um minuto a Independência Econômica do Brasil, ficaremos satisfeitos e bem pagos das canseiras que tivemos. (SCHILLING, 1956, p.11)

Consideramos importante a atual pesquisa para que possamos conhecer as ideias do jornalista sobre as reformas de base e políticas públicas que estavam em evidência no período. Pretendemos reconhecer os questionamentos de Schilling ao que diz respeito ao setor agrário e quais as soluções que trouxe como resposta. Se torna cara essa pesquisa também por discutirmos ideias concebidas por políticos e especialistas, do período que tratamos, que, assim como Schilling, pensavam as questões agrárias, reformas de base e nacionalismo. Com isso poderemos concluir qual o caminho seguir para que a política agrária atual receba novos elementos, contemplando soluções também para as populações indígenas e quilombolas que

lutam pela sua territorialidade. Afinal, Schilling teria lutado a vida toda e militado pela causa agrária, contudo qual a abrangência de suas propostas e em que medida fazia parecer a historicidade do problema da apropriação e expropriação da terra no país.

No pensamento social, consideramos importante “ouvir a voz” de quem lutou pelos movimentos das reformas e via nesse caminho uma saída para os impasses do país. O próprio conceito de latifúndio, no Brasil, sofreu alterações no decorrer da história. Em entrevista ao site Sul21, Schilling explica que o conceito de latifúndio precisou ser reformulado. Até então era visto como uma forma precária e tradicional de cultura externa. Era preciso modernizar a base da média propriedade industrializada nos moldes norte-americanos de modo a assegurar a estrutura da pequena propriedade. Por isso o conceito foi modificado. Precisamos investigar como a reforma agrária é importante e de que forma ela deveria acontecer conforme Paulo Schilling, já que o jornalista deixa claro que seu objetivo não é por fim na propriedade.

Boaventura de Souza Santos (1988) questiona a importância da pesquisa para a sociedade. Ele reflete sobre a intenção pela utilidade do nosso trabalho e se a pesquisa se faz complexa em suas condições sociológicas e psicológicas “do nosso perguntar”. Por isso é preciso que o trabalho tenha objetivo de atingir muito além do mundo acadêmico, mas que pleiteia chegar aos leigos, políticos, judiciário e sociedade como um todo e diz “teremos forçosamente de ser mais rousseauianos no perguntar do que no responder” (SANTOS, 1988, p. 48).

No acervo de Schilling não contém só recortes e conteúdos coletados da mídia da época, mas também suas impressões diretas sobre a situação política, econômica, sobre os movimentos sociais, além do seu posicionamento político e como as políticas públicas deveriam ser tratadas na época.

Do ponto de vista teórico estamos atentos na consideração de que a abordagem da escrita da história, através da trajetória, relacionada ao campo do domínio dos agentes históricos, se mostrou capaz de revelar tensões existentes entre as ações humanas e as estruturas sociais, “colocando o personagem e seu meio numa relação dialética e assegurando à história o caráter de um processo com sujeito” (AVELAR, 2010, p. 153). O objetivo da história é buscar as “racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades” (AVELAR, 2010, p. 153). Por isso a relevância em analisar a trajetória de indivíduos como Paulo Schilling, já que nós,

seres humanos, somos pensadores, agentes e também produtores da realidade, na trama complexa da sociedade que nos circunda. Precisamos identificar sua relação com o processo social e cultural que envolve as questões do Rio Grande do Sul visando às soluções que pensou.

Os documentos que serão analisados fazem parte de um acervo produzido pelo próprio Paulo Schilling. Cabe destacar que o historiador Diego Scherer da Silva escreveu sua tese de doutorado a partir deste material e descreveu o processo de criação do arquivo pessoal de Schilling. O acervo foi estruturado por Silva em 6 séries, porém, atualmente existe uma nova organização que está sendo montada com a colaboração de estagiários de História. E esses fatos devem ser levados em consideração quando analisamos essas fontes.

O método que será usado para a realização desta pesquisa será a análise documental do material do Acervo Paulo Schilling. Para tanto, selecionaremos o material que utilizaremos na pesquisa, incluindo livros do autor, obras que o jornalista leu durante sua vida, reportagens em jornais - tanto escritos por ele como sobre ele - e manuscritos, que se relacione à questão agrária, desenvolvimento econômico e social do país, mas especialmente do Rio Grande do Sul. Queremos interpretá-los segundo os objetivos da investigação proposta, fazendo o exame dos diagnósticos e da visão de Paulo, nesse período.

Como bibliografia de apoio para pensar o contexto vamos nos valer dos trabalhos de Marluza Marques Harres, Leonilde Servolo de Medeiros, Alessandra Gasparotto, Maria das Graças Osório P. Lustosa, João Pedro Stédile, Maria Yedda Leite Linhares, além de Roger Chartier e Heloisa Murgel Starling que nos ajudam a pensar o jornalista e intelectual Paulo Schilling. Os autores que citamos falam em seus trabalhos sobre o MASTER, governo brizolista, Reforma Agrária e Movimentos sociais camponeses no Rio Grande do Sul, além de colaborar no conhecimento do contexto político, social e econômico do período. Para sustentar a bibliografia sobre o período da Ditadura brasileira utilizaremos principalmente Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis.

A pesquisadora Alessandra Pimentel (2001) fala que a análise documental, como método de pesquisa, extrai destes, toda análise que é cabível a ele, de forma a organizar e interpretar segundo o objetivo da proposta a ser investigada. Ou seja, “trata-se de um processo de garimpagem” (PIMENTEL, 2001, p. 180), já que os documentos devem ser extraídos dos lugares corretos orientados pelo problema de

pesquisa e assim será possível montar o quebra-cabeça. A autora ainda acrescenta que, o fato de um personagem, instituição ou acontecimento não pertencer aos dias atuais, não significa que mereçam o esquecimento. Muito pelo contrário, cada um de nós carrega a atuação e produção desses, “pois estamos envolvidos e partimos exatamente do que anteriormente foi elaborado e ‘investigar o fazer e o saber de personagens que produziram o conhecimento [...] é desenvolver um trabalho de reconstituição da memória desta área científica” (PIMENTEL, 2001, p. 192). E prossegue ao mostrar a importância de se usar as fontes documentais para obter o resultado de uma pesquisa científica. Ela diz,

A pesquisa historiográfica constitui-se em evidências coordenadas e interpretadas, exigindo do pesquisador o trabalho de suplantar sua própria contemporaneidade sem deixar-se cair, entretanto num historicismo que se traduziria em anacronismos, numa interpretação errônea, distorcida do passado. (PIMENTEL, 2001, p. 192)

O valor historiográfico se dá por causa da investigação “à medida que o pesquisador é capaz de superar os limites inerentes ao próprio material com que trabalha” (PIMENTEL, 2001, p. 193). O uso do método investigativo de acervo busca registrar e perpetuar as “impressões, vivências, lembranças” de alguém que queira compartilhar sua memória com o público, permitindo que se conheça o que aconteceu de uma forma que ainda não conhecemos.

Outra fonte utilizada será a Hemeroteca Nacional. Nela constam inúmeras publicações de edições de jornais, que já foram digitalizados, de todo o Brasil em que Paulo Schilling é citado ou é autor de matérias e artigos. Através dessas publicações conseguimos traçar uma cronologia e conhecer as principais ideias do jornalista. Constam matérias sobre ele e escritas por ele. É possível encontrarmos também matérias sobre reforma agrária, o contexto político, econômico e a triticultura. E mais, a forma como a Igreja católica, políticos e sociedade pensavam sobre esses temas. Podemos inclusive identificar uma enorme diferença de posicionamento da imprensa antes e depois do golpe cívico-militar. Sobre essa fonte Heloísa de Faria Cruz e Márcia do Rosário da Cunha Peixoto (2007) dizem que trabalhar com jornais é,

“Manancial fértil para o conhecimento do passado”, “fonte de informação cotidiana”, “material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos” são alguns dos qualificativos sobre a utilidade da imprensa para a pesquisa histórica que se espalham pelos trabalhos e que, de certo modo,

têm contribuído para naturalizar certas formas de uso. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 256)

Até a década de 1970 o uso da imprensa como fonte histórica era pouco difundida. Isso porque no século XIX e início do XX o objetivo era atingir a verdade dos fatos, o que era atingível por meio de documentos, marcados por objetividade, neutralidade, fidedignidade e credibilidade. Por isso, nesse contexto, parecia pouco acertado o uso de jornais para a recuperação do passado. Isso mudou a partir do final do século XX quando a terceira geração dos Annales passou a propor novos objetos de estudo assim como problemas e abordagens. Tania de Luca (2008) diz que “ao mesmo tempo em que incentivavam a interdisciplinaridade e traziam contribuições metodológicas importantes forçavam o historiador a refletir sobre as fronteiras da sua própria disciplina, cada vez mais difíceis de precisar” (LUCA, 2008, p. 112). Na década de 1970 os jornais tornaram-se objeto de pesquisa histórica para estudar o vocabulário político-social presente em jornais, por exemplo. Durante nossa pesquisa percebemos a importância de utilizar os jornais não só como fonte, mas como objeto de estudo em determinado momento também, já que é uma fonte riquíssima que pode ser explorada de diversas maneiras e sob várias abordagens.

Quando tratamos de história política, a imprensa se torna mais importante ainda. Isso porque é ela que registra cada lance “dos embates na arena do poder” (LUCA, 2008, p. 128). Sobre isso, Luca enfatiza que no Brasil a imprensa foi fundamental para os estudos sobre o comunismo e do anticomunismo. Afinal, tanto a censura, quanto a livre imprensa podem dizer algo sobre o período no qual foram publicados, nos permitindo uma análise mais profunda e próxima da verdade.

Como já mencionamos, a fonte principal desta pesquisa será parte dos documentos do Acervo Paulo Schilling, que se encontra no Núcleo de Pesquisa em História (NPH) que está vinculado ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Trazido por Diego Scherer da Silva, em 2017 quando executava sua pesquisa de dissertação de mestrado sobre a trajetória de Flávia Schilling. Na época, o pai dela, Paulo, havia falecido e a família sentiu vontade de doar o material do militante, dialogando para isso com o Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ainda referente ao acervo, cabe esclarecer que após o fim do exílio, e de volta ao Brasil, Paulo Schilling tentou contato com editoras para a publicação de seus livros. Com a mudança significativa do cenário brasileiro, as editoras que antes publicavam materiais de oposição ao Regime Militar agora buscavam algo mais comercial, por conta da crise econômica. Por considerar seu material relevante para a política e militância da esquerda, Schilling decidiu doar, então, seu acervo ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Após anos de contato e negociações, os documentos não haviam sido todos entregues, copiados e catalogados. Diego Scherer da Silva demonstrou interesse em trazer o acervo para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul após a morte de Paulo Schilling em 2012. Com a orientação da Professora Carla Rodeghero, viajou para São Paulo para sua entrevista com Flávia – por motivo da sua dissertação – e aproveitou para resgatar essa documentação e trazer para o Rio Grande do Sul com o apoio da família do jornalista. O material estava guardado no quarto de Paulo Schilling e, em sua tese pode nos relatar suas impressões: “foi possível perceber uma organização de quem estava intensamente envolvido com o trabalho, com a pesquisa e com a escrita até pouco tempo”. Documentos em solo gaúcho ficou a disposição do NPH para que fosse feito o trabalho de catalogação. Também para que ficasse a disposição da comunidade. Desta forma, fez dessa tarefa sua tese de doutorado. Seus documentos incluem livros, manuscritos, reportagens, trechos e fragmentos de publicações, textos, artigos. Abrangem o período de sua militância no Partido Comunista do Brasil, na campanha a favor da Triticultura nacional, da fundação do MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terras, qual Diego Scherer da Silva o designa como fundador), e depois, com o Golpe de 1964, seu exílio no Uruguai como solução a perseguição a oposição militar. Em todo esse tempo, Paulo Schilling não deixou de produzir material e aumentar seu acervo de militante de esquerda.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTO E VIDA DE PAULO SCHILLING

Neste primeiro capítulo iremos trabalhar a trajetória de vida de Paulo Schilling e o seu contexto. Focaremos no período em que atuou na política do Rio Grande do Sul entre os anos de 1950 e 1964. Diego Scherer da Silva (2020, p. 48) diz que mesmo mudando os contextos políticos, sociais e econômicos, Schilling se manteve constante. Porém acreditamos que houve mudanças na sua forma de militar, já que se dedicou à escrita onde tratou das questões da terra e em outro momento foi mais radical, defendendo, inclusive, a luta armada. Outra contradição na fala de Silva, que pudemos perceber, é na ambiguidade existente no pensamento de Paulo. Ora contra o latifúndio, ora a favor da propriedade, e sobre isso faremos uma investigação.

Aqui buscaremos trazer a pessoa de Paulo Schilling como foco de cena. Para isso pretendemos conhecer sua origem, juventude e vivências políticas e sociais que formaram o intelectual engajado que Paulo Schilling foi. Destarte, iremos traçar o indivíduo Paulo Schilling relacionando sua escrita com os autores que ele se apropriou durante sua juventude. Entre eles: Rousseau, Caio Prado Jr., Karl Marx, entre outros.

O objetivo deste capítulo é promover uma aproximação com o indivíduo Paulo Schilling. Assim teremos amplitude para analisar seu material podendo fazer críticas e pontuando o que Schilling escreveu e que pode ser trazido em termos do pensamento sobre a política e economia brasileira naquela época. O leitor encontrará quem foi Paulo Schilling e em que contexto histórico atuou engajado na política do país.

1.1 – Paulo Schilling

Paulo Romeu Schilling nasceu em Rio Pardo, Rio Grande do Sul, no ano de 1925. Por formação era Técnico em Contabilidade¹, mas entrou para o meio tritícola², importante fator que o levou a se destacar na política gaúcha. Ao longo de

¹ Talvez por isso seus primeiros livros têm a característica de serem repletos de tabelas quantitativas representando os números econômicos da agricultura e pecuária;

² Podemos trazer algumas hipóteses como a aproximação com pessoas da triticultura, ou pode ter visto na agricultura um setor em desenvolvimento que lhe traria prosperidade. O que sabemos é que sofreu prejuízo e deixou o ramo;

sua trajetória profissional tornou-se um escritor e jornalista, exercendo nessa escrita, muitas vezes, o papel de historiador, economista e sociólogo, ou seja, um intelectual autodidata, característico de sua época, atuante e influenciador do governo Brizola na década de 1960. Seu legado intelectual precedeu e promoveu sua ascensão a cargos públicos. Iremos nos referir a ele como jornalista, pois é assim que ele próprio se designava e iremos manter a nomenclatura. Paulo Schilling teve papel fundamental para a política agrária do Rio Grande do Sul. Mas antes de entrar para o governo de Brizola atuou como tritícola, militante e, por isso, como pesquisador e criador de significativo repertório intelectual. Foi também apoiador das ideias do Partido Comunista do Brasil (PCB) por 10 anos, tendo se afastado quando o XX Congresso do PCUS, em um discurso secreto proferido por Krushev, denunciou os crimes stalinistas³.

O perfil do militante de esquerda, de viés comunista na sua essência, defendia o conhecimento científico para que a realidade fosse decifrada e posta em prática. Para os jovens comunistas o partido era vivenciado como religião, mesmo defendendo a localização das linguagens e expressões. Havia uma atmosfera mítica, socializada e nostálgica nas manifestações discursivas e nos comportamentos dos militantes comunistas.

Os comunistas, como homens modernos, apesar de defenderem ideias secularizadas e recorrerem aos argumentos fornecidos pela ciência, não deixaram de alimentar seus pensamentos com mitos, simbologias, teologias e hierofanias próprias de sociedade antigas e tradicionais. (FERREIRA, 2002, p. 24)

Quando afirmamos Schilling como esse homem influenciado pelas ideias comunistas, precisamos ter em mente esse perfil. No ano da ascensão de Stalin⁴,

³ Em fevereiro de 1956, sob a estátua de Lenin, o secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Nikita Krushev, em discurso de cinco horas, responsabilizou o poderoso líder Josef Stalin de prática de sistema de tortura e execução de seus opositores dentro do partido. Os que haviam escapado do fuzilamento foram condenados ao trabalho forçado. Krushev teria denunciado que as confissões se deram a partir de tortura e que houve deportação de povos inteiros do território soviético. Seu discurso, chamado de “segredo” foi divulgado pela imprensa pouco depois dando início a “desestalinização” da União Soviética. O efeito não foi apenas entre os soviéticos, mas as denúncias, feitas contra a Era Stalin, atingiram mundialmente o Movimento Comunista;

⁴ Uma das ações polêmicas de Stalin, e que pode ter influenciado Paulo Schilling sobre suas ideias foi a coletivização da terra, dentro da primeira etapa da “segunda revolução russa”, iniciada em janeiro de 1930. A coletivização revolucionou a forma como a produção agrícola acontecia, atacando as classes ricas de camponeses. Foi feita de maneira forçada e sua resistência tratada com brutalidade. Foi um processo de expropriação de terra, abolindo a propriedade privada no campo e transformando tudo em propriedade do Estado. A revolta camponesa foi o pretexto de Stalin para “liquidar os *Kulacks* como classe”. Houve industrialização acelerada, já que os planos quinquenais

Schilling tinha em torno de 21 anos. Era um jovem cheio de esperanças. O imaginário político do contexto trazia a ideia de que o proletariado era uma classe revolucionária. Tanto é utópico que historicamente a classe trabalhadora raramente atuou radicalmente em sua causa.

O que entendemos, no percurso da pesquisa é que, até 1956, Paulo Schilling foi esse homem de ideias marxistas, afiliado ao partido comunista, que acumulava conhecimento em suas leituras para se tornar um exemplo desse jovem militante. Jorge Ferreira (2002) traça o perfil desse homem militante: “eles eram capazes de renovar o mundo, de transformá-lo completamente. Com o coração repleto pelo sofrimento dos outros, tais homens se revelavam grande poetas, músicos, romancistas e líderes revolucionários” (FERREIRA, 2002, p. 77). E,

Um verdadeiro militante deveria conhecer todas as ciências da natureza, da bacteriologia à astronomia, da mineralogia à antropologia; ser um economista, um sociólogo, um cientista, um psicólogo, um pensador, um homem de ação, um político à Lenine. (FERREIRA, 2002, p. 73)

Pelas palavras de Ferreira, identificamos o perfil de Schilling, um jovem de ideias revolucionárias com viés comunista que vinha se colocando aos poucos no cenário político gaúcho, primeiramente atuando em meio aos tricultores, quando se tornou um agricultor, e posteriormente militando. Inicialmente de forma moderada já que suas ideias ainda estavam mais no papel e nas leituras, recebendo inspiração do ideal comunista.

Para os militantes comunistas o ano de 1956 foi significativo. Até então, a União Soviética era um sonho a ser seguido. O mundo vinha sofrendo com a crise econômica pós a Segunda Guerra e os regimes autoritários, assim como fomes, doenças e desempregos. Mas a União Soviética era vista como um lugar privilegiado “sonho de todos aqueles que pretendiam construir uma nova humanidade” (FERREIRA, 2002, p. 196). Os soviéticos estavam ilesos e no imaginário de muitos o lugar da utopia realizada. Tudo isso regado ao mito do homem comunista revolucionário que transformaria o mundo em um lugar melhor para se viver, então:

voltavam os esforços para a indústria pesada, matéria-prima e fontes de energia. De fato, os números do crescimento econômico foram grandiosos e essa “radical transformação da paisagem soviética permitiu que milhões de pessoas melhorassem seu nível de vida e que outros milhões mergulhassem na degradação” (FERREIRA, 2002, p. 199)

A virada da década, portanto, coincide com mudanças significativas na cultura e no imaginário político dos militantes comunistas brasileiros: antes, a exaltação da Revolução Soviética como modelo para a transformação da humanidade, depois, a admiração incondicional pela URSS. (FERREIRA, 2002, p. 196)

O período pós Segunda Guerra foi intenso e importante para o nascimento da esperança socialista. O Exército Vermelho foi decisivo na derrota da máquina nazista e “a URSS apresentou-se como esteio máximo de todas as causas progressistas, da independência das nações, da paz mundial” (FERREIRA, 2002, p. 200). Porém, em 1956, com o XX Congresso do PCUS revelou-se a pior face do partido e de Stalin. Atitude tão criticada por Marx, Engels e Lenin, o culto ao indivíduo era reforçado pelo ditador Stálin. Para um homem inspirado por essas ideias como Paulo Schilling se apresentava, o discurso de Krushev deve ter sido um golpe que marcou sua vida e as futuras contribuições ao país.

Na dissertação de mestrado de Diego Scherer da Silva, de 2014, quando ele trata da vida, obra e trajetória de Flávia Schilling, filha do jornalista, o historiador pode conhecer mais sobre Paulo Schilling. Aliás, foi um dos motivos de seu interesse pelo acervo deixado pelo intelectual. Flávia conta que quando tinha 8 anos de idade ouvia as pessoas, principalmente familiares, dizer que seu pai era comunista, e que, como era pequena e não sabia o que isso significava, Paulo tratou de explicar a filha,

É quando as pessoas recebem da sociedade aquilo de que precisam para viver dignamente, independente do tipo de trabalho que fazem. Quem precisa mais, recebe mais: um operário que teve muitos filhos carecerá de mais coisas que um médico, por exemplo, que tenha só um. (SILVA, 2014, p. 26)

No mesmo ano que ocorreram as denúncias contra os crimes stalinistas, surge o livro de Paulo Schilling “*A operação trigo*”⁵ (SCHILLING, 1956). A publicação do livro coincide com o período de assinatura do Acordo do Trigo Norte-Americano que será discutido no capítulo 3 deste trabalho. Por ocasião desta publicação e de sua intensa atuação na militância pelos movimentos em prol da agricultura e da triticultura, o jornalista foi convidado a integrar a assessoria de Leonel Brizola, eleito

⁵ O livro foi escrito em 1956, quando foi Secretário Geral da Associações dos Agricultores de Encruzilhada do Sul. Sob o título *A Operação Trigo*, o livro se trata de uma tentativa de interpretação político-econômica da triticultura nacional;

governador do Estado do Rio Grande do Sul em 1958. Foi então que Paulo e sua família se mudaram para Porto Alegre (SILVA, 2014, p. 29).

Um ano antes da publicação deste livro, Juscelino Kubitschek havia sido eleito presidente do país. Seu governo recebeu muitas críticas desde o empresariado que aprovava suas metas de desenvolvimento, até teóricos que o chamaram de entreguista acusando-o de ser o causador do caos econômico que o Brasil enfrentaria longos anos pela frente. Paulo Schilling foi um intenso crítico de Kubitschek. Os golpes e contragolpes contra a jovem democracia, após a década de 1930, trouxeram instabilidade política e econômica para o país. Considerando essa informação é preciso reconhecer que Juscelino Kubitschek foi o único presidente civil eleito democraticamente que iria terminar o seu mandato até a redemocratização de 1985 no Brasil. Kubitschek foi eleito presidente em 1955 em meio a ameaças de golpe de que ele não tomaria posse se eleito. Junto dele, João Goulart foi eleito seu vice. Nessa época o Brasil desejava por mudanças principalmente relacionadas à economia. JK comprou esses desejos. Almejou e realizou a capital dos sonhos. Mas também, não impediu que nossas riquezas fossem saqueadas pelos americanos. Com os problemas que já existiam, aliados aos que vieram a surgir, criamos o cenário perfeito para a ebulição política que já demonstrava querer se manifestar. Com as falas conspiratórias que surgiram naquele contexto, a candidatura de Kubitschek e Goulart sofreu para se consolidar. Desde cartas falsas sobre seus envolvimento com contrabando de armas de guerra para o Brasil, até a expressiva insinuação dos políticos de direita de que um governo militar cairia melhor para o país naquele momento.

Mas Juscelino Kubitschek construiu como plano de governo uma série de programas que traria expansão e implementação da indústria. Ao analisar o governo de Kubitschek, Helio Silva (1975) cita que os principais objetivos seriam: a) criar as condições gerais e favoráveis ao desenvolvimento econômico equilibrado; b) tornar o próprio Governo, a empresa privada e o público em geral conscientes da possibilidade e vantagens desse desenvolvimento; c) realizar as inversões de capital público em obras de natureza denominada básica ou infraestrutura; d) facilitar e estimular as atividades e investimentos privados (SILVA, 1975, p. 44)

O fato desse plano de metas não ter sido analisado por especialistas que não se baseavam em teoria econômica e social pode ter sido um dos pontos de divergência de seu governo. Analisando-o veremos que Kubitschek estava querendo

executar obras que seriam colocados em prática e monitoradas para seu aperfeiçoamento constante. Nos lembra Silva (1975) que esse plano era coordenado por entidades, públicas e privadas, que tinham seus próprios interesses no desenvolvimento econômico do país. Muito parecido com o que Getúlio Vargas teria feito anos antes.

Como já mencionamos, o mundo passava por mudanças. Entre revoluções, reformas e transformações ideológicas, independentemente de serem nações socialistas ou não. Era inegável que os processos reformistas vinham ocorrendo e aqui no Brasil não seria diferente. Intelectuais e políticos do início do século XX ficaram desejosos de mudanças. Estavam indignados com a dominação capitalista e imperialista dos Estados Unidos. Países da América Latina como Bolívia, Cuba, Guatemala e México passaram pela Reforma Agrária e havia um desejo forte de mudanças no Brasil também. Sabemos hoje que esse desejo nunca saiu do papel.

O PTB fez a frente nesse processo. Depois do suicídio de Vargas o partido continuou marcado pela defesa de direitos dos trabalhadores. Carregado por significados como sindicalismo, nacionalismo e pela “proposta de um Estado intervencionista e protetor” (GOMES 2007, p. 75), se vinculou a outras questões importantes também, como as reformas de base. Mas não devemos nos esquecer que os bons resultados do PTB trazem consigo os dois lados da moeda: nacionalismo e reformismo, clientelismo e empreguismo, por exemplo.

Uma armadilha ideológica do início dos anos 1940 foi à crise mundial que veio com a grande guerra e a posição agressiva da Alemanha nazista contra a União Soviética acendendo uma chama e anulando as críticas construídas em relação ao Governo de Getúlio Vargas (HECKER, 2007, p. 39). Porém qualquer sentimento mais energético que remetia a renovação logo era associado à União Soviética. Os jovens intelectuais passariam a ter uma espécie de devoção pelos soviéticos “pela significação histórica no passado, no presente e no futuro” (HECKER, 2007, p. 39). A União Soviética era considerada uma religião. Porém, de maneira geral, a tendência era não considerar mais os soviéticos como referência fundamental. Paulo Schilling era um desses jovens. Nasceu em plena ebulição socialista e formou sua base intelectual sob os pilares marxistas. Quando surgiu na política, o jovem Schilling, nos seus 30 e poucos anos, tinha sede de socialismo em seu país. Hecker nos diz que “estava por prenciar não apenas uma nova geração, mas um novo mundo” (HECKER, 2007, p. 40), só não sabiam qual. Por isso se fazia necessário

um pensamento mais livre e criativo, e que, “via como necessário o estudo desses problemas ‘devido à extrema pobreza do Brasil em matéria de ideias’” (HECKER, 2007, p. 40).

Havia no pós-guerra uma grande esperança de unir democracia e socialismo de forma harmoniosa. O marxismo era considerado pela esquerda um componente fundamental pela busca de uma nova fase livre, criativa e democrática. Porém estava ultrapassada a sua fase ortodoxa e dogmática. Fazia-se necessário adaptá-lo a ideais mais abertos

Por isso se torna importante pensarmos na composição desse repertório teórico de Schilling sob inspiração das colocações de Heloisa Murgel Starling (2018, p. 17). Isto é, escreveu e produziu argumentos, conceitos, teorias, formas de linguagem capazes de ampliar o vocabulário referente aos problemas sociais e políticos que o país vinha enfrentando naqueles anos de 1950 a 1964. Nossa democracia estava passando por constantes golpes desde a Proclamação da República, atingindo diretamente a economia e as políticas públicas que beneficiassem cidadãos brasileiros.

Paulo Schilling foi importante pensador e militante do período que refletiu e atuou pela busca do crescimento econômico e social do país. Teve o perfil traçado como discreto, com descrição “anonimamente”, afastado, com recato (SILVA, 2020, p. 48). Em sua tese, Laura Vianna Vasconcelos diz que Paulo R. Schilling teve “grande participação nos acontecimentos políticos dos anos 1960” (VASCONCELOS, 2021, p. 9), que, segundo o jornalista foi o período mais rico da política brasileira. Conseguimos identificar a importância de suas ideias e como se conecta ao contexto que viemos tratando, Schilling foi atuante no MASTER⁶, projeto

⁶ Paulo Schilling teve papel de destaque na fundação do MASTER (1960), como Silva (2020, p. 45) destaca. O jornalista esteve diretamente ligado a tentativa de expropriação de 1800 hectares de terras no município de Faxinal (RS). Havia 300 famílias que pediram ajuda ao Prefeito de Encruzilhada do Sul, Milton Seres Rodrigues, que por sua vez, amigo pessoal de Paulo Schilling, pediu sua ajuda para interceder e reivindicar pela causa em nome desses “sem-terra”. Paulo Schilling conseguiu um acordo com o governo estadual para que “não fossem desalojadas e recebessem o título de posse para parte daquela área solicitada” (SILVA, 2020, p.45). Paulo atuou diretamente na organização dos trâmites do grupo que viria a se consolidar como MASTER “apesar de não ocupar nenhum cargo efetivo no movimento” (SILVA, 2020, p.45). O jornalista desejava tirar do terreno exclusivamente teórico a reforma agrária, por isso o MASTER fora criado. Consistia na “formação de ‘acampamentos’ de agricultores sem-terra. Os mesmos eram instalados na estrada, ao lado de grandes latifúndios”. Essas terras eram previamente escolhidas baseados nos critérios de menor índice de aproveitamento, onde existia um problema agudo de sem-terra. Naquela época não se ocupava latifúndio e utilizavam um dispositivo de lei gaúcha que permitia a expropriação de terras “não devidamente exploradas”, para que essas fossem distribuídas à agricultura sem-terra (SILVA, 2020, p. 46). Sabemos hoje que o MASTER era um protótipo do que hoje é o MST (Movimento dos

que precedeu o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) na qual sua luta, foi e continua sendo, incansável pela reforma agrária. O MASTER nasceu enquanto esteve em exercício no cargo técnico na Secretaria da Agricultura de Encruzilhada do Sul. Sua atuação no MASTER trouxe a primeira linha de suas pautas militantes, ou seja, a questão da terra (SILVA, 2020, p. 45). Também se envolveu na criação de cooperativas agrícolas, que vieram a formar a FECOTRIGO⁷.

Paulo Schilling foi autodidata e escreveu muito ao longo de sua trajetória sobre os mais diversos assuntos. Pudemos perceber, através de seu acervo, que não foram só de problemas econômicos e sociais que seus pensamentos permearam. Há um grande número de produção sobre temas pertinentes que abarcavam o Brasil e posteriormente, no seu exílio, a América Latina. Conta-nos Vasconcelos que o jornalista não teve formação universitária, realizou “apenas um curso técnico de contabilidade” (VASCONCELOS, 2021, p. 41), já que, em sua geração, ser autodidata não era algo incomum. Seus primeiros ensaios críticos iniciaram na década de 1940, sem seguir técnicas ou métodos de pesquisa própria da área acadêmica. Como bem nos lembra Silva (2020, p. 39), Schilling não fez ensino superior, talvez pela condição financeira da família, talvez por suas pretensões a época. Por isso teria feito o técnico em contabilidade. E completa: “as formações que se encontra muitas vezes nos documentos que se refere ao personagem como jornalista, economista ou mesmo político, são todas formações autodidatas” (SILVA, 2020, p. 39). Schilling era um jovem estudioso, intelectual, pensador que buscou absorver tudo o que consumia de literatura, perfil que se

trabalhadores sem-terra). Utiliza-se esse meio para passar a impressão de que o problema agrário foi resolvido. Esquecemos que centenas de famílias sobrevivem nesses acampamentos de forma precária e correndo o risco de vida. Acreditamos que a reforma agrária precisa ser feita no Brasil para beneficiar o trabalhador rural e os sem-terra;

⁷ Fundada em 1958, a FECOTRIGO (Federação das Cooperativas Triticolas do Rio Grande do Sul) congregou 29 cooperativas tritícolas, com participação de municípios da chamada zona fisiográfica da Campanha, passando pela zona do Planalto Médio até encontrar os municípios do Alto Uruguai. Era formada pelos produtores da região, onde domina o pequeno estabelecimento agropecuário. Essa é, em termos muito gerais, a matriz da expansão notável do cooperativismo na segunda metade dos anos 60 e primeiro quinquênio da década de 70. (BENETTI, 1992, p. 50). Em seu trabalho, Diego Scherer da Silva (2020, p. 43), fala um pouco mais sobre FECOTRIGO e diz que o jornalista Geraldo Hasse em texto escrito após o falecimento de Schilling, destacou a participação dele na militância com relação ao trigo. Para Hasse, Schilling se atirou de peito aberto na luta pela reforma agrária em meados dos anos 1950. Foi considerado pai adotivo dos sem-terra, principalmente da região de Encruzilhada do Sul. A primeira associação de trabalhadores rurais sem-terra do Rio Grande do Sul nasceu com sua ajuda. Na época da criação do MASTER, as famílias envolvidas criaram cooperativas agrícolas, que mais tarde formariam a FECOTRIGO. Paulo Schilling se apresenta como “Diretor-Secretário” da primeira diretoria que foi fundada em 16 de outubro de 1958. Se tornou referência para a expansão notável do cooperativismo. Hoje está incorporada a Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul (FECOAgro/RS);

enquadra perfeitamente na descrição de um militante comunista, como bem mencionamos anteriormente. Como a maioria dos jovens, vendo as manifestações socialistas que o mundo vinha passando, possivelmente se encheu de esperança diante de uma imaginada revolução no Brasil.

A formação autodidata, feita com forte conteúdo militante, talvez explique o caráter criativo, político e original de sua bibliografia. Pode-se dividir o percurso histórico de sua formação intelectual em três fases: o nacionalismo como prática política do brizolismo do pré-1964, da qual Paulo foi emissário político e o mentor técnico, sobretudo no que tange os assuntos agrários; o nacionalismo revolucionário de base teórica e intelectual, como teoria do Brasil, alcançado no exílio; e a fase de retorno ao Brasil, em que sua escrita assume uma abordagem mais conjuntural e geopolítica. (VASCONCELOS, 2021, p. 41)

Assim como escreveu Paulo Schilling leu e “fez de suas palavras, sempre escolhidas com a indignação de quem acredita estar possibilitando a construção de um país melhor, a sua militância e campanha” (SILVA, 2020, p. 17). Para tal feito, escreveu artigos, livros, manuscritos, notas, que hoje nos auxiliam no processo de enxergar o passado para que possamos analisar e ampliar a discussão política e as lacunas ainda existentes para os problemas sociais que o Brasil possui, principalmente relacionados aos problemas agrícolas. Em seu acervo podemos encontrar muitos textos em que Schilling reflete o passado fazendo novas críticas e trazendo novas abordagens para os problemas da sociedade brasileira – e latina. Heloísa Murgel Starling (2018) diz que,

Quando algo na agenda é inédito e traz a chance de produzir alguma mudança mais ou menos brusca e sem precedentes que não sabemos avaliar bem, a alternativa, recomendava Arendt, é recorrer ao passado para pensar com ele sem se resignar a certa nostalgia por outras épocas. (STARLING, 2018, p. 14)

Quando nos deparamos com movimentos sociais, personagens ou acontecimentos históricos que se destacam pela reorganização das ideias, esses merecem nossa atenção. Isso ocorre porque nos ajudam a repensar as ideias e conceitos já existentes. Personagens como Paulo Schilling atualizam o repertório intelectual e formam não apenas a ordenação das ideias e vocabulários, mas também pondera como são necessárias as reformas de base e o incentivo econômico através de financiamentos que beneficiem o pequeno agricultor. Essa recombinação de teoria e prática procede da ampliação do vocabulário que esse

repertório produz. Paulo Schilling foi capaz dessa façanha ao escrever sobre a reforma agrária, nacionalismo, populismo e trazer soluções que ele considerava aplicáveis aos problemas agrários, econômicos e sociais que o Brasil vinha vivenciando naquele período. Segundo Diego Scherer da Silva (2020) Schilling foi integrante da “fração trigo”, que atuava de maneira intensa a favor da triticultura nacional. Ou seja, além de intelectual ele era engajado nas causas que defendia.

O ano 1949 foi quando Paulo e sua esposa Ingeborg se uniram, mas não puderam se casar pois ela era de origem católica e Paulo luterano – e ateu. Foram morar em Encruzilhada do Sul e ele passou a trabalhar na contabilidade das lojas Xavier. A adaptação não foi fácil e Schilling partiu para o ramo da triticultura junto com seu cunhado José. Entretanto, Silva comenta que a colheita não atingiu o resultado desejado e, por isso Paulo voltou para a cidade em seu escritório de contabilidade (2020, p. 40). Sua filha Flávia o chama de “itinerante”. Iremos acrescentar mais essa característica ao jornalista referente aos seus primeiros anos de vida. Flávia diz que era comum “mudar-se frequentemente, de cidade, de casa, de amigos, de escola, de espaços físicos e afetivos” (SILVA, 2014, p. 32).

Paulo veio de uma família urbana, originária de Santa Cruz do Sul e “estavam envolvidos economicamente com o ramo do transporte fluvial em Rio Pardo. Por ser de origem alemã e luterana, mantinham o hábito familiar da leitura e educação musical”, gostos que Paulo preservou (SILVA, 2020, p. 38). Flávia conta que o primeiro livro que seu pai adquiriu foi “*A ilha do tesouro*” de Robert Louis Stevenson (SILVA, 2020, p. 38), mostrando que seu apreço pela literatura vinha desde muito cedo em sua vida. Guardava grande repertório intelectual advindo de suas leituras e estudos.

Trabalharemos no capítulo seguinte as obras de Paulo Schilling aqui apenas referidas brevemente, mas é importante destacar que sua visibilidade surge por causa de suas obras, aliadas a prática, já que estava engajado na causa tritícola. Para isso, precisamos dizer que sua primeira atuação política foi como Secretário Geral da Associação dos Agricultores de Encruzilhada do Sul. Além disso teve papel importante na organização das cooperativas da região. Assim que Brizola teve conhecimento dos seus trabalhos como militante pela causa agrícola, Paulo foi chamado a atuar no governo do estado e no início de 1960 o jornalista estava morando em Porto Alegre, junto com sua família e assessorando o setor agrário do governo gaúcho.

De volta à cidade, Paulo iniciou mais fortemente sua vinculação com a questão do trigo e terra. Sua experiência, na triticultura e as suas análises sobre o que acontecia naquele momento nesta área em nível nacional o levaram a publicar em 1956 a obra denominada *A Operação Trigo: tentativa de interpretação político-econômico da triticultura nacional*, o seu primeiro estudo econômico. (SILVA, 2020, p. 40)

Paulo procurava dialogar com o cenário político-econômico do período. Silva considera que sua preocupação não era apenas local, apesar de sua inspiração ser os problemas agrícola que os triticultores da região sul vinham enfrentando desde a assinatura do Acordo do Trigo Americano e conclui: “sua conexão com o cenário nacional...me autorizam a evidenciar traços de uma identidade que se consolidará em sua trajetória: a de militante político” (SILVA, 2020, p. 42).

A proximidade de Paulo com Brizola seria intensa e ambos permaneciam juntos até o episódio da Guerrilha de Caparaó, momento em que se inicia a ruptura entre eles e que viria a ter o elo partido definitivamente no início dos anos 1970. (SILVA, 2020, p. 42)

No começo dos anos 1960, quando iniciou a seu trabalho na gestão do governo Leonel Brizola, Schilling se envolveu na criação da Comissão Estadual de Terras e Habitação⁸ e conseqüentemente na fundação do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA)⁹. É possível identificar em suas obras na luta pela triticultura nacional. Em seus livros, artigos de jornais e manifestações na Assembleia Legislativa gaúcha mostra sua grande angústia com o desenvolvimento da agricultura. Sempre preocupado com melhores condições de trabalho dos homens do campo e o número alto de trabalhadores sem terras que existia no país naquele

⁸ Fundada em 29 de fevereiro de 1960, a Comissão Estadual de Terras e Habitação – CETH, tinha como objetivo adquirir terras para agricultores e área para construção de casas populares. Além disso fazia o levantamento de propriedades superiores a dois mil e quinhentos hectares e tinha como meta uma estratégia que extrapolava a legalização e a legitimação das pequenas propriedades, pois já visava a reforma agrária. (SILVA, 2015, p. 19)

⁹ O IGRA foi implementado durante o governo de Brizola, no ano de 1961, na tentativa de implementar a reforma agrária. O Instituto estava incumbido de planejar as bases e as diretrizes para execução dessa política pública no Rio Grande do Sul. A partir de sua criação se estabeleceu o cadastro de agricultores sem terra, ou com terra insuficiente, e desempregados dos meios rural e urbano. Além disso, seu decreto previa o inventário das glebas do Estado que não estivessem ocupadas ou produzindo. Um dos principais argumentos para a criação do Instituto era a sua função no âmbito rural, especialmente no que diz respeito ao uso da propriedade da terra. Assim, sua maior preocupação era legalizar a terra já ocupada por pequenos agricultores para que se evitasse a formação de minifúndio e a exploração do trabalhador. Por fim, o decreto determina a criação de associações de agricultores com ou sem terra, ou seja, o que posteriormente ajudou na criação do Estatuto do Trabalhador Rural. Vemos um movimento progressivo, desde a década de 1950, das autoridades e grupos militantes de esquerda do Rio Grande do Sul, para que fosse, de fato, realizado a reforma agrária. O IGRA poderia ser tratado como um plano de medidas administrativa que culminaria, como última etapa, na reforma agrária, foi nesse período que muitas terras foram desapropriadas pelo Estado.

período (e ainda existem). O trigo, o meio fundiário e melhores condições de trabalho eram seus temas principais. Todo restante era um complemento do seu discurso, que somavam e contribuía para pensar o país de meados do século XX.

Para entendermos os questionamentos que surgiam nas obras de Paulo, precisamos falar do governo do homem que foi uma de suas grandes inspirações: Getúlio Vargas. O segundo governo de Getúlio Vargas, a partir de 1951, trouxe ao estadista a reputação de construtor do Moderno Estado Brasileiro. Quando Vargas assumiu o poder no final de 1930 – em seu primeiro governo - acabou integrando o mercado nacional priorizando desenvolvimento predominantemente da indústria. No período em que atuou como líder chefe da nação brasileira transformou nossa economia, antes agroexportadora, para uma indústria voltada para dentro. Além de leis trabalhistas, salário-mínimo e a ampliação do crédito agrícola com o auxílio do Banco do Brasil através da carta de crédito e programas do governo federal. Para Saviani Filho (2013), a política econômica varguista sofreu influência da industrialização, intervencionismo pró-crescimento, do nacionalismo e positivismo. Autores como Luiz Carlos Bresser-Pereira definem Vargas como estadista, consequência de sua capacidade de antecipar-se aos fatos e liderar forças políticas dando novos rumos e direção ao país (SAVIANI FILHO, 2013, p. 857). Diz ainda que Getúlio Vargas era autoritário, mas não era elitista, e sua política econômica não era xenófoba, referindo-se ao capital estrangeiro, nem entreguista, “era na verdade flexível, oportunista e politicamente realista” (SAVIANI FILHO, 2013, p. 858). A UDN (União Democrática Nacional) fazia oposição, já que era de viés liberal e desejava uma política mais conservadora que beneficiasse a ala liderada por latifundiários. Vargas também era latifundiário, contudo, para Hélio Silva (1975, p. 29) “Vargas foi o chefe de um Governo Provisório, nascido da fogueira revolucionária e aquecido no braseiro do pós-revolução.” Vargas precisou se redimir com a esquerda depois da experiência do golpe de 1930. Segundo Gomes (2007, p. 62), ele nunca foi homem dado a política partidária, mas sempre soube trabalhar de forma a captar apoio popular. Voltou a cena política “pelas mãos do trabalhismo que ele mesmo construía” (GOMES, 2007, p. 67). Em 1951, quando reeleito, Vargas tinha a intenção declarada de realizar um governo trabalhista. O PSD declarava Vargas como “um grande e moderno estadista”, como o “pai dos pobres” e o assegurador da legislação social e trabalhista.

Getúlio Vargas e seus companheiros prolongaram-se em quase quatro décadas de governo de inspiração Positivista¹⁰, berço da política de pensamento desenvolvimentista. Personagem ímpar da história da política brasileira, só conseguiu se eleger a primeira vez ao cargo por causa do movimento revolucionário deflagrado em 3 de outubro. Em 1934 foi reeleito indiretamente e em 1937 fechou o congresso e implantou uma ditadura nomeada de Estado Novo, chamado por Helio Silva de Totalitário caboclo. Essa forma de governo era nacionalista e intervencionista. Como Schilling tinha Vargas como inspiração, pode ter tido influência direta nas suas teorias nacionalistas.

No ano de 1954, a democracia brasileira passou por um grande abalo: o suicídio de Vargas. Deixou um herdeiro político, juntamente com sua Carta Testamento. João Goulart ficou com a tarefa de dar segmento a suas ideias e obras. O trabalhismo, o nacionalismo e o populismo, foram conceitos que passaram a fazer parte da mentalidade social das esquerdas brasileiras do período. O PTB nasceu em 1945 com a função de canalizar os esforços que teve o Estado Novo na organização sindical, e segundo Angela de Castro Gomes se saiu muito bem em sua tarefa inicial (2007, p. 62).

Sabendo disso, acreditamos que, além de sua bagagem teórica, Schilling teve influência dos políticos do seu tempo. Durante o exílio, o jornalista teceu ferrenhas críticas aos mesmos políticos que outrora admirou, como Getúlio Vargas, João Goulart e até Leonel Brizola. Talvez isso se deva a grande admiração e posterior decepção que sofrera ao ficar tantos anos longe de sua terra tão querida. Até porque, nunca se cansou de lutar por seu país contra a ditadura civil-militar. Em seu arquivo há muitos textos criticando o governo militar brasileiro quando Paulo estava no exílio.

Schilling manteve sua mente ativa durante toda a vida. Não é a toa que quando entrou para o governo de Brizola já tinha seu repertório intelectual bem construído, estando apto a opinar no tema que lhe era tão caro: a agricultura

¹⁰ O positivismo é uma teoria política idealizada por Auguste Comte, no século XIX – tinha propósito moral e filosófico e marcou o início da sociologia como ciência. Sua base estava apoiada na ciência e ordem social, regada a rigor, pois, somente assim haveria um crescimento moral e social. Entre as particularidades da filosofia comtiana está a sua contribuição para a formação do desenvolvimentismo, pois “ao atestar a imprescindibilidade da atuação humana como única maneira de se transformar a realidade social”, nas palavras de Ivan Colangelo Salomão (2016). No Brasil, por exemplo, inspirou a Proclamação da República e emoldurou a ideologia política adotada por governantes brasileiros, após 1930, como por exemplo Getúlio Vargas;

gaúcha. Como mencionamos anteriormente, por seu fervor e manifestação pública sobre os assuntos, que eram de interesse do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola convidou Paulo Schilling para participar de sua assessoria do setor agrário do Rio Grande do Sul quando foi governador do estado.

Já em 1962, também a pedido de Brizola, após a Campanha da Legalidade, se transferiu para Brasília e depois Rio de Janeiro para trabalhar como delegado¹¹. Esteve ligado a FMP (Frente de Mobilização Popular) e a Frente de Libertação Nacional (FLN), como secretário-executivo. Essas frentes se tratavam de agrupamentos de esquerda que tinham representantes intelectuais, operários, estudantes, militantes, políticos e camponeses. Paulo Schilling também atuou no Ministério de Francisco Brochado da Rocha¹² elaborando os projetos de lei que acelerariam as “reformas de base” no congresso¹³ (SILVA, 2020, p. 19).

1.1.1 – Paulo Schilling e os Movimentos liderados por Brizola

O movimento pela Legalidade está inteiramente ligado ao nacionalismo brasileiro. Em 1961, quando Jânio Quadros renunciou à presidência numa tentativa de dar o golpe no Estado Brasileiro, Leonel Brizola e seus companheiros da esquerda lutaram em defesa da legitimidade do Vice-presidente eleito, João Goulart, para que ele assumisse a presidência. O nome de Brizola se consolidou nacionalmente a partir da Campanha da Legalidade. Notamos que o político já havia se projetado como líder da esquerda nacional-revolucionária quando nacionalizou empresas norte-americanas, de comunicação e energia. Nesse tempo criou mais de

¹¹ Esse termo se refere ao projeto das “leis delegadas”, e fazia parte da Frente de Libertação Nacional, que precedeu a Frente de Mobilização Popular – no ano de 1963. A FLN “tinha por objetivo acelerar a tramitação no Congresso das Reformas de Base” (SILVA, 2020, p. 50-51). Já a FMP, que Ruy Mauro Marini (FERREIRA, 2007, p. 547) caracterizou como um “parlamento das esquerdas”, era formado por um grupo de 11 integrantes, o chamado Grupo dos Onze, que representavam os diversos grupos políticos, que promoveu um fórum de debates, articulações e politizações, as quais cabiam a Leonel Brizola a deliberação sobre elas. Com Schilling ficaram os projetos relativos a política agrária, e comenta que “a proposta de Reforma Agrária redigida pela Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA)” teve a influência dele e “incorporava as ‘grandes REINVIDICAÇÕES dos camponeses’. A experiência agrícola gaúcha estava sendo levada para o nível federal, e, seria Paulo Schilling um dos responsáveis;

¹² No anexo 11, página 178 deste trabalho, Paulo Schilling, em rascunho do que provavelmente seria posteriormente o livro *Como se coloca a Direita no Poder*, descreve como teria sido o golpe se Brochado da Rocha tivesse discursado pelas reformas de base em 1962;

¹³ Em alguns escritos encontrados em seu acervo, Paulo Schilling relata o momento que orientou, juntamente com Leonel Brizola, o então Primeiro Ministro, Francisco Brochado da Rocha, a provocar um golpe na democracia brasileira. A intensão era clara: exigir de João Goulart a assinar as reformas de base propostas pela esquerda. Mais adiante comentaremos mais a respeito dessa ocasião;

680 mil vagas escolares no Rio Grande do Sul. Quando entrou em campanha pela Legalidade e João Goulart finalmente pode assumir sua posição de presidente, Leonel Brizola teve autoridade para pressionar Jango a realizar as reformas de base. Uma das reformas mais exigidas era a agrária que “se não fosse realizada ‘na lei’, seria implementada ‘na marra’” (FERREIRA, 2007, p 546). A ideologia da esquerda trabalhista, liderada por Leonel Brizola, era marcada pela “defesa dos direitos do trabalhador, pelo sindicalismo, pelo nacionalismo e pela proposta de um Estado intervencionista e protetor, mas vinculou-se abertamente a outras questões, entre os quais a luta pelas reformas de base” (GOMES, 2007, p.75)¹⁴. Jorge Ferreira (2007) explica o programa de governo do Estado do Rio Grande do Sul, de Leonel Brizola, de 1959 à 1963, que incluía a alternância das estruturas econômicas e sociais do país para que houvesse o desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social. Entre as principais reformas estava a bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa, agrária e universitária, além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas, a legalização do PCB, o controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia (FERREIRA, 2007, p. 522). Porém, a história nos conta que João Goulart não cumpriu com suas promessas, e em 1964 foi deposto pelo Golpe Civil-militar.

Paulo Schilling detalha essas falhas administrativas que Jango cometeu relacionado às reformas de base. Replicaremos alguns excertos a seguir:

Por um lado, o político populista, que para aumentar seu prestígio junto ao povo gostaria de fazer algum tipo de reforma, por outro, o típico latifundiário rio grandense para quem desfazer-se de um pedaço de terra equivale a perder um braço ou mesmo um filho.

Jango não somente aprovou o projeto como mandou alterar certo dispositivo, tornando-o mais radical. Porém nunca mandou o projeto ao congresso.

O argumento de que o Congresso não votaria o projeto de reforma agrária não era válido ... Se Goulart tivesse querido efetivamente as reformas, em particular a agrária, bastava que tivesse utilizado sua influência para ganhar o voto da “bancada fisiológica”

No que se refere à reforma urbana, a medida proposta, estaria somente os apartamentos desocupados; em razão dos altos índices de aluguel estabelecidos, beneficiaria somente os inquilinos do Rio de Janeiro e São Paulo (Capital), ou melhor, os que habitavam os bairros elegantes das duas cidades.

¹⁴ Talvez tenha nascido aqui muitas das ideias que Paulo Schilling escreveu. Não nos ficou claro se essa influência partiu do jornalista ou de Brizola. Mas, ao escrever sobre, Schilling defendeu essas ideologias;

A reforma bancária, uma das mais importantes, capaz de influir de forma decisiva no desenvolvimento de um país, tornando-o menos dependente e socialmente mais justo, foi totalmente deformada pelo governo.

A reforma tributária... o projeto enviado à Câmara estabelecia somente novas normas tributárias, sem atacar o problema básico: os privilégios das classes dominantes e dos monopólios estrangeiros.

A reforma universitária, reclamada pela massa estudantil, nem sequer foi considerada. Isso, que não pretendia mais do que a autonomia universitária e a participação dos estudantes – 1/3 – nos conselhos diretores. (trecho extraído de seus documentos no acervo)

Em meio a todas essas mudanças e participação política, Paulo Schilling pensava o Brasil também a partir dos acontecimentos a nível mundial. Um desses eixos era a bipolarização entre capitalismo (EUA) e comunismo (URSS) que influenciavam tanto nosso país, como na América Latina. Havia um interesse político e econômico por parte dos EUA para que o comunismo não entrasse nos países latino-americanos. Quando da Revolução Cubana, o medo dos americanos só aumentou e “as forças armadas brasileiras e outros países latino-americanos pareciam encarar a realização de golpe de Estado como um meio de impedir o avanço do comunismo. (SILVA, 2020, p. 32-33).

Afinal, o fim da Segunda Guerra, em que saíram vencedores Estados Unidos, URSS, Reino Unido e França, além de todo prestígio aos soviéticos, trouxe a Guerra Fria. Salientamos os anos 1945 e 1956. O primeiro foi o fim da Segunda Guerra e ápice da URSS e o segundo foi quando Schilling passa a receber notoriedade no campo político. Nesse período a Guerra Fria estava em pleno vapor. Ainda com a forte paixão pelo comunismo, de Lenin e Stálin e as ideias marxistas que estavam frescas em sua escrita, Schilling vivia a era do ápice soviético, para aqueles que acreditavam no socialismo. Mais uma vez ressaltando esses fatos para construção da persona Paulo Schilling.

Eric Hobsbawm enfatiza que, para ele, o século XX se dá entre 1914 e 1991, ou seja, o início da Primeira Guerra Mundial e a dissolução da URSS, mostrando a importância que esses fatos tiveram para o desenrolar da humanidade. O historiador comenta que a principal característica da Guerra Fria foi a competição, tanto tecnológica-militar quanto ideológica entre as duas potências hegemônicas, EUA e URSS. E segundo Hobsbawm (1990, p. 230), a causa da guerra foi “as interpretações equivocadas, fruto de informações obtidas através das respectivas agências de espionagem das potências hegemônicas”

Após a Segunda Guerra, com a reconfiguração política que havia se desenhado, as potências hegemônicas precisavam manter suas zonas de influência. Era preciso assegurar as alianças construídas ao fim da guerra. Além disso, o apoio econômico e auxílio financeiro da reconstrução da Europa Ocidental, através do Plano Marshall e a resposta da URSS que lançou a Comecom (Conselho para Assistência Econômica Mútua) para a fomentação da cooperação econômica fazia parte do jogo das zonas de influência¹⁵.

A Guerra Fria representou o fim de um sistema de alianças flexíveis. Com a Alemanha derrotada e dividida, Stálin, líder soviética á época, avançou suas fronteiras para o Oeste. Nesse caso, o objetivo dos EUA era moralizar e civilizar os soviéticos que eram tidos como bárbaros (FIGLIO, s.d., p. 6). E se tornou uma “caçada as bruxas comunistas”, apresentando constantes perigos à paz e sistema mundial. O mundo vivia com medo de uma possível guerra nuclear.

Quando Jango fez menção de colocar em prática o projeto das reformas de base confrontou com as ideias conservadoras e anticomunistas. Acreditavam que tais intenções fazia parte de um plano de “esquerdização do Presidente”. João Goulart já vinha de um longo período de desgaste político. No dia 19 de março de 1964, em São Paulo, ocorreu a Marcha da Família para Deus pela Liberdade. Esse dia teve ajuda para sua organização o clero, entidades femininas, a classe média e outros grupos que temiam o comunismo e desejavam a queda de Jango. Nesse período Schilling e outros companheiros de luta como o próprio Brizola já estavam sendo investigados pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), se referindo a Schilling como “o cabeça de Brizola”, e era supervisionado por seu envolvimento no Grupo dos Onze”. (SILVA, 2020, p. 55).

1.2 – Paulo Schilling e a Ditadura civil-Militar

Quando houve o golpe civil-militar de 1964, no Brasil, Paulo Schilling e companheiros, inicialmente resistiram aos acontecimentos, pois acreditavam ser

¹⁵ Apoio econômico e o auxílio financeiro também faziam parte do jogo de influência. Os EUA pretendiam financiar a reconstrução da Europa Ocidental, através do Plano Marshall e recuperar as economias europeias devastadas pela Segunda Guerra Mundial. A URSS, em resposta, lançou o Comecon com o propósito de fomentar a cooperação econômica (FIGLINO, s.d, p. 5). Mas mais do que um arranjo de cooperação econômica entre os países do bloco soviético, estabelecia os limites da ação econômica desses países e os planos econômicos elaborados em Moscou traçavam metas e limites de produção e consumo para todos os países do bloco (SATO, 2000, p. 155).

algo que se resolveria logo. Percebendo que sofriam perseguição – sem saber o que isso poderia acarretar a vida deles e de suas famílias – a clandestinidade foi à solução. O jornalista fala em seus documentos que “recebeu ordens de se asilar na embaixada do Uruguai”¹⁶ (SILVA, 2020, p. 56), logo em abril, pós golpe, e ali se integrou ao Movimento Nacionalista Revolucionário.

Sua filha Flávia explicou,

A gente tinha uma biblioteca imensa em casa. E uma das coisas que eles (agentes do DOPS) fazem, para não sair todos de mãos abanando, é levar a metade da nossa biblioteca. Porque na época, enfim, os russos, não é? Então eles levam o livro “*Vermelho Negro*”¹⁷, “*Guerra e paz*” do Tolstoi, “*Crime e Castigo*” do Dostoievski. Enfim, eles levam livros, muitos livros, dão uma olhada na casa, enfim se retiram, “não há nada para levar a mais na casa. (Entrevista a Diego Scherer da Silva) (SILVA, 2014, p. 37-38)

Apesar desse relato, na documentação do DOPS está registrado que foi apreendido material subversivo, relacionado ao Grupo dos Onze. As controvérsias nos parecem normais, já que a filha de Schilling, na época, tinha apenas 11 anos de idade. É provável que existissem materiais relativos à sua militância no Grupo dos Onze, até porque ele estava diretamente envolvido. Mas para nós, é importante ressaltar o detalhe que Flávia nos descreve: “a gente tinha uma biblioteca imensa”, o que nos permite concluir que Paulo Schilling foi um leitor de muitos teóricos, filósofos, sociólogos e pensadores que fizeram com que se tornasse o intelectual (autodidata), que era.

Posteriormente veio a se exilar no Uruguai, de fato, junto com sua família. Porém, mesmo exilado, nunca deixou de questionar a situação e pensar o Brasil. Infelizmente Paulo Schilling só conseguiu voltar ao Brasil em 1980. No período em que esteve no Uruguai, segundo Silva,

Dirigiu três editoras, foi redator internacional do semanário *Marcha*, escreveu para Agência InterPress Service e, durante cerca de dez anos, colaborou efetivamente com a agência cubana de notícias Prensa Latina. (SILVA, 2020, p. 19).

Foi nesse período que Paulo se autodenominou como Jornalista. A situação financeira da família não era boa e precisou trabalhar e contornar os problemas

¹⁶ Diego Scherer da Silva (2020) não cita quem deu a ordem. Nesse caso poderíamos supor que tenha sido seus próprios companheiros da Frente de Mobilização Popular ou os companheiros de partido;

¹⁷ Acreditamos aqui se tratar do livro *Vermelho e o Negro*, de Stendhal, de 1830;

econômicos com suas atividades como jornalista. Após a Guerrilha de Caparaó¹⁸, suas atividades nos jornais tornaram-se mais importantes e ganhou mais destaque nas atividades de Schilling. Silva ainda informa que mesmo exilado Schilling colaborou com praticamente todos os movimentos contra a ditadura que surgiram naqueles anos, porém sem integrar organicamente a nenhum deles (2020, p.19).

Com o golpe ocorrido no Uruguai em 1973, Schilling foi expulso do país. Partiu para a Argentina onde também vivenciou outro golpe militar. Foi então que voltou ao Brasil, em 1980, depois de mais de 15 anos fora vivendo exilado entre Uruguai e Argentina. Veio viver em São Paulo com sua família. Aqui, ingressou como fundador do Partido dos Trabalhadores e assessorou a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ajudou a fundar e integrou a Comissão Administrativa do “Instituto Cajamar”¹⁹. Integrou o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) até a sua aposentadoria (SILVA, 2020, p. 19).

Como já mencionamos, este trabalho pretende trazer a trajetória de Schilling no período anterior a ditadura militar brasileira. Mas consideramos sua trajetória como um todo para contemplarmos a figura importante que o jornalista se tornou ao longo de sua vida, não tendo se resumido apenas a primeira metade do século XX. Assim, seguimos nosso trabalho de análise de suas obras e seu legado intelectual.

¹⁸ Especula-se que essa Guerrilha seria o primeiro passo dado contra a Ditadura Militar brasileira, e aconteceu entre 1966-67. Pequenos grupos de exilados fizeram articulações - incluindo Brizola que resistiu inicialmente - para tomar Porto Alegre através de um levante, com o objetivo de chegar até a Capital. Foram divididas armas e fardas. Intencionavam tomar quartéis e regimentos. Após tentativas frustradas, Leonel Brizola decidiu apoiar a guerrilha. Seriam três focos: Um na Serra do Caparaó, outro no norte do Mato Grosso e o terceiro no Brasil Central. "Brizola obteve o apoio do governo de Cuba, sob a presidência de Fidel Alejandro Castro Ruz, e tal apoio aconteceu em forma de treinamento guerrilheiro e de remessa de dinheiro" (ALMEIDA, 2014, p. 127). O objetivo da Guerrilha do Caparaó era atrair a atenção do governo brasileiro. Porém, o treinamento que tiveram era fraco, além disso o lugar escolhido era montanhoso, o que fazia com que os dias de treinamento e reconhecimento do terreno se tornassem exaustivos, debilitando e tornando melancólico o grupo que montara a guerrilha naquela localidade. Era o fracasso da Guerrilha do Caparaó, terminando em muitas prisões;

¹⁹ O INCA foi criado na década de 80 pela CUT em parceria com entidades internacionais e foi o grande centro de formação e capacitação política das principais lideranças sindicais, partidárias e de movimentos sociais da esquerda brasileira. Os dirigentes também foram unânimes em ressaltar o viés ideológico. Após seu fim, em 1994, ex-funcionários e fundaram a Cooperinca (Cooperativa dos Trabalhadores do Instituto Cajamar) e inicialmente integravam a cooperativa 23 pessoas. O Instituto teve como primeiro coordenador político o pedagogo e educador popular, Paulo Freire. Foi neste espaço que surgiu a Escola Sindical da CUT (PEDREIRA, 2014)

1.3 – O Legado de Paulo Schilling

O jornalista deixou registrado muitos escritos que o historiador Diego Scherer da Silva (2020) pode trazer para o Rio Grande do Sul e criar o Acervo em seu nome. Localizado no Núcleo de Pesquisa em História, está vinculado ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A documentação que consta no local abrange seus pensamentos, memória e ideias, principalmente, do período que esteve exilado e também da sua volta ao Brasil. Quando analisamos o trabalho de Paulo Schilling percebemos que o autor escreveu e reescreveu em períodos diferentes e esse fato nos obriga a ter muito cuidado com a análise feita do seu material, já que é preciso levar em conta as circunstâncias e contexto que elas foram pensadas, vivenciadas e então escritas. Antes do golpe de 1964 temos clareza em identificar um texto cheio de esperança, com promessas de um futuro igualitário, com direitos aos trabalhadores – principalmente rurais – e um desenvolvimento econômico promissor. Após se exilar no Uruguai e Argentina, seu discurso mudou, e podemos perceber que já não há mais o tom leve de antes. Existe uma nítida preocupação com a Direita estar no poder, e, principalmente, rancor com seus antigos aliados e companheiros políticos.

Com o que estudamos até aqui é possível criar o perfil do indivíduo Paulo Schilling, como um jovem promissor em suas ideias. Jornalista, economista autodidata e intelectual que ousou em suas ideias para influenciar políticos como Leonel Brizola e Francisco Brochado da Rocha. Suas reflexões teóricas deram frutos, mas ter ficado apenas no campo das ideias também custou um alto preço para si e para o Brasil. Paulo Schilling foi importante personalidade da História do Rio Grande do Sul, que chegou mais longe do que as fronteiras gaúchas. Por isso precisamos conhecer e iluminar seus escritos a luz da História, já que a ditadura civil-militar brasileira fez questão de silenciar.

Uma das descobertas inusitadas desta pesquisa é que Paulo Schilling, tido como discreto e reservado, teria atuado na luta armada pela liberdade do Brasil das mãos dos militares. Por conta de sua liderança e importância na organização da guerrilha, Schilling foi levado à China em 1965. Foi em busca de financiamento e armas – assim como Brizola fez em Cuba –, para dar segmento aos planos de retomar o Brasil. O jornalista desejava se juntar a Che Guevara, na Bolívia. Suas

filhas contam que era possível notar a presença de armas dentro de casa. Silva escreve que “a sua militância toma forma, ativo e engajado Paulo acreditava na luta armada como meio de transformação da realidade brasileira e nela colocou sua ficha” (2020, p. 71). Esse ponto de sua trajetória nos faz refletir ainda mais sobre o homem Paulo Romeu Schilling. Escritor, pensador, engajado, militante, intelectual e guerrilheiro. Não poupou nem sua família, que os seguia aonde quer que fosse. Tinha o desejo de políticas públicas que se aplicassem na prática e foi incansável para construir um repertório intelectual praticável. Para pensarmos sobre suas leituras, cabe ter presente as colocações de Roger Chartier:

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. Segundo a bela imagem de Michel de Certeau, o leitor é um caçador que percorre terras alheias. Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum – ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores. (CHARTIER, 2009, p. 77)

Paulo Schilling foi um escritor que marcou a política gaúcha. Como já dissemos: escreveu livros, artigos e até discursos políticos. Mas antes de ser um autor/escritor, Schilling foi um leitor. É essencial examinarmos quem ele leu e aqueles que ele mais citou como referência. Principalmente porque quem lê, tem importante papel dentro do ciclo de produção e escritura de um livro. Devemos compreender que o autor não é, sozinho, o início e nem o fim desse ciclo. A escrita tem inspiradores e questões reflexivas que decorrem das leituras, explicitando pensamentos que algumas vezes estão articuladas por diálogos com outros escritores. Não é tarefa simples ou fácil dar conta das apropriações, e mais que isso, nos perguntar: quem lê, lê em que contexto e com qual propósito? Embora não se pretenda fazer uma história do leitor, convém pontuar algumas reflexões de Chartier a esse respeito.

Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ele é cercado por limitações derivadas, das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura. Os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. (CHARTIER, 2009, p. 77)

Ou seja, como Chartier nos explica, o leitor se apropria do que lê. Ele usa como bem lhe cabe. Não podemos afirmar que o leitor lê com a mesma subjetividade do autor do texto, já que a liberdade leitora não é absoluta e as

rupturas que o tempo causa derivadas das limitações dessa capacidade, convenções e hábitos vindas das práticas da leitura e “colocam em jogo a relação entre o corpo e o livro, os possíveis usos da escritura e as categorias intelectuais que asseguram sua compreensão” (CHARTIER, 2007, p. 77). A liberdade de interpretar cabe a todos os leitores, ampliando a pluralidade de significados e interpretações possíveis de um mesmo texto.

Livros sempre foram armas – de doutrinação ou do conhecimento. Fato é que os escritos - sejam livros, jornais, documentos, cartas, músicas ou poesia - tem grande poder em uma sociedade. Essa função dada às escrituras não vem de hoje. Chartier diz que,

Dos autos-de-fé da inquisição às obras queimadas pelos nazis, a pulsão de distribuição obcecou por muito tempo os poderes opressores que, destruindo os livros, e com frequência, seus autores, pensavam erradicar pra sempre suas ideias. (CHARTIER, 2009, p. 23).

Sabemos que Paulo Schilling foi um leitor com gostos variados: lendo os autores mais remotos até contemporâneos a ele. O jornalista Paulo Schilling foi um marxista assumido, escrevia como tal. Não era historiador por formação, mas aplicou métodos dignos das ciências humanas, capaz de trazer em suas obras e textos a maior verificabilidade que um historiador almeja alcançar. Seus estudos e reflexões foram adquiridos através dessas leituras.

Quem lê vai construindo sua própria bagagem intelectual e discurso. O ato de ler – livros, textos, documentos, artigos, jornais, manuscritos, cartas -, vem acompanhada de memória intelectual. Paulo Schilling autor é uma consequência de Paulo Schilling leitor. Ele escreve sob a influência de sua bagagem intelectual para poder suprir os anseios que lhe são pertinentes.

Anteriormente nos referimos a Paulo Schilling como um autodidata²⁰. Rousseau pode ter influenciado o jornalista, já que Paulo Schilling leu o escritor

²⁰ Antônio Ozaí da Silva (2012, p. 168) diz que “o autodidatismo tanto pode ser uma estratégia de sobrevivência quanto uma atitude de resistência à dominação”. As duas são a contraposição entre o ensino formal e o ensino informal. Gusdorf (1995, p. 132) chama atenção para a orfandade de cultura do autodidata e que “deve a si próprio sua iniciação”. O autodidata capitaliza nos livros aquilo que precisa, de forma a abordar sozinho. “Ninguém lhe abre os caminhos, ninguém estabelece, no seio desta massa, as distinções hierárquicas indispensáveis” (GUSDORF, 1995, p. 132). Ele depende de si mesmo e “tende a conservar um sentimento de inferioridade, muitas vezes disfarçado pela aparente arrogância do saber adquirido” (SILVA, 2012, p. 168). Esse indivíduo não tem o mestre para lhe guiar, não tem referência para seguir, vive em busca da sabedoria por si só, e “no fundo é um

francês. Isso porque Rousseau considera ser um autodidata aquele que tem familiaridade com o mundo do livro – o que já confirmamos ser o caso de Schilling – e da cultura escrita. Quando Rousseau escreveu seu contexto cultural era outro. Naquele período do século XVIII a educação familiar tinha um peso grande e a aprendizagem acontecia em quase sua totalidade extraescolar. Chartier vai dizer que,

Há outro modelo de outro didatismo: aquele da conquista da cultura escrita a partir do analfabetismo e do iletrismo ... Portanto temos, de um lado, os ensinamentos da escola e, de outro, todas as aprendizagens fora da escola, seja a partir de uma cultura escrita já dominada pelo grupo social, seja por uma conquista individual, que é sempre vivida como um distanciamento frente ao meio familiar e social e ao mesmo tempo, como uma entrada em um mundo diferente. (CHARTIER, 2009, p. 105)

Importante destacar esse apelo que Rousseau traz, mesmo Paulo Schilling tendo vivido 200 anos depois do francês. Era outro contexto e mesmo assim parece ter influenciado grandemente o jornalista. Como noutro trecho de seu livro de 1963 “*O que é Reforma Agrária*”, em que cita Rousseau:

Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tampando os buracos, tivesse gritado aos seus semelhantes: “Livrai-vos de escutar esse impostor, estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e a terra de ninguém. (SCHILLING, 1963, p. 14)

Por aqui nos deteremos apenas a lembrar que existiu o Paulo Schilling leitor de obras tanto da antiguidade como coetâneas, que enriqueciam seu repertório. Ler mobiliza muitas habilidades e mexe com a subjetividade. Compete ao leitor examinar, refletir, interpretar, imaginar e, principalmente, criticar. Paulo Schilling antes de ser um autor, escritor, político, economista e intelectual influenciador ele foi um leitor. Leu e apropriou-se. E sua escrita vai ter as marcas de sua apropriação.

Paulo Schilling foi um desses homens que pensaram o Brasil. Ao estudar pensadores como Rousseau, por exemplo, trouxe para suas ideias as questões humanísticas. Um olhar mais apurado sobre a ideia de divisão e distribuição em benefício de todos, possivelmente foi uma das influências para escrever sobre as questões agrárias. Para Jean Jacques Rousseau, os homens seriam de natureza boa e a sociedade quem lhe corrompe. De diálogo iluminista, a propriedade privada,

herói sem esperanças” (GUSDORF, 1995, p. 133). O autodidata “devora” todos os livros da biblioteca e a assimila de cor todo o conhecimento (SILVA, 2012, p. 168);

para ele, era a mãe de todas as misérias. Chamado de verdadeiro fundador da sociedade civil, diz que o homem não volta a sua origem natural depois que é corrompido por um sistema político que cria diferenças entre eles.

Paulo Schilling concorda com Rousseau de que a propriedade privada é um dos grandes males causadores das desigualdades humanas. Sabemos de antemão que Adam Smith teoriza o conceito e diz que o governo civil garante a propriedade dos ricos contra os pobres, pois os movimentos e os interesses da sociedade dependem dos capitalistas, e que esses desejos diferem dos interesses públicos. Para Adam Smith a propriedade privada estava ligada a questão social e a ideia da divisão do trabalho, valor, lucro e mercadoria. No âmbito agrário a terra se tornou objeto de desejo capitalista, pois é vista como possibilidade de obtenção de lucros, status e renda, porém apenas para proprietários que exploram a mão de obra do trabalhador rural. Paulo Schilling ao tecer críticas ao sistema levou em consideração tais desigualdades sociais e a possibilidade de torná-las um fardo do passado, almejando um futuro de desenvolvimento econômico, mas principalmente, social.

Paulo Schilling esteve presente nos muitos momentos em que Leonel Brizola discutiu as reformas de base e trabalharam fortemente para que o Professor Brochado, quando Primeiro-Ministro do Brasil, em 1962 tomasse o congresso como que prevendo o Golpe de 1964, fazendo as tão desejadas reformas de base que eram necessárias ao país. Já comentamos anteriormente, que nesse período Paulo Schilling influenciou abertamente para que o Professor Brochado tomasse o congresso. Na ocasião, o Ministro voltou atrás e renunciou.

Paulo Schilling não viveu só de Marx e Rousseau. Nos seus livros somos capazes de observar citações de Johann Wolfgang von Goethe. Ora, vemos tamanha erudição de Schilling, que foi buscar na literatura alemã do classicismo referencial teórico para seu repertório²¹. Goethe foi um filósofo, que viveu entre os séculos XVII e XVIII e teve suas ideias largamente difundidas. Frases como “Dize-me com quem andas e direi quem és. Saiba eu com que te ocupas e saberei também no que te poderás tornar”, vieram dele. Em seu livro “O que é reforma agrária”, de 1963, Schilling citou o texto de Goethe,

²¹ Uma importa nota a ser destacada é a influência visível que há em cada autor. Quem escreve sempre com carga teórica pré-adquirida, sendo intencional ou não. Por sua vez, esses autores também sofreram suas próprias influências e assim consequentemente. Se pensarmos nessa ideia, tudo que escrevemos podem ter inúmeras possibilidades. Delas, escolhemos sempre aquela que nos cabe melhor, através de nossa subjetividade. Assim, Goethe também foi influenciado pela biblioteca de seu pai, que contava com mais de 2.000 volumes

O mestre-escola: - Dize-me, pois de onde veio a fortuna do teu pai?
O menino: - De meu avô.
O mestre: - e a deste?
O menino: - de meu bisavô.
O mestre: - E a deste último?
O menino: - Ele roubou.

Para Schilling, o excesso de terras nas mãos de poucos tinha uma causa: o roubo, assim como Goethe foi capaz de expressar em seus poemas. É sempre importante lembrar que o latifúndio rio grandense nasceu e ganhou força através de métodos como a grilagem, que trataremos no capítulo 2. Paulo Schilling sabendo disso tratou como um bom argumento para invalidar a legitimidade do latifúndio, principalmente aqui no Brasil. Nos próximos capítulos falaremos mais sobre os problemas na formação do latifúndio – discutidos por Paulo Schilling em seus livros – e ocasionados por ele. Mas já sabemos que as referências teóricas que ele absorveu ao longo de sua juventude influenciaram seu discurso.

O que vem a agregar ao fato de que no início havia um sentimento de esperança através da via socialista. Muitos militantes brasileiros achavam ser um pensamento comum entre as esquerdas em geral, no mundo. Apesar de uma aparente união, havia muita divergência de ideologias entre os grupos mais radicais e os mais brandos. Nasceu, a partir desse sentimento, o socialismo brasileiro, que, para Hecker, seria a soma entre liberalismo e nacionalismo.

Mudar o Brasil pela via da democracia, rompendo o atraso sem violência, optando pela reforma. Promover o interesse coletivo em associação com o capital nacional. Eis aí a metodologia socialista nascida do momento diferente e criativo da luta pela conquista de direitos sociais para mais amplas faixas das populações, constituindo pelo fim da Segunda Grande Guerra. (HECKER, 2007, p. 48)

Paulo Schilling além de fazer críticas ao sistema econômico e político do Brasil, foi um estudioso da História, principalmente do Rio Grande do Sul. Conhecia tanto biografia de seus admirados políticos quanto suas ideias. Entre eles Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. Para tanto estudou juristas, escritores e intelectuais, que julgou importante para seu conhecimento. Entre alguns nomes, encontramos citações em seus livros e artigos de autores como Darci Azambuja, Florescêncio de Abreu, Padre Luiz Gonzaga Jaeger, J. Fernando Carneiro, Padre Hernandez, Limeira Tejo, Oliveira Vianna, Gen. João Borges Fortes, Oswaldo Aranha, entre outros.

Limeira Tejo traçou o perfil do latifundiário rio grandense, que segundo ele, nasceu das capitâneas hereditárias que formaram o Brasil. Seria a propriedade a forma primordial do primeiro instinto de segurança, “só a grande propriedade – só o sentimento de domínio sobre um trato de terra o mais largo possível – poderia dar ao pioneiro gaúcho o gozo pleno do direito de posse” (SCHILLING, 1963, p.21).

Voltando um pouco mais no tempo, trouxe para seu repertório intelectual o romano, Tibério Graco em seu livro sobre a reforma agrária. É preciso, primeiramente, entender que o conceito de propriedade privada, como conhecemos hoje, é moderno, surgindo junto com o capitalismo. Qualquer uso do termo, anteriormente a esse período é anacrônico e não faz jus ao emprego correto do conceito, que John Locke, Adam Smith ou Karl Marx se referiam. Porém, concordamos que o termo pode ser empregado de outra forma, como por exemplo a provinda dos primeiros séculos da República Romana. Naquele caso, a propriedade estava ligada à casa, ao campo que circulava à sepultura familiar. O nome empregado a propriedade era *dominium*, derivado do termo *domus (casa)*, de onde vem o vocábulo *dominus (dono)*. Era comum que essa propriedade estivesse relacionada ao grupo familiar, normalmente representado pelo *pater familias*, ou seja, havia um sentido social e não individual na concepção da propriedade privada (SURGIK, 1999, p. 25).

De qualquer forma, Tibério e Caio Graco, dois atuantes, irmãos, políticos da Roma Antiga, foram grandes nomes da reforma agrária de todos os tempos, sendo lembrados até hoje. Analisando os escritos de Schilling, é possível compreender que os irmãos Graco são mais uma influência em sua formação intelectual. Vamos citar um trecho que se refere as ideias de Tibério Graco, e pedimos ao leitor que faça um exercício e se recorde como as terras brasileiras foram adquiridas por sesmeiros e posseiros entre o século XVII e XVIII aqui no Brasil.

Os ricos, que ocupam a maior parte desta terra indivisa (o *ager publicus*) e esperavam que logo lhes fossem reconhecidas como de sua propriedade, começaram a agregar às suas próprias posses as parcelas vizinhas dos pobres, em parte, comprando-as, em parte, arbatando-as pela força, de modo que finalmente, em suas mãos, em lugar de pequenas propriedades, encontraram grandes latifúndios. (SURGIK, 1999, p. 27).

Com o enriquecimento ainda maior de poderosos aumentou o número de escravos, a miséria ganhou espaço, juntamente com o aumento dos impostos e o serviço militar (usado para conquistar território em guerra) “pois a terra pertencia aos

ricos, que não trabalharam nela com a ajuda de homens livres, mas com braços de escravos” (SURGIK, 1999, p. 27). O aristocrata, Tibério Sempronio Graco, pensou em uma reforma agrária de grandes proporções. Sobre sua candidatura política em seu tempo, Plutarco escreveu quase 200 anos depois,

Mais que qualquer outra coisa, manifestaram-se nas eleições as tendências ambiciosas e a decisão de atuar do povo romano que, com inscrições sobre os pórticos, os muros e os monumentos, incitava Tibério a tirar dos ricos as terras pertencentes ao Poder Público para redistribuí-las aos pobres. (SURGIK, 1999, p. 28)

Uma atitude um tanto radical para o período, mas que parece ter sido vista como inspiração, também, para Paulo Schilling. Citou um trecho escrito por Tibério Graco em que o político critica o fato de trabalhadores e soldados italianos não terem direito a terras quais pudessem viver e usufruir junto de suas famílias. Para Graco, os soldados lutavam e morriam para que outros tivessem riquezas e luxos, e acrescenta “sois chamados os senhores do mundo, mas não há um pé de chão que seja vosso” (SCHILLING, 1963, p. 39).

Essa é uma breve síntese sobre Paulo Schilling. Acreditamos que seu repertório tão rico permitiu que tivesse maior clareza dos acontecimentos do período em que viveu. Além disso, destacamos o silêncio que a ditadura civil-militar impôs a homens como Schilling e acreditamos que por isso elas nunca passaram do campo das ideias. Coloca-las em prática, hoje, sairia da realidade que temos, mas ao olhar para trás e refletirmos sobre elas podemos fazer críticas que nos ajudem a criar ideias praticáveis na sociedade brasileira do século XXI. Por isso, a partir do capítulo 2 iremos analisar mais a fundo suas ideias.

CAPÍTULO 2 – OBRAS, PRODUÇÃO E ESCRITA

Só é sabido que as sociedades do mundo todo, desde seus primórdios enfrentam problemas que levam a queda, seja para se construir, seja para seu fim. Vemos que existem inúmeros fatores para tal, mas, é possível citar um problema que caminha com a humanidade desde sistemas feudais que é a distribuição de terras. (LEVIATÃ)

Este capítulo tem como objetivo apresentar e analisar a produção e obras de Paulo Schilling. Vamos examinar no primeiro momento os livros que o jornalista escreveu e posteriormente os jornais brasileiros que o jornalista aparece como autor de textos ou como personalidade citada. Damos destaque para o fato de que Paulo Schilling escreveu a maior parte de seus livros, antes do exílio, sob a ótica do mundo agrário por ter sido um triticultor e vivenciar os problemas do setor. Antes de adentrarmos nesse capítulo, precisamos fazer uma ressalva sobre o tema. A discussão sobre a questão agrária é muito mais ampla, apesar de muitas vezes as discussões serem simplificadas como sendo apenas a reforma agrária. O mundo agrário abrange inúmeros problemas e soluções, dentre eles a reforma. Buscaremos compreender como Paulo Schilling abordou o tema da redistribuição de terras brasileiras por causa dos problemas que vivenciava naquele momento, mas essa será apenas uma parte da discussão.

O primeiro livro publicado por Paulo Schilling data de 1956. Com o título “*Operação Trigo*”, na folha de rosto, o jornalista avisa se tratar de uma “tentativa de interpretação político econômica da triticultura nacional” e explica que se trata de um trabalho em equipe com a contribuição de quase todos os triticultores de Encruzilhada do Sul. Nessa obra foi proporcionado aos agricultores a oportunidade de externar seus pontos de vista. Ao expor os objetivos do trabalho, esclareceu que o mérito que ele teve, na execução do livro foi na concentração de dados estáticos e “uma redação sem vestígios literários”.

Nas primeiras páginas ele trata de citar seus autores favoritos e alguns trechos que considerava relevante para seu trabalho. Começa então com Ricardo, Balfour e Josué de Castro. E nas páginas que se seguem ele faz um estudo sociológico e traça uma linha histórica dos acontecimentos envolvendo a formação do território gaúcho e disputas que levaram ao plantio do trigo e sua cultura no município de Encruzilhada do Sul. O livro é repleto de tabelas onde Schilling demonstra a evolução do plantio de trigo e diferenças entre a exploração pastoril e a

agrícola. E conclui ter demonstrado, dentro de suas possibilidades e limitações a real situação da triticultura nacional, apontando soluções simples e racionais para os entraves da cultura do trigo naquele contexto. Foi publicado com o auxílio da Associação dos Agricultores de Encruzilhada do Sul e Paulo Schilling assinava como Secretário-Geral da Pasta. Este livro trouxe para Schilling, como resultado de seu trabalho, sua entrada na Secretaria da Agricultura do Governo Brizola.

O segundo livro de Schilling intitulado "*Trigo*" foi publicado em 1959, no Rio de Janeiro, pelo Ministério da Educação e Cultura e o Instituto Superior de Estudos Brasileiro. Com o subtítulo: O Trigo e o latifúndio no Rio Grande do Sul – O Acordo do trigo norte-americano – perspectivas da triticultura no Rio Grande do Sul, Paulo Schilling diz que esse livro se tratava de uma exposição e debate realizado no Curso de Estrutura dos Recursos naturais do Brasil, em 12 de junho de 1959, no Auditório do ISEB.

Se trata de um estudo sobre a formação do latifúndio no país e os problemas que surgiram para os tricultores após o Acordo Americano do Trigo. Também identificou no trigo um dos principais agentes dessa formação e seguiu fazendo algumas tabelas, como no livro anterior, uma de suas características na escrita.

Procura traçar as perspectivas da triticultura no Rio Grande do Sul ao repassar os problemas climáticos políticos e econômicos que o trigo havia sofrido naqueles anos. No final do livro Paulo Schilling publicou o debate que a fala havia provocado naquela ocasião do curso. As pessoas da plateia traziam seus questionamentos e eram respondidos por Schilling.

O terceiro livro que Paulo Schilling publicou e que iremos trabalhar neste capítulo é o "*Crise Econômica no Rio Grande do Sul*", em 1961. A Editora que publicou foi a Difusão de Cultura Técnica, de Porto Alegre. No prefácio ele é mencionado como economista, rio grandense da nova geração, tricultor, nacionalista e homem de rara sensibilidade política e social. Este, por sua vez, fala do homem e sua terra, produção rural e economia brasileira.

O livro traz um texto mais bem elaborado, em que é explorado o desenvolvimento econômico e a política agrária do Rio Grande do Sul. Buscou trazer a história da formação do setor, suas dificuldades e culturas que deram certo para a região. O assunto principal envolveu a crise que o setor agrário vinha enfrentando nas últimas décadas e, por isso, trouxe um tópico exclusivo de 40 páginas em que desenvolveu o que seria a solução para "superar a crise".

E por último, o livro “*O que é reforma agrária*”, de 1963, publicado pela editora Civilização Brasileira S.A., do Rio de Janeiro. Este livro se tornou particularmente especial para nossa pesquisa por ser tratar da primeira obra de Schilling que tivemos contato. Ela traz nas primeiras páginas uma série de citações dos principais autores que o jornalista se apropriou ao longo de sua trajetória. Ele usa as citações como se fosse um diálogo com suas ideias. Na primeira página do livro, o jornalista esclarece que trata de uma obra *in memoriam* ao Tenente General Francisco José de Souza Soares e Andréa, Presidente da Província do Rio Grande do Sul, “que, em relatório a Assembleia Legislativa Provincial, a 1º de junho de 1849, teve a coragem de denunciar os males do latifúndio, pedindo ao Poder Legislativo medidas de reforma agrária” (SCHILLING, 1963, p.11). Ou seja, claramente este livro é uma obra em defesa da reforma agrária e as vantagens que o país teria a nível de desenvolvimento político e econômico se a agricultura nacional fosse mais valorizada, segundo Schilling.

Já sabemos que o jornalista atuou nos movimentos sociais do Rio Grande do Sul pela sua proximidade com o mundo agrário, já que foi inicialmente um tricultor²². Posteriormente fez parte do governo Brizola pelo mesmo motivo, ou seja, sua visibilidade como militante pela causa dos tricultores gaúchos, o que permitiu que suas ideias se destacassem mais ainda. Outro nicho de visibilidade do pensamento de Schilling foi a imprensa – como poderemos ver no decorrer deste capítulo. Analisaremos o que o jornalista escreveu explorando seus textos e ideias.

As questões referentes ao setor agrário são de grande importância para essa pesquisa porque Paulo Schilling sempre buscou por soluções e melhoramentos nessa área por se tratar de seu total interesse, já que foi um agricultor. Procurou compreender o seu conceito participando organicamente na articulação de ideias que contribuíssem para desenvolvimento social desse país. Destarte, observamos que Paulo falava que cada país deve encontrar o seu próprio caminho para eliminar as contradições que barram o desenvolvimento de sua economia agrária. Isso nos indica a necessidade de se repensar as leis e políticas brasileiras. É necessário que, para a legislação de políticas públicas se olhe as especificidades do solo, clima, flora e fauna. Além disso pensar no camponês que ocupa essas terras e sobrevive delas, e não apenas para o empresário que busca o capital como objetivo final. Esse

²² Aqui é importante considerar que não encontramos documentação pertinente que esclareça como Paulo Schilling se envolveu com a tricultura ou porque mais tarde tenha militado pela causa agrícola;

olhar capitalista visa o desenvolvimento, lucro, exploração da mão de obra e o enriquecimento de uma pequena parcela da sociedade. Já a Reforma Agrária²³ visa o todo, independente da sua condição financeira.

Esses processos de redistribuição são sempre problemáticos, pois envolvem diversas políticas econômicas e grupos sociais. Os grupos indígenas, assim como no Brasil, foram importantes na história de outros países da América, como por exemplo os EUA. No âmbito da América Latina, quem se destaca como referência e considerado o berço no processo de reforma agrária é o México. Teve como lema Zapatista “terra pra quem, com suas mãos, nela trabalha”.

Aqui no Brasil a resposta foi o apoio de grupos de esquerda mais radicais e a abominação por parte da direita conservadora e da Igreja Católica. Havia grande medo, por parte da elite brasileira, de que os processos de reforma agrária socialista de outros países viessem a ocorrer no Brasil, afinal, intelectuais como Paulo Schilling estava atuando organicamente na política brasileira.

Cabe citar o impacto do processo cubano em toda a América Latina e como os EUA lidou com as mudanças ocorridas. Com a influência da Revolução Cubana, o Presidente Kennedy criou um pacto chamado Aliança para o Progresso, que foi

²³ Um dos maiores pesquisadores e referência no tema, Stédile, é quem conceitua a reforma agrária ao dizer que se caracteriza por um programa de governo que democratiza a propriedade agrária, garantindo, assim, o acesso a terra. Seria função do governo distribuir a terra a todos que quiserem produzir e usufruir dela (STÉDILE, 2020, p. 15). O principal instrumento jurídico que os governos têm usado para tal, na grande maioria das experiências é a desapropriação, pelo Estado, de latifúndios e grandes fazendas. Como consequência há uma redistribuição entre camponeses, sem-terra, agricultores médios e pequenos e assalariados rurais. Para tanto, é preciso em primeiro lugar que o Estado conceitue o latifúndio, já que só assim podemos conhecer a quem está destinada a desapropriação latifundiária. Outra forma de fazer a reforma é pela expropriação ou confisco. Nesse caso a propriedade da terra é transferida para o Estado, sem indenização ou pagamento de valores, ao contrário da expropriação.

Para nosso trabalho ser mais completo, é importante citarmos as colocações de Stédile que faz menção ao atento cuidado que devemos ter para não cometermos anacronismos. A própria propriedade é um conceito moderno, que foi constituído com base no liberalismo. Ou seja, dentro da História, se pensarmos nela como uma linha temporal, o conceito não estará presente na Antiguidade, como já comentamos, e por isso a reivindicação de reforma agrária só serão discutidas a partir dos programas e propostas de redemocratização do acesso à terra durante o século XX. Isso porque, junto com essa, e tantas outras, as reivindicações de reformas de base está atrelado aos movimentos sociais, a noção do direito que os cidadãos passam a ter e as experiências político econômicas que começa a se destacar em nações que se tornam independentes do imperialismo. Não se trata mais de viver os textos bíblicos e seguir suas leis. Agora se faz fundamental o direito do homem livre, capaz de fazer suas próprias leis.

Casos contemporâneos em que a reforma é impulsionada pela sociedade incluem Paraguai, Honduras, Guatemala, Filipinas, Bangladesh, Índia, Indonésia, África do Sul e Zimbábue. O Brasil é um dos processos menos significativos da América Latina. Em solo norte americano a estimativa é que aproximadamente 500 mil indígenas “peles-vermelhas” foram exterminados, conforme Stédile (2020, p. 45);

assinado em 1961. O acordo garantia o compromisso de que os países pertencentes ao pacto fariam mudanças estruturais, incluindo a reforma agrária e em troca os EUA ajudariam economicamente o seu desenvolvimento. Na avaliação de cientistas políticos estadunidenses da época, Cuba teve forte influência de seus camponeses, desempenhando papel fundamental na revolução.

Ao analisar as questões agrárias e os desmembramentos ocorridos a partir das reformas e da interferência externa nas mesmas, podemos concluir a importância do tema. Para Paulo Schilling não foi diferente. Para ele, que estava inserido no meio agrário durante sua juventude tornou-se relevante estudar e evidenciar os problemas fundiários. Buscou, com isso, trazer soluções para o campo político brasileiro e a seguir traremos sua produção intelectual para que possamos analisar.

2.1 – Paulo Schilling e sua produção

Nos livros publicados até 1964²⁴ encontramos os problemas agrários do Rio Grande do Sul e do Brasil sendo abordados de modo aprofundado por Paulo Schilling. Seus estudos começam com a história agrária do Rio Grande do Sul, buscando embasamento para suas reflexões em autores como Josué de Castro, Nahyta Martins Ramos, Darci Azambuja, Florêncio de Abreu, Padre Hernandez, J. Fernando Carneiro, Limeira Tejo, Oliveira Vianna, Simão Vasconcelos, General João Borges Fortes, Oswaldo Aranha, Dante de Laitano, Moysés Vellinho entre outros. Assim como comentado no capítulo anterior, Paulo foi um leitor. E percebemos na sua bibliografia o tanto de autores diversificados que se apropriou para poder dar crédito as suas falas. Na sequência ele utiliza dados do Censo das últimas décadas, explicando ao leitor seus argumentos e sua análise sob a perspectiva empírica, e que não se tratava de achismos. O livro “A Operação Trigo”, de 1956, por exemplo, foi um estudo socioeconômico que fora publicado inspirado nas contribuições e aspirações dos tricultores de Encruzilhada do Sul.

²⁴ Dos dez livros publicados por Paulo Schilling, iremos analisar como fonte de pesquisa apenas 4. Serão estes: *Operação trigo*, de 1956; *Trigo*, de 1959; *Crise Econômica no Rio Grande do Sul*, de 1961 e *O que é Reforma Agrária?* de 1963. Isso porque nos interessa especificamente o período de 1950 à 1964 de sua trajetória e também porque esses livros, assim como sua atuação como tricultor, trouxeram notoriedade para o jornalista o que fez com que Brizola quisesse trazê-lo para seu governo. Nesse período que citamos, Schilling focou sua produção no setor agrário por causa de sua experiência como agricultor;

Sobre a história agrária gaúcha, Schilling enfatiza como ela é marcada por episódios violentos de expropriação de terras, extermínio de grupos indígenas e grilagem, o que permitiu abertura para a apropriação das terras de maneira desleal. Todos esses processos e movimentos que aconteceram no século XIX teve um propósito: a apropriação e a propriedade privada, segundo Schilling, e que desde então o latifúndio ganhou espaço no setor agrário principalmente do Rio Grande do Sul. Ao tratar dos problemas agrários que o país enfrentava Paulo Schilling sugeriu hipóteses e soluções que dariam conta desses e de que outros problemas causados em setores como o econômico, social e ambiental. Para o jornalista a maioria dos problemas nessas esferas estaria diretamente atrelada à ausência da redistribuição de terras que deveria ser tratada com mais seriedade por nosso legislativo.

Sobre o Rio Grande do Sul ele diz que no início da colonização, que não traziam nem ouro nem prata, era “vasto e pobre território” (AZAMBUJA apud SCHILLING, 1963, p. 15), por isso,

É interessante notar como a criação de gado constituiu-se na pedra angular do sistema de catequese dos jesuítas. Escreve o Padre Jaeger “nessa empresa, eminentemente humanitária, o primeiro passo era infalivelmente, o de garantir aos neófitos a necessária alimentação, sem a qual abortava fatalmente toda tentativa de perder os silvícolas a lugar fixo, condição “sinequa non” para o sistema de catequese. (SCHILLING, 1963, p. 16)

Schilling explica que as grandes estâncias de gado surgiram pelas mãos dos jesuítas e a essas não podemos atribuir característica de atividade econômica. O produto era destinado ao consumo das próprias comunidades e sem finalidade de troca (SCHILLING, 1956, p. 11) e acrescenta que antes as Vacarias dominavam os campos do que um dia seria o Rio Grande do Sul. Nesse caso as terras eram abertas e sem limites:

Os preadores de gado, como Cristóvão Pereira e tantos outros que, no início do ciclo preador, são apenas caçadores nômades de rebanhos alçados, sentem necessidade, para maior êxito de suas empresas, da constituição de postos permanentes de fixação, onde pudesses acurrular o gado preado [...] a posse da terra começa a ter significação econômica. (SCHILLING, 1963, p. 19)

Segundo o jornalista descreve, em 1631, quando chegaram ao território português, nenhum direito civil vigorava, apenas o direito eclesiástico (1963, p.15). Nesse período nenhum indivíduo possuía a propriedade da terra (legalmente), como Schilling disse “tudo pertencia a todos” (1963, p.15). E para o jornalista, o Rio

Grande do Sul entrou para a história econômica do Brasil somente a partir de 1728 quando o Caminho dos Conventos abriu-se e as tropas de gado puderam adentrar o mercado consumidor do Centro do país (SCHILLING, 1956, p. 12). Schilling julgava importante destacar esses acontecimentos para que seu leitor compreendesse melhor seu texto.

Em seu livro de título *“Trigo”*, 1959, Paulo vem culpando o latifúndio pelos problemas do setor agrário,

De qualquer maneira, o latifúndio será extinto. Teremos, nos próximos dez anos, o reverso do ocorrido em 1820, quando as pequenas propriedades agrícolas foram absorvidas pelo latifúndio pastoril. [...] Sem medo de errar, podemos afirmar que o censo de 1960, ao contrário do de 1950, já mostrará uma diminuição no número e na área dos grandes estabelecimentos, assim como grande aumento nos números das propriedades pequenas e médias, confirmando a tese que defendemos. (SCHILLING, 1959, p. 28-29)

Nossa análise sobre o texto de Paulo Schilling identificamos sua admiração pela escola marxista e acontecimentos históricos como a revolução cubana e a russa, acreditando que o Brasil só iria desenvolver todo o seu potencial quando não houvesse mais desigualdades econômicas e sociais. Ele acreditava que para tanto, era preciso atitudes mais enérgicas e radicais. Expressava a necessidade de reformas em vários âmbitos administrativos do país com a ajuda de políticas públicas. Não à toa seus escritos demonstravam fazer parte da ala da esquerda mais radical, buscando meios revolucionários de conseguir as reformas consideradas necessárias.

Em seu livro *“A crise Econômica no Rio Grande do Sul”*, de 1961, na justificativa de tal trabalho, Paulo Schilling falou da luta de classes alegando que desde a Revolução Industrial, algumas camadas da sociedade conseguiram certa hegemonia e sua evolução agravou as diferenças de nível da sociedade, “a manutenção do estado de propriedade das grandes potências está condicionada à manutenção do ‘status’ existente” (SCHILLING, 1961, p. 17). Argumentou a respeito da sociedade brasileira ser configurada e composta por oligarcas, latifundiários e industriários que dominavam a economia, e a política brasileira. E para o jornalista, muito dos interesses desses homens era a política entreguista que alguns de nossos governantes mantinham ao fazer acordos econômicos com nações imperialistas. Esses acordos beneficiavam especialmente a burguesia e seus aliados com a

grande maioria dos trabalhadores que sustentavam o país passando por dificuldades sociais e econômicas, aos olhos de Schilling.

O jornalista, que, assim como Marx, também foi leitor de Rousseau deixa fácil entender sua familiaridade em falar sobre a propriedade, o latifúndio²⁵ e os problemas agrários (que ele vivenciou no seu dia a dia quando chegou a Encruzilhada do Sul nos anos de 1949). A teoria da propriedade privada, analisada em suas particularidades nos permite compreender que quando há o cercamento das terras, estamos privando outros indivíduos de tomar a posse e usá-las em seu benefício²⁶. Aqui no Rio Grande do Sul não foi diferente e com o fim do campo aberto dois caminhos puderam ser tomados: segundo Schilling o êxodo para as cidades ou

A exploração em terra alheia de uma agricultura primitiva em bases semifeudais. Uns optaram pelo primeiro, vindo a proporcionar os braços necessários à industrialização crescente; outros escolheram o segundo, tornando-se os precursores da agricultura nas coxilhas” (SCHILLING, 1956, p. 16)

Paulo Schilling defende que a propriedade privada implica mais do que possuir bens para o uso social, já que a desigualdade se inicia a partir dela. Nos momentos em que a propriedade privada surge, a preocupação do homem é ter o domínio sobre um “trato de terra o mais largo possível” (SCHILLING, 1956, p. 16).

²⁵ Definiremos dois termos para que não haja confusão com o tema que viemos trabalhando. É caro conceituar o agronegócio e a agricultura familiar para que não façamos uma leitura de forma anacrônica desses termos, que não eram utilizados no período a que este estudo designa trabalhar. O termo *agronegócio* se popularizou no Brasil a partir da década de 1990 e designa “um conjunto de ações ou transações comerciais (produção, industrialização e comercialização), ou seja, negócios relacionados à agricultura e à pecuária” (SULZBACHER, 2012). A intenção é relacionar a incorporação de tecnologia e distingui-lo dos setores supostamente atrasados, como o latifúndio e a pequena propriedade. Assim a agropecuária deixa de ser regida pelas forças da natureza e passam a estar sob o comando do capital.

Já a *agricultura familiar* se contrapõe ao agronegócio. Surge também na década de 1990 pela pressão dos Movimentos Sociais “em prol da necessidade de políticas públicas específicas aos sujeitos rurais do campo, até então à margem do modelo de desenvolvimento agrícola”. Está ligado ao reconhecimento de sua existência e importância para o setor produtivo, ou seja, diferenciando-se da pequena produção e da produção de subsistência. (SULZBACHER, 2012);

²⁶ Verificamos que a maior propriedade rural do Brasil pertenceu a Cecílio do Rego Almeida, no Pará, e compreendia até o ano de 2008 – quando seu proprietário morreu –, 4,5 milhões de hectares, o equivalente a 7 vezes o tamanho de Brasília. Em recente fala pela Universidade Federal de Goiás, o Professor Doutor Cristiano Arrás fez os seguintes questionamentos: a) Como uma única pessoa conseguiu tanta terra? b) Num país com profunda concentração de terra e profunda desigualdade social, é justo esse tipo de condição? Cecílio do Rego Almeida foi considerado um dos maiores grileiros do mundo contemporâneo, e mesmo assim, em 2012, foi apresentado projeto de lei para conceder homenagem ao empresário nomeando um trecho da BR 277 de “Rodovia Cecílio do Rego Almeida”;

Para o jornalista, muitos usaram de artimanhas – como grileiros²⁷ -, para se apropriar de terras que iam além dos limites permitidos pela Coroa Portuguesa – no período colonial e posteriormente.

O trigo constituía a base econômica das pequenas propriedades açorianas. Entre 1805 e 1810 a exportação do produto atingiu 460 mil alqueires como Paulo Schilling explica, mas a ferrugem e a importação americana determinaram o desaparecimento dessas lavouras.

Com exceção da produção oriunda das pequenas lavouras de subsistência formadas, nos grandes estabelecimentos pastoris, com braços escravos, posteriormente, dentro do regime de parceria, praticamente toda produção agrícola do Rio Grande do Sul provinha das zonas coloniais, das pequenas propriedades de 25 a 50 ha, exploradas diretamente pelo dono e sua família. (SCHILLING, 1961, p. 25)

Paulo Schilling fez uma análise sobre as etapas do processo de apropriação da terra:

A descoberta do território, a sua conquista, a motivação econômica da mesma, o surgimento da propriedade territorial, inicialmente de fato, depois legal, a tendência expansionista, o latifúndio, a superestrutura política por ele modelada, as condições que ele gera e a sua combinação. (SCHILLING, 1963, p. 14)

O jornalista conta em seus livros que antes da criação das estâncias, os campos eram abertos, não havia cercas ou divisas e os animais corriam sem empecilho. Os cercamentos²⁸ promoveram a exclusão de grupos sociais

²⁷ Para Antônio Marcos Myskiw, grileiro é um termo, do Direito Agrário que diz respeito ao indivíduo que falsifica todo ou parte de documentos por meio de fraude “ou outro meio ilícito” com o objetivo de obter para si ou para outra pessoa uma propriedade de imóvel alheio (MYSKIW, 2002, p. 26). A grilagem é uma prática antiga em que se coloca um papel dentro de uma gaveta junto com alguns grilos. Em algumas semanas o papel passa a ter aparência de velho por causa dos dejetos dos insetos. “Com este papel envelhecido pela ação dos grilos, a pessoa visa comprovar a antiguidade de sua ocupação” (MYSKIW apud MOTTA, 2002, p. 27). Marcia Maria Menendes Motta comenta que a grilagem é uma prática que remonta o século XVIII. As dificuldades que pessoas hipossuficientes enfrentavam, facilitava para que os mais abastados conseguissem fraudar documentos (Públicos ou privados) e se apropriassem de terras que não eram suas, criando assim, um aumento significativo nos extensões de terras e conseqüentemente o latifúndio;

²⁸ Antes da revolução Inglesa de 1640, a Inglaterra passou pelo processo que desintegraria o sistema feudal, marcado pelo processo de cercamento. Nesse momento o homem deixa de ser servo e ocorre a sua libertação, mas “ao mesmo tempo é expropriado da terra e dos meios de produção” (HILL, apud Jung, 2006, p.55). No feudalismo o homem estava preso a terra e no capitalismo – a escravidão mascarada – teoricamente pode escolher onde quer e com quem quer trabalhar. O homem deixa de ter a propriedade e os meios de produção e é obrigado a vender o único bem que lhe restou após a política de cercamento, ou seja, sua própria força de trabalho. Semelhante ao processo ocorrido na Inglaterra que criou os homens sem senhor: mendigos, vagabundos, pedintes e pessoas que viviam

economicamente desfavorecidos e privilegiaram outros que se sobressaíram por ter uma condição muito mais vantajosa. A Revolução Industrial e o capitalismo desagregaram a indústria doméstica, a qual se dedicava primitivamente o camponês. O homem deixa de produzir por necessidade e passa a ter a necessidade de dinheiro, para compra de itens indispensáveis e até supérfluos, afinal “ele não pode mais lavar a sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro” (KAUTSKY, 1898, s/n).

O camponês é, historicamente, parte importante da construção social do Rio Grande do Sul. Schilling diz que a vida urbana no estado é recente e que “poucas de nossas cidades remontam a mais de um século” (SCHILLING, 1959, p. 11). A origem do gaúcho está nas coxilhas e vales, e esse indivíduo tem amor à terra. Essa é a causa do ânimo que alimenta os homens que desejam rumar em direção ao campo novamente, segundo o jornalista e talvez por isso a triticultura estivesse ligada a luta pelo fim da fome e pão nas mesas dos brasileiros. Tornou-se uma espécie de missão que alimentava a luta dos tricultores. O papel deles teve importância fundamental para o desenvolvimento da agricultura gaúcha, pois,

O nosso povo, torna-se tratorista, improvisa-se mecânico, estuda a técnica agrônômica, transforma-se em economista para poder discutir com os órgãos do governo, torna-se agitador quando acordos danosos tentam liquidar o trigo nacional e até conferencistas se torna porque é necessário divulgar os problemas do trigo, ganhar novos aliados nessa batalha de emancipação econômica. (SCHILLING, 1959, p. 12).

Para o jornalista, além do gado, que surgiu junto às estâncias, o Rio Grande do Sul foi o esteio do trigo, e sobre isso, Schilling escreveu muitos textos. Mas anterior ao Trigo, o “arroz constituiu a primeira penetração capitalista no campo gaúcho” (SCHILLING, 1956, p. 13), e representou para o Rio Grande do Sul um novo estágio econômico, ou seja, a agricultura em grande escala. Já os dados do Censo que Paulo apresentou, referentes ao ano de 1949, indicam que a produção agrícola de Encruzilhada do Sul, foi, por exemplo, 22 vezes mais rentável que a pastoril, mesmo elas sendo igualmente rudimentares. Mesmo assim, a triticultura recebia menos destaque – econômica e politicamente – que a criação de bovinos, ovinos, equinos e suínos (SCHILLING, 1956, p. 15).

fora da lei, aqui nas estâncias e na formação latifundiária surgiram à camada de servos, camponeses e sem terra que ficaram a margem da sociedade brasileira (JUNG, 2006, p. 56);

Ele ainda escreveu sobre as relações entre o latifundiário e o trabalhador rural. Ele diz que o latifúndio aumentou as desigualdades e isso pode significar que trabalhadores rurais que dependiam dele para sobreviver, passaram a sofrer com baixa qualidade de vida e ausência de direitos que acolham suas necessidades. Paulo Schilling explicou em algumas palavras como é a relação desses latifundiários, os trabalhadores e a importância que a triticultura teve nas suas vidas. Ele diz: “o coronel liberal e o coronel conservador eram, geralmente, dois grandes estancieiros, com seu poder assentado na massa de agregados e peões de sua gleba e nas inúmeras vinculações parentais e compadrescas da vizinhança” (SCHILLING, 1961, p. 24). E, “os pequenos e médios proprietários das zonas de campanha, que, lenta, porém inevitavelmente vinham sendo expulsos pelo latifúndio, tiveram, graças à triticultura, sua posição consolidada” (SCHILLING, 1961, p. 32), ou seja, o proletariado em campo gaúcho passou a trabalhar em lavouras de trigo. Sobre o pequeno agricultor Schilling diz que:

O fazendeiro lhe cede um canto de sua propriedade, como sempre, o terreno menos propício ao boi, conseqüentemente o mais trabalhoso para a agricultura, ali, com seu arado primitivo, puxado por boizinhos crioulos, miseráveis como o dono, verdadeiros “graxains de guampa”, vai ele fazendo seu cultivo, dependendo principalmente da chuva, pois sem ela não consegue lavrar a terra (quando falamos em lavrar, é por eufemismo: a expressão adequada seria riscar) sem auxílio governamental, sem financiamento, sem orientação agronômica, lança ele ao solo sua semente de trigo (sobra de safra anterior, que sofreu uma seleção às avessas, pois o melhor trigo foi vendido ou moído) tendo como único adubo um pobre potássio oriundo da queima do campo, que lhe levou o rico nitrogênio, depois de tudo isso, que representa muita faina sol a sol, se o gado do fazendeiro não invadir o cercado, se o granizo, a lagarta, a ferrugem, o carvão, a carie permitirem, chega à época da colheita, da colheita à foice, de paveia a paveia, com o sol de dezembro queimando a carcova; depois do trigo emedado, vem a corrida atrás do homem da trilhadeira, esse personagem, também humilde, porém tornado importante por força das circunstâncias, e que nunca pode atender a tempo, pois as chuvas do verão fazem o trigo seguir seu destino natural – germinar -, fugindo à finalidade que o homem lhe impôs – ser pão de cada dia; quando finalmente a maquina chega, revive a esperança do miserável, pois mesmo depois de paga a trilha, de entregue a “meia” ou a terça ao senhor da terra, há de sobrar alguma coisa com que matar a fome durante o ano e semente para renovar o ciclo. (SCHILLING, 1956, p. 14-15)

Schilling questiona quem foi que contestou o direito a posse da terra que havia sido firmado pelos criadores de gado há três séculos e ele mesmo responde: “Simplesmente essa figura delgada e flexível, porém antiga como a Civilização, democrática por excelência por ser o alimento da maior parte da Humanidade: o TRIGO” (SCHILLING, 1956, p. 13). Agora seu grande aliado era o trator, mas não

cairia tão rapidamente, pois, se o Império Romano levou séculos para cair, por que o Império do Boi (como Schilling chamava) cairia em dois tempos?

O Império Romano somente desmoronou quando sua base econômica – o trabalho escravo – foi superada. A base econômica do Império do Boi – o latifúndio – continua firme, pois a penetração da lavoura mecanizada se tem limitado às pequenas e médias propriedades. É por isso que perdura o Império do Boi. (SCHILLING, 1956, p. 13)

Em seu livro, de 1961, *Crise Econômica no Rio Grande do Sul*, tratou do trigo e da política de desenvolvimento que estava afetando a agricultura e pecuária gaúcha. Este escrito, na verdade, tratava-se de um material publicado no jornal O semanário²⁹, em 1959, em 3 edições sequenciais na íntegra, e em 1961 transformado em livro e publicado pela “Difusão de Cultura Técnica Ltda.” de Porto Alegre. Em um trecho do texto ele comenta que as charqueadas abateram 800 mil cabeças de gado em 1951. Isso trazia prejuízo para o todo, pois deixava de aproveitar matéria-prima que poderia fornecer “valiosos sub-produtos” (SCHILLING, 1961, p. 13). Segundo Schilling, a proibição da exportação e falta de frigoríficos eram tratados como as causas do desperdício. Lamenta, ainda, que o espaço da publicação³⁰ não lhe permite detalhar as perdas de cada uma das riquezas do Brasil: suinocultura, avicultura, ovinocultura, indústria de pesca e de laticínios, cultura do arroz, trigo, milho e mandioca, mas conclui que uma das soluções para o problema do setor agrário é impedir que se dispersasse o camponês e sua família das regiões rurais: “é dar terra àqueles que de fato a trabalham, abrindo novas frentes de colonização, onde predomina o latifúndio improdutivo e oneroso” (SCHILLING, 1961, p. 15). E,

²⁹ O jornal fluminense foi fundado em 5 de abril de 1956 por Osvaldo Costa e extinto em abril de 1964. Durante sua existência contou com a colaboração de nomes como Osni Duarte Pereira, Néelson Werneck Sodré, Condim da Fonseca, Anderson Mascarenhas, Sérgio Magalhães, Josué de Castro, Francisco Julião, Barbosa Lima Sobrinho, Plínio de Abreu Ramos e outros. No seu primeiro ano de existência esboçou seu programa de ação que consistia em lutar contra as tentativas de alteração do estatuto da Petrobras, estimular as forças legislativas em seus diferentes níveis (federal, estadual e municipal) em torno da criação da Frente Parlamentar Nacionalista, movimento que pretendia aglutinar todos os parlamentares de tendência nacionalista de esquerda. O Semanário passou a denunciar os envolvidos em manobras consideradas prejudiciais aos interesses nacionais, na medida em que abriam as portas da economia brasileira à exploração estrangeira. Partindo dessa perspectiva, o jornal passou a conclamar seus leitores a se engajar na luta pelo nacionalismo e a combater os grandes trustes internacionais. Em abril de 1964, após a tomada do poder pelos militares, O Semanário foi fechado. (Ferreira in ENTREV. RAMOS, P.; Semanário, Rio);

³⁰ Aqui aparece o detalhe, mostrando que o livro foi uma cópia na íntegra do que havia sido publicado antes no jornal;

É conjugar a agricultura com a pecuária, que são as maiores riquezas do Estado. É aperfeiçoar e ampliar a sua rede de circulação para o rápido escoamento do seu plano de eletricidade, para que a matéria prima produzida para ser industrializada na região produtora, como é o caso da lã, que sai do Estado em bruto. (SCHILLING, 1961, p. 15)

O que percebemos em seu texto é a ambiguidade do seu discurso. Ora critica o latifúndio e acredita que seu fim está próximo, solucionando os problemas do setor agrário, ora concorda com a necessidade que há em manter-se a propriedade privada, considerada por muitos especialistas um dos maiores males da sociedade moderna³¹. Para Schilling a propriedade privada era necessária para que houvesse dignidade para os pequenos e médios produtores rurais brasileiros. Ao citar Paul A. Baran³², Schilling reflete que nada adianta investir e auxiliar no pequeno e médio produtor agrário se houver desaparecimento da população camponesa.

Como intelectual e militante, Schilling pensava o Brasil e discutia os problemas procurando também por soluções que beneficiassem os trabalhadores e camponeses do país tanto quanto o desenvolvimento da agricultura, a pecuária, a economia do Estado. Assim como Kautsky que um dos traços mais marcantes do meio rural é o fato de que a exploração e o lar estão indissolúvelmente fundidos, pois “não há exploração agrícola sem lar que lhe corresponda” (KAUTSKY, 1898, p. s/n), então, pensar o camponês e trabalhador rural é pensar, também, no seu lar que é a terra.

O que nos leva a mencionar que Paulo Schilling associava o sistema agrícola do Rio Grande do Sul ao feudal³³. Os motivos que o levam a pensar assim dizem respeito às características das áreas de cultivo, as técnicas utilizadas e graus de

³¹ Acreditamos que essa afirmativa de Schilling seja resultado da influência de Rousseau no seu repertório teórico, já que o filósofo também acreditava que a propriedade privada não era um mal para a sociedade civil;

³² Paulo A. Baran nasceu em Mylolaiv, em 1909, e foi um economista marxista. Escreveu sobre planejamento econômico e esteve engajado na organização da Juventude Comunista. Faleceu em 26 de março de 1964, nos EUA. Paulo cita o economista em vários trechos, desde os primeiros até os escritos no exílio. Identificamos ao longo da pesquisa que Baran foi uma das grandes referências de Schilling;

³³ Quando a sociedade passou do feudalismo para o capitalismo, havendo a necessidade da troca de mercadoria por dinheiro, as épocas em que a natureza impedia uma boa safra, as suas receitas não lhe bastam para cobrir as necessidades de dinheiro. Acabavam tendo que fazer uso de crédito e dar sua terra em hipoteca, e, como Kautsky afirma: “uma nova dependência, uma nova exploração, a pior de todas, começa por ele, a do capital usurário, do qual se desembaraça com muito custo” (1898, s/n). Decreta-se o fim e vende-se o bem. Ou seja, o que antes não acontecia, mesmo com as más colheitas, o fogo e as guerras, agora no modo capitalista de produção a crise do mercado passar a levar seus cereais, gado, terra e tudo o que nela estiver. Hoje o camponês não produz mais para si mesmo. Compram os instrumentos – que são cada vez mais caros –, o seu próprio alimento que a sua exploração especializada não produz, além de ter que contratar trabalhadores para o manejo de sua produção;

mecanização³⁴, a quantidade de braços utilizados em atividades que são essencialmente capitalistas, e, principalmente no que diz respeito à propriedade (que está nas mãos de poucos), além da renda que as terras produzem a quem trabalha nelas (SCHILLING, 1961, p. 61).

Na evolução das relações feudais de produção no campo, são característicos três tipos de renda pagos pelo camponês ao proprietário das terras: a renda-trabalho, a renda-produto e a renda-dinheiro.

[...] Ultimamente com a crescente dificuldade em conseguir terra, vemos o agricultor mecanizado, representante da técnica mais avançada, sujeito a relações de produção medievais, pagando porcentagens variáveis ao proprietário das terras, as quais atingem, em certos casos, a tradicional “terça”. (SCHILLING, 1956, p. 14)

Quem corrobora com essa teoria de Schilling é Nelson Werneck Sodré (1982) em seu livro “Forma o histórica do Brasil”. Em um estudo sobre Sodré, Ivan Ducatti diz que ele reconhece a existência de um sistema feudal no Brasil, que se iniciou na coloniza o e se desenvolveu até o surgimento da burguesia nacional no final do século XIX (DUCATTI, p. 2). Para Sodré a questão feudal está ligada diretamente as classes latifundiárias, pois no início da coloniza o, os traços feudais encontravam-se na legisla o portuguesa que ainda era medieval, ou seja, houve transferência desses traços para o Brasil. Porém, precisamos esclarecer que quando Sodré se refere a sistema feudal não está falando do modo de produ o ou de uma feudalidade medieval. O feudalismo de Sodré diz respeito a mentalidade da elite colonizadora “de vassalos que dominavam a vida social” (DUCATTI, p. 2). Aqui no Brasil houve dificuldade no desenvolvimento do modo de produ o capitalista, segundo Sodré. A dificuldade em renunciar a um sistema escravagista se deu pelo

³⁴ A introdu o de máquinas veio primeiro na indústria e trouxe maior produ o, explora o da força de trabalho e concorrência que proporcionou maior acúmulo de capital   burguesia exploradora. Mas a agricultura também sofreu transforma es a partir da introdu o de máquinas que passaram a substituir a agricultura manual, realizada pela mão de obra humana. A máquina proporcionou a divisão do trabalho, porém na agricultura os obstáculos de ordem capitalista, a máquina não tem por fun o a economia de força de trabalho, mas sim de s lrio, e, “quanto mais baixo os s lrios, tanto mais difícil   introdu o de máquinas” (KAUTSKY, 1898, s/n), como no campo os s lrios são menores que nas cidades, conseqüentemente a introdu o de máquinas também   mais complicado. Outra grande diferença entre os meios rural e urbanos se refere a habilidade de quem opera a máquina, já que “todo operário que trabalha o ano inteiro na mesma máquina se torna logo extraordinariamente hábil no seu manejo” (KAUTSKY, 1898, s/n). Já com as máquinas agrícolas, que em geral são complicadas de manusear o seu operador não trabalha o ano inteiro na mesma máquina. Ou seja, não pode se habituar ao seu manejo como o operário da indústria. Além disso, o próprio reparo e transporte de máquinas para os campos   de difícil acesso já que ficam longe de estradas. Mas a agricultura mecânica proporciona a execu o de trabalhos que o homem não pode ou nunca conseguiu fazer sozinho. Entre essas máquinas, um bom exemplo são as semeadeiras, que fazem um trabalho muito melhor do que o realizado   mão. Seu uso vale a pena até quando sua mão de obra   feita de forma mais barata;

fato de as classes latifundiárias buscar se manter nessa estrutura, ou seja, “não dinâmica quanto aos fluxos de capital que devem ser invertidos à produção, a fim de que se produza mais capital, por intermédio dos resultados dessa mesma produção” (DUCATTI, p. 2). Conseguimos identificar este conceito nas ideias de Paulo Schilling que, quando se refere a sistema semifeudal está se referindo a essa mesma mentalidade que era eminente na sociedade³⁵ do período.

Schilling considera importante destacar que a propriedade da terra não estava na mão dos produtores. Isso impediu que a terra fosse trabalhada de forma correta. A terra precisando de descanso para poder ter um melhor desempenho, por causa dos sistemas de arrendamento, produziu qualidade inferior ou simplesmente não produzido. Afinal “ninguém irá mobilizar grandes somas em imóvel alheio, a ser usado por exemplo 3 ou 4 anos” (SCHILLING, 1961, p. 68). Além da propriedade da terra, a colheita mecânica ajudaria a diminuir os custos. A terra foi tema destacado no seu livro de 1956. Sobre a realidade daqueles anos, ele diz:

Atualmente ... em toda a zona tritícola do Estado, a situação é a seguinte: Novas lavouras são praticamente impossíveis, por não conseguirem os triticultores novas terras em arrendamento, mesmo com os novos níveis de locação.

Grande número de contratos já venceu, outros estão nessa iminência, não conseguindo os agricultores sua renovação em bases econômicas, vendo-se focados a abandonar o cultivo.

A grande valorização dos campos, ocasionada pela triticultura, impede possam os triticultores, mesmo os que tiveram lucros compensadores, adquirir terras próprias. (SCHILLING, 1956, p. 22)

Percebam que a preocupação de Schilling era pertinente e era voltada ao homem, ou seja, a discussão para que houvesse uma política pública de distribuição

³⁵ O pensamento autoritário e conservador presente no início dos anos 1920 alimentava a ideia da existência do feudalismo no Brasil. Isso porque, para eles estava muito localizado no setor agrícola e pecuário a economia e política brasileira e o desenvolvimento do país estava comprometido. Porém Caio Prado Jr. o problema da modernização brasileira tinha outras possibilidades, o que fez com que ele refletisse, principalmente em sua primeira obra “Evolução política no Brasil”, de 1933. Já na obra “A revolução brasileira”, de 1966, Prado Jr. levanta uma série de crítica contra a tese do feudalismo no Brasil, pois, para ele o problema da lenta modernização brasileira ocorre por causa da formação social e econômica brasileira e o processo colonizador que o país sofreu. Houve exploração da mão de obra e das terras coloniais e, portanto não configuraria um sistema feudal, pelo contrário estaria mais próximo do capitalismo e seriam os colonizadores uma espécie de “empreendedores” ou “empresários” e o Brasil seria uma espécie de fornecedor de mercadorias e riquezas naturais. Inclusive ele faz uma crítica a esquerda brasileira e diz: “Realmente, na ausência de uma tal teoria, [...] as esquerdas brasileiras não podiam como de fato não lograram mobilizar efetivamente as verdadeiras forças revolucionárias. [...] No campo onde o assunto se apresentava muito mais complexo, a coisa era pior, pois as prédicas para uma massa trabalhadora rural fantasiada para as circunstâncias de campesinato do tipo europeu dos séculos XVIII e XIX, e as imprecações contra o “feudalismo” não encontravam aí, nem podiam encontrar nenhuma ressonância.” (PRADO JR. apud LIMA, 2008, p. 77);

de terras deveria acontecer para um bem maior: o bem-estar do homem do campo. Ele buscava compreender o que faltava para que governos estadual e federal se propusessem, para construir planos econômicos e sociais em benefício dos agricultores.

Paulo Schilling explica como o trabalhador, sem-terra, constituía a imensa maioria da população economicamente ativa.

Inicialmente, com o predomínio absoluto da pecuária, todos eram peões de fazenda. O pastoreio errante, praticamente sem demarcações, que caracteriza o início da pecuária gaúcha, assim como as guerras de fronteira, e depois as revoluções, convulsionando periodicamente a sociedade em formação, obrigavam fazendeiros a manter um maior número de homens doubles de trabalhadores e guerreiros, não só para a segurança da fazenda como para formar um piquete, à disposição do Coronel em defesa da causa do partido. (SCHILLING, 1956, p. 14)

Na perspectiva da escrita de Schilling, a luta agrária começa a surgir no início do século XX por conta do surgimento de novas classes sociais (SCHILLING, 1979, p. 18). Outros fatores como a consolidação econômica e a politização dos trabalhadores rurais, a formação de cooperativas e a organização camponesa dos sem-terra, não devem ser esquecidas. Esses fatores deveriam acabar com o coronelismo, característica fundamental da superestrutura fundiária no país – principalmente do Rio Grande do Sul -, porém isso não ocorreu. Apesar disso, Vargas – que assim como Goulart fazia parte da classe oligárquica rio grandense, segundo o jornalista – aplicou políticas em seu governo que Schilling considerou importante (SCHILLING, 1979, p. 19). Schilling destaca:

Hoje, o pequeno proprietário rural, plantando mais de 10 a 15 hectares, consegue uma renda bastante superior à do trabalhador urbano. Mesmo o trabalhador sem-terra, vítima de um injusto regime de propriedade, teve sua situação melhorada, principalmente àqueles que conseguem colocação nas lavouras mecanizadas. Esses já usufruem alguns dos direitos assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho, recebendo salário-mínimo, assim como os benefícios do Seguro contra Acidentes de Trabalho. (SCHILLING, 1979, 19)

Uma das ferramentas utilizadas para ampliar a luta foi a homologação do Estatuto do Trabalhador Rural, Lei nº 4214, que foi assinada em 2 de março de 1963, por João Goulart. Esse Estatuto esteve longe de contemplar o que Paulo Schilling considerava importante e necessário para os trabalhadores rurais, já que uma de suas pautas defendidas era exatamente olhar para as peculiaridades de

cada região, assim como as diferentes culturas. Conseqüentemente os direitos aos trabalhadores deveriam contemplar essas diferenças existentes. O projeto fora apresentado ao Congresso em 1956 pelo deputado gaúcho Fernando Ferrari. Nele ficou estabelecida as obrigações e direitos do empregador e do trabalhador rural. Por exemplo, foi definido o trabalho rural como sendo aquele que “presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura, ou parte in natura e parte em dinheiro”. Já o empregador é aquele que é proprietário, ou não, que explora atividade agrícola, pastoris ou na indústria rural.

Naquela época era permitido que meninos e meninas, maiores de 14 anos, recebessem a Carteira Profissional de Trabalhador Rural. As jornadas de trabalho não poderiam exceder oito horas diárias e os contratos seriam estipulados conforme usos e costumes de cada região. Essas jornadas podendo se prolongar caso houvesse necessidade “apenas para terminar serviços que, pela sua natureza, não possam ser adiados”

A lei defendia mulheres que, casando-se ou engravidando estivessem sob regime de contrato de trabalho. Nesses casos não haveria necessidade de rescisão e nem restrição a admissão ou sua permanência. Em compensação, as mulheres tinham direito de apenas 6 semanas antes e depois do parto, de repouso, mediante atestado médico. Outro “direito” da mulher com bebê recém-nascido era poder fazer 2 pausas diárias de meia hora, para amamentação, por 6 meses.

O Art. 95 dava conta da estabilidade que o trabalhador rural, que se encontrava a mais de 10 anos no mesmo estabelecimento, só poderia ser despedido por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, que fossem devidamente comprovadas.

Já os artigos que tratam da remuneração dizem que nenhum trabalho rural assalariado, poderá ser remunerado em base inferior ao salário-mínimo regional. E desse salário, poderiam ser descontados o valor do aluguel de casa de residência do empregado, se ela se encontrasse dentro do estabelecimento rural, até o limite de 20% (vinte por cento do salário-mínimo).

Já em seu veto, o autor traz muitas observações importantes, mesmo reconhecendo a importância do Estatuto, se dá conta do que poderia vir a ser melhorado. O Estatuto atribui encargos ao Poder Executivo, porém sem aparelhá-lo para o cumprimento integral. Por exemplo, da obrigatoriedade de manter, em

funcionamento, escola primária, somente naquelas propriedades que possuem mais de 50 famílias, sobre isso o autor diz: "ora, essa condição só muito raramente ocorre no interior do Brasil". Além disso, faz várias críticas, das quais selecionamos algumas delas que Caio Prado Jr. nos apresenta.

Caio Prado Jr. diz que o Estatuto do Trabalhador Rural seria praticamente uma complementação da lei Aurea, que aboliu a escravidão em 1.888. E considera estarrecedor o desinteresse do Estado que chamou atenção durante o trânsito do projeto no Congresso. Inclusive revela que a própria esquerda e progressistas não via a real importância do Estatuto, tanto que se tivessem dado a real importância "por certo evitaria as graves insuficiências em que infelizmente incide a lei". Uma lei que contemplasse todas as necessidades dos trabalhadores rurais seria capaz de "promover e realizar, em larga escala, a transformação de nossa economia agrária" (SANTOS, 2008, p.87).

Raimundo dos Santos explica que para Prado Jr. o legislador do estatuto falhou ao não levar em conta as diferenças profundas que existem nas relações de trabalho no campo se compararmos com as da indústria e comércio brasileiro. O que ele fez foi nada mais que aplicar as mesmas leis que já eram vigentes ao trabalhador urbano, na vida do trabalhador rural (SANTOS, 2008, p. 88). Uma das diferenças vistas pelo historiador é a questão do salário. Ora, o trabalhador da cidade ganha seu pagamento em dinheiro e é essa forma, simples, e única, que se dá a remuneração. Porém no campo, o trabalhador pode receber por seu trabalho empregado de diversas formas: dinheiro, parte dos produtos produzidos ou ocupação de certas áreas da propriedade para atividades próprias. O Estatuto falha em ver as especificidades no ramo agropecuário. Cada um com suas dificuldades, localização, território, clima. Falha em ver que para cada grupo específico desses trabalhadores há necessidades diferentes que ocupam importâncias primordiais para o cumprimento de deveres para com esses trabalhadores. E completa "Ainda há outras situações que o Estatuto não define e esclarece suficientemente, de maneira a assegurar a todos os empregados o pleno gozo dos benefícios social-trabalhistas" (SANTOS, 2008, p. 91), revelando que houve displicência na elaboração do Estatuto, resultando em insuficiente informação e preparação dos redatores dele acerca da realidade brasileira.

É aqui que Prado Jr. chega no ponto principal e crucial de relevância para esse trabalho, e para o repertório intelectual de Schilling. Afinal ele considera que, o

Estatuto, redigido tão desleixadamente, só colaborou com o atraso para a execução da reforma agrária no país, e que se concentrou os esforços na subdivisão da propriedade fundiária (SANTOS, 2008, p.92), e considera que, para que houvesse a reforma, era preciso tão somente um amplo movimento social reivindicatório.

Ora não somente a subdivisão da propriedade fundiária está longe de constituir em todos os casos, e mesmo nos principais, o caminho acertado e mais fácil e seguro para a reforma agrária, como essa própria subdivisão, quando se recomenda, será enormemente facilitada e frequentemente até possibilitada pela efetiva aplicação preliminar de uma legislação reguladora das relações de trabalho e emprego rural, e protetora do trabalhador. (SANTOS, 2008, p.92)

Em 8 de junho de 1973, sob a Lei nº 5.889, assinada Emílio G. Médici, o Estatuto do Trabalhador Rural foi revogado, no ápice da violência ditatorial dos governos militares brasileiros. Deste modo consideramos que falar da reforma naquele contexto era complexo e exigia determinação daqueles que lutaram pela causa. O jornalista Paulo Schilling foi um desses homens.

Traremos um pouco do seu repertório intelectual sobre a reforma agrária.

2.2 – O que Paulo Schilling pensa sobre a Reforma Agrária

A ausência de políticas públicas, como a reforma agrária³⁶, por exemplo, que tem como função beneficiar trabalhadores rurais e camponeses³⁷, foi diagnosticado por Paulo Schilling como à base de problemas maiores que vão além da propriedade privada. Sobre isso, Rocha e Cabral vão dizer que:

³⁶ Quando discutimos temas como a reforma agrária é sempre muito delicado. Por mais que estudemos e nos aprofundemos no tema, é impossível chegarmos a uma solução que seja 100% correta, que satisfaça todos os envolvidos e que funcione plenamente. O sistema econômico e tecnológico vem se transformando a cada dia. Nos tempos atuais essas mudanças ocorrem mais rapidamente do que nos anos em que Paulo Schilling escreveu e discutiu o setor agrário. Por isso, como Karl Kautsky nos alerta, não podemos estabelecer com segurança qual a tendência evolutiva da agricultura (1898, s/n). Isso nos prejudica em determinar qual a melhor política pública para solucionar os problemas que o setor enfrenta e que influencia toda a economia e sociedade brasileira;

³⁷ Ciro Flamarion Cardoso, na sua obra *Escravo ou Camponês: Protocampesinato Negro nas Américas* (1987) reflete que o termo “CAMPONÊS” é “talvez uma das mais escorregadias”, pois se refere a realidades variadas no tempo e no espaço (MYSKIW, 2002, p. 22). Da mesma forma Hobsbawm diz que essas variações dizem respeito ao tipo de base econômica como por exemplo o pastoreio e agricultura. Para José Carlos Barreiro o termo foi introduzido no Brasil pelos movimentos de esquerda em 1950 e diz que se aplica bem quando deseja indicar as lutas dos trabalhadores do campo, principalmente de período. Porém os Movimentos de Direita dizem que o camponês é o sujeito irracional e perigoso, para poder justificar a violência com que atacam as suas manifestações;

A reforma agrária é uma política pública resultado das conquistas da população rural que não tem acesso a propriedade da terra, enquanto a questão agrária é uma discussão mais ampla e complexa que se refere a questões econômicas, sociais e políticas. Deste modo, a política de reforma agrária não consiste na resolução de todos os problemas que envolvem a questão agrária, embora seja uma importante conquista, é apenas o primeiro passo para a resolução de um problema bem mais complexo. (ROCHA; CABRAL, 2016, p. 75-76)

Nos alerta Karl Kautisky (1898):

A questão de se saber se a grande ou a pequena propriedade territorial é a mais vantajosa preocupa os economistas há mais de um século, e ainda não se vislumbra o fim do debate. Isso não tem impedido, contudo que, enquanto os teóricos discutem o assunto, a agricultura realize uma poderosa evolução, evolução que se pode acompanhar com olhar atento. (KAUTISKY, 1898, p. s/n)

Um grande problema visto por Schilling era a corrupção dos governos e “esbanjamento de recursos que as classes dominantes dos países subdesenvolvidos realizam e da remessa de lucros efetuadas pelos investidores estrangeiros” (SCHILLING, 1961, p. 17). E,

Desmoralizada a panaceia, continua o mundo capitalista entre povos poderosos e ricos e povos poderosos e oprimidos, aqueles cada vez mais ricos em razão da exploração a que submetem os mais fracos e estes, conseqüentemente, mais miseráveis. (SCHILLING, 1961, p. 17)

Através do texto de Schilling podemos notar que ele enchergava desigualdades³⁸ e problemas sociais, pela significativa participação de latifundiários na política por considerar que esse grupo limitou as leis em benefício dos marginalizados rurais. Podemos pensar na hipótese de que os problemas enfrentados pelos camponeses e sem terras promovem a compreensão da origem da crise urbana de moradia que implicam em problemas sociais graves, além da crise ambiental que tem sua origem no campo, como Schilling tanto escreveu. Alguns veem a possibilidade de obter terras e mão de obra barata (escrava) como justificativa para a expropriação e massacre de comunidades indígenas, camponesas e acampamentos de movimentos sociais. O objetivo sendo o capital e a

³⁸ Olhando pela perspectiva do campo histórico, que é o objetivo deste trabalho, a questão agrária, segundo Bernardo Mançano Fernandes (2008), “é um problema estrutural do capitalismo, que causa desigualdades”. Para o mesmo autor, as relações de exclusão, expropriação, desigualdades são causadas pelo capital (FERNANDES apud ROCHA e CABRAL, 2016, p. 76). Até porque os latifúndios predominam no país, deixando os camponeses que permanecem no campo vivendo situações precárias, já que o estado tende a investir nos grandes negócios.

exploração máxima para obtenção do lucro, uma lei que preveja a reforma agrária é vista como retrocesso no processo de desenvolvimento³⁹. Sabendo que a crise vai além da má distribuição de terra e sim uma soma de coisas, incluindo a política, devemos concordar com a fala de Paulo que escreveu: “cada povo deve encontrar ‘o seu caminho’ para eliminar as contradições que entravam o desenvolvimento de sua economia agrária” (SCHILLING, 1959, p. 56).

Thomas Hobbes – autor referência para Paulo Schilling no tema –, no clássico *Leviatã*, de 1651, fala sobre a dependência do homem em relação ao Estado. Para que o Estado seja nutrido é preciso que haja abundância e distribuição dos bens necessários à vida através da entrega de bens para uso público “através de canais adequados” (HOBBS, 1651. s/n). Quando a matéria que provém da natureza – animais, vegetais e minerais – se torna limitado, o Estado precisa contar com o trabalho do homem, para que haja abundância desses bens.

Esses bens podem ser estrangeiros ou nativos. Esses últimos se referem a tudo o que pode ser obtido dentro do território do Estado. Como não existe Estado que produza tudo o que necessita, é comum, em sociedades de viés capitalista, como a nossa, que importem os bens de nações estrangeiras. Aquilo que é produzido em excesso ou supérfluo pode ser usado para troca de bens externos, que estão em falta no interior da Nação. Discutiremos mais adiante, mas já sabemos que no Brasil não aconteceu bem assim quando da assinatura do Acordo do Trigo. Afirmamos isso, porque como já sabemos, o trigo existia internamente, inclusive em excesso. Percebemos que esse artifício comercial de viés capitalista serve para beneficiar apenas as grandes nações imperialistas, deixando àquelas em sua dependência para que subjuguem e mantenham seu poderio. Por isso consideramos que redistribuir corretamente as terras produtivas e acabar com o latifúndio seria a função do Estado porque,

Onde não há Estado [...] há uma guerra perpétua de cada homem contra seu vizinho na qual portanto cada coisa é de quem a apanha e conserva pela força, o que não é propriedade nem comunidade, mas incerteza. (HOBBS, s/n).

³⁹ Salientamos que no caso do Brasil "a desapropriação se dá por meio de um decreto que transfere de forma compulsória a propriedade das terras para o Estado, mediante indenização" (STÉDILE, 2020, p. 16). Outra modalidade é a de compra negociada com o fazendeiro (Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992). O confisco só ocorre no Brasil no caso de fazendas utilizadas para contrabando, atividades do narcotráfico ou plantio de psicoativos – como a maconha, por exemplo;

O que Hobbes quer nos dizer é que se todos tiverem interesse no desenvolvimento econômico do país, todos os homens permaneceriam unidos e lutariam pela independência do capital nacional. Algo que Paulo Schilling experimentou na pele quando descobriu que sem o apoio da população brasileira, a revolução que desejava não seria alcançada. Consideramos destacar o que Thomas Hobbes explica sobre a Roma Antiga, onde cabia ao Soberano o cumprimento de leis como, por exemplo, à distribuição de terras em porções para cada homem,

Dado que o soberano, quer dizer, o Estado (cuja pessoa ele representa), se entende que nada faz que não seja em vista da paz e segurança comuns, essa distribuição das terras deve ser entendida como realizada em vista do mesmo. Em consequência, qualquer distribuição que ela faça em prejuízo dessa paz e dessa segurança é contrária à vontade de todos os súditos, que confiaram a paz e a segurança de suas vidas à discricção e consciência do soberano, e assim essa distração deve, pela vontade de cada um deles, ser considerada nula. (HOBBS, s/n)

E Hobbes ainda defende que o próprio Estado deve ter uma porção de terra para que possa sustentar as despesas necessárias “para a paz e defesa comuns” (HOBBS, s/n).

Schilling segue seu raciocínio e explica que a exploração agrícola em solo gaúcho – diferente do ocorrido no centro e norte do Brasil – teve como principal característica a pequena propriedade, o trabalho familiar e a policultura (SCHILLING, 1961, p. 16). Isso permitiu que o território gaúcho tivesse fama de pecuarista, esquecendo-se de suas características e históricos próprios da agricultura. O interesse e as notícias sobre o Rio Grande do Sul estão ligados ao gado. O jornalista ainda comenta que, por isso, inicialmente não interessava a posse da terra,

Da necessidade de estabelecer áreas de pastagens ao longo dos caminhos, pois o gado não podia suportar o longo percurso sem “invernar”, deve ter surgido a posse efetiva, da terra, uma posse de fato, não garantida por nenhum título de legitimidade.

[...] A consolidação da propriedade teve início com a Lei de Sesmarias [...] em 1732 foram concedidas as primeiras sesmarias no Rio Grande. Com as sesmarias, a concessão governamental de posse da terra, nasce a estância. Com ela o latifúndio, característica fundamental de nossa pecuária até os dias atuais. (SCHILLING, 1961, p. 23)

Outra passagem que merece destaque é:

[...] todos os demais entraves são facilmente removíveis, questão de algumas portarias da SUMOE, SET e Banco do Brasil. Porém este, o da

Terra, é um osso duro de roer, pois vem atingir o que há de mais sagrado no conceito liberal, - a propriedade privada. (SCHILLING, 1956, p. 24)

As grandes extensões de terra ganharam ainda mais força, segundo Schilling, porque o criador de gado não podia ter vizinhança próxima. Precisavam de vastas extensões de terras, ou seja, o latifúndio cresceu desordenadamente, deixando colonos/camponeses sem terra para trabalhar. Apesar das sesmarias serem comuns em todo o território colonial português, no Rio Grande do Sul em consequência da fraca densidade humana e do tipo de exploração econômica - a pastoril - a grande propriedade cresceu desmedidamente.

Schilling reclama que houve um aumento de sem-terra e isso proporcionou a longo prazo um crescimento da população urbana⁴⁰. No século XX, com a progressiva industrialização do país, esperava-se que essa nova elite urbana entrasse em confronto com os latifundiários, já que havia conflito de interesses entre a burguesia industrial que via a concentração fundiária como resquício feudal e impedimento do desenvolvimento do capitalismo. Mas, aqui no Brasil não houve esse atrito porque no final do século XIX e início do XX, quem comandava a economia era a oligarquia do café que mantinha seu poder e controle.

Para o jornalista esse teria sido outro grande momento, propício para a reforma agrária. Porém mais uma vez, por estar nas mãos da elite, seja ela industriária ou fundiária, nunca foi colocada em pauta. Em 1950, o Brasil passou pelas inovações tecnológicas que Schilling tanto defendia. Iniciou-se um novo processo de discussão sobre a redistribuição de terras, onde ele se insere historicamente como um pensador do processo de reforma agrária. Para evitar um êxodo demográfico, seria importante, segundo Schilling, que houvesse a abertura de novas frentes de colonização, visando evitar que agricultores e familiares se deslocassem para cidades e outros estados, de maneira planejada “visando o desenvolvimento harmonioso de todas as regiões” evitando os erros do passado (SCHILLING, 1961, p. 118). Acreditamos que para Paulo, uma distribuição das frentes de cultura e o uso ainda maior desses espaços traria equilíbrio para a agricultura. Para ele, era preciso explorar, também, as zonas de campanha e

⁴⁰ As cidades carregam a fama de conter a miséria de seu povo, porém o nível de vida, segundo Kautsky (1898) é mais elevado, já que a burguesia só existe por causa desses meios urbanos e “neles consomem os frutos da exploração que praticam”. Outro fator relevante é a concentração de operários e a consciência, principalmente por salários, que provocam danos à saúde dos trabalhadores, exigindo condições de subsistência superiores às da agricultura;

fronteira, aliviando a pressão demográfica, esvaziando algumas regiões e enchendo os vazios de outras (SCHILLING, 1961, p. 118).

No início dos anos 1960 ocorreu a mobilização e organização de vários movimentos sociais e militâncias de trabalhadores rurais para pressionar e reivindicar a realização da reforma agrária. Até hoje, os movimentos sociais e os assentamentos são o que temos de mais próximo da democratização das terras. Os assentamentos são importantes sim para o Brasil, enquanto medidas mais satisfatórias não são tomadas. Desde a geração de empregos que aumentam a renda dessas famílias, até a dignidade em receber espaço físico para executar suas atividades. Assim, os assentamentos têm também papel de inclusão social, melhorando a vida de pessoas marginalizadas pela sociedade brasileira. Os assentamentos ganharam força em meados de 1950, e Paulo Schilling foi um dos percussores ao criar o MASTER. Acontece que, a luta pela reforma agrária e os movimentos sociais se confundem historicamente, com esse processo, também houve o crescimento de movimentos pelo Brasil, como, por exemplo, as Ligas Camponesas, criado em 1945⁴¹, que trouxe à tona a discussão da importância da redistribuição das terras férteis do país.

Paulo Schilling passou boa parte de sua juventude e início da carreira política lendo e escrevendo sobre problemas e possíveis soluções para o setor agrário. A maior parte de suas produções – inclusive artigos de jornais - foi destinado a falar da agricultura e dos problemas que o Brasil vivenciava pela má administração pública e ausência de políticas que contemplassem o setor agrário. No livro “*O que é Reforma Agrária*”, de 1963, Schilling inicia citando Rousseau, que diz: “O primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer: ‘Isto é meu’ e encontrou pessoas bastante simples para acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil” (SCHILLING, 1963, p. 14). Assim teria acontecido também no Rio Grande do Sul. Para ele, nossos primeiros sesmeiros foram se apossando da terra e aumentando mais e mais suas extensões, não deixando várzea aos que chegassem depois.

⁴¹ Leandro Cabral de Almeida diz que "as Ligas Camponesas foram organizadas após 1945, pelo PCB, como associações civis que deveriam possibilitar o desenvolvimento do trabalho no campo com vistas à constituição da aliança operário-camponesa" (ALMEIDA, 2021, p. 227) , especialmente , As Ligas foram fechadas após 1947 quando foram duramente reprimidas pela polícia e pelos latifundiários e só foram retomadas na década de 1950 pela iniciativa de comunistas e ex-militantes. Porém com outra denominação, em 1955 foi organizada a Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP), no engenho da Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão;

O planejamento que Schilling defendia, ele descreveu em *A operação trigo* (1959). A aplicação de Imposto Territorial, com forte taxaço progressiva que teria como objetivo desestimular a manutenção das grandes propriedades latifundiárias. Acrescer, ainda, o valor venal que incidirá o imposto. Esse, por sua vez, constituiria o Fundo de Colonização, que seria usado para auxiliar a apropriação de mais zonas, em benefício desses pequenos e médios produtores rurais. Paulo Schilling defendia que os proprietários que tivessem declarado valores abaixo do valor real, visando sonegar os impostos fossem desapropriados (SCHILLING, 1956, p.36).

Sobre isso, o jornalista dizia que havia um desequilíbrio na relação entre homem e terra e que, se não corrigidos pela evolução de técnicas agrícolas e freado o aumento cada vez maior da exploração de terra, a crise seria ainda maior. O processo inverso raramente acontecia. O homem dificilmente saía das zonas urbanas e se deslocava em direção as áreas rurais (SCHILLING, 1961, p. 53). As condições dos trabalhadores se tornavam um problema (como ainda é hoje), e tomava atenção de Schilling. Para ele “os trabalhadores não gozavam de estabilidade”. Esse problema nascia da própria instabilidade que os pequenos camponeses tinham, pois, “plantam aqui ou acolá”, sempre a procura de terra, “sujeitando-se as mais leoninas cláusulas de arrendamento” (SCHILLING, 1961, p. 69). A legalidade da terra traz estabilidade, maior rendimento podendo investir na mecanização e em sementes melhores para o plantio. Sobre a mecanização das lavouras ele percebia que não recebiam incentivos governamentais.

Torna praticamente impossível o aumento do nível de mecanização da lavoura e mesmo a renovação do parque mecânico já existe, assim como a melhoria das práticas técnicas, desempenha um importante papel negativo na atual conjuntura da lavoura rizícola gaúcha. (SCHILLING, 1959, p. 69)

A legalidade da terra foi fator limitante para a expansão da triticultura. No período que Paulo escreveu eram 66,5% das terras em sistema de arrendamentos. As consequências indiretas disto levaram a não rotação da cultura, solos malconservados, adubação nem sempre racional, solos sem correção, nomadismo das lavouras, instabilidade dos trabalhadores e pequenos empresários, além da precariedade dessas instalações⁴². E sobre o desgaste e recuperação do solo, o

⁴² Paulo Schilling não mencionou em seus escritos a escravidão de trabalhadores, porém, podemos acrescentar como um adendo nosso, de que essas más condições levam muitos homens e mulheres a viver sob um regime de escravidão “moderno” em que estão presos a seus empregadores,

jornalista considerava importante que houvesse incentivo, financiado e mesmo premiado, além de reflorestamento, bem como culturas permanentes, fruticultura, oliva e viticultura. Além disso, deveria ser fomentada e racionalizada a chamada cultura de minifúndio e a pecuária de pequeno porte. E uma solução que passou pela análise do IRGA: açudagem em grande escala, para substituir a irrigação mecânica pela natural (SCHILLING, 1961, p. 120). Os pequenos agricultores da lavoura de trigo viram a oportunidade de crescer, pois era um campo pouco explorado por grandes fazendeiros que tinham interesse no gado e ovelha. Além do fato de que a propriedade agrícola de trigo não era tão desenvolvida e sofria desvantagens com relação a criação pastoril. Os menos favorecidos, sem dúvida eram os peões e trabalhadores rurais que, em excesso, podiam ser substituídos com facilidade e sua morte não representava perda significativa para o capital (SCHILLING, 1961, p. 48). Paulo reforça esse pensamento quando diz que

Em razão de sua ínfima capacidade aquisitiva, o homem rural brasileiro, principalmente o que habita as zonas de latifúndio – monocultor, é um subalimentado, a fome é crônica e as carências nutritivas são uma constante (SCHILLING, 1963, p. 96).

A maior parte do interesse por terras está atrelada ao poder e jogo político e econômico, trazendo um peso grande sobre si. Schilling se refere a isso ao dizer que a própria legislação beneficia os proprietários de terras. Os benefícios que recebem a nível federal de bancos não se comparam ao do pequeno proprietário: “o Estado beneficia os interesses dos latifundiários e setores ligados pelo imperialismo” (SCHILLING, 1961, p. 34). E para o jornalista, a pequena lavoura foi responsável por quase a totalidade do progresso industrial do Rio Grande do Sul no século XX, já que a indústria gaúcha nasceu do artesanato vindo das colônias (SCHILLING, 1961, p. 42).

Agora um argumento especificamente destinado aos homens da indústria, mostrando como o desenvolvimento do setor secundário está intimamente ligado, condicionado mesmo, ao regime de propriedade da terra. Numa economia latifundiária, a renda, além, de baixa, é muito mal distribuída, ficando, quase inteiramente nas mãos dos proprietários. A massa de assalariados ou parceiros está, praticamente, fora dos mercados, em razão do pauperismo. Consequentemente, o consumo de bens manufaturados é

trabalhando na maioria das vezes em troca de um prato de comida, sem assistência das leis trabalhistas em vigor e, o principal, clandestinamente. As condições de vida dessas pessoas são desumanas. Uma rápida pesquisa em sites de jornais do país e teremos acesso a inúmeras matérias sobre o assunto;

mínimo, impossibilitando a instalação de qualquer indústria. (SCHILLING, 1961, p. 50)

Como ele considera a reforma agrária importante e que seria essa uma das soluções para os problemas do setor agrário brasileiro, procura explicar alguns dos processos de reforma agrária no mundo. Acreditamos que o jornalista quisesse fazer uma comparação dos processos, ou seriam os exemplos que ele considerava para o Brasil. Para Schilling, associações de camponeses, fábricas e máquinas estavam presentes nesses processos ocorridos em países socialistas como a União Soviética e China. Por exemplo, sobre a China ele diz: “também se distribuirá aos latifundiários uma parcela igual a destinada aos camponeses, para que os mesmos possam viver por seu próprio esforço e reeducar-se pelo trabalho” (SCHILLING, 1961, p. 65). Outro país que Schilling destaca em seu trabalho é Cuba. A reforma por lá tinha aspectos antifeudais e antimperialistas. Desapropriou cerca de 1 milhão e 500 mil hectares pertencentes às companhias ianques (SCHILLING, 1961, p. 71). Na maioria dos países foi usado argumentos de ordem social e jurídica, mas em Israel a origem foi bíblica, pois Deus teria dito “então a terra é minha” (SCHILLING, 1961, p. 72).

A constituição Mexicana, por exemplo, em seu art. 27, § 3, encarna perfeitamente a nova tendência social: “a nação teria a qualquer tempo o direito de impor à propriedade privada as modalidades que ditar o interesse público, assim como regular o aproveitamento da terra e das riquezas naturais” (SCHILLING, 1956, p. 24). Reforçamos aqui a ambiguidade de seu discurso quando defende a propriedade privada, porém, nem sempre concorda com o latifúndio. Em outros momentos crítica a própria propriedade privada quando diz que seria ela a causa de tantos males econômicos no Rio Grande do Sul. A Constituição Brasileira de 1946, apesar de suas características conservadoras, não deixa de tocar no assunto tabu: o art. 147 diz que “o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do art.141 §16, promover a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos” (SCHILLING, 1956, p. 24). Mesmo tendo leis para o funcionamento da distribuição correta de terras, seguimos sem que haja o devido cumprimento delas,

O Estado facilitará a fixação do homem á terra, estabelecendo planos de colonização ou instalação de granjas coletivas, com o aproveitamento de

terras públicas ou, mediante desapropriação, de terras particulares, de preferência as socialmente não aproveitadas. (SCHILLING, 1956, p. 25)

Schilling relacionou a política brasileira ao positivismo pela negação em se fazer as reformas de base, principalmente a agrária. O fato de Getúlio Vargas ter projetado em sua política de governo inspirado no positivismo – principalmente na primeira fase do seu governo –, acreditamos que a influência de suas ideias foi muito além de sua atuação. A própria direita conservadora e demagógica usou a teoria de Comte para reproduzir seu discurso de “ordem, progresso”. Paulo Schilling acreditava que a política positivista teria influenciado decisivamente a sociedade rio grandense do sul, já que “o positivismo foi governo (e religião) durante 40 anos” (SCHILLING, s/n). Para o jornalista, o positivismo “deu cobertura ao caudilhismo/caciquismo e as brutais e contínuas agressões à democracia e aos direitos humanos” (SCHILLING, s/n). Diz mais,

A violência característica das regiões fronteiras durante a etapa da consolidação do direito de propriedade foi dissimulada com a ideologia do filósofo francês, em forma absoluta durante os dois primeiros governos e atenuada durante a gestão de Vargas, a filosofia “positiva” e a “religião da humanidade” foram utilizadas para ocultar demandas das classes dominantes. (SCHILLING, s/n).

A importância da discussão – e execução – da reforma agrária no Brasil não vem de hoje. Muito menos foi Paulo Schilling, o único que pensou e defendeu políticas de redistribuição de terras. Ele diz que,

Julian Huxley, o grande humanista inglês, caracteriza com muita propriedade nossos tempos com a “era do homem social” em substituição do homem econômico, finda com a Segunda Guerra Mundial. As palavras de Ricardo⁴³ começam a formar sentido: “o que faz a riqueza de uma nação não é a quantidade de dinheiro que ela possui, nem o alto valor de suas mercadorias, mas a abundância dos produtos que tornam a vida agradável e farta” (SCHILLING, 1959, p. 134)

Para Paulo Schilling o maior obstáculo para uma redistribuição democrática de terra seria “o uso indiscriminado do direito de propriedade da terra” (SCHILLING, 1959, p. 134). Havia dois caminhos, segundo o jornalista: a evolução e a revolução. Ele nos lembra que a lei de Art. 147, da Constituição Federal de 1946, dizia que a propriedade era condicionada ao bem social. Ela deveria promover a justa

⁴³ Acreditamos que Schilling esteja se referindo a David Ricardo, economista britânico, sucessor de Adam Smith na linhagem de influenciadores teóricos de seu tempo;

distribuição da propriedade “com igual oportunidade para todos”. O artigo citado prevê, inclusive, indenização ao proprietário.

O Verbetes da reforma agrária diz que essa expressão foi cunhada no século XX e viralizada com mais intensidade a partir da década de 1940. Porém as mais antigas leis agrárias remontam da Antiguidade Clássica, como já comentamos no capítulo anterior. No Brasil, desde a colonização havia uma diferenciação geográfica que estimulava culturas e pecuárias muito diferentes em cada região, que iniciaria e reforçaria a diferenciação social entre a pequena e a grande propriedade. As sesmarias foram um sistema que convinha aos planos da metrópole: “Entre os colonizadores, o medo de encarar o problema da apropriação das terras encontrou dois tipos de defensores que se opunham entre si” (VERBETES, s/n).

2.3 – Paulo Schilling nos jornais

Paulo Schilling, como já mencionamos anteriormente, escreveu 10 livros durante sua vida política, mas também se dedicou a escrever para jornais. Já identificamos que ele se autodenomina jornalista por causa de sua atuação no exílio no Uruguai, quando de fato escreveu nos editoriais do país. Aqui no Brasil, sua produção como autor e escritor em jornais não teve tanto destaque. Seu nome apareceu nas linhas dos jornais em sua maioria das vezes sendo citado por outros escritores. Iremos trazer a partir desse momento sua atuação em jornais conforme tabela 1 e 2.

Durante a década de 1950, antes da entrada de Schilling no Governo Brizola, sua participação é nitidamente menor do que na década seguinte. Porém encontramos uma peculiaridade nas suas publicações. A grande maioria delas foi publicada em jornais fluminenses, como percebemos no gráfico 01. Encontramos um total de 17 menções ao nome “*Paulo Schilling*” em jornais do Rio de Janeiro e 07 em jornais gaúchos. Seu nome começa a aparecer na imprensa nacional a partir de 1957, ou seja, antes disso sua produção era restrita ao contexto em que vivia: os tricultores do Rio Grande do Sul. Outra hipótese é de que seu nome não aparece assinando as publicações, ou aparecia de forma abreviada, e nesse caso não conseguimos encontrar. Das 24 vezes que o nome do jornalista apareceu nos jornais, apenas três são textos escritos por ele, conforme gráfico 02. As outras 21 vezes seu nome é citado em matéria ou artigo falando sobre sua atuação.

Detectamos ainda, que na grande maioria (22 vezes) o tema trigo/triticultura prevaleceu nas publicações envolvendo o nome de Schilling. O outro tema que apareceu o nacionalismo estava ligado ao Acordo do Trigo Americano, conforme gráfico 03.

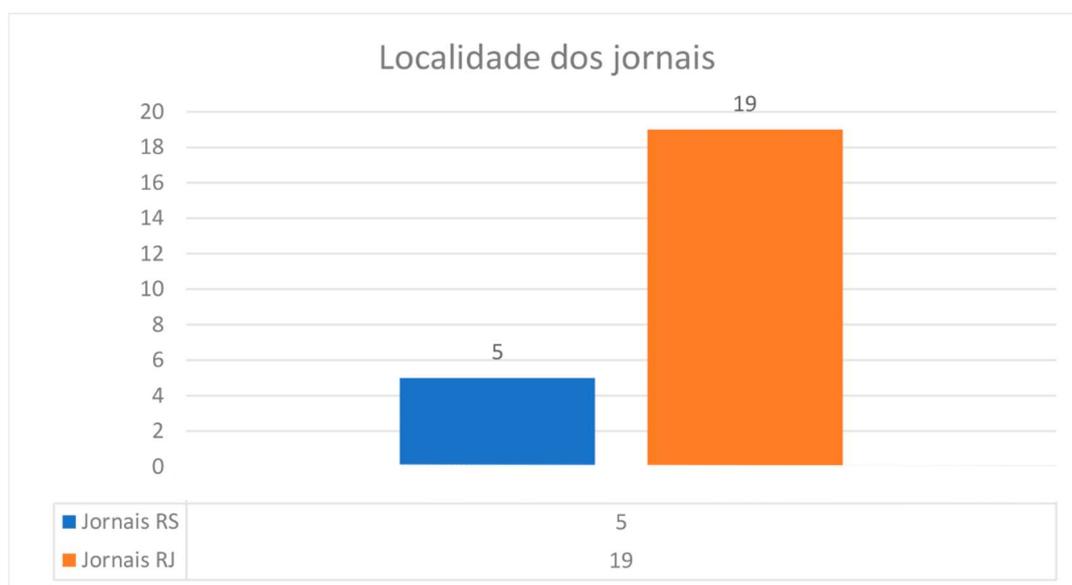
Paulo Schilling iniciou sua trajetória política no governo de Brizola em 1959, como já comentamos. Acreditamos que isso possibilitou maior visibilidade à sua produção, já que passou a integrar a pasta da agricultura gaúcha e posteriormente a Frente de Mobilização Popular e o Grupo dos 11, na luta pelo Nacionalismo e reformas de base no Brasil. A partir da década seguinte seu nome foi citado com mais frequência e por outros assuntos. Isso nos leva a conclusão de que até 1959 seu trabalho estava mais restrito ao Rio Grande do Sul, ao trigo e a sua cultura e havia preocupação com o desenvolvimento econômico do estado. A partir de 1960 amplia sua visão e passa a pensar, também, o Brasil, principalmente as áreas de maior produtividade agrícola.

A seguir apresentamos a tabela em que é possível analisar sua atuação nos jornais e que ela está particularmente evidenciada em periódicos do Rio de Janeiro, prevalecendo o tema agrário, e com poucas publicações, sendo apenas 03 autorais.

Tabela 1 – Publicações de 1950 a 1959

Período: 1950 à 1959				
Nome do Jornal	Cidade	Vezes em que o nome de Schilling aparece	Matérias	
			Por Schilling	Outro autor citando Schilling
O Semanário	RJ	8	3	5
Diário de Notícias	RS	5	0	5
Jornal do Brasil	RJ	3	0	3
Diário de Notícias	RJ	2	0	2
A Noite	RJ	2	0	2
Jornal do Commercio	RJ	2	0	2
Correio da Manhã	RJ	1	0	1
Última Hora	RJ	1	0	1
Total		24	3	21

Gráfico 1 - Jornais por localidade (1950-1959)



No gráfico acima percebemos a predominância que existiu de publicações em editoriais do Estado do Rio de Janeiro ao publicar as atividades de Paulo Schilling, que, em comparação não teve tanto destaque na imprensa gaúcha, seu Estado de origem. Acreditamos que esse fenômeno ocorreu por causa da ideologia que os jornais trabalhavam⁴⁴. O jornal que mais publicou sobre Paulo Schilling foi o *Semanário*, um editorial que defendia ideias de esquerda e julgava importante dar voz a homens e mulheres que lutavam pelos direitos da sociedade brasileira. Ou seja, para O *Semanário*, do Rio de Janeiro, Paulo Schilling era uma figura importante, de ideias fortes que corroboravam com a editoria do impresso. Nossa hipótese se justifica por ser esse jornal o único do período que publicou os textos de Schilling na íntegra. A seguir vamos analisar algumas dessas publicações de seu conteúdo e da posição que, tanto o impresso quanto Paulo, manifestavam nesse período.

2.3.1 – O *Semanário* e Paulo Schilling

Na edição 102, no ano de 1958, Oswaldo Costa escreveu um artigo intitulado “*O trigo, o governo e o Sr. Meneghetti*”, no *Semanário*. Nele, pede que o então Presidente da República, Juscelino Kubitschek, leia o artigo que Paulo Schilling – secretário geral da Associação dos Agricultores de Encruzilhada do Sul, no Rio

⁴⁴ Outra hipótese seria a amizade ou companheirismo da luta da esquerda por parte de Schilling e os editores do jornal. Isso pode explicar por que alguns jornais evidenciavam mais o seu do que outros;

Grande do Sul –, escreveu especialmente para o citado jornal, na edição de nº 100. Fomos até o artigo que Schilling publicou – no 2º Caderno –, intitulado “*Política Colonialista com o Trigo*”, e lá, ele reclama que, segundo o Ministério da Agricultura, o desenvolvimento da produção nacional estava atrelado à importação do trigo. Diz se tratar de uma aberração, escrita de forma proposital, julgando suficiente, verdadeira e absoluta pelo então Ministro Mario Meneghetti. Em seu artigo Schilling cita Caio Prado Jr.⁴⁵. quando fala do histórico do país em frear, por séculos, o seu desenvolvimento econômico e autônomo, para que não se tornasse concorrência com a Metrópole. Paulo finaliza o parágrafo com uma pergunta: “porque não de produzir às colônias aquilo que as Metrôpoles produzem?” E ele mesmo responde: “Seria o fim do próprio colonialismo”.

Schilling continua seu texto explicando que a Segunda Grande Guerra mudou o cenário político internacional e trouxe o Imperialismo com mais força. As metrôpoles colonizadoras ruíram e os métodos de exploração precisaram se modificar. Segundo o jornalista, as antigas nações deixaram de ser colônia e se emanciparam, porém outro conceito surge: subdesenvolvidos, que são dependentes econômica e politicamente das grandes potências que nasceram. Os métodos usados para a submissão incluem que a economia dos países subdesenvolvidos deve ser moldada a das grandes potências, passando a ter caráter supletivo. Na agricultura seria ideal que as produções se limitassem a culturas tropicais, e na indústria, a produção de matéria-prima para alimentar o capital exterior. Isso não acontecendo, as potências imperialistas apelam para o “*dumping*”⁴⁶ “para aniquilar com a cultura teimosa” (trecho extraído do mesmo artigo).

⁴⁵ Sempre voltando a citar Caio Prado Jr., importante nome na formação do repertório de Paulo Schilling. No seu trabalho “Formação do Brasil Contemporâneo”, de 1942, explica a economia das colônias, como no caso do Brasil com relação a Portugal. A colônia estava destinada a fornecer ao comércio europeu com os gêneros tropicais ou minerais que eram importantes para esses países: açúcar, algodão, ouro. A agricultura, por conta dessa necessidade da metrópole fazia parte da base da riqueza e atividades da colônia e seu principal elemento, para Prado Jr. era a grande propriedade monocultora, que na época da colonização era trabalhada por escravizados. E acrescenta que a escolha deste tipo de sistema foi uma escolha consciente da metrópole para penetrar sua organização econômica na colônia americana. Tudo fazia parte de satisfazer a necessidade de ocupação e aproveitamento do território. Prado Jr. resume que, as características fundamentais da economia colonial brasileira são de um lado a organização da produção e do trabalho e a concentração da riqueza que dela resulta, do outro, a sua orientação, voltada para o exterior e simples fornecedora do comércio internacional. (PRADO JR., 1942, p. 119). Daí podemos entender o porquê do Brasil ter levado tanto tempo para se industrializar e sua resistência em começar a andar com as próprias pernas somente em meados do século XX;

⁴⁶ Aqui, o termo está relacionado ao conceito jurídico. Ilana Bertagnolli (s/d) diz que “O conceito de dumping vem expresso no artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio 1994, in verbis: As partes contratantes reconhecem que o “dumping” que introduz produtos de um país no comércio de

Ele fala que o petróleo, o aço e a indústria automobilística do país se encontravam sob custódia dos militares, e que o trigo era órfão de pai e mãe,

Não tem quem defenda: é alvo de ataques de todos os lados. Chateaubriand lançou a palavra do abaixo trigo, o “plantai capim”, e daí por diante assistimos uma feroz disputa pela conquista do título de “inimigo nº 1 da triticultura nacional”.

[...] O ministro M.M.⁴⁷, que poderia ter passado à História como Ministro do Trigo, disputa o posto com a tese dos aventureiros do trigo. Faz um ano que o Ministro tenta convencer o país de que os lavoureiros mecanizados (esses que levaram a produção de trigo de 150 mil toneladas anuais para 1 milhão, em apenas nove anos) são todos uns aventureiros, uns vigaristas que desviam o dinheiro do Banco do Brasil para a Compra de Cadilaques, uns gananciosos que querem enriquecer em poucos anos, sacrificando os consumidores, de quem S.S. se diz defensor, diz que a lavoura mecanizada é antieconômica, condenando assim todo uma escala de progresso humano, a lavoura científica, com a adequação, a conservação do solo, a rotação de cultura etc, insiste que o trigo nacional é caro, desprezando todos os dados comparativos internacionais.

Paulo Schilling termina seu texto citando outros dois nomes responsáveis pela baixa moral da triticultura nacional: Amaral Peixoto que disse “o Brasil não deverá procurar ser autossuficiente em trigo ... trata-se de um absurdo que ninguém mais defende hoje”. E outro, o próprio Presidente da República, Juscelino Kubitschek, na época. Pelo texto do jornalista, nossa análise conclui que ele acreditava ser intencional por parte do Governo Federal degradar a produção nacional do trigo, pois tinham em vista os acordos feitos com os Estados Unidos. Ora, reduzir a triticultura a mera produção em que o homem é usado como mão-de-obra é um grande retrocesso e manteria um sistema muito próximo ao que foi visto ao longo do século XIX. Paulo Schilling e os triticultores gaúcho vinham lutando para que suas plantações fossem reconhecidas como uma das bases da economia do Brasil – já que havia condições para tal – para que o país não dependesse da importação desses produtos que fazem parte da cesta básica do brasileiro.

Na edição nº 102, na página 14, no ano de 1958, Maurilo Neto escreveu uma matéria de título “*Os produtores gaúchos organizam-se para a defesa do trigo*”. O título de apoio já inicia com a indignação de quem escreve. Em Encruzilhada do Sul, os agricultores deixaram de receber na safra do ano anterior o pagamento referente ao trigo. O atraso diz respeito ao mês de novembro de 1957 até aquela data,

outro país, por valor abaixo do normal, deve ser condenado se causa ou ameaça causar prejuízo material a uma indústria estabelecida no território de uma parte contratante, ou se retarda, sensivelmente, o estabelecimento de uma indústria nacional”.

⁴⁷ Paulo Schilling se referia a Mario Meneghetti e outras autoridades do período apenas pelas iniciais;

março/abril de 1958. A terra já estava pronta para um novo plantio, porém não havia verba que viabilizasse uma nova safra. Nesse mesmo texto Maurilo Neto fala que a essa altura os tricultores já não aceitavam políticas contra a cultura do trigo e exigiam de Brizola que Mario Meneghetti, então Ministro da Agricultura, saísse da pasta para a entrada de alguém que lutasse pela categoria. Nesse caso, Paulo Schilling é citado como especialista no trigo, e foi entrevistado pelo jornalista Murilo Neto. Ele diz:

Que a política de um modo geral, com referência ao nosso trigo, desenvolvida pelo atual Ministro da Agricultura, não serve aos tricultores, nem ao Brasil, porque é uma política manhosa, cheia de artimanhas e ciladas, mais a serviço do truste do que propriamente da Nação, quando por qualquer conveniência vem beneficiar aqui, é para tomar acolá, visando, principalmente, a nos jogar, nós os tricultores, de encontro aos nossos maiores aliados - os consumidores do país inteiro, criando, acima de tudo, uma consciência negativa, em relação ao nosso produto.

Notamos nesse trecho que Paulo se autodesignava tricultor. Acreditamos que ele se sentisse parte, tanto por ter tido uma experiência na cultura do trigo, como também por lutar pelos direitos deles. Nessa época ainda não havia sido chamado por Brizola. Mesmo assim atuava à frente dos tricultores, como podemos notar. Já havia escrito seu livro *“A operação trigo”*, publicado em 1956, o qual já comentamos ser um dos motivos de Brizola ter chamado o jornalista para fazer parte do seu governo, no final da década.

Em 1959, no mesmo editorial de número 167, Paulo Schilling publicou artigo intitulado *“Desaparecerá o trigo das coxilhas do Rio Grande?”*. A página inteira foi disponibilizada para que o jornalista pudesse expor suas ideias, consideradas importantes para a economia brasileira. Ele publica inteiramente, em 3 edições do impresso o que mais tarde seria seu livro *“Crise Econômica no Rio Grande do Sul”*⁴⁸. Nesse artigo ele traçou o histórico da agricultura brasileira, mostrando seu lado historiador. Assim como em outros de seus escritos que já tratamos, ele aborda o latifúndio gaúcho, sua origem e a importância que tem no cenário econômico nacional.

No mesmo ano, na edição 171, a matéria sem autor, de título *“Que é que há com o Trigo”*, o Semanário trata em determinado trecho da denúncia emitida pelo vice-presidente da Confederação Rural Brasileira, sobre irregularidades no setor do

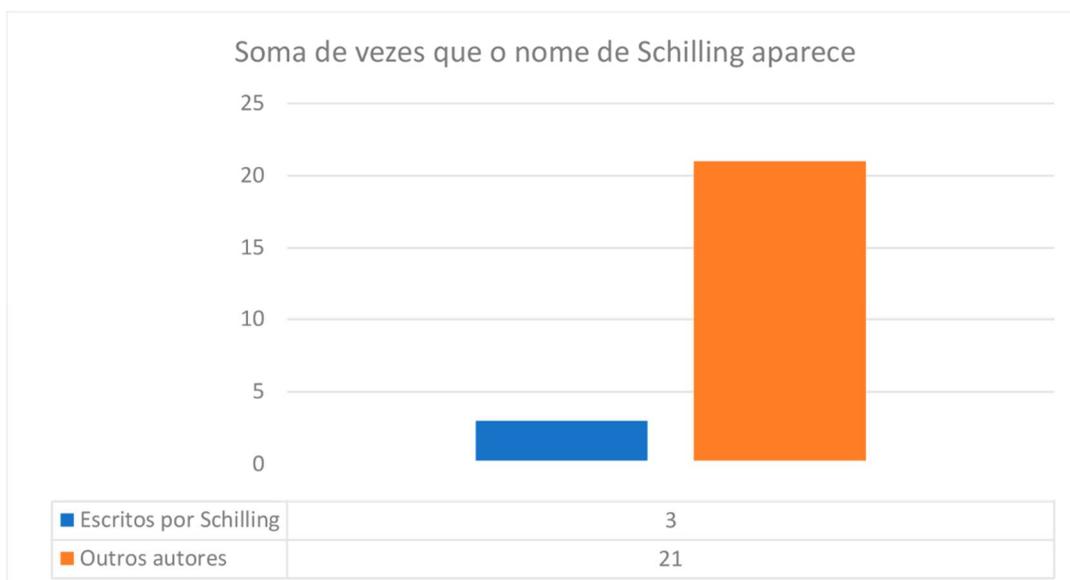
⁴⁸ Acreditamos que o material foi primeiramente impresso no jornal “O Semanário” e dada sua repercussão, decidiu publicar em forma de livro em 1961;

Ministério da Agricultura. A crítica segue com o jornal reafirmando o apoio que o editorial mantinha com os tricultores⁴⁹. Ele cita os questionamentos que Paulo Schilling vinha fazendo a política do Governo Federal – que já mencionamos aqui, mas vale frisar que ele acusava o Ministério da Agricultura de sabotar nossa cultura do trigo -, em seu escrito em “O trigo desaparecerá das Coxilhas do Rio Grande”, que citamos anteriormente. O jornal finaliza o texto dizendo acreditar na derrota do nosso trigo em favor do cereal estrangeiro, o que faz acreditarmos que havia preocupação não só de Paulo Schilling, mas daqueles que estavam cientes do assunto e das dificuldades que a tricultura brasileira vinha enfrentando.

O Semanário, do Rio de Janeiro, como pudemos ver, deu espaço ao jornalista para que ele pudesse escrever e expressar seus pensamentos e ideias. Também foi citado por outros jornais e colaboradores do impresso, que acabavam replicando suas ideias. Isso nos dá liberdade para acreditar que esse posicionamento que o editorial tinha, foi a principal razão da extinção do jornal em abril 1964, pois sua política ia contra o novo governo brasileiro.

Sigamos a diante falando um pouco mais sobre Paulo Schilling nos jornais pelo Brasil.

Gráfico 2 - Números de publicações de Paulo Schilling



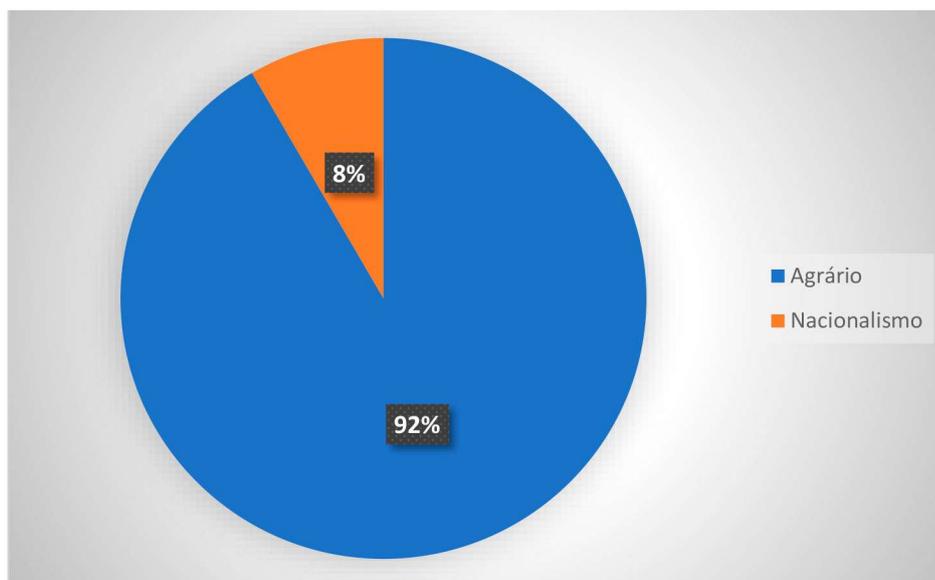
⁴⁹ O texto do Semanário reafirma constantemente seu compromisso com os direitos democráticos e liberdade dos trabalhadores;

Nesse gráfico conseguimos visualizar as publicações autorais de Paulo Schilling. Como já comentamos, e aqui repetimos, Schilling teve seu nome mais vezes citado do que assinando matérias ou artigos, em jornais. Isso não tira o mérito dele como autor e pensador, aenas faz referência a sua militância e engajado que era, já que além de autor, Paulo era atuante na política e movimentos sociais gaúchos. É possível perceber por esse gráfico que na grande maioria das publicações dos jornais o seu nome, sua atuação e ideias, foram mais citadas do que ele próprio tenha escrito⁵⁰.

Tanto é verdade que em Ata de nº 5 da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, de 9 de dezembro de 1959, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico. Nela, compareceram os diretores da FECOTRIGO, em que Paulo Schilling é citado como sendo um deles. Outro nome citado é o do Dr. Nilo Romero. A reunião foi presidida pelo Deputado Cândido Norberto, autor do Projeto de Lei nº 100/59, que dispõem sobre a instalação de granjas cooperativas e estações de máquinas. Nesta data, o relator do projeto, Antônio Bresolin opinou por abrir diligência ao Poder Executivo para ouvir a Secretaria de Agricultura, e para que essa se pronunciasse. Já sabemos que Paulo Schilling fazia parte da Pasta no Governo Brizola. Destarte, concluimos que a opinião de Schilling foi sondada e era de grande importância para as decisões do legislativo gaúcho a respeito desse assunto.

⁵⁰ No período pré-ditadura, em que atuou engajado na política econômica e agrícola do país, militou organicamente nos grupos de esquerda. Mas o período que esteve no Uruguai exilado foi quando realmente atuou como jornalista escrevendo nos editoriais do país vizinho. Como esse não é o objetivo do nosso trabalho, não entraremos em detalhe.

Gráfico 3 - Assuntos relacionados ao nome de Paulo Schilling nas publicações



Nesse período Paulo Schilling atuou fortemente nos problemas que o setor agrário vinha enfrentando e seu nome está atrelado à assuntos referentes a reforma agrária, triticultura e dificuldades que o setor vinha enfrentando, como podemos ver no gráfico acima. Pudemos perceber que 92% das vezes que seu nome fora citado, esteve ligado ao assunto relacionado ao Setor Agrário. As outras vezes foi sobre o Nacionalismo e o próprio Acordo do Trigo Americano. Através desses gráficos podemos perceber que a atuação de Paulo Schilling antes da sua entrada no governo Brizola era bastante engajada principalmente no assunto agrário. Vamos olhar algumas dessas publicações de outros jornais.

As publicações em que aparece o nome de Paulo Schilling iniciam no ano de 1957. Pois em 27 de novembro deste ano, o jornal Diário de Notícias, edição nº 225, na matéria de título *“Moinhos suspenderam as compras de trigo”*, o autor, desconhecido, fala a respeito da reunião da comissão representativa do Congresso Nacional dos Triticultores, em Porto Alegre. A ideia proposta nesta reunião era levar a comissão até o Rio de Janeiro para discutir as modificações na portaria do trigo baixada pelo Ministério da Agricultura. Paulo Schilling era um dos homens que fazia parte de tal comissão. A matéria diz:

Soube a reportagem que moinhos em geral estão com suas compras suspensas, aguardando uma interpretação exata das portarias ministeriais, e, mesmo, porque é previsto a elevação da média ponderada do custo do trigo para moinhos, de 336 cruzeiros o saco, para 400 cruzeiros, isto é um aumento percentual de 19%, o qual incidirá, fatalmente, no preço da farinha e do pão.

Em 5 de dezembro, na edição nº 230, o jornal continua a tratar do assunto, dando o passo a passo da conjuntura política. Nessa edição o autor (desconhecido) nos relata que Paulo Schilling, juntamente com Mario Guimarães e Nilo Romero⁵¹, chamados de líderes da classe tritícola, viajaram ao Rio de Janeiro, para encontrar Mario Meneghetti e tratar do problema do trigo. E na edição 241, deste jornal, no mesmo ano, a matéria (sem autor) notícia que tricultores, parlamentares federais e a secretaria de agricultores do Rio Grande do Sul têm a intensão de participar da reunião com o Ministro da Agricultura, no Rio de Janeiro, e fazer denúncia contra o Acordo do Trigo Americano.

Essa reunião trouxe importante consequência, que a edição de nº 259, de 10 de janeiro de 1958 nos informou. Sem assinatura do autor, a matéria nos diz que “ontem à noite, na sede da FARSUL⁵²”, em importante Mesa Redonda, os Srs. Paulo Schilling e Mario Guimarães trouxeram notícias da tal reunião. Nessa ocasião o Deputado Daniel Dipp, revelou que “os parlamentares gaúchos serão desiludidos e desencantados com o governo federal, principalmente no tocante ao caso do trigo” e “as portas do Ministério da Agricultura estão fechadas para os deputados gaúchos”. Um banho de água fria para quem estava em plena esperança de melhorias para a agricultura gaúcha.

O jornal A Noite, do Rio de Janeiro, edição nº 15575, de 25 de março de 1957, trouxe detalhes sobre a decisão que Mario Meneghetti tomou naquela data. Estava determinado em suspender o financiamento dos moinhos faltosos para a quota do trigo nacional. Havia excesso de produção de trigo, já que, além dos nossos tricultores, tínhamos o trigo americano chegando nos portos brasileiros.

⁵¹ Percebe-se que a parceria com Romero vem de longa data.

⁵² A FARSUL (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul) foi fundada em 24 de maio de 1927. Porém a primeira agremiação de ruralistas criada no estado gaúcho foi a Sociedade Agrícola Pastoral do Rio Grande do Sul, de 12 de outubro de 1898, abrindo caminho para federações rurais. A ideia de criar um federação que unisse as associações rurais existentes nasceu em 1905, e em 1909 foi criada a Federação das Associações do Rio Grande do Sul. Foi extinta em 1923. A FARSUL foi criada no 2º Congresso Rural sob o nome de FAR (Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul). Na época, o Estado passava por grave crise pecuária e em discurso presidido por Antônio Augusto Borges de Medeiros, ele diz: “criai os mecanismos necessários à defesa de vossa indústria. Individualmente e isolados continuareis a ser fracos e impotentes, mas organizados e unidos pela solidariedade e cooperação sereis uma força invencível”. Teve importante papel na conjuntura gaúcha e, em 1960, quando a reforma agrária começa a ser pensada, a Federação formou um grupo de ruralistas e professores universitários para fazer uma avaliação profunda sobre o tema. A FARSUL existe até hoje e sua sede está alocada na Praça Professor Saint Pasteus, 125, em Porto Alegre, rio Grande do Sul. (FARSUL, História. In.: [https://www.farsul.org.br/paginas/a-historia.jhtml#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20Farsul%20tem,caminho%20para%20as%20federa%C3%A7%C3%B5es%20rurais](https://www.farsul.org.br/paginas/a-historia.jhtml#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20Farsul%20tem,caminho%20para%20as%20federa%C3%A7%C3%B5es%20rurais;);

Paulo Schilling se manifestou, comunicando que fundaria junto aos tricultores sua própria Federação (a FECOTRIGO), já que a FARSUL não estava fazendo muito pela categoria, que a cada dia vinha perdendo a guerra contra as investidas do Ministério da Agricultura.

Percebemos que seu nome sempre foi citado como representante ou influenciador dos tricultores no cenário agrário e as ideias pensadas sobre o tema. Não recebeu cargo público dentro da esfera legislativa, mas atuava fortemente na política e setores agrários do Estado do Rio Grande do Sul. Era tido como especialista e uma voz a ser ouvida a respeito da tricultura gaúcha. Quando falamos de Paulo antes de se envolver no Governo Brizola, estamos nos referindo a esse homem, gaúcho e impregnado de ideais, que se autodenomina tricultor

Na década seguinte foi o nome de Paulo Schilling mais vezes citado, porém por se tornar um exilado após o golpe de 1964. Tentaremos resumir a atuação de Schilling e examinar brevemente o período pós golpe. Como nosso objetivo aqui é falar das suas ideias antes do golpe, tentaremos não nos aprofundar no período em que esteve exilado, porém já sabemos algumas coisas, como por exemplo, atuou na Guerrilha⁵³ – os jornais brasileiros publicaram matérias sobre esse feito -, e na editoria de jornais militantes no Uruguai. Nas matérias tratam Paulo Schilling como idealizador da Guerrilha de Caparaó. Diego Scherer da Silva (2020) diz que Schilling teve importante papel na liderança e organização da guerrilha (2020, p. 70). Apesar disso, na busca em seu acervo não identificamos cartas ou documentos que

⁵³ Sobre a Guerrilha – ou contrarrevolução -, na edição nº 22.441, no 1º Caderno do Correio da Manhã, de 3 de junho de 1966, relatou que o Promotor Benedito Felipe Rauen fez denúncia de 35 nomes, acusados de atividades contrarrevolucionárias. Entre eles: Leonel Brizola, Dagoberto Rodrigues, Dante Pelacani e Paulo Schilling. Na acusação ele diz: “havia um movimento de guerrilhas que se alastrava por todo o país, com ramificações no Uruguai, principalmente na cidade de Montevideú, cabendo ao ex-deputado Francisco Julião, exilado na Argélia, a incumbência de reorganizar as Ligas Camponesas. Na edição nº 110, de 13 de agosto de 1967, do Jornal do Brasil, o título da matéria é incisivo: “Exército revela: chefe da guerrilha de Caparaó era Brizola” e diz mais: “o relatório diz que ‘o centro dirigente da Frente de Caparaó e de outras frentes, que era intensão instalar, encontrar-se sediado na República do Uruguai e o seu dirigente é o ex-deputado Leonel Brizola’, pois, ‘no decorrer das diligências e interrogatórios dos elementos detidos aparecem, inúmeras vezes, referências e contatos e ordens de Brizola aos componentes do grupo do Caparaó, ora dadas pessoalmente, ora através de seus lugares-tenentes: Paulo Schilling, ex-Coronel Dagoberto Rodrigues, Neiva Kupermann e outros nomes”.

O Diário de notícias, edição nº 13.281 e 13.282 tratam de noticiar o levante, que, segundo autores das matérias, teve inspiração vinda de Leonel Brizola, mesmo sem provas, mas que, as autoridades gaúchas estariam sob posse de um documento – de janeiro de 1965 – entre membros do Partido Comunista e a chamada Frente Popular de Libertação, que foi firmado em Montevideú ligado ao golpe contrarrevolucionário. O tal documento foi assinado por Leonel Brizola, e, entre outros, Paulo Schilling, conforme matéria.

comprovem sua atuação. A maior parte dos documentos apresenta análises das conjunturas política e econômica do Brasil e América Latina. Talvez pelo que Silva nos explica:

Schilling compreendeu que a teoria do foco estava errada, não só pelo fracasso das experiências vivenciadas no Brasil, mas também a partir de uma viagem feita posteriormente a Cuba e a visita ao Museu da Revolução Cubana, episódios que o levaram a concluir “que a guerrilha cubana não foi feita por um pequeno grupo de guerrilha da Sierra Maestra está claro que foi a luta de um povo todo” (SILVA, 2020, P. 73)

A hipótese possível aqui é a de que sua experiência na organização da contrarrevolução tenha trazido uma certa decepção ao se dar conta que os esforços empreendidos não tiveram, e, sequer teriam, algum resultado positivo se não partisse da nação brasileira e estivesse somente destinada a um pequeno grupo de revolucionários de esquerda. A luta representava uma ideologia, que não era bem vista pela sociedade brasileira e conservadora que predominava naquele momento. Ou seja, qualquer esforço seria em vão.

Na tabela a seguir, voltamos a perceber que seu nome é mais vezes citado em jornais do Rio de Janeiro do que no Rio Grande do Sul. Mas também percebemos que há outros jornais que deram visibilidade a Paulo Schilling. Paraná, Pernambuco, São Paulo e Amazonas. Outro dado percebido é que apenas um jornal deu voz a Paulo: Última Hora, do Rio de Janeiro.

A única publicação assinada por Paulo Schilling nos jornais da década de 1960 à 1969, foi feita em conjunto com Edgar Perez (Diretor da FECOTRIGO), Augusto Retamal (Conselheiro da FECOTRIGO), Ladinor Machado da Silva (representante da Comissão de Reivindicações dos Triticultores), Walter Werner (Presidente da Cooperativa Triticola de Produtores Cruz-Altenses Ltda.). Paulo, aqui, assina como Conselheiro da FECOTRIGO. A publicação é do jornal Última Hora, do dia 7 de abril de 1960, edição nº 2.997. A carta publicada pelos autores citados tem o título “*Resposta a Meneghetti*”. É uma resposta à carta do ex Ministro da Agricultura e ao Sr. João Goulart, então Vice-Presidente da República. Com palavras sinceras e objetivas, os autores dizem que Meneghetti injustamente colocou os consumidores contra os tricultores, mas que na verdade, desde o início das negociações com o Ministério o objetivo era “defender a produção sem sacrifício do consumo”. Durante todo texto os autores defendem a ideia de que os produtores não são gananciosos como Mario Meneghetti afirma em sua carta, e que, sua

equipe usou dados falsos e exorbitantes para acusar os tricultores. Acusam, ainda, que o ex-ministro da Agricultura é o único culpado pelos altos preços do trigo, indo em defesa a Leonel Brizola:

Neste momento, os produtores rio-grandenses, em número superior a 100 mil famílias, estão nas ruas das cidades de zonas tritícolas, com a maquinaria exposta e o trabalho paralisado na iminência e na disposição do total abandono dessa riqueza nacional.

Foi isto que o governador procurou evitar e que o ex-ministro procura agora mascarar, mistificando a opinião pública com argumentos capciosos, sem qualquer sentido de realidade.

Tabela 2 - Publicações de 1960 a 1969

Período: 1960 à 1969				
Nome do Jornal	Cidade	Vezes em que o nome de Schilling aparece	Matérias	
			Por Schilling	Outro autor citando Schilling
Correio da Manhã	RJ	42	0	42
Jornal do Brasil	RJ	30	0	30
Última Hora	RJ	30	1	29
Diário de Notícias	RJ	16	0	16
O Jornal	RS	16	0	16
Tribuna da Imprensa	RJ	11	0	11
Diário do Paraná	PR	10	0	10
O Semanário	RJ	8	0	8
Diário de Notícias	RS	6	0	6
Jornal do Comércio	RJ	6	0	6
Diário de Pernambuco	PE	5	0	5
A Luta Democrática	RJ	5	0	5
O Cruzeiro	RJ	4	0	4
Diário Carioca	RJ	4	0	4
Novo Rumos	RJ	4	0	4
Correio Brasiliense	DF	3	0	3
Diário de Natal	RN	3	0	3
Diário da Noite	RJ	3	0	3
Última Hora	PR	3	0	3
Correio Paulistano	SP	2	0	2
Jornal do Dia	RS	2	0	2
Leitura	RJ	2	0	2
Jornal do Comércio	AM	2	0	2
A Noite	RJ	2	0	2
Última Hora	PE	2	0	2
Diário da Tarde	PR	2	0	2
A Cigarra	SP	1	0	1
O Fluminense	RJ	1	0	1
Nossa Voz	SP	1	0	1
A Tribuna	SP	1	0	1
Correio do Paraná	PR	1	0	1
Brasilino	RS	1	0	1
Total		229	1	228

Os autores terminam o texto reafirmando que os tricultores do Rio Grande do Sul confiavam no Governo Federal, apesar das dificuldades e padecimentos. Diziam confiar no Presidente e Vice-Presidente da República. A exigência da categoria era a substituição do Ministro da Agricultura, Mario Meneghetti, assim não fariam novas

reivindicações por preço mínimo fixado. A relação com João Goulart era das mais esperançosas. Havia confiança de que sua presença no Governo Federal traria melhorias para os trabalhadores e para os marginalizados da sociedade brasileira.

No texto do livro *“Crise econômica no Rio Grande do Sul”*, Paulo considera a atuação de Leonel Brizola um desperdício, já que viu os esforços do governador irem ralo abaixo por causa dos obstáculos contra o aceleração do desenvolvimento da economia gaúcha, que vinha sendo seu plano de governo. Ele diz que “todas as tentativas de atrair para o Rio Grande empreendimentos industriais, investimentos maiores, nova iniciativas, fracassavam, apesar de todas as vantagens oferecidas pelo governo gaúcho” (SCHILLING, 1961, p. 18). No texto Schilling ainda cita Baran, que diz,

Onde formas tradicionais de pensamento e trabalho impedem a introdução de novos métodos e meios de produção, apenas uma reorganização total de todas as suas potencialidades criadoras, podem tirar a economia do ponto morto em que se encontra. (BARAN, apud SCHILLING, 1961, p. 19)

Schilling ainda considera que cada sociedade deve achar seu caminho para o plano de desenvolvimento. Importar os produtos que possam ser produzidos dentro de território nacional é erro que cometemos com frequência, sendo o correto, segundo Schilling, que cada sociedade deve considerar as suas especificidades. No Brasil precisamos considerar inclusive as características geográficas internas. Nosso território, por sua grandeza, é composto tanto de relevo, quanto clima diferenciados. Além disso é preciso considerar as características econômicas de cada Estado e região. Por exemplo, o Rio Grande do Sul, historicamente tem sua formação “de tipo inferior – a pastoril” (SCHILLING, 1961, p. 21).

Com tudo isso, Paulo Schilling considerava que o trigo não deveria ficar à mercê do clima. Bem importante para a economia gaúcha, era preciso investimento por parte do governo. A ciência aplicada através da genética e especialistas dessa area, concessão de bolsas de estudos no exterior, agrônomos, especialistas em fitopatologia (SCHILLING, 1961, p. 122). Um grande aliado do desenvolvimento agrícola era o Banco do Brasil com a criação de uma carta de financiamento que permitia que atuassem como elemento disciplinador. O banco tinha como exigência a rotação da cultura como medida de conservação do solo, correção e adubação adequada.

A pequena agricultura seria a solução e sinônimo de sucesso, segundo Schilling, e seria a recuperação para o atraso de mais de um século. Ele afirma que “pode-se atribuir, igualmente, à pequena lavoura a quase totalidade do progresso industrial do Rio Grande do Sul, pois, do artesanato, oriundo das colônias, é que surgiu a pequena e a grande indústria rio-grandense” (SCHILLING, 1959, p. 26).

Para Schilling, a garantia de preços justos ao pequeno agricultor seria o ponto de partida da reconciliação da lavoura com a introdução de novas técnicas (SCHILLING, 1961, p. 40). E conclui que “caberia, no caso, uma modificação na Lei de Tarifas, visando garantir a sobrevivência da lavoura nacional” (1961, p. 45). A crise das “colônias” e o esgotamento das terras, segundo Schilling (1961, p. 54) teria trazido para o consumidor preços acessíveis a alimentos básicos do seu dia a dia. Meneghetti culpava Brizola e os tricultores, conforme Schilling, o principal responsável por essa política economicamente liberal.

O jornalista acreditava que a política gaúcha sofreu grande influência do “coronelismo”, que dominou o intelecto de sua sociedade por muito tempo. Segundo Paulo Schilling (1961, p. 59) essas ideias passaram do meio público para o pensamento dos comerciantes, que tinham poder de controle de votos dentro do “tradicional sistema do cabresto”. Assim, a burguesia latifundiária tinha poder político de agir e manipular o sistema para seu benefício.

Na próxima tabela apresentamos, simplificada, os assuntos presentes nas matérias que o nome “Paulo Schilling” foi citado.

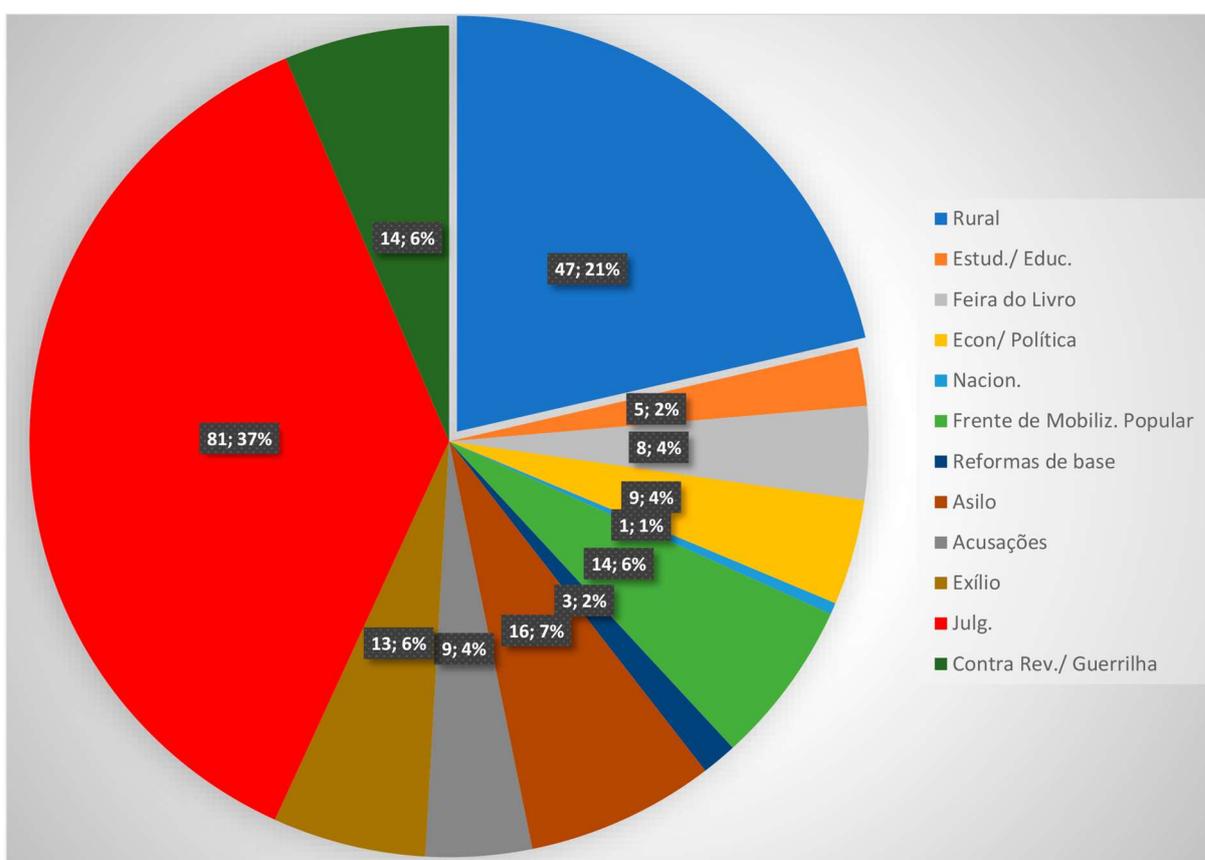
Tabela 3 - Assuntos que se relacionam com o nome de Schilling nos jornais

Período: 1960 à 1969													
Nome do Jornal	Tema												
	Rural	Estud./ Educ.	Feira do Livro	Econ/ Política	Nacion.	Frente de Mobiliz. Popular	Reformas de base	Asilo	Acusações	Exílio	Julg.	Contra Rev./ Guerrilha	Rep.
Correio da Manhã	6						1	2	3	5	20	1	4
Jornal do Brasil	2	2	1			4		1		2	16	2	
Última Hora	7		1	1		4	1	3	1	1	5		6
Diário de Notícias	5	1				1			3		3	2	1
O Jornal	2		1	2		1		2			11		
Tribuna da Imprensa	2		1	2				1			5		
Diário do Paraná		1						1			7	1	
O Semanário	6					2							
Diário de Notícias				3								3	
Jornal do Comércio											5	1	
Diário de Pernambuco								1			3	1	
A Luta Democrática						1		1			1	1	1
O Cruzeiro	1									3			
Diário Carioca	2							1			1		
Novo Rumos	1	1	1		1								
Correio Brasiliense	1									1		1	
Diário de Natal	2										1		
Diário da Noite							1	2					
Última Hora	2							1					
Correio Paulistano	1			1									
Jornal do Dia	2												
Leitura			2										
Jornal do Comércio											1	1	
A Noite									1	1			
Última Hora						1			1				
Diário da Tarde	1										1		
A Cigarra	1												
O Fluminense	1												
Nossa Voz			1										
A Tribuna Correio do Paraná	1										1		
Brasilino	1												
Total	47	5	8	9	1	14	3	16	9	13	81	14	12

Pela tabela acima é possível enxergar os mais variados assuntos com os quais o nome de Schilling está associado nos jornais do período. As matérias relacionadas ao mundo rural estão em segundo lugar, só perdendo para notícias sobre seu julgamento após o golpe militar em que foi acusado de conspiração e comunismo.

As publicações relacionadas a estudantes ou educação fazem referência a Congressos da UNE que Paulo Schilling participou e deu seu ponto de vista sobre a economia brasileira. Para Feira do livro temos as matérias em que publicam o lançamento de seu livro *Crise econômica no Rio Grande do Sul*, de 1961. Como nosso estudo não entrará no período em que Paulo esteve exilado, à nossa análise só interessará os assuntos das sete primeiras colunas dessa tabela. Voltando aos conceitos que trabalhamos no primeiro capítulo, intensificamos que Paulo Schilling foi intelectual engajado ao analisarmos essa tabela e coloca-o muito além do tema agrário. Ele pensou o Brasil como um todo.

Gráfico 4 - Porcentagem dos assuntos



Aqui conseguimos enxergar com mais clareza em quais assuntos o nome de Paulo está relacionado e o percentual que aparece. É evidente que após o golpe de

31 de março de 1964, seu nome é citado em decorrência de seu asilo na embaixada Uruguiaia, seu julgamento pelas acusações, o exílio e a contrarrevolução que participou em 1965-1966. Paulo não é apenas um coadjuvante. Ele tem importância no cenário político, tanto que seu nome é citado de forma recorrente.

Deste modo, este capítulo nos leva a considerar que o desequilíbrio na relação entre homem e terra que Schilling tanto valorizava. Apesar da sua contradição ao defender a propriedade privada, Paulo defendeu a reforma, a modernização dos campos e o desenvolvimento social daqueles que estavam a margem da sociedade, ou seja, pequenos proprietários e sem terras, para que estes também tivessem o direito e uso da terra como proprietários e não como arrendatários.

Para nós, o grande problema que encontramos ao analisar a obra de Schilling foi que houve sacrifício das classes menos favorecidas da sociedade em benefício dos grandes empresários e latifundiários, ou seja, a burguesia que detém o capital e exploram o trabalhador. Estes, sempre estiveram a sombra dos políticos ou no seu papel. Mas quando homens como Brizola ou Schilling perfuraram a bolha e abriram espaço para as ideias da esquerda progressista, a burguesia se armou de forma que conseguiram finalmente uma justificativa para dar o tão desejado golpe que vinham almejando desde os tempos de Getúlio Vargas.

Paulo Schilling nos desperta um senso de inquietação sobre os dias em que viveu e a sua necessidade em aplicar ideias tão significativas para o setor agrário, mas principalmente para a sociedade brasileira como um todo. Ao defender a aplicação de Imposto Territorial Schilling acreditou nas mudanças significativas que o país teria e, desta forma, melhores condições de vida através da modernização e do desenvolvimento social dos camponeses. Consequentemente desestimularia a manutenção das grandes propriedades latifundiárias através de forte taxaçaõ progressiva. A desapropriação de latifúndios e a realocação desses camponeses sem terras, forte esperança no processo de reforma que Schilling defendia, além da modernização da produção e colheita.

Concluimos que seus inúmeros debates, discursos, livros escritos e suas participações em assembleias e eventos que pudessem resultar em algo positivo sempre foram rechaçados pela direita, composta principalmente pela burguesia latifundiária naquele período, inclusive pela Igreja como vimos. Isso porque o movimento de modernização do campo, que surgiu a partir do século XIX, a

pequena e média propriedade eram vistas como atraso, e, por isso, não havia políticas públicas de preservação ambiental. Deste modo trouxe exploração e fomento para a grande propriedade, com a justificativa de progresso e desenvolvimento e assim, a reforma é vista como algo que prejudica os investimentos capitalistas dessas grandes empresas da agricultura. Ou seja, o desejo de Schilling de que o desenvolvimento do pequeno produtor fosse discutido e colocado em prática, não estava na pauta do congresso brasileiro, nem dos grandes empresários em meados do século XX. Ainda assim, concluímos que nenhum esforço seu tenha sido em vão. O seu legado ficou para que possamos ainda hoje olhar para ele e trazer soluções viáveis para nossa sociedade atual.

Para que houvesse mudanças na distribuição de terras, é preciso que haja intenso propósito de políticos que lutem por leis que sejam capazes de ampliar os benefícios de camponeses e sem-terra. O que vimos aqui até agora é que mesmo com a luta de militantes e movimentos sociais, e da própria imprensa, sem a atuação forte de políticos que batalhem pela causa, não haverá mudanças.

Seja a reforma agrária, o cooperativismo ou a desapropriação forçada de terras, a luta sempre será intensa. E não estamos falando de um ou dois políticos, estamos nos referindo a um número significativo que tenha força no Congresso e Senado e lute pelos direitos do homem do campo. Nos ficou claro que para Paulo Schilling nenhuma transformação aconteceria no país sem o apoio maciço da população. Não à toa o golpe de 1964 se concretizou com o apoio popular. Da mesma maneira, a Revolução de Cuba só foi possível graças ao apelo popular. Sem isso, toda e qualquer luta é transformada apenas em militância e aqueles que participam são condenados ao título de desordeiro.

No próximo capítulo trataremos de outros temas que Paulo Schilling pensou e escreveu. O nacionalismo, o Acordo do Trigo e o cooperativismo. O nacionalismo foi discutido como forma de entender e solucionar o problema que acordos como o do trigo americano trouxeram para o Brasil. E o cooperativismo foi defendido por Schilling por considerar uma solução moderna e que estava em evidente discussão em meados do século XX. A seguir, uma discussão para que possamos refletir e ampliar o debate agrário brasileiro.

CAPÍTULO 3 – PAULO SCHILLING: NACIONALISMO, ACORDO DO TRIGO E COOPERATIVISMO

No último capítulo deste trabalho iremos tratar outros conceitos e assuntos discutidos por Paulo Schilling durante sua vida política. Estes são: nacionalismo, Acordo do Trigo, e cooperativismo. Os três destaques foram pilares - assim como as questões agrárias - da discussão teórica que o jornalista tratou durante sua vida. Porém, sua importância no repertório de Schilling ganhou maior força após sua entrada no governo de Brizola. Por isso dedicamos este capítulo para falarmos destes três assuntos. Além disso, precisamos esclarecer que parte da fonte utilizada para a discussão que se segue, vem de seu acervo e trata-se de documentos de escrita retrospectiva, ou seja, Paulo Schilling estava no exílio, no Uruguai, quando decidiu refletir e escrever sobre os temas. Ao discutirmos seu repertório que permeia os anos de 1950-64 não significa que foram escritos nessa data, mas que falam de temas pertinentes a esse período.

Outra fonte que utilizaremos para discutir e entender o repertório de Paulo Schilling são jornais do período de 1950 a 1964. Neles vamos buscar referência para entender o contexto e pensar com imparcialidade a escrita de Schilling. Afinal, aqui não nos cabe o papel de julgadores, mas de intermediadores dos fatos para que ele possa ser analisado com mais clareza. Assim, diferentemente do capítulo anterior que trouxemos sua produção em jornais, aqui traremos os acontecimentos sobre o Acordo do Trigo – por exemplo – ou seja, não só o que Paulo Schilling nos disse, mas a discussão de outros articulistas também. Completando as fontes, buscaremos utilizar especialistas nos temas para corroborar ou refutar o que Paulo Schilling nos trouxe ao longo de sua escrita.

Ele escreveu sobre os temas buscando trazer possíveis soluções práticas e viáveis para os problemas da crise econômica, social e política que o país vinha enfrentando. Destarte, consideramos relevante destacar esses temas que tiveram grande destaque para o jornalista.

Ao iniciarmos a escrita nos deparamos com uma importante observação a ser feita. Quando Paulo Schilling diagnostica os problemas econômicos e de desenvolvimento que o país vinha enfrentando e propõe o nacionalismo como uma das soluções, se faz necessário compreender a quais modelos ele vinha observando para apontar suas ideias.

Em primeiro, sabemos que Schilling foi um admirador de Getúlio Vargas, que foi um nacionalista. Porém, em seu tempo, para colocar em prática o caráter nacionalista Vargas utilizou artifícios que eram comuns em outros países da América, ou seja, o fortalecimento de símbolos como a Independência do país, a língua brasileira (e a proibição de outros idiomas como aqui no Rio Grande do Sul ocorreu com o dialeto alemão), e alguns mitos que caracterizam nossa história como o do Tiradentes. Dito isso, ressaltamos que Schilling, ao falar do nacionalismo, trazia consigo a bagagem das teorias comunistas nacional revolucionária. Construiu suas ideias com base no Partido Comunista, já que era integrante do mesmo desde sua juventude⁵⁴. Para ele, o nacionalismo tem mais relação com os indivíduos, à consciência de classe e valorização da economia para que houvesse uma união das massas camponesas (e posteriormente da indústria também).

O termo Nacionalismo, ou a teoria que há por trás da discussão tão importante para as nações modernas, foi muito exposto para o mundo e foi Adam Smith quem trouxe à tona o conceito e foi seu maior teórico. Acontece que, três séculos depois de seu trabalho ser escrito, após guerras e reestruturações das fronteiras e nova ordem mundial, muitas coisas têm mudado e precisamos recolocar em discussão o conceito. Porém, não existem critérios determinantes que seja satisfatório o suficiente para decidir os rótulos para esse conceito. Basear esses critérios apenas na língua ou etnia é simplista demais, assim como a combinação de língua, território comum, traços culturais etc.

Definido por Gellner, e citado por Hobsbawn, nacionalismo significa “fundamentalmente um princípio que sustenta que a unidade política e nacional deve ser congruente” (Gellner *apud* Hobsbawn, 1990, p. 18). E continua Hobsbawn: a “nação pertencente a história moderna ‘ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno’” (Hobsbawn, 1990, p.

⁵⁴ Paulo Schilling foi um militante do Partido Comunista. Sobre ser um militante, Jorge Ferreira (2002) escreveu um capítulo inteiro. Ao descrever a vida de um jovem militante comunista, Eduardo Dias, podemos encontrar muitas semelhanças entre ele e o jovem Schilling. Revolucionar era mais importante do que qualquer outro prazer comum a outros jovens de sua idade. Para esses homens e mulheres do início do século XX existiam diferentes caminhos para que aderisse a causa bolchevista. Formulavam explicações e justificativas aos outros, mas principalmente a si mesmos, de como e porque entraram no partido, porém, Ferreira diz que: “as narrativas que ressaltam as motivações econômicas, humanitárias e lógicas para aderir à luta revolucionária são pouco convincentes” (2002, p. 63). Para Ferreira existe outras formas de luta e organização para auxílio do proletariado que não seja o comunismo. A mitificação nostálgica e saudosa de um tempo que os militantes não viveram e que mesmo assim procuravam resgatar, como se esperassem mudanças para algo melhor que haveria de vir. E Ferreira completa que para esses indivíduos era necessário aderir à luta revolucionária, e para tanto, fazia-se necessário apenas ler ou ouvir a narrativa de mitos bolchevistas;

19). Não podemos compreender uma nação sem entendermos que é um fenômeno dual, já que são construídas de baixo para cima, analisando as suposições, esperanças, necessidade, aspirações e interesses das pessoas comuns. Essas, nem sempre são nacionais, muito menos nacionalistas (Hobsbawn, 1990, p. 20).

Essa visão de baixo, isto é, a nação vista não por governos porta-vozes ou ativistas de movimento nacionalistas (ou não nacionalistas), mas sim pelas pessoas comuns que são o objeto de sua ação e propaganda, é extremamente difícil de ser descoberta. Felizmente, os historiadores sociais aprenderam como investigar a história das ideias, das opiniões e dos sentimentos no plano sublitterário, de modo que hoje estamos mais seguros de não confundir – como historiadores habitualmente faziam – os editoriais de jornais escolhidos com a opinião pública. (Hobsbawn, 1990, p. 20).

Stalin, assim como Hobsbawn, buscou definir o que é nação. Para Stalin, nação pode ser definida como comunidade. Isso, segundo ele, engloba traços como idioma, território, vida econômica, e a cultura. Todos eles reunidos traçariam o que constitui uma nação, ou seja, o que Bauer chamou de “caráter nacional”, onde “os homens produzem os meios para a sua vida e distribuem os produtos do seu trabalho” (STALIN, 1946, n.p.).

Observemos a consideração de que nação é uma categoria histórica, que surge e se destaca a partir da ascensão do capitalismo, e Stalin nos lembra de que “o processo de liquidação do feudalismo e do desenvolvimento do capitalismo é, ao mesmo tempo, o processo de agrupamento dos homens em nações” (STALIN, 1946, n.p.). O mercado seria o combustível inicial da formação nacional, e que tem como personagem principal a burguesia. Era preciso dar saída as suas mercadorias e vencer a competição com a burguesia de outra nacionalidade, e é daí que surge o desejo de assegurar seu próprio mercado.

Prado Jr. foi inspiração para Schilling, já que o jornalista analisava a formação da sociedade brasileira para compreender e formar novas ideias como solução para o que ele julgava ser um problema. Prado Jr. dizia “que o nacionalismo teria sido muito mais uma bandeira da burguesia de estado que de uma burguesia propriamente nacional (ou nacionalista)” (PADRO JR., 1942, p. 190). Para o historiador o interesse da burguesia seria complementar ao capitalismo internacional. Essa seria uma das maiores preocupações da esquerda radical brasileira. A autonomia da direita estava ligada ao imperialismo americano. Achavam-se independentes, porém dependiam do capital estrangeiro. Mesmo

assim, representavam um perigo para a democracia e para o crescimento da nação. Primeiramente porque eram contra as reformas de base propostas pela esquerda, que visavam melhores condições de trabalho para industriários e ruralistas. Além disso, as reformas tinham como propósito diminuir as desigualdades sociais, algo que a direita e a elite brasileira não estavam dispostas a aceitar.

O século XX foi um período ímpar de instabilidade política e como consequência, econômica. Tornou-se terreno fértil para o Império americano na Segunda Guerra, e posteriormente na Guerra Fria. Por isso mesmo, precisamos deixar claro que o nacionalismo pode ter duas caras. Para países desenvolvidos e para subdesenvolvidos. Para Samuel Pinheiro Guimarães (2008),

O nacionalismo nos países desenvolvidos, em especial nas Grandes Potências, e sua pretensão de superioridade nacional renderam facilmente em políticas expansionistas e agressivas, tanto no continente europeu como também na formação dos impérios coloniais. (GUIMARÃES, 2008, p. 146)

Nesse caso a intenção de promover o nacionalismo não passa de discurso e prática para reafirmar a superioridade da nação. Destarte consideramos esse nacionalismo como uma das faces do imperialismo que serviu para potências como a Alemanha, Rússia e EUA. Praticam a inferiorização de outras nações e povos, tratando os indivíduos destas sociedades como distintos, diferentes dos das Grandes Potências. Para os países colonizados, que sofreram com Imperialismo, considerados periféricos e subdesenvolvidos, o nacionalismo tem outra natureza. De maneira errônea o nacionalismo da periferia que visa desqualificar os movimentos anticolonialistas e anti-imperialistas. Acusam essas nações de nacionalistas igualando-as ao nacionalismo europeu. Ao contrário, antigas colônias usaram esse movimento para afirmar e recuperar suas tradições, idiomas, autonomia política e independência. Posteriormente foi usado como forma de liberdade política e desenvolvimento econômico independente de suas metrópoles. (GUIMARÃES, 2008, p. 147)

Nas décadas entre 1940 e 1964 o Brasil ousava no campo político. A direita considerava o capital estrangeiro como forma de ampliar e conseguir o desenvolvimento econômico tão esperado. Mas para a esquerda mais radical a única opção para tanto seria o nacionalismo, ou seja, aquele que resulta de países periféricos. O objetivo seria sair da zona debaixo do imperialismo. Se afastar do

entreguismo⁵⁵ de nosso capital para potências estrangeiras. Usar nossa riqueza e produção e criar nosso próprio comércio e consumo interno, sem tanta dependência do capital exterior, além de se tornar exportador de grãos e carnes. Para intelectuais de esquerda e políticos como Brizola e Schilling, essa seria a melhor opção para nossa agricultura, pecuária e indústria.

Aliás, quando Jango esteve a frente da pasta do Trabalho, na época em que foi presidente nacional do PTB, buscou maior aproximação entre setores sindicais, governo e partido, que lutaram por reivindicar questões trabalhistas. Grupos oposicionistas passaram a atacá-lo,

Dessa forma, a postura de Jango, negociando e se antecipando às demandas dos trabalhadores, inclusive forçando os empregadores a fazer concessões, foi frequentemente vista e denunciada não como forma de esvaziar conflitos, mas de estimulá-los, pregando a luta de classes. (GOMES, 2007, P. 69)

João Goulart⁵⁶, figura muitas vezes de imagem apagada, que, como bem disse Ferreira (2007, p. 511) “quando se fala, fala-se mal”, era reconhecido como homem de confiança do, então Presidente, Getúlio Vargas. Criou uma imagem de ministro acessível e intermediário entre o povo e presidente (GOMES, 2007, P. 69). Havia um medo grande por parte da UDN e de militares, que Jango desse continuidade a política de Vargas, principalmente de que houvesse uma aproximação sua da massa trabalhadora. Quando foi Ministro do Trabalho, tomou medidas que beneficiou trabalhadores. Entre elas a suspensão das intervenções do

⁵⁵ Paulo Schilling costuma usar esse termo para conceituar a política de desenvolvimento que os governos tinham de negociar com países estrangeiros, principalmente Estados Unidos, como se fosse uma forma de entregar nossas riquezas para o capital estrangeiro;

⁵⁶ Na documentação do Acervo de Paulo Schilling, encontramos muitos textos envolvendo os nomes de João Goulart e Getúlio Vargas. Nos textos, que acreditamos ser um rascunho do que se tornaria o livro “Como se coloca a Direita no poder”, Schilling tece ferrenhas críticas aos ex-governantes. por exemplo o fato de os dois políticos terem sido latifundiários, de São Borja, e que isso pode ter influenciado suas ações, evitando conceder a reforma agrária e demais benefícios os pequenos e médios produtores. O que os diferenciava era que Vargas, segundo Schilling, aumentou sua propriedade em apenas uma, e Goulart foi um dos maiores compradores de fazendas do país. Schilling considera importante analisarmos esses aspectos de Goulart, e mais o fato de ser um mercantilista de gado e ovelhas para entender sua “complexa e contraditória atuação política” (Anexo 17). Por exemplo, como Ministro do Trabalho da Era Vargas, revolucionou as relações governo - sindicatos, pois era o fazendeiro que tomava mate ao redor do fogo, com os peões, e, por isto, “começaram a acusar Getúlio de, por intermédio de seu ministro, estar tentando instalar uma ‘república sindicalista’ segundo moldes peronistas. Jango se dedicou ao sindicalismo, mas sempre vigiado de perto por ‘setores reacionários das classes dominantes e pelos militares’”. Schilling, no auge de sua paixão militante, declarou “se não fosse pela resistência popular, que sob a liderança de Brizola, organizou-se no RS ... Goulart nunca teria chegado à presidência da República e a ditadura teria começado dois anos e meio antes”

Ministério nos Sindicatos. Outra medida importante era a fiscalização do órgão nas empresas para que as leis trabalhistas fossem cumpridas. Jango foi um apoiador das mobilizações dos operários. Dessa forma, Goulart conseguiu se aproximar dos sindicatos e das esquerdas aumentando seu prestígio entre os representantes de organizações da causa.

A elite, com o apoio da direita conservadora, não gostava que o governo agisse dessa forma,

Carlos Lacerda desferia ataques violentos a Jango, como “despreparado”, “ignorante”, “demagogo”, “corrupto”, “golpista”, “manipulador dos operários” e, até mesmo, comentários de ranço fortemente moralista, como os de que frequentava cabarés. (FERREIRA, 2007, p. 515)

Ângela de Castro Gomes conta que Jango surgiu como partidário do trabalhismo e líder do reformismo e nacionalismo (FERREIRA, 2007, p. 515). Seria, na visão de Gomes (2007), Goulart um defensor da causa dos trabalhadores urbanos e rurais. Porém, em certos momentos de sua trajetória política, demonstrou a seus adversários uma imagem de fraqueza e incapacidade. Entretanto, Jango teve participação para que o PTB adquirisse um perfil político e ideológico e aproximando o partido dos comunistas, de movimentos sociais, sindicatos, camponeses e estudantes. Assim como Brizola, Goulart foi diretamente influenciado por Vargas.

Mas precisamos colocar Schilling no centro da discussão e por isso vamos trazer um pouco mais sobre o que ele tem a nos dizer.

3.1 – Nacionalismo, segundo Paulo Schilling

A verdade é que o termo nacionalismo é complexo e muitos autores buscaram compreender o conceito já que o movimento foi visto pelo mundo todo com características diferente. Como nosso objetivo não se trata de falar do conceito, não vamos abrir a discussão, mas não falar dele se tornaria um erro neste trabalho. Por isso trouxemos alguns nomes que discutiram o termo e podem nos ajudar a pensar nele e porque foi tão importante para Schilling. Destacamos Hobsbawm e Dante Moreira Leite. Os dois consideram muito difícil explicar o nacionalismo, como já comentamos. Leite (1983) considera que o conceito se apresenta por formas e origens muito diversas, de acordo com a época e o país. Dois bons exemplos que

Leite nos traz é o Romantismo Alemão⁵⁷, que, segundo ele, teria sido nacionalista, porém com “pequeno ou pouco intenso colorido” (LEITE, 1983, p.10). É importante destacar a reflexão de Leite,

Se propormos essas perguntas em nível de maior generalidade, vemos que são falsas ou, melhor, que o nacionalismo é apenas uma justificativa ideológica de grupos que, por outras razões, já estão em conflito. (LEITE, 1983, p. 16)

Podemos analisar esse trecho de Leite pela perspectiva do contexto brasileiro e propor uma reflexão sobre as ideias nacionalistas que Schilling tanto defendia. De um lado ressaltamos a análise do ponto de vista do jornalista, mas isso não traduz o conceito e nem traz a verdade absoluta. É preciso uma análise mais rigorosa sobre o tema para que não haja erros e nos valhamos da subjetividade do nosso objeto de estudo. Dito isso, acreditamos que, por tudo que já foi discutido até aqui, é possível identificar um cunho ideológico na insistente ideia de nacionalismo brasileiro. Se, como imaginamos, Paulo Schilling pode ser identificado como um Nacional Revolucionário havia real interesse em divulgar as teorias que propunha sobre a ideia de nacionalismo. Porém, o marxismo, lembramos, ignora o problema do nacionalismo, pois para Marx era um movimento irracional. É a partir da chegada dos soviets e as teses de Herder⁵⁸ trazidas por eles que o socialismo começa a pensar na construção do nacionalismo.

Stalin escreveu em 1946⁵⁹ sobre a revolução bolchevique a questão problemática que é o nacionalismo. Todos lutaram juntos, “independente de sua nacionalidade”, pois em primeiro lugar haveria de vir os problemas comuns. Quando as diferenças surgem, despertam o sentimento de unidade com os seus, o que

⁵⁷ Goethe, umas das inspirações de Paulo Schilling em sua trajetória intelectual, foi o idealizador do *Sturm Und Drang*, movimento que inaugura a literatura nacional alemã. Mesmo que referenciando Shakespeare, pode se afastar da literatura inglesa e francesa e criar um novo estilo explorando o passado histórico, exaltando a liberdade e a revolta crítica. (COUTO, 2017)

⁵⁸ Johann Gottfred von Herder (1744-1803) definiu nação como uma unidade orgânica, cultural e linguística, que mantém os diferentes indivíduos unidos, por meio de leis e instituições transmitidas às outras gerações por intermédio de linguagem, hábitos e educação dando forma específica e plural, ou seja, não somente por meio de ideias, inclinações e modos de vida (OLIVEIRA, 2022, p. 223). O nacionalismo de Herder teria se originado de sua insatisfação com a cultura oficial alemã da época. Tem sido considerado um dos precursores do Historicismo, da *Volksgeist* e do nacionalismo cultural.

⁵⁹ *O marxismo e o problema nacional e colonial* se trata de um clássico que apresenta a visão de Stalin e bolcheviques sobre o problema nacional na União Soviética. Essa obra se faz essencial para o entendimento do conceito de nacionalismo e imperialismo por parte da esquerda. Para Schilling a posição da esquerda varia, sobre o nacionalismo, conforme a luta de libertação, ou seja, se é pró ou contra trabalhadores;

Stalin resumiu como “o problema nacional” antes de tudo. Acreditamos que um trecho deste texto de Stalin traduz o que Schilling procurou externar em suas ideias:

E a onda de nacionalismo belicoso levantado de cima e toda uma série de repressões desencadeadas pelos “poderosos do mundo” para vingar-se da periferia pelo seu “amor à liberdade” provocaram, como réplica, uma onda de nacionalismo vinda de baixo, que muitas vezes se converte num tosco chauvinismo. (STALIN, 1946, n.p.)

Por isso acreditamos que, quando Paulo Schilling faz duras críticas a líderes da nação brasileira, ele está nos alertando para um problema comum em outras nações, que é a união das massas operárias e camponesas. A consciência de classe e a ideia da libertação dos trabalhadores da burguesia capitalista era uma ameaça que vinha crescendo a partir da Revolução Russa. Em ascensão no início do século XX, as ideias comunistas se espalhavam como vento pelo mundo todo. Quando Paulo Schilling defende o nacionalismo para que nosso país seja protegido das mãos dos capitalistas estrangeiros, ele aponta como solução a união do povo através de mais direitos e políticas públicas que contemplem os cidadãos, principalmente os desfavorecidos.

Paulo Schilling trata do nacionalismo em seus documentos extraídos do Acervo que faz parte de seu material produzido após o golpe militar, escritos durante o exílio. Nesse material considerou que a nova política exterior de desenvolvimento do General Ernesto Geisel produziria mudanças que diminuiria a dependência do Brasil com relação ao capitalismo mundial. Ele analisa o nacionalismo buscando trazer o cenário do período em que escreve. Porém mesmo atualizando o contexto, Paulo Schilling nunca deixou de voltar no tempo repensando o período antes do golpe militar. Por isso iremos analisar seus escritos deixando claro a qual período se refere. Como aqui em que ele cita mudanças no apoio a causa árabe no conflito do Oriente Médio e a cessação do respaldo ao colonialismo português. Fala também das relações diplomáticas com a China. Nesse caso fala de um período posterior ao golpe, quando os presidentes no comando do país eram militares. Naquele período, ele diz que “certos setores da oposição chegam a festejar essa mudança, essa possível evolução para uma política nacionalista” (ANEXO 01). Considera que essa política vai contra os últimos três governos militares brasileiros. Sendo assim, é possível percebermos que seu discurso nacionalista não se perdeu ao longo dos

anos e mesmo não estando mais no país permaneceu sendo uma prioridade intelectual.

Para Schilling, os últimos 100 anos foram de deleite ao capital estrangeiro concentrado nos países da América Latina. Fizeram-se presentes fundamentalmente, como Schilling diz, em empresas de serviço público como ferrovias, bondes, energia elétrica, gás etc. Os investimentos tinham caráter imperialista com o objetivo de canalizar as “economias nativas” para as grandes potências que vinham surgindo. O jornalista faz uma denúncia:

É suficiente olhar os mapas de países como o Brasil, Argentina e Uruguai para comprovar o propósito colonialista do traçado das ferrovias: sempre dispostas estas no sentido interior – portos exportadores, sem nenhuma preocupação por vincular as diversas regiões do interior do país entre si. (ANEXO 01)

Acreditamos que o nacionalismo que Paulo Schilling defendia se tratava desse que Leite cita. Isso porque o Brasil parecia se defender do capital estrangeiro muito mais do que criar uma unidade de Estado. Porém, Leite completa que esse nacionalismo⁶⁰ seria uma forma de oposição ao expansionismo de países imperialistas, e considera que essa não seria o melhor caminho para o entendimento entre os povos.

Paulo Schilling escreveu que as empresas concessionárias – estrangeiras – de serviço público asseguravam aos seus acionistas grandes lucros, prevendo sempre o monopólio de determinados serviços. Segundo Schilling, a única vantagem que a colônia recebia era a garantia que ao fim dos contratos o país ficaria com todas as instalações sem ônus algum. Para ele era um grande problema e um dos motivos para acreditar que um nacionalismo brasileiro deveria ser estimulado pelo governo. Sobre as empresas estrangeiras ele falou:

É verdade que geralmente estas neutralizavam essa obrigação deixando de efetuar ampliações, melhorias e inclusive manutenção do equipamento nos anos que precediam o final do prazo. Ao vencer o mesmo, entregavam material e instalações totalmente obsoletos, verdadeiro ferro-velho ao poder concedente. (ANEXO 01)

⁶⁰ A ideia de nacionalismo que conhecemos hoje surgiu no final do século XVIII, acompanhado da Revolução Francesa, conforme Leite (1983) nos explica. Movimento tipicamente liberal e que constituía em uma ideologia política que organizava o Estado através da delegação do povo soberano e o caráter revolucionário no novo sentido de Estado não escapou aos contemporâneos e continuou a influir na vida política dos séculos XIX e XX.

As práticas entreguistas dos governos brasileiros não são uma política pontual e isolada. É praticamente uma normalidade para nosso país que vem sendo entregue ao capital estrangeiro durante toda sua história. Para Schilling o problema é a ausência de políticas nacionalistas que impeçam que nosso país seja vendido aos imperialistas e seu capital. Quando o Marechal Eurico Gaspar Dutra deu “algumas dezenas de milhões de libras” aos ingleses, em troca de empresas que já eram nossas, Schilling diz que essa atitude fez gerar no Brasil uma violenta campanha nacionalista, mas que não impediu o saque. Apenas conseguiu marcar o presidente como entreguista e “como autêntico vende-pátria”. E Schilling completa que o nacionalismo se transformou em “mito” no governo de Geisel (ANEXO 01).

Quando analisamos sob essa ótica, podemos questionar se, o governo ao criar as políticas de desenvolvimento e a entrega do nosso território e bens de consumo para o capital estrangeiro, era uma tentativa de dividir a classe operária e camponesa para manter o controle total sobre tais. Aqui estamos criando uma hipótese, já que sabemos que a união das massas, em nome do nacionalismo, pode causar revoluções e isso traz para os governos conservadores o medo de perder o controle⁶¹.

Sobre os exploradores das nossas riquezas, Paulo Schilling fala, no texto achado em seu acervo, de título: “Café: o fim do início”, que “durante esses séculos, os beneficiários da exploração mudaram. Portugueses, primeiro; ingleses e norte-americanos posteriormente” (ANEXO 02). Além disso, Paulo Schilling ainda comenta

⁶¹ O primeiro exemplo europeu de Estado-Nação, isto é, a França, teve um governo escolhido pelo povo e não pelo direito divino “exercidos por uma família” (LEITE, 1983, p.12). Mas isso não significa que a Revolução Francesa (1789) tenha sido um movimento nacionalista, conforme o conceito empreendido durante o século XIX e XX. Inclusive Leite (1983) considera que não houve indícios de nacionalismo antes desse evento: “ocorre que, embora não fosse inicialmente um movimento nacionalista, a Revolução tinha uma dinâmica que acabaria por intensificar e, em outros casos, despertar os vários nacionalismos europeus” (LEITE, 1983, p.12). Nesse contexto, os revolucionários franceses sentiam-se investidos da missão de libertar os outros povos. Isso diz muito sobre o próprio sentimento que Schilling tinha transparente em seus textos, na busca pelo nacionalismo que iria libertar o Brasil das investidas norte-americanas e europeias.

O nacionalismo europeu é um movimento tipicamente burguês que teve a capacidade de unir o povo para o estabelecimento do liberalismo econômico. Em países como Itália e Alemanha, que no século XIX não eram unificados como Estado-Nação, e que se encontravam em estágio pré-capitalista de economia, o nacionalismo procurava acender a união, principalmente econômica (LEITE, 1983, p.14). Quando há uma competitividade, que geralmente ocorre entre nações próximas (territorialmente ou por colonização) a burguesia dominante passa a oprimir a burguesia dominada. É aí que a luta se transfere da esfera econômica para a política e tanto a classe burguesa quanto governante se unem em prol do objetivo que é dominar a nação oprimida, - que aqui exemplificaremos como as nações sul americanas – apelarem para “os de baixo de seu país”, passando a lutar pela causa de um povo (STALIN, 1946, n.p.). É daí que surgem os movimentos sociais, qual Paulo Schilling sempre foi um apoiador, incentivador e idealizador.

que os produtores protagonistas dessa política entreguista também mudaram com o passar das décadas, sempre visando beneficiar o explorador aumentando seu capital. Ele diz:

A produção dos países coloniais ou submetidos a qualquer tipo de imperialismo não é planejada de acordo com as necessidades dos seus respectivos povos, mas sim com o propósito de abastecer as metrópoles respectivas dos produtos que necessitam. (ANEXO 02)

O jornalista cita os produtos que foram alvos dos colonizadores e imperialistas, aqui no Brasil. São alguns deles: Pau-Brasil, açúcar, café, ouro, algodão, borracha, cacau etc. Para Schilling, esse processo atingia diretamente a classe marginalizada da sociedade, ou seja, os trabalhadores rurais. Por onde essa política predatória passou, segundo Schilling, deixou em rastro de decadência “na medida em que esgotava as terras, o cultivo do café descia rumo ao sul” (ANEXO 02). Ele diz:

Um aumento nos preços no mercado internacional representava mais luxo e dissipação de parte dos latifundiários produtores, dos intermediários e exportadores da rubiácea. Uma baixa nos mesmos, mais fome e miséria nos ranchos dos trabalhadores agrícolas. (ANEXO 02)

Para Schilling isso trouxe uma dependência do país na exportação de produtos e a predominância política da região exportadora – nesse caso São Paulo – e de latifundiários como os chamados barões do café em meados do século XX, que juntamente com os pecuaristas de Minas Gerais criou o chamado “eixo café com leite”. Para o jornalista essa política dominou a economia do país nas últimas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX.

Abrindo um parêntese para uma breve discussão, a ideia que Paulo tanto criticou nos seus pensamentos de que países como o Brasil se tornaram totalmente dependentes da política econômica de exportação. Teria essa dependência, tornado o camponês e o trabalhador assalariado do campo e da indústria, reféns dos investidores estrangeiros e da oligarquia brasileira. Schilling completa que mesmo com a revolução de 1930, e com a humilhação que os “tenentes⁶²” causaram a aristocracia cafeeira, o café continuou sendo o principal produto de exportação nas

⁶² Aqui ele se refere aos Tenentes, personagens do Tenentismo, movimento militar, de cunho político que surgiu entre os oficiais rasos do exército brasileiro insatisfeitos com a política da Primeira República;

décadas de 30, 40, 50 e 60. O declínio veio com o processo de industrialização do país e junto com a queda agrícola.

Além dos problemas que já comentamos, Schilling soma a eles a dívida externa. Os juros cresciam continuamente e, segundo o jornalista, isso acontecia por dois motivos: a própria dívida que era geradora desses juros e em segundo lugar, pela situação econômica em que se encontrava o mundo naquele momento⁶³. E Paulo Schilling completa a denúncia quando escreve que,

Depois dessa “ficção econômica” que foi o “milagre” – desse milagre para poucos (75% da população ficou totalmente marginalizada) – estamos pagando agora – caro, muito caro – a euforia dos anos das vacas gordas: 1968/1974 (casualmente, como no sonho bíblico do faraó, interpretado por José, 7 em total. (ANEXO 03)

Em outra de suas reflexões em 1977, Paulo Schilling reavalia os acontecimentos do início de 1964 e como o Brasil estava dividido economicamente, ou seja, entre empresas estatais, privadas nacionais e transacionais. Destarte ficava assim:

As empresas do Estado controlavam não apenas o setor de serviços, mas também amplas áreas industriais, especialmente a siderurgia, a extração e refinação de petróleo e o crédito.

As empresas privadas, apesar de já intensamente pressionadas pelo capital forâneo, dominavam em forma absoluta o setor da indústria de transformação e o comércio.

As empresas transnacionais tinham começado sua ofensiva, inicialmente na produção de artigos substitutivos de importação (automóveis, eletrodomésticos, etc). Especialmente a partir do governo de Juscelino Kubtscheck, passaram a controlar os setores mais dinâmicos e lucrativos da indústria. (ANEXO 04)

Podemos notar, segundo o que Paulo Schilling disse, que nosso país estava nas mãos de grandes empresas capitalistas estrangeiras. Por mais que o Estado detivesse poder sobre alguns produtos industrializados no Brasil, aquilo que gerava lucro para os acionistas, segundo Paulo, estava nas mãos dos estrangeiros. Acrescenta que o governo que assumiu o país em 1º de abril de 1964, era totalmente liberal, e por isso, entendemos que era prioridade a internacionalização da economia brasileira, ou seja, antiestatal. Mas, segundo Schilling, essa “desestatização” de maneira sistemática revelou-se impossível. Nesse período teria nascido um nacionalismo e somado a isso a “total incapacidade financeira da

⁶³ Esse texto foi escrito em 1974;

burguesia nacional para tomar a seu cargo as empresas do Estado” (ANEXO 04), pois era necessário muitos investimentos em setores como a da infraestrutura.

Outro detalhe que Schilling nos elenca é o próprio desinteresse que as empresas internacionais tinham sobre as estatais brasileiras. Completa: “as empresas privadas – nacionais e estrangeiras – limitavam-se a pressionar no sentido de que as estatais continuassem lhes proporcionando matéria-prima, energia, fretes e créditos fáceis e baratos” (ANEXO 04). E considera ainda que, para agradar essas empresas privadas, o estado se forçou a transformar essas empresas em modelo de alto grau de eficiência e de lucratividade. Os exemplos que o jornalista usa são o Banco do Brasil, Petrobras e a Companhia do Vale do Rio Doce, controladoras do mercado de crédito, petróleo e minerais. Porém,

As empresas do Estado foram alvo predileto de uma campanha interna, sistemática e dura. Eram acusadas – paradoxalmente – pelo êxito obtido. O próprio governo Geisel é acusado de “estatizante” e, como consequência de “totalitário” pelos setores liberais. (Anexo 04)

Os liberais como o almirante da reserva José Celson de La Roque Macedo Soares, segundo Schilling, se mostraram contra essa política estatal, pois, “elas começam a dar lucro e, não sabendo o que fazer com eles, começou a comprar empresas privadas” (Anexo 04). E Schilling completa:

Antes, o grande argumento contra as empresas do Estado era sua ineficiência, sua incapacidade para produzir lucros. Agora, tornadas eficiente *manu militare*, são acusadas de gerar demasiado lucro e de estar em consequência ampliando sua área de atividade. (Anexo 04)

Mesmo o capital das empresas estatais sendo majoritárias, isso não tira a dimensão que foi a penetração do capital estrangeiro no país. Felizmente o objetivo de liquidar com as empresas do estado não foi atingido.

3.1.1 – Condomínio do poder

Outra observação do trabalho de Schilling que pudemos notar foi a constante significação dos conceitos. Nos textos escritos durante o exílio não foi diferente e continuamos a trazê-los como importante característica e método de sua escrita. Destacamos aqui o uso do termo “condomínio do poder” que para ele significa:

Aqueles que dominam a economia brasileira (antes os ingleses, agora os norte americanos), exercem uma parte mais ou menos considerável do poder (segundo o maior ou menor grau de dependência econômica), independente do fato de esse estar – ostensiva e nominalmente – em mãos dos latifundiários, da burguesia ou ser compartilhado por ambas as classes. A burguesia industrial foi se consolidando. Superou, por fim, no campo econômico, o latifúndio. Compartilhou com esse o poder político. Porém nunca conseguiria livrar-se de seu rival: o capital financeiro e monopolista internacional. (Anexo 05)

E,

A estratégia imperialista para conseguir estabelecer o controle sobre as burguesias dos países periféricos é simples; os monopólios utilizam somente duas ou três armas: dólares ou outra moeda forte em forma de investimentos diretos ou empréstimos, transferências de maquinaria (em geral obsoleta) e tecnologia. (Anexo 05)

Paulo Schilling concorda com Leôncio Bausbaum e sua descrição sobre alienação do capital burguês nacional em detrimento dos monopólios internacionais. Os investidores estrangeiros aplicavam seu capital nas pequenas empresas, ou associavam-se as já existentes de grande e médio porte. Aos poucos, os capitalistas brasileiros foram se tornando diretores secundários, ou presidentes nominais “recebendo altos salários e sem mais preocupações financeiras, começando a gozar de todos os privilégios concedidos às firmas estrangeiras” (Anexo 05).

Paulo averiguou que o capital da burguesia nacional registrado em estatuto publicado pela Revista “Conjuntura Nacional”, significava pouco no cenário nacional em comparação com o “capitalismo do estado”, e com o monopólio internacional. Como consequência, sua influência política e econômica acompanhava o ritmo, ou seja, o discurso de força política e econômica não condizia com a realidade.

Esse pensamento de Schilling já aparecia anteriormente, no período em que esteve ao lado de Brizola na luta pelas reformas. Podemos perceber que ele continuava a acreditar nas mesmas narrativas, porém com novas críticas que vieram a se somar de acordo com o contexto que era escrito. Por exemplo, ao dizer que a burguesia estava totalmente dependente dos latifundiários. Para Schilling se dá pelo fato de terem sido oposição a campanha de reforma agrária “que a favorecia como classe”, já que aumentaria o mercado de consumo interno (ANEXO 05)

Outro dado importante que Schilling trouxe foi a disparidade social que havia entre o estado de São Paulo e as demais regiões. Para o jornalista, esse estado foi privilegiado por sua localização geográfica, pelo clima, somado a ter recebido a

maioria da população carente imigratória europeia e quase a totalidade dos investimentos estrangeiros (ANEXO 05). Assim, se criou um abismo com melhor infraestrutura econômica em São Paulo. Para comprovar tal fato ele usa dados estatísticos (e não fala de onde tirou) de que 66,1% da produção industrial do país origina-se do eixo São Paulo – Rio de Janeiro, ou seja, 2/3 do total.

Essa superioridade absoluta permite à burguesia paulista aplicar, no âmbito nacional, a velha e consagrada estratégia do capital financeiro e monopolista internacional de aniquilar, gradativamente as economias de outras regiões. (ANEXO 05)

Paulo Schilling receava que fosse afetada a unidade nacional, pois as indústrias de outras regiões não dispunham de defesa contra a concorrência de poderes importados, destarte, considerava grave a sequela provocada pelas desigualdades no desenvolvimento econômico. Apesar disso, segundo Schilling, algumas coisas uniram as burguesias regionais: explorar os trabalhadores cada vez mais, pagar impostos mínimos e usufruir ao máximo os favores do estado, ou seja, “a manutenção do sistema da socialização dos prejuízos e da apropriação privada dos lucros” (ANEXO 05). Dentro do estado também podemos ver a influência externa. Para Schilling, os cargos de confiança no ministério, e bancos que eram controlados pelo Governo Federal, tinham, como presidentes, membros nomeados com a autorização prévia das empresas capitalistas estrangeiras (ANEXO 05). Schilling já abordava sobre esse “entreguismo” no início de sua trajetória militante, mas a maturidade que o exílio lhe trouxe fez com que seu interesse pelo assunto aumentasse e ampliasse a discussão.

Quando Schilling usa o conceito “condomínio do poder” ele está se referindo - metaforicamente – que o país se tornou um lugar em que o capital estrangeiro explora, retirando a autonomia e o poder sobre o próprio capital nacional. Seria esse, segundo Schilling, o “modelo brasileiro”, oficializado pelas palavras de Nixon:

A solução estaria na empresa privada e na participação plena, sem limitações, do capital forâneo, na prioridade às exportações com o sacrifício do mercado interno; num acelerado processo de acumulação de capital interno à custa das classes assalariadas, etc...

Ou seja, a antítese do modelo anteriormente tentado no Brasil, que estabelecia drásticas restrições ao capital estrangeiro, dava prioridade às empresas estatais e, baseando-se numa distribuição mais justa da renda nacional, tratava de humanizar o duro processo de desenvolvimento capitalista. (ANEXO 06)

Paulo completa que “os setores mais lucrativos e dinâmicos da economia do país foram entregues às empresas transnacionais” (ANEXO 06).

Em outro trecho, o jornalista cita uma fala de Tancredo Neves, que era deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁶⁴, onde ele diz em entrevista a imprensa (Schilling não cita a sua fonte), em que prega a formação da Frente Unida de governantes e governados “para debelar as crescentes e funestas consequências de um modelo econômico que transformou o Brasil no paraíso da usura nacional e internacional” (ANEXO 06). E mais, que esse modelo econômico artificial, que impera o antinacionalismo, trouxe um aumento significativo na dependência do país no capitalismo internacional. Trouxe também um endividamento com o objetivo de pagar outras dívidas, aumentando ainda mais a inflação.

Para o deputado, conforme os documentos escritos por Paulo Schilling, que temos analisado neste capítulo, o endividamento trouxe angústia para o povo, inclusive sofrimento. Tudo isso regado a uma agricultura frustrada e sem incentivo, além de um comércio a beira da falência. E conclui “os planos de investimento do governo foram reduzidos de tal forma que o II PND seria hoje uma ficção ridícula, se não fosse trágica” (ANEXO 06). E como vimos durante todo este trabalho, Schilling manteve uma preocupação com o desenvolvimento econômico do país, principalmente no que diz respeito a agricultura. Porém um dos seus principais argumentos sempre foi o do protagonismo do indivíduo. Inicialmente seu discurso era isolado para o camponês. Posteriormente vemos que sua preocupação se expande, também, para o trabalhador da indústria nos grandes centros urbanos. Percebemos que, ao citar Tancredo Neves, Schilling estava corroborando o seu discurso, ao identificar semelhança nos argumentos.

Ao longo de sua trajetória o jornalista trouxe para seu repertório discursivo muitos nomes que lhe ajudaram a pensar e concordar com suas ideias. No exílio não foi diferente. Nesse período em que esteve fora do país, o jornalista não só analisou a política e economia do Brasil – da América do Sul – como optou por analisar de maneira crítica os anos que atuou politicamente ao lado de Brizola.

⁶⁴ Schilling não explica em qual ano de mandato Tancredo Neves fez essa afirmação, mas o texto referência foi escrito em 1977;

Em uma dessas análises retrospectivas Paulo Schilling reavaliou as decisões tomadas por Juscelino Kubitschek sobre a economia brasileira. Para o jornalista, durante o governo JK (1956/60) a política nacionalista

Foi totalmente abandonada [...] por influência das teses da CEPAL⁶⁵ sobre a 'substituição de importações' e sobre o papel que o capital estrangeiro deveria representar nas relações entre países ricos e os desenvolvidos (ANEXO 07).

Apresentaremos agora alguns trechos que extraímos dos documentos de seu acervo e que consideramos importante para compreender o seu repertório. No anexo 07, ele cita os autores Gilberto Mathias e Pierre Salama, que discorrem sobre “a falência das teses da CEPAL”: “Elas insistem, no mais das vezes, nas simplificações ligada a essa concepção dos países como “totalidades homogêneas” (ANEXO 07), negligenciando suas múltiplas divisões (classes sociais, origem nacional dos capitais) etc”. Aqui é possível perceber que Schilling não deixou de ser um marxista e que no texto, por sua vez, busca trazer olhares que refletem seus pensamentos. Notamos que a ideias de classe social e pertencimento a nação faz parte desse trecho trazido por ele em seu discurso. Mais adiante ele continua a trazer os autores citados, quando eles desmontam a ideia de que há um lado positivo na aplicação de capital estrangeiro em outros países:

(a CEPAL) limitam-se a avaliar, nessa ótica keyneisiana, o impacto dos recursos externos no crescimento da produção [...] Assim, a CEPAL, negligencia o efeito de freio desempenhado pelos investimentos estrangeiros sobre a formação do capital interno na América Latina [...] O Brasil é um exemplo ótimo de como o capital estrangeiro termina controlando a economia de um país periférico (pelo menos os setores que interessam aos monopólios forâneos, os mais dinâmicos e lucrativos), sem fazer – na realidade – nenhum investimento líquido do capital. (ANEXO 07).

Toda essa política econômica, para Schilling, era causada pelas teorias do “desenvolvimento” que Lucas Lopes e Roberto Capom usaram para convencer os investidores norte-americanos e europeus “a participarem, em grande escala, da chamada ‘indústria substitutiva’ de implementações”. Entre as importações que

⁶⁵ A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) foi estabelecida pela resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948, e é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. "Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo". Mais tarde incorporou o Caribe com objetivo de promover o desenvolvimento social. (CEPAL. In: <https://www.cepal.org/pt-br/sobre>)

passaram a fazer parte deste “Modelo Brasileiro” de desenvolvimento econômico, estão, além do Trigo, os equipamentos industriais que ficaram liberados de cobertura cambial.

A maquinaria importada nessas condições eram totalmente obsoleta, ferro velho, que estavam sendo consumido pela ferrugem nos EUA, ou na Europa. O abuso chegou a limites tão absurdos que a SUMOC (superintendência da Moeda e do Crédito) sempre subserviente aos interesses alienígenas, terminou por proibir a importação de equipamentos com mais de 25 anos de uso. (ANEXO 07)

Kubitschek concedeu todo tipo de privilégios para a instalação de indústrias como as automobilísticas e construção naval. Também isentou de direitos aduaneiros a importação de máquinas e ferramentas “assim como a de peças e partes complementares dos veículos” (ANEXO 07). Além disso,

Esses não tiveram que trazer capital de giro, pois este lhe foi proporcionado pelos bancos oficiais e privados locais. Os financiamentos do “Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico” (capital formado com recursos do povo, taxa adicional ao imposto de renda), foram concedidos preferencialmente as empresas estrangeiras. Num dado momento, esses empréstimos atingiram a 6.8 bilhões de cruzeiros, contra somente 2.3 bilhões fornecidos a firmas privadas nacionais. (ANEXO 07)

Pelo que já trouxemos neste trabalho, o pequeno e médio proprietário se encontrava em situação difícil pela ausência de crédito e/ou atraso dos mesmos. Já os empresários estrangeiros, segundo Schilling, não tiveram empecilhos e receberam apoio do governo brasileiro. Para termos ideia, nossa economia poderia se autossustentar, conforme Schilling (ANEXO 07), e ser totalmente nacionalista no ramo automobilístico. Isso porque a política de governo de Vargas havia facilitado no período da Segunda Guerra Mundial. Porém, no governo JK:

Uma dezena de fábricas estrangeiras instalaram-se no país, produzindo tipos de carros. Surgiu, assim, uma indústria totalmente antieconômica, de muito baixo nível tecnológico, produzindo pouco, caro e de péssima qualidade para um mercado limitado, que (somente em 1960) se aproximaria da meta de 200 mil veículos por ano. (ANEXO 07)

Havia, segundo Schilling, essa política entreguista por parte de Juscelino Kubstcheck, que não se preocupava com as consequências sociais dessas ações. A crise era iminente, já que:

Aspectos fundamentais da estratégia econômica foram modificados por imposição dos monopólios internacionais. Assim, a política nacional de transporte: abandonaram-se praticamente as ferrovias e a navegação fluvial e de cabotagem (que consumiam combustível nacional – carvão – ou energia hidroelétrica) concentrando todos os recursos na construção de rodovias. (ANEXO 07)

Segundo Schilling, a intensão de JK era ampliar o mercado interno para as empresas automobilísticas e petrolíferas estrangeiras. Europa e EUA ainda concentravam seu deslocamento de cargas pesadas em ferrovias ou por vias fluviais. Enquanto que aqui no Brasil o avanço na construção de rodovias mexia com a política de desenvolvimento do país. Os privilégios e vantagens que JK concedeu ao capital estrangeiro foram calculados num valor de 200 bilhões de cruzeiros, na época, equivalente ao orçamento da União. Nessa soma, segundo analistas norte americanos, nas palavras de Paulo Schilling, esse número não incluía despesas da administração e royalties. Ou seja, as empresas americanas receberam mais de 12 bilhões, como forma de renda durante o período de 1950/1963, segundo o jornalista,

A produção agrícola aumentou, durante o governo de Jucelino, somente 3,5% ao ano (num ritmo, quatro vezes menor do que a industrial). Esse aumento era totalmente absorvido pelo aumento demográfico, então de 3,2% anual. Nada sobrava para saciar a fome de amplos setores da população – especialmente as que habitam Nordeste... (ANEXO 07)

E Paulo Schilling segue, reafirmando o destino dos benefícios que esse desenvolvimento antinacionalista trouxe para o setor patronal. Para trabalhadores, aumentou a inflação e os salários tiveram reajustes inferiores ao desejado. E dessa forma se concretizou a contradição do sistema capitalista em que ocorre o investimento social ao mesmo tempo que a apropriação individual dos lucros da burguesia (ANEXO 07).

Esse processo, iniciado por JK, foi bem aceito pelas massas que estavam eufóricas, nas palavras de Schilling, porém no fim do seu mandato a situação era de crise. Isso porque houve inflação acelerada, como comentamos, sacrifícios da classe trabalhadora, agitação no campo e ociosidade da indústria brasileira. O impacto seria desastroso. Para Schilling houve perda, para o Brasil, nas relações internacionais por conta da política entreguista de JK, além de ter sido perdido parte do intercâmbio comercial-financeiro do grande capital, aumentando cada vez mais a dívida externa (Anexo 07). E termina,

Enquanto os teóricos nacionalistas e esquerdistas tratavam afanosamente – no ISEB – de elaborar uma teoria do desenvolvimento (sem teoria do desenvolvimento, não há desenvolvimento) de cunho nacionalista-progressista. Kubtscheck entregava a economia, do país aos monopólios estrangeiros. Seguramente uma das manobras diversionistas mais perfeitas da história. (Anexo 07)

Outro de seus textos que encontramos no acervo com o título “A desnacionalização da economia”, diz que, embora tenha havido contínuas ofensivas privatistas iniciadas pelo governo Vargas, em 1930, o Estado continuava controlando de maneira majoritária todos os setores de infraestrutura, ou seja, energia elétrica, telecomunicações, petróleo, bancos de desenvolvimento e de crédito, ferrovias, siderurgia, mineração e serviços públicos (anexo 08). Afirma também que o capital nacional teria sido “praticamente expulso da área das grandes empresas” e, por isso se enraizou em pequenas e médias empresas “em setores que ainda não despertavam a cobiça das empresas estrangeiras” (Anexo 08). Tornam-se burguesas subordinadas e dependentes do capital estrangeiro. Paulo Schilling sugere o termo “proletarizada” para falar desses empresários, que viviam com o mínimo de lucro, enquanto não havia interesse do capital internacional para ocupar diretamente os setores (Anexo 09).

Despertou interesse do jornalista, também, a relação política de liberdade que empresas transnacionais médias de origem “forânea”⁶⁶ e investidores exigiam como ação para impor condições “mais draconianas para continuar introduzindo recursos” (Anexo 09). Houve uma interna exigência para que fossem eliminadas as restrições para entrada, permanência e saída de capitais e remessa de lucros, facilitando a política entreguista dos recursos brasileiros. Além disso, forçou-se a supressão das barreiras protecionistas no câmbio com uma taxa maior de dólar, ou seja, mais cruzeiro por dólar. Isso ampliaria os investidores estrangeiros, segundo Schilling, e seu poder de compra, e “dominando o que merece nas mãos do setor privado nacional” (Anexo 09). Segundo o jornalista, a companhia contra as empresas estatais era feita pela própria empresa brasileira, acusados de ineficientes. Era a deixa para que se transferissem os pacotes acionários para as empresas “forâneas”.

Paulo Schilling (ANEXO 10) nos lembra de que o entreguismo das riquezas brasileiras nasce juntamente com a “descoberta” (do Brasil) e o colonialismo por

⁶⁶ Paulo Schilling utiliza várias vezes esse termo em seus textos, e pelo contexto em que é usado, podemos traduzir como sendo o que é de fora, que não é da terra em que se encontra, estrangeiro, estranho, forasteiro;

Portugal. Precisamos dizer que o conceito não se encaixa porque a política de desenvolvimento não entra no contexto e seria anacrônico falar dele dessa forma. Mas a ideia de entregar as nossas riquezas para outra nação faz parte dos primórdios do Brasil.

Já em 1551 existiam 36 engenhos de açúcar no Nordeste do Brasil. Era tão florescente o negócio iniciado pelos portugueses e tão grande suas possibilidades futuras, que deu motivo a uma guerra. Os holandeses tentaram apossar-se do controle que Lisboa exercia sobre a rica região açucareira. (Anexo 10)

Ou seja, entregar nossas riquezas para outras nações e inclusive ser motivo de conflitos e guerras entre nações colonialistas faz parte da nossa história e da construção do Brasil como nação. Além disso, esse fato pode justificar esse sentimento nacionalista que acomete nossos políticos e intelectuais. Quem nos fala um pouco disso é Dante Moreira Leite (1983) que nos faz refletir sobre “sonharmos com um país distante, a terra prometida onde possamos realizar nossos desejos” (LEITE, 1983, p. 2). Seria, assim, reflexo dessa necessidade que muitos governantes tinham de se igualar aos norte-americanos, considerando-os um modelo a ser seguido. Em contrapartida, a necessidade que alguns intelectuais brasileiros, como no caso de Schilling, em concordância com políticas com Getúlio Vargas e Leonel Brizola, viam que só era possível um desenvolvimento nacional no país se o mesmo se pusesse aos países imperialistas. Nesse processo de encontrar um eixo que identifique esse sentimento é preciso encontrar padrões que satisfaçam essa necessidade. Porém quando acontece o afastamento de tais padrões esse comportamento é considerado “errado ou criminoso” (LEITE, 1983, p.8). Isso implica, principalmente, em exaltar as qualidades de um povo, e, conseqüentemente, à comparação com outros, que até então são considerados inferiores: “é que o nacionalismo, entendido como força política, nunca pode ser apenas uma análise objetiva das características nacionais e, além disso, suporia sempre uma afirmação de poder e de grandeza” (LEITE, 1983, p. 11). Assim, os membros de um grupo que não obedecem a esses padrões são vistos como perversos ou imorais. Também, devemos levar em consideração os processos colonizadores que foram bem aceitos por muitos povos na história. Entre eles podemos citar os indígenas americanos e brasileiros que não se opuseram (de imediato) aos seus colonizadores.

Como Caio Prado Jr. nos ensinou, que Portugal procurou desde o início obter produtos tropicais que eram inexistentes na Europa. Ou seja, o Brasil nasceu com a finalidade de produzir para a metrópole. Destarte, isso teria se prolongado ao longo da história, alterando os personagens principais desse jogo de interesse.

Isso pode fazer sentido quando colocamos o foco no jornalista. A enorme preocupação que tinha em acusar o “entreguismo” como responsável por nossas riquezas estar na mãos do capital estrangeiro e talvez tenha sido um tanto precipitada. Schilling enxergava esse fato como o maior (talvez um dos únicos) motivos pela tricultura gaúcha não ter se desenvolvido mais na metade do século XX. Isso não significa que ele esteja errado, porém o foco ficou apenas em um problema, o que lhe trouxe um perfil de Nacional Revolucionário.

Esse sentido determina a escolha dos produtos agrícolas que obtidos e, mais ainda, as fases de desenvolvimento e decadência das diferentes regiões brasileiras. Em outras palavras, a nossa economia não estava dirigida para as necessidades do mercado interno, mas para as exigências do mercado europeu. (LEITE, 1983, p. 349)

E acrescenta Leite,

As características da colônia não são determinadas por misteriosas forças impostas pelo clima ou trazidas pelas raças formadoras, mas resultam do tipo de colonização imposta pela economia europeia. (LEITE, 1983, p. 349)

E encontramos mais uma semelhança entre o pensamento de Caio Prado Jr. e Paulo Schilling, que foram contemporâneos. Para o jornalista, a economia e o desenvolvimento dela através da nossa produção agropecuária e industrial ia além das condições climáticas, regionais ou até mesmo da raça. Era uma condição criada pelo homem e as necessidades do mercado de trabalho. Quer dizer que o Brasil produzia para satisfazer o mercado externo, baseado naquilo que o capital estrangeiro precisava. E sem isso, significava que mesmo que a produção interna dos países capitalistas tivesse queda, o Brasil permanecia produzindo ou entregando seus lucros para o mercado exterior. Para Schilling era esse o nacionalismo que nos faltava: o de valorizar as particularidades do nosso país e suas diferenças internas, valorizando os produtos, os trabalhadores, o comércio interno, além da iniciativa de ser um fornecedor, não apenas entregando a riqueza para o colonizador, ou seja, o Brasil como ator principal também. Esse pensamento do jornalista tem relação a sua intensa crítica ao Acordo Internacional do Trigo.

3.2 – O Acordo do Trigo

Quando tratamos de trajetória como a de Paulo Schilling temos que ter em mente que nosso foco são suas ideias. Nosso objetivo não é defender, tampouco criticá-las, mas sim analisar, discutir e emergir aquilo que podemos reproduzir para melhorar de alguma forma o presente e nosso futuro. Destarte, quando executamos este trabalho é inevitável enxergarmos autores que discordam e outros que concordam com Schilling. E é aqui que entramos, buscando assim filtrar de modo a reconhecer a discussão com o que realmente enriquece o debate. Trouxemos, por isso, jornalistas, especialistas e militantes do mesmo período que Paulo Schilling tratou do Acordo Americano do Trigo. Assim será possível compreender o impacto que o Acordo trouxe para o país e as diversas camadas da complexa teia que é a economia e a política brasileira, desvelando as camadas de dominados e os dominantes.

O tema é complementar ao nacionalismo. Para Paulo Schilling a agricultura esteve longe de ser prioridade para o governo de JK, sendo o que mais prejudicou a política de desenvolvimento no seu governo, principalmente os gaúchos. O Acordo do Trigo firmado entre Brasil e os Estados Unidos em meados de 1950 foi considerado um dos principais problemas para o desenvolvimento econômico e a carente satisfação social que os pequenos e médios proprietários enfrentavam naquele período. Para entendermos os motivos desta afirmação, precisamos esclarecer que no início da década os índices de produção agrícola nos EUA ultrapassaram as demandas internas do país. Excederam inclusive as parcelas destinadas as exportações para seus mercados tradicionais. Para escoar esses excedentes e não ter sobrecarga ao Tesouro, em 1954 o Congresso dos EUA aprovou a Lei nº 480, denominada de Assistência e Desenvolvimento ao Comércio Agrícola, que autorizava o Governo a negociar esse trigo com condições especiais, à margem dos critérios comerciais comuns. Um dos países beneficiado por essa lei foi o Brasil. O primeiro acordo previa prazo de pagamento de 40 anos e foi negociado durante o governo de João Café Filho. Nesse momento a moeda de pagamento era o Cruzeiro e o prazo de carência de 4 anos. Deste acordo, 24% ficariam com os EUA e 76% para o Brasil.

Já o segundo acordo, assinado na era JK, tinha uma maior participação do Brasil sendo os valores de 15% para a conta americana e 85% aos brasileiros. E no

terceiro acordo, assinado em 4 de maio de 1961 por Jânio Quadros foi restrito ao Trigo. Ramos comenta que,

O governo norte-americano, para a cobertura de suas despesas no Brasil, absorveu 15% daquele total. Vinte por cento ficaram reservados para financiamentos de obras específicas no Nordeste, a cargo da superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e 65% para o governo brasileiro empregar em obras consideradas prioritárias. Mas, desses 65%, determinou o acordo, que, 10% ficariam reservados para empréstimos ao setor privado, cláusula que oposição parlamentar qualificou como recurso para financiamento em Cruzeiro de empresas norte-americanas no Brasil. (RAMOS, s/n)

Dizer que os Estados Unidos usaram países como o Brasil para se livrar da encrenca do excesso de sua produção não é um exagero. Seus estoques entulhados de produtos como o trigo nortearam uma estratégia que beneficiaria única e exclusivamente os americanos.

Em contrapartida, o Brasil vinha desenvolvendo e crescendo sua produção interna de trigo. O cereal estava começando a ganhar destaque, principalmente nas lavouras gaúchas, competindo, inclusive, com a criação de gado. Porém, ainda não sendo o suficiente para alimentar o país acordos com a Argentina e o Uruguai permitiam que adquiríssemos o trigo vizinho, e em troca, vendíamos produtos industrializados que ainda eram escassos nesses países. Com a chegada do trigo americano, o argentino foi sendo descartado e o acordo desfeito, produzindo conflitos desnecessários entre países vizinhos.

Mesmo com o câmbio entre os países latinos, a cultura do trigo brasileiro vinha sendo um exemplo no país. Graças a hábil política governamental de Getúlio Vargas, segundo Schilling, que deu margem ao surgimento de uma lavoura moderna com financiamento do Banco do Brasil, órgãos governamentais que facilitavam a importação de máquinas, e a ficção de preços mínimos. O caos teria vindo por causa das anomalias climáticas, fragilidade e pauperismo no que se refere a instrumentos técnicos e recursos materiais para obtenção de novas variedades de sementes e, por último, Schilling considerava importante a investigação científica para a maior produtividade das culturas. E analisa,

Centenas de linhagens de trigo novas existentes nas E.E. (Estações Experimentais) de Encruzilhada do Sul e Júlio de Castilhos, que suportam todos os ataques de doenças fúngicas nas três últimas safras, mantendo alta produtividade apesar das condições climáticas negativas, são a prova do que afirmamos. (SCHILLING, 1961, p. 73)

E,

Não fosse a prática errada de repetir o cultivo nas mesmas áreas, num sistema de monocultura completamente condenável, não se teria gerado o colossal inóculo de patógenos que veio alterar completamente o quadro fitossanitária da lavoura de trigo (SCHILLING, 1961, p. 73)

E o que os jornais da época tem a nos dizer sobre o tema? O Jornal Correio da Manhã, por exemplo, no dia 23 de maio de 1954, na edição nº 18.759 define da seguinte maneira:

O Acordo do Trigo (IWA) é um arranjo entre exportadores e importadores do produto, visando a evitar fortes oscilações nos preços internacionais do trigo, através de compromissos quantitativos de compra e venda, a base de preços limitados por um máximo e um mínimo. Ora, quando a situação do produto se apresenta caracterizada por forte desequilíbrio entre a oferta e a procura, a existência de um compromisso de aquisição de apreciáveis quantidades a preços mais ou menos delimitados (dentro dos limites estabelecidos contratualmente) serve para evitar que o preço do mercado encontre seu nível próprio. Quando a oferta é inferior à procura, o mecanismo atua no sentido de evitar que o preço atinja ao ponto máximo de equilíbrio natural.

E na edição do Jornal do Brasil, de 22 de junho de 1957, edição nº 143, a matéria publicada da conta de uma nota oficial emitida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento econômico. Nela o BNDE disse afirmar desde agosto do ano anterior o efeito depressivo e negativo sobre a produção nacional do trigo.

Mas, por exemplo, no dia 28 de outubro de 1951, na edição de nº 17979, do Correio da Manhã, que publicou texto dizendo que Benjamin Cabello⁶⁷ culpava a dívida de cerca de 60 milhões de dólares (o autor da matéria não informa se mensais ou anuais) do Brasil sobre o Acordo Americano do Trigo, que afetou a Argentina e sua colheita do cereal e com isso tivemos que comprar dos Estados Unidos. Mas o jornal diz que a conta alta é consequência de outro problema. O autor da matéria diz que “é devido, em boa parte, aos termos leoninos do acordo sobre o

⁶⁷ Jornalista foi redator do Diário Carioca, no Rio de Janeiro de 1928 a 1929, do Diário de Notícias e do Correio do Povo, em Porto Alegre, em 1930, e do Diário de Notícias no ano seguinte. Participou da Revolução Constitucionalista em 1932 e, com a derrota do movimento em outubro do mesmo ano, exilou-se em Rivera, no Uruguai, onde dirigiu o jornal Frente Única. Regressou ao Brasil por conta da anistia decretada pelo presidente Getúlio Vargas em 1934. Foi também vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento e Coordenação dos Transportes do Ministério da Viação e Obras Públicas, membro da Comissão de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Fazenda, da Comissão Consultiva do Trigo, do Ministério das Relações Exteriores, da Comissão da Rede Nacional de Armazéns, Silos e Frigoríficos e da Comissão de Irrigação Artificial, ambas do Ministério da Agricultura, entre 1951 e 1955;

trigo, em que o Brasil se obrigou a adquirir o produto daquela procedência pelos olhos da cara sob condições prejudiciais à nossa economia”.

Na edição nº 18397, do mesmo jornal, de 15 de março de 1953, o autor da matéria traz alguns números que nos ajudam a pensar o problema do trigo:

Mais de 90% de nossas importações da Argentina são representadas por trigo, sob diversas formas. Consumindo, atualmente, cerca de 1.800 mil toneladas, com uma produção nacional de menos de 1/3, somos obrigados, para fugir aos pagamentos em dólar, a importar o trigo da Argentina.

Em 18 de junho de 1957, na edição de nº 140 do Jornal do Brasil, ocorreram um debate escrito sobre o Acordo do Trigo. O autor da matéria rebate Victor Issler⁶⁸ ao dizer que o Brasil vinha enfrentando sérios problemas com o transporte intenso de mercadoria e produtos. Para qualquer desenvolvimento econômico precisaríamos de vias de transporte mais fluidas que atravessassem o país. Por isso o autor conclui que “o Acordo Americano do Trigo foi muito bem-feito. Por ele, poderemos concluir aquele ramal ferroviário e, então, tornarmo-nos independentes da importação”. A edição de nº 142, do Jornal do Brasil de 20 de junho de 1957, o editorial esclarece que o Deputado Herbert Levy sustenta que o Acordo do Trigo é um meio necessário para a construção de ferrovias, para que a política nacionalista do petróleo fosse mantida.

Porém na edição de nº 1671, do Imprensa Popular, de 29 de novembro de 1955, o jornal diz que os patriotas do país reclamavam que os EUA colocavam seus excedentes agrícolas na economia brasileira, e com isso arruinava a triticultura nacional. Chamando Café Filho de golpista, culpam seu governo de iniciar essa troca, que segundo o autor da matéria, entregaríamos os minerais estratégicos do Brasil em troca de toneladas de trigo americano.

O Brasil e a Argentina tinham acordos econômicos que possibilitavam trocas de produtos que suprimiam as necessidades momentâneas de cada país. Assim, nos diz a edição nº 18.390, de 1953, do Correio da Manhã, ao noticiar que a Argentina destinou 400 mil toneladas de trigo para pagamento de suas dívidas com o Brasil. Isso equivalia a metade do excedente exportável da Argentina e era o suficiente para atender as necessidades do Brasil. Mesmo assim, o país mantinha o

⁶⁸ Deputado Federal 6 vezes pelo Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido seu primeiro mandato no anos de 1952 e seu último em 1974. Também foi Secretário da Fazenda do Estado, de 10 de maio de 1960 a 12 de abril de 1961;

acordo com os EUA, o que fez com que a Argentina deixasse de ter papel importante na troca econômica. Primeiramente porque a Argentina começou a produzir inteiramente as manufaturas que antes trocava com o Brasil, e segundo porque o trigo estava descendo dos EUA em quantidade muito maior do que a necessidade do país, fazendo com que o Brasil não precisasse do trigo argentino.

Em outro texto do Correio da Manhã, de 1953, edição de nº 18.424, o autor faz relação com o nacionalismo e o sentimento que nascia naqueles anos de Guerra Fria. A matéria considerava que os Partidos Comunistas vinham querendo conquistar os governos de países subdesenvolvidos, mas para ele, não seria tão simples assim, e ele traz a melhor forma de conquistar esses países:

Na verdade, o maior resultado a que pode conduzir a revolução nacional de um país subdesenvolvido é obter e consolidar não a plenitude de uma soberania nacional, já hoje impossível, mas uma melhor posição para tal país, dentro da hierarquia do Estado mundial, que se encontra em rápido desenvolvimento, e que tem na ONU o núcleo da sua estruturação.

Segundo o jornal quanto mais próximo o país estivesse das exigências mais avançadas do capitalismo, concretizadas pela revolução nacional, mais ele estava aparelhado para enfrentar as consequências que se sucedem, no amplo cenário mundial. Por isso, esse tipo de acordo, como foi o do trigo, trouxeram maior dependência de outras nações e impossibilidade na realização de uma revolução nacional.

Uma importante informação trazida no mesmo jornal, na edição 18.474 de 1953, foi o declínio da Inglaterra em assinar o Acordo Americano do Trigo, dentro da área do dólar e isso “colocaria os Estados Unidos numa posição difícil, diante da política destinada a evitar os pagamentos em sua moeda”, a Inglaterra usou como argumento a má experiência que vinham notando em outros países e os norte-americanos procuravam defender determinado número de vendas e preços em detrimento dos importadores, principalmente porque os preços só aumentavam, sem nenhuma queda. A consequência do abandono por parte de países importadores fez com que o Acordo não atendesse a situação dos países compradores de trigo.

NO Semanário – jornal que tratamos no capítulo anterior por ser um editorial voltado a defender causas da esquerda durante a década de 1950 – publicou vários textos que tratavam, também, do Acordo Americano do Trigo. Por exemplo, na

edição 56, de 2 a 9 de maio de 1957, o editorial se incomoda com a pressão estrangeira contra o nosso trigo, chamando o acordo de “famigerado”. A matéria cita o momento em que o nosso café também foi produzido em excesso e como consequência foi queimado. Porém os EUA ao ter o trigo produzido em excesso trataram de empurrá-lo para outros países.

Noutra edição do mesmo jornal, número 79, de outubro de 1957, o autor faz uma crítica a João Goulart, assim como Paulo Schilling tantas vezes fez, onde diz:

“João Goulart no duelo de vida ou morte que ora se trava entre nacionalismo e entreguismo. Se S. Exa. Tem agido é mais por omissão do que por ação. Não deu um pio sobre Fernando de Noronha. Não protestou contra o vergonhoso Acordo do Trigo”

Na mesma edição, em outro texto, foram publicadas reclamações do Deputado Ariel Tomasini que disse que o Acordo não contempla os interesses nacionais. Podemos comparar essa escrita com o que Paulo publicou, ou defendeu, nos jornais. Por exemplo na edição 95 desse jornal, de 1958, ele assina um texto de título “O Trigo Nacional em tela panorâmica”. Nele, Tomasini traz alguns itens importantes sobre o Acordo do Trigo. Ao traçar o histórico do cereal nos campos gaúchos, traz ao texto um tom de defesa. E cita uma frase importante de Brizola: “Plantai trigo, ele é a fartura do lar, a glória dos campos e a riqueza da Pátria”.

Trouxe importante informação que foi o desenvolvimento técnico na criação de novas variedades de trigo. O Uruguai e a Argentina adotaram o nosso trigo e os EUA criou variedades baseados no trigo brasileiro. Mesmo com tantas qualidades e boas notícias para a produção tritícola, Paulo Schilling via obstáculos que os cultivadores de trigo enfrentavam para conseguir autossuficiência no Brasil. Cita ainda várias causas, mas, “todos, entretanto, ligados direta ou indiretamente ao grande inimigo: o trigo estrangeiro”. Segundo Schilling, esse movimento contra a triticultura nacional veio culminar com o Acordo Americano do Trigo. O contrato que o Brasil mantinha com a Argentina e Uruguai, que, segundo Schilling, assegurava o abastecimento, por conta do gradativo aumento de produção que tornaria o país autossuficiente em aproximadamente 4 ou 5 anos, porém “o trigo americano veio colocar o nacional na condição de excedente. Mantido o Acordo, teremos em fins de 1959 um excedente de 2.600.000 toneladas, ou seja, mais do que o consumo de um ano – 2.200.000 ton.”

Com o aumento do valor pago pela produção interna, já que o valor da saca do produto importado era menor que a nacional, o Banco do Brasil acabava tendo que inteirar o valor. Esse aumento refletia no preço da farinha e conseqüentemente no pão. E Schilling completa:

Assim, o acordo, feito para liquidar a triticultura nacional, volta-se também contra o consumidor nacional, que será sacrificado com mais esse aumento. E o que é pior, pretende-se atribuir ao trigo nacional essa responsabilidade, visando lançar o consumidor de todo o país contra os tricultores do Sul.

Em outro texto, do mesmo jornal, edição nº 98, a matéria diz que, em conferência do Clube Militar, Paulo Schilling proferiu algumas palavras, e leu um relatório secreto do Ministério da Agricultura, de Mario Meneghetti, e revelou seu lado negativo. Nele estava explicitamente programada a liquidação da triticultura brasileira, segundo Schilling, e que “as razões de darmos essas gordas vantagens aos americanos só homens aboletados na direção do BNDE, assim como o Sr. Lucas Lopes, entendem”.

Como já mencionamos no capítulo anterior, Schilling e os tricultores que eram liderados por ele, desejavam que Mario Meneghetti fosse substituído por alguém capaz de contemplar as necessidades do pequeno e médio agricultor. No já citado “O Semanário”, de nº 102, o jornalista é mencionado em artigo em que o jornal pede que o Presidente dê atenção aos textos publicados por Schilling. O jornal reclama:

No caso do trigo, por exemplo, é sabido que o Presidente defendeu no VI Congresso de tricultores, realizado em Cachoeira do Sul, a tese da nossa autossuficiência. Como, porém, a entende e aplica o seu Ministro da Agricultura? Afirmando que a importação de trigo estrangeiro deverá estar sempre condicionada a produção nacional, como seria e é o certo? Não, mas dizendo, como consta do seu “relatório confidencial” lido no Clube Militar, que “os desenvolvimentos da produção nacional estarão sempre condicionada à importação de trigo”, não causa estranheza.

O texto finaliza dando um ultimato a Juscelino Kubstcheck para que escolhesse um lado: ou Brizola com sua política nacional de desenvolvimento da triticultura, ou Mario Meneghetti que, vinha tendo uma postura entreguista em seu Ministério.

Já no Diário de Notícias, da imprensa gaúcha, na edição de nº 241, de 18 de dezembro de 1957, a matéria faz denúncia contra o Acordo do Trigo, que, em

“importante reunião” realizada por ruralistas sob liderança de Schilling, Nilo Romeiro e Mario Guimarães, que trouxeram um extenso memorial feito pelos gaúchos sob a situação do trigo que incluía denúncia a respeito do Acordo do Trigo, regulamentação das importações do Uruguai e da Argentina, indenização do Banco do Brasil referente ao prejuízo decorrente do Acordo do Trigo e fixação do preço para o trigo. Porém, Agostino Monteiro⁶⁹ teria dito que o Banco do Brasil não tinha interesse em comprar o trigo nacional. Em outro trecho, Benjamim Cabello considerou, pois, que o convênio ianque é o pomo da discórdia, propondo, por esta razão que se pedisse ao governo o cumprimento do referido acordo pela metade, isto é, importaríamos apenas 480 mil toneladas de trigo norte-americano.

O que pudemos perceber durante a pesquisa é que existem críticas divergentes relacionadas ao Acordo do Trigo. Como vemos, alguns jornais publicavam a favor, outros contra. Paulo Schilling percebia o acordo como uma afronta a produção tritícola nacional. Entretanto, outros achavam de profunda importância já que com ele e por causa dele houve aumento no desenvolvimento do país com a construção de estradas, ferrovias e indústria. Acreditamos que os problemas causados pelo acordo, como o aumento da dívida externa, encarecimento de produtos internos, dificuldades na produção agrícola interna, tanto por problemas causados por mudanças climáticas quanto pelo descumprimento de acordos feitos com o governo federal pela parceria e ajuda financeira na manutenção das mesmas, foram capazes de trazer tamanho descontentamento.

Ao analisar o discurso de Paulo Schilling sobre o nacionalismo, o Acordo Americano do Trigo entra como um dos tópicos importantes para entender suas ideias. O acordo, para Schilling, era destrutivo para o desenvolvimento nacional. Sem ele, tricultores teriam avançado no mercado nacional, produzindo trigo suficiente para o pão da mesa do brasileiro. O jornalista trouxe algumas soluções e a principal e mais marcante, que vem sendo utilizada cada vez com mais frequência hoje em dia, são as cooperativas.

⁶⁹ Foi um Deputado Federal, filiado da UDN, e que atuou com mandatos em 1935 e depois em 1946. Formado em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, fundou a Escola de Medicina e Cirurgia do Pará;

3.3 – O cooperativismo e Paulo Schilling

Já mencionamos anteriormente que Schilling foi um dos idealizadores da FECOTRIGO. Mas consideramos importante lembrar que a documentação que Paulo Schilling se dedicou a escrever, na sua juventude, se perdeu durante a Ditadura, quando o DOPS invadiu casas e pegou tudo que achava ser suspeito de comunismo. A criação da FECOTRIGO e do MASTER foi um marco importante para a história do Rio Grande do Sul.

Iremos destacar nas páginas seguintes o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e a FECOTRIGO (Federação das cooperativas de trigo do Rio Grande do Sul). E pelo que já sabemos referente as perdas de documentos de seu acervo em decorrência da Ditadura Civil-Militar, buscaremos outros autores que tratem do tema e possamos refletir a importância desses dois projetos na política e economia agrária gaúcha.

3.3.1 – A FECOTRIGO

Robert Owen (14/05/1771 – 17/11/1858) é considerado o pai do cooperativismo, principalmente sob a ótica socialista, e segundo Aline Ribeiro Rosa e Dirceu Basso (2019) o conceito faz referência a manifestação da economia solidária que inclui os marginalizados da sociedade dando-lhes espaço, urbana ou rural, inserindo-os social e economicamente. Teria iniciado, historicamente em 1844, na cidade de Rochdale, Manchester, interior da Inglaterra. Quando Owen pôs em prática o cooperativismo suas indústrias e lojas, foi seu objetivo melhorar as condições de trabalho e educar seus funcionários.

Entre os significados de cooperativismo estão: se tratar do ato de colaborar na realização de projetos comuns, ato de unir esforços para resolver determinados problemas e facilitando o acesso aos meios práticos para resolvê-los. Também pode significar política de ajuda mútua e cultural a comunidades menos desenvolvidas.

Assim como na Inglaterra do século XIX, a FECOTRIGO teve o propósito de ajudar as cooperativas de pequenos e médios agricultores, produtores - que no caso gaúcho, de trigo – teve como um dos idealizadores Paulo Schilling. Rosa e Basso nos lembram que socialismo significa:

Designação dada à doutrina político-econômica cujos princípios de baseiam na coletividade de mecanismos de distribuição, na propriedade coletiva e na organização da sociedade sem a separação por classe sociais. (2019, p. 220)

Entendemos que, assim como para Owen, Paulo Schilling entendia a necessidade da prática do cooperativismo já que retoma os princípios básicos do socialismo. Como já foi dito no capítulo 1, a FECOTRIGO foi criada com o propósito de acolher as cooperativas de produtores de trigo do Rio Grande do Sul.

O Acordo Americano do Trigo, segundo Diego Scherer da Silva (2020) alimentou o sentimento nacionalista no Rio Grande do Sul, pois assumiu características de defesa do cereal e tudo que fosse de origem nacional. A FECOTRIGO surgiu nesse momento de defesa dos interesses da classe. Primeiro surgindo como Associações, depois como organizações em forma de cooperativas de trigo (SILVA, 2020, p. 43). Outro movimento de produtores que nasceu à época, a COTRIJUÍ, com filosofia nacionalista, surgiu da ideia de Getúlio Vargas “de que plantar trigo era a riqueza dos campos” (SILVA, 2020, p. 44)

A formação e desenvolvimento do cooperativismo gaúcho são resultado da interação entre políticas estatais que estimulavam o setor agrário somado aos anseios e a capacidade de se auto-organizar por produtores. Relacionado a política, estava o desejo de defender o desenvolvimento do trigo nacional, que vinha sofrendo com o Acordo do Trigo (BENETTI, 1992, p. 42). As cooperativas de trigo que exerciam função na década de 1950 sofreram duro golpe do próprio Estado.

Com a promessa de receber armazém para o estoque de suas produções, incentivando tricultores a se associarem as cooperativas. Os celeiros foram construídos sob a organização da COTRIN⁷⁰. Um desses depósitos foi construído em Encruzilhada do Sul, no valor de 7 milhões de Cruzeiros conforme Paulo Schilling em reportagem do Semanário, edição nº 102, de 1958. Ele fala, na mesma reportagem que uma empresa de Porto Alegre teria feito a obra por 3,5 milhões. Schilling se anima:

Pudemos observar que, apesar de tudo, que se tem feito de desfavorável aos plantadores de trigo, mesmo assim não tem conseguido os inimigos do nosso congresso diminuir, nem de leve, a fibra dos gaúchos em seu incontido desejo de plantarem mais e mais o régio cereal que nos dará a tão almejada independência nesse importante setor de nossa economia.

⁷⁰ COTRIN, Comissão de Organização da Triticultura Nacional, instituída pelo decreto nº 41.490, de 14 de maio de 1957;

A união entre tricultores gaúchos era de grande importância para a defesa do trigo nacional. A FECOTRIGO teve importante papel para que o agricultor, produtor de trigo, tivesse seus direitos reivindicados. Mesmo assim muitos deles não tiveram êxito no plano de desenvolvimento econômico desenhado para eles.

Benetti (1992) nos descreve o perfil desse produtor cooperativista:

São os “granjeiros”, “produtores rurais” que se se diferenciam dos “colonos” (pequenos produtores dentro de um sistema tradicional de cultivo) e dos “fazendeiros” e estancieiros (grandes proprietários dedicados à pecuária extensiva). Os granjeiros são os produtores que investem em máquinas e equipamentos, utilizam trabalhadores assalariados e se dedicam ao cultivo especializado em grande escala e exclusividade. (BENETTI, 1992, p. 43)

Para nós parece claro a marginalização do pequeno e médio produtor. Ora, ao que tudo indica, pela percepção de Schilling e de outros jornalistas e articulistas do período, existia um consenso entre governantes em submeter o trigo nacional. Mesmo Brizola que lutou pela causa, sabemos que deixou a desejar e não finalizou totalmente seus projetos idealizados em seu governo referentes à reforma agrária. Mesmo assim, vale lembrar que com tantas barreiras, muitos foram os que lutaram pela causa e apoiaram suas reivindicações.

3.3.2 – O MASTER

O Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), fundado em 24 de junho de 1960, no Vale do Rio Pardo tinha como principal pauta a Reforma Agrária. Como já comentamos, surgiu da união de 300 famílias que habitavam 1.800 hectares de terras e o proprietário tentou retomá-las para si, no distrito de Faxinal, hoje Amaral Ferrador. Existe outra versão, de Paulo Schimidt, que inclui Schilling no foco de cena. Nela, Schimidt cita Paulo Schilling como o assessor comunista de Brizola e teria sido a pessoa que recebeu Milton Serres e ouviu suas queixas sobre a posse de terra das famílias de Encruzilhada do Sul. A partir daí se criou as associações de agricultores para que fossem ouvidos e houvesse organização para a tomada de decisões. Depois desse episódio foram criadas outras associações de agricultores sem-terra, em dezenas de outros municípios gaúchos. O nome de Paulo Schilling não é associado a sua fundação em grande parte da literatura que trata do MASTER. O nome de Leonel Brizola é sempre lembrado como o facilitador do movimento. O que faz com que mais uma vez reflitamos sobre o papel que Schilling

teve na política gaúcha, já que nunca atuou organicamente, mas sempre esteve a frente da idealização de projetos que visavam beneficiar, através de políticas públicas, os trabalhadores gaúchos (e posteriormente em todo o território brasileiro).

O MASTER parece ter sido responsável pelas grandes mobilizações agrárias que ocorreram no Rio Grande do Sul, sendo a grande responsável pela efervescência de diversos eventos narrados por quem participou direta ou indiretamente deles (ALVES, 2010, p. 49). Porém, segundo Bernard José Pereira Alves (2010), o Movimento ficou muito atrelado a algo organizado e de dentro do governo do Estado do que a sua finalidade que era auxiliar e atuar na mobilização dos movimentos sociais dos agricultores que, mesmo trabalhando a terra, não tinham sua propriedade. E diz que, foi de responsabilidade do trabalhismo⁷¹ de Leonel Brizola, criar o movimento camponês próprio do Rio Grande do Sul, mas que tudo indicava que o governo estava preocupado com a contenção das tensões sociais no campo (MARTINS apud ALVES, 2010, p. 49). Já outros autores como Eckert (1984) e Medeiros (1989) indicam o total oposto e conferem certo grau de autonomia ao Movimento.

A data da criação do MASTER foi registrada em ata, e nomeou os primeiros dirigentes do Movimento. O documento da conta que a intenção era expandir pelo resto do estado e demais “unidades da federação”. Logo ficou conhecido como Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Rio Grande do Sul. A ata que formaliza a inauguração do MASTER foi o único produzido, não sendo encontrados outras que pudesse ser usado para fins de comparação (ALVES, 2010, p. 51). Porém, consideramos destacar que,

A leitura da ata confirma algumas informações apontadas anteriormente sobre a importância de determinadas pessoas na criação do movimento. Isto pode ser comprovado por meio do registro do nome do projeto de Encruzilhada do Sul, Milton Seres Rodrigues como o eleito para 1º presidente do movimento sendo que os demais nomes, que ocuparam os cargos de vice-presidente, secretário, tesoureiros e membros do conselho deliberativo não diziam respeito a nenhum daqueles frequentemente relacionados ao MASTER. Entretanto, Paulo Schilling e Ruy Ramos são citados ao final do documento como os eleitos para representantes do movimento junto aos governos estadual e federal respectivamente.

⁷¹ Surgiu da relação que o Governo Vargas estabelecer com os trabalhadores a partir de 1930, que é quando eles são incorporados ao jogo político por meio da apropriação da voz operária. Nesse período, Vargas pode empreender um programa de valorização do trabalho e do trabalhador, juntamente com a promulgação de leis trabalhistas, e de sindicalização em busca de uma identidade social, porém, controlada pelo Estado. Leonel Brizola se simpatiza com a política varguista tornando o seu governo trabalhista também;

Especialmente Paulo Schilling parece ter tido papel importante. (ALVES, 2010, p. 52)

Além disso, a documentação demonstra que Schilling, apesar de não ocupar “nenhum cargo eletivo no movimento, desempenhava um importante papel na organização dos trâmites do movimento que viria a se consolidar como o MASTER” (ALVES, 2010, p. 52).

Esse trecho só corrobora com o que já viemos falando durante esta pesquisa, sobre a importância intelectual, e agora acrescento, desenvolvidora, de políticas e movimentos sociais que coubessem viabilizar direitos econômicos aos cidadãos desfavorecidos da sociedade. Isso nos permite criar o seu perfil com um pouco mais de informações.

Sobre o MASTER, ao buscar em jornais encontramos pouco ou quase nada. Um dos jornais que mais deu destaque ao assunto foi o Terra Livre, de São Paulo, editorial que durou de 1954 a 1964. A primeira edição que mencionou o MASTER data de agosto de 1961, nº 113. Na matéria, o autor fala do Encontro Regional dos Agricultores, onde exigem do governador Brizola medidas urgentes para a desapropriação dos latifundiários. Os diretores do MASTER teriam participado do ato, conforme a matéria.

Na edição de nº 118, de 1963, na matéria intitulada “Gaúchos sem-terra pela reforma agrária”, noticiam o I Congresso Gaúcho dos Agricultores e Trabalhadores Rurais, esse, convocado pelos diretores do MASTER, e das Associações Camponesas filiadas ao Movimento. Tinham como objetivo discutir a Reforma Agrária, assim como na edição nº 124, do mesmo jornal, de 1953, onde posseiros de Itapuã reclamam a demora em receber seus títulos de terras. Reivindicam através do MASTER, que os representa diante do Governo do Rio Grande do Sul, na época, Ildo Meneghetti.

E na mesma edição encontramos outra matéria intitulada Rio Grande: camponeses participarão da greve geral ocupando latifúndios”, também merece nosso destaque. Nestor Vera, autor da matéria, critica a realização de acampamentos à beira dos latifúndios, como estava acontecendo no período. Para ele, a solução é a “ocupação das terras, sua divisão entre os novos ocupantes e a efetiva defesa de sua posse caso surjam quaisquer ameaças de despejo”. O MASTER estava diretamente ligado a esses atos, que incentivava e coordenava o Movimento. Isso porque, juntamente com o Governo Brizola, houve uma

desapropriação de latifúndio descumpridores do pagamento dos impostos em que essas terras eram redistribuídas aos camponeses. Mas muitos permaneceram sem-terra, outros sofriam atentados, que, segundo Vera, os latifundiários seriam os autores dos mesmos. Muitos hectares voltaram para as mãos do Estado, porém, até o fim do mandato de Brizola nem todas haviam sido redistribuídas. O Master se empenhou em cumprir a demanda de forma a lutar pelo cumprimento da lei que permitia a desapropriação de terras, a distribuição delas, intensificação da participação do MASTER nas atividades da FMP e na continuação da luta contra os latifundiários sonegadores de impostos.

Consideramos relevantes estes fatos para demonstrar o que foi o Movimento e como ele se transformou, nos anos 1990, no MST. Frisamos que o processo não foi simplista como aqui descrevemos, até porque não é objetivo deste trabalho analisar o Movimento como objeto de estudo, e sim um de seus idealizadores, mas fica evidente que o MASTER foi o embrião do movimento contemporâneo.

Concluimos assim, que os três temas forma de grande importância para a construção do repertório intelectual que Paulo Schilling desenvolveu durante sua trajetória. Isso porque eles influenciaram suas ideias quando iniciou sua carreira como triticultor. Estiveram diretamente ligados aos problemas que o jornalista identificou na sua experiência como agricultor, e por isso sentiu necessidade de refletir e escrever sobre os temas.

CONCLUSÃO

Este trabalho nos proporcionou olharmos para a trajetória de Paulo Schilling e sua produção intelectual. Como pudemos perceber trabalhou intensamente a vida toda trazendo temas pertinentes ao seu contexto. Mesmo no exílio não deixou a militância. Seu legado nos permitiu refletirmos temas como a reforma agrária e outras soluções para o setor, entre elas o cooperativismo. Além de revisar a própria história do Rio Grande do Sul e suas nuances.

Deste modo, tivemos a oportunidade de analisarmos o que ele escreveu sobre as dificuldades que o setor agrário passava e quais foram as suas soluções encontradas. Imaginávamos inicialmente que seu trabalho fora exclusivo sobre o setor agrário por se tratar de um homem que foi triticultor durante sua juventude e viu de perto as dificuldades de muitos trabalhadores rurais. Afinal, Schilling aprendeu na prática que o sistema favorecia aqueles que muito tinham, mas assim como ele, a grande maioria era composta de pequenos agricultores e arrendatários que se viam imersos na desvalorização de seus trabalhos.

A pesquisa tornou possível verificarmos que a maior parte das terras do Rio Grande do Sul esteve nas mãos de poucos, e que essas terras nem sempre estavam à disposição do uso social e sim do capital. Ou seja, daquelas que estavam sendo realmente usadas por pequenos e médios agricultores, muitas eram originárias de arrendamentos de latifundiários, ou então, por terem pouco recurso não conseguiam competir com as grandes produções e acabavam falindo.

Paulo Schilling ao verificar esses fatos percebeu que algumas afirmativas do Governo poderiam auxiliar no desenvolvimento e modernização desses trabalhadores e proprietários, e isso lhes proporcionaria melhores condições de vida, tanto social como econômica. Mas o que pudemos perceber é que esses projetos foram muitas vezes barrados por grupos de direita que eram compostos por latifundiários, industriários, políticos e a burguesia brasileira. Verificamos que o medo do comunismo era apenas uma justificativa para seduzir a mentalidade popular para que a sociedade pudesse apoiar um golpe militar.

A História do Rio Grande do Sul nos mostra que oligárquicas, latifundiários e coronéis sempre tiveram grande influência sobre a população menos favorecida, e que isso colaborou para seu crescimento econômico e político. Schilling ao entender esse fato, tratou de unir forças com aqueles que desejavam

lutar pelos direitos e desenvolvimento social dos trabalhadores rurais. Assim, se envolveu com movimentos sociais e causas que trouxeram visibilidade para a classe. Sua atuação foi significativa o suficiente para que o Governador do Rio Grande do Sul da época, Leonel Brizola, desejasse tê-lo ao seu lado na pasta da agricultura.

Teve seu nome citado muitas vezes, como pudemos ver no decorrer deste trabalho, aparecendo em matérias de jornais de todo o país e escrevendo artigos importantes que denunciavam o desinteresse do Governo Federal em solucionar problemas agrários e de modernização do setor, assim como trazer maior igualdade social para pequenos e médios produtores, bem como os sem-terra. Além de sua notoriedade no que diz respeito ao setor agrário, pode participar politicamente e trazer ao foco das discussões o tema da reforma agrária e da criação de movimentos sociais e cooperativas em sessões da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Mesmo assim, com todo seu esforço, e inúmeras discussões que travou com políticos, jornalistas e críticos de seus pensamentos, Paulo Schilling teve um problema ainda maior a ser resolvido: o Acordo Internacional do Trigo.

Acreditamos que esse episódio tenha sido crucial para Schilling, já que a partir desse momento passou a questionar as ações do Governo Federal por considerar um ato de entrega de nossas riquezas para outras nações. Discutimos, por isso, conceitos como o Nacionalismo, por considerarmos relevante para entender as ideias que Schilling trouxera a seu repertório. Ora, quando o Acordo foi assinado se estipulava que nosso trigo e acordos feitos com países da América Latina fossem deixados de lado. Desta forma nos abastecendo com o trigo americano, que já estava podre segundo Schilling, adquirimos uma dívida que levaria décadas para ser paga, e cada vez que o Acordo era renovado essa dívida só aumentava.

Do ponto de vista do que Schilling escreveu e pudemos analisar, fica evidente que os tricultores brasileiros, pequenos e médios proprietários ficaram vulneráveis, sem apoio de políticas públicas que amenizassem as perdas na produção daquelas safras. A falência econômica desses grupos era inevitável e trouxe uma marginalização ainda maior desses grupos e, com isso, o crescimento de latifúndios que se aproveitavam do esvaziamento dessas terras.

Para nós fica claro a mensagem que Schilling deixou: a emergência em discutirmos políticas públicas que trariam mais dignidade para pequenos e médios agricultores, assim como sem-terra, já que esses problemas não foram solucionados, mesmo depois de tantos anos de sua atuação como militante e ator político da causa. Sempre ressaltando o contexto em que atuou, já que foi um comunista assumido que pensou e vivenciou por 10 anos o Partido Comunista Brasileiro e praticou a ideologia durante sua trajetória intelectual. Por isso, suas ideias e reflexões não podem ser desconectas de seu contexto. Para aquele período os acampamentos dos Movimentos dos Sem Terra - MASTER -foi uma solução prática e de urgência que facilitou o acesso de famílias desalojadas. Mas não solucionou o problema, já que até hoje vemos espalhados pelo Brasil inúmeros acampamentos do MST que trazem consigo a marginalização de trabalhadores rurais.

Através dessa pesquisa pudemos concluir que é preciso que haja políticas de reconhecimento da real situação das terras brasileiras e uma distribuição igualitária das mesmas. Mas nada adianta se não houver interesse por parte de classes dominantes e políticos que apoiem esse trabalho de reconhecimento e de justiça social. Por conta de políticas desenvolvimentistas que o país viveu durante o século XX e agora no século XXI, percebemos que os interesses sempre são voltados para investimentos do mercado internacional. O que poderia mudar essa situação seria a conscientização popular da importância do pequeno e médio agricultor para a economia do país e a melhoria nos produtos e qualidade de vida que traria, não só para os homens do campo, como os da cidade. E acrescentemos que, produtos agrícolas de qualidade através da modernização do pequeno e médio produtor traria o desenvolvimento para a indústria e comércio nacional, valorizando os produtos internos e o trabalhador agrícola e industrial.

Bons exemplos de modernização e produtos de qualidade são os que vem sendo cultivados por cooperativas de produtores agrícolas, algo que Paulo Schilling sempre defendeu. Nelas é possível que famílias de trabalhadores rurais recebam apoio financeiro e social e com isso tenham mais dignidade para seguir com sua cultura. Infelizmente os preços de seus produtos são muitas vezes altos o que impede a competitividade com os agronegócios que vem ganhando espaço nas últimas décadas. Mas com leis de regulamentação que exigissem produtos de qualidade, preservação ambiental e o correto uso social da terra para beneficiar o

maior número de cidadãos brasileiros, essa competitividade aumentaria e daria maiores chances para os pequenos produtores. E na nossa opinião esse é o maior empecilho para o desenvolvimento e igualdade social de trabalhadores rurais. A própria trajetória de Schilling nos mostrou que sem apoio popular não há mudança. E que governantes e políticos não estão interessados na classe.

Acreditamos que o maior legado de Paulo Schilling foi ter nos deixado esses ricos registros do período em que viveu e pensou o mundo agrário gaúcho e nos permitiu olharmos o passado e discutíssemos o presente para que pudéssemos pensar soluções para o futuro. Em seu tempo o jornalista não pode fazer as mudanças que imaginou que conseguiria e na maior parte delas frustrou seus ideais, mesmo assim, nunca desistiu de seguir adiante e permaneceu firme olhando para o país e para tudo aquilo que considerava importante ser discutido. Por isso, finalizamos esse trabalho com um misto de sentimentos onde acreditamos ter capturado a essência desse homem a frente do seu tempo, mas tendo em vista que seu legado é tão grande que muitas possibilidades poderiam ser extraídas de seu legado intelectual.

Ao analisarmos a trajetória de Paulo Schilling identificamos nele o homem de ideologia nacional revolucionária. Este trabalho deixará seu nome em evidência como fonte de pesquisa para todos aqueles que buscam respostas e novos questionamentos sobre a História do Rio Grande do Sul do século XX, principalmente ao que diz respeito ao setor agrário e suas nuances. simplesmente porque sua trajetória é icônica, destacando seu nome como figura essencial a ser lembrado quando se trata desse tema.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. *A guerrilha esquecida: memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a ditadura militar no Brasil*. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2014;
- ALVES, Bernard José Pereira. *A Política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização*. UFRRJ: Rio de Janeiro, 2010;
- AVELAR, Alexandre de Sá. *A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões*. UFES - Programa de Pós-Graduação em História. Dimensões, vol. 24, 2010;
- BENETTI, Maria Domingos. *Origem e formação do cooperativismo no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUÍ, COTRISA e FECOTRIGO - 1957/1980*. 3ª ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1992;
- BERTAGNOLLI, Ilana. *Aplicação das medidas antidumping como Intervenção do estado na economia*. Revista Direito e Inovação| FW | v. 1 | n. 1 | p. 138-152 | Jul. 2013;
- BURDIEU, Pierre. *Ilusão Biográfica*. In.: Usos e abusos da história oral. Org.: Figueiredo, Janaina P. Amado Baptista De; Ferreira, Marieta De Moraes. Rio de Janeiro: Editora FGV; 8ª edição, 2006;
- CABRAL, Bruna Marques. *“Do Clero E Para Todo O Clero”*: A Revista Eclesiástica Brasileira E A Reforma Agrária (1950-1964). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2015;
- CANNONE, Helio Maurício Pirajá. *Passado, desenvolvimento e futuro: a relação entre História e Política na obra de três intelectuais do ISEB*. UERJ: Rio de Janeiro, 2018;
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009;
- COUTO, Juliana Oliveira do. *A época de goethe sob a perspectiva do sturm und drang de Goethe e o romantismo de friedrich schlegel*. In.: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2017_1522159701.pdf;
- _____. *A história ou a leitura do tempo*. Bole Horiznte: Autêntica Editora, 2009;

- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na Oficina do Historiador: Conversas Sobre História Imprensa*. Projeto História, São Paulo n.35, p. 253-270, dez. 2007;
- DE LUCA, T. R. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, C. B.(org.). *Fontes Históricas*. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153;
- DUCATTI, Ivan. *Economia Feudal no Brasil – Para Discutir Nelson Werneck Sodré*. Secretaria Municipal de Educação de Niterói/Fundação Municipal de Educação – SME/FME, 2009;
- FIGLIO, Beatriz. *Guerra Fria: um período, três olhares*. UNESP, EPRI, 2016. In.: <https://www.inscricoes.fmb.unesp.br/upload/trabalhos/201652417328.pdf>;
- FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito: Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930 – 1956)*. EdUFF: Rio de Janeiro, 2002;
- _____. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 -1964)*. Org. Jorge Ferreira, Daniel Arão Reis. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007;
- _____. *Entre a história e a memória: João Goulart*. In.: *Nacionalismo e reformismo radical (1945 -1964)*. Org. Jorge Ferreira, Daniel Arão REis. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, p. 509-542;
- _____. *Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular*. In.: *Nacionalismo e reformismo radical (1945 -1964)*. Org. Jorge Ferreira, Daniel Arão Reis. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, p. 543-584;
- FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 - 1964)*. Org. Jorge Ferreira, Daniel Arão Reis. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007;
- FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa: Métodos e Técnicas de Pesquisa na Reinvenção de um Corpus Documental – Séculos XVII e XVIII*. São Paulo, SP, Editora Mauad, 1ª edição, 2014;
- GOMES, Angela de Castro. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. In.: *Nacionalismo e reformismo radical (1945 -1964)*. Org. Jorge Ferreira, Daniel Arão Reis. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007;
- GOMEZ, Sérgio. *América Latina: reformas agrárias no século XX*. IN.: *Experiências históricas de reforma agrária no mundo*. Org., João Pedro Stédile. 1 ed., São Paulo: Expressão Popular, Volume 1, 2020;

- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Nação, nacionalismo, Estado*. ESTUDOS AVANÇADOS 22 (62), 2008, p. 145-159;
- GUSDORF, Georges. *Professores para quê?: para uma pedagogia da pedagogia*. São Paulo: Martins Fontes, 1995;
- HARRES, Marluza Marques. *Rio Grande do Sul: governo Leonel Brizola e a Questão Agrária no início da década de 1960*. Porto Alegre: Anos 90, 2011;
- HECKER, Alexandre. *Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra*. In.: Nacionalismo e reformismo radical (1945 -1964). Org. Jorge Ferreira, Daniel Arão REis. Rio de Janeiro: Editora Círculo Brasileiro, 2007;
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, s.d.;
- HOBBS, Eric. *Nações e Nacionalismo - desde 1780: Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990;
- JUNG, Caroline Oliveira. *Christopher Hill: Uma Visão Sobre a Liberdade*. Rio Grande: Biblos, 19: 55-60, 2006;
- KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980;
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 4ª ed. Pioneira: São Paulo, 1983;
- LIMA, Airton Souza de. *Caio Prado Jr e a polêmica "feudalismo-capitalismo": pela desconstrução de consensos*. AURORA, ano II, número 3, Dez 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2008.v2n1.1195>;
- MAIA, Andrea Casa Nova. *Trabalhismo*. In: <https://anpuh.org.br/index.php/mais-rj/anpuh-rio-em-foco/item/4068-trabalhismo>. ANPUH, 2017;
- MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski. *História Oral como fonte: Problema e método*. Histórias, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011;
- MARX, Karl; ENGEL, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: ZAHAR, S/d;
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *O rural no mundo atual: perspectivas*. In.: O rural em América Latina: perspectivas. Org.: Vanderlei Vazelesk Ribeiro; María Verónica Secreto. 1. Ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021;
- MIRALHA, Wagner. *Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje*. Revista Nera – Ano 9, nº 8 – Janeiro – Junho de 2006;
- MYSKIW, Antonio Marcos. *Colonos, Posseiros e Grileiros: Conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002;

- OLIVEIRA, Flávio dos Santos. *Nação e unidade nacional nos pensamentos de Herder, Fichte e List*. Contemporânea v. 12, n. 1 p. 221-247, Jan.–Abr. 2022;
- PEDREIRA, William. Retomada do Instituto Cajamar fortalece a formação de novas lideranças sindicais. CUT, 2014. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/retomada-do-instituto-cajamar-fortalece-a-formacao-de-novas-liderancas-sindicais-bd69>. Acesso em 12 de dezembro de 2022;
- PIMENTEL, Alessandra. *O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica*. Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 179-195, novembro/ 2001;
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 11.ª Edição, 1971;
- RAMOS, Plínio de Abreu. *Acordos do Trigo*. Acesso em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordos-do-trigo>. FGV CPDOC. Verbetes s/d;
- ROSA, Aline Ribeiro; basso, Dirceu. *Robert Owen: O “Pai da Cooperação”, A Educação Escolar (Adulto E Infantil) e e Movimento Socialista*. Revista Orbis Latina, vol.9, no 1, Foz do Iguaçu/ PR (Brasil), Janeiro – Junho de 2019. ISSN: 2237-6976 Disponível no website <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>;
- ROCHA, Rosaly Justiniano de Souza; CABRAL, José
- SALOMÃO, Ivan Colangelo. *Influências do positivismo na formação do pensamento desenvolvimentista brasileiro*. Revista Econômica, volume 18, número 1, jun. 2016;
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna*. In.: Estudos Avançados, vol.2 no.2 São Paulo May/Aug. 1988. pp. 46-59;
- SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Jr.: o estatuto do trabalhador rural*. In.: Agraristas políticos brasileiros [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 87-97. ISBN: 978-85-99662-81-6;
- SATO, Eiiti. *A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções*. Primeira Instância, Rev. bras. polít. int. 43 (1). Jun 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292000000100007>;
- SAVIANI FILHO, Hermógenes. *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. Campinas: Rev. Economia e Sociedade, v. 22, n. 3 (49), p.855-860, dez. 2013;
- SCHILLING, Paulo R. *A Operação Trigo*. Rio Pardo: Associação dos Agricultores de Encruzilhada do Sul, 1956;

- _____. *Trigo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959;
- _____. *Crise Econômica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Difusão de Cultura Técnica, 1961;
- _____. *O que é Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1963;
- _____. *Como se coloca a direita no poder*. Rio de Janeiro: Global Editora, 1979;
- SILVA, Antonio Ozaí da. *Sobre o autodidata*. Maringá: Revista Espaço Acadêmico, 2012, nº 128, p 168-170;
- SILVA, Diego Scherer da. “*Até que um dia, de repente, tudo passa a ser contado no passado*”: os projetos, as memórias e os campos de possibilidades na formação do indivíduo Flávia Schilling (Brasil - Uruguai, 1964-1980). Porto Alegre: UFRGS, 2014;
- _____. *A Trajetória Militante de Paulo Schilling e a formação do seu Arquivo Pessoal (1956-2012)*. Porto Alegre: UFRGS, 2020;
- SILVA, Gean Zimermann da. *Ações do governo Brizola na questão da terra no norte do Rio Grande do Sul*. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015, Florianópolis. O latifúndio e as áreas indígenas. Florianópolis: UFSC, 2015. v. 1, p. 1 – 19;
- SILVA, Helio. *Desenvolvimentismo e Democracia: 1956 - 1960*. São Paulo: Ed. Três, 1975;
- STALIN, Josef. *O Marxismo e o Problema Nacional*. Editora Vitoria Ltda.: Rio de Janeiro. Tradução: Brasil Gerson, 1946;
- STARLING, Heloisa Murgel. *Ser republicano no Brasil Colônia: A história de uma tradição esquecida*. – 1a ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018;
- STÉDILE, João Pedro. *Experiências históricas de reforma agrária no mundo*. Org., João Pedro StÉdile. 1 ed., São Paulo: Expressão Popular, Volume 1, 2020;
- SULZBACHER, Aline Weber. *A Estrutura Produtiva Agrícola e Pecuária no Rio Grande do Sul: Natureza, Ocupação e Políticas de Desenvolvimento*. UNESP – Univ. Estadual Paulista, 2012;
- SURGIK, Aloísio. *A luta pela propriedade da terra na história de Roma e no Brasil*. Curitiba: Revista da Faculdade de Direito da UFPR, v. 32, 1999;
- VASCONCELOS, Laura Vianna. *Paulo Schilling e o nacionalismo revolucionário*. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

ANEXOS

Anexo 01

3UMA NEGOCIATA AO ESTILO COLONIAL

As mudanças produzidas nos últimos meses na política exterior brasileira (apoio à causa árabe no conflito do Oriente Médio, cessação do respaldo ao colonialismo português, relações diplomáticas com a China, etc), poderiam indicar uma tentativa do atual governo + ~~política nacionalista~~ de diminuir a ~~uma~~ enorme dependência do Brasil com relação ao capitalismo mundial. Certos setores da oposição chegam a festejar essa mudança, essa possível evolução para uma política nacionalista, que significaria uma orientação diametralmente oposta à seguida pelos três governos militares anteriores. ¶

Por outro lado, o "puritanismo prussiano-luterano" do general Ernesto Geisel vem sendo assinalado como um dique eficaz contra a onda de corrupção que, começando no governo de Costa e Silva, chegou ao auge durante o período de Garrastazu Médici. A não-inclusão no novo ministério dos famosos Delfim Netto e Mário Andreazza, respectivamente ministro da Fazenda e dos Transportes, representaria um atestado dos propósitos moralizadores da nova equipe governamental. ¶

No entanto, um único fato, registrado nas últimas semanas, é suficiente para pôr em xeque simultaneamente as duas supostas mudanças de orientação. #

Nas últimas décadas do século passado e nas primeiras do presente, os capitais estrangeiros concentraram-se nos nossos países fundamentalmente em empresas de serviço público (~~empresas~~ ^{ferrovias,} bondes, energia elétrica, gás, etc.). # Esses investimentos, especialmente no tocante ~~as~~ ^{as} ~~empresas~~ ^{ferrovias}, tinham caráter netamente imperialista: visavam canalizar as economias nativas para as metrópoles. É suficiente olhar os mapas de países como o Brasil, Argentina e Uruguai para comprovar o propósito colonialista do traçado das ferrovias: sempre dispostas estas no sentido interior-portos exportadores, sem nenhuma preocupação por vincular as diversas regiões do país entre si. #

Além do mais, as empresas concessionárias de serviços públicos - então essencialmente inglesas - eram beneficiadas por contratos espoliativos, que asseguravam grandes lucros aos seus acionistas. Possuíam o monopólio de um determinado serviço público e esse era efetuado em base a tarifas altamente compensatórias. A única cláusula desses contratos colonialistas que tentava preservar os interesses do país periférico era a que determinava a transferência - no fim do prazo contratual - ao patrimônio nacional, sem ônus algum, de todas as instalações e bens das empresas concessionárias. É verdade que geralmente estas neutralizavam essa obrigação deixando de efetuar ampliações, melhoras e inclusive manutenção do equipamento nos anos que precediam o final do prazo. Ao vencer o mesmo, entregavam material e instalações ^{total} absolutamente obsoletos, verdadeiro ferro-velho ao poder concedente. #

Na pós-guerra, as ferrovias e outras empresas britânicas de serviços públicos deveriam passar ao patrimônio nacional sem nenhum ônus. Isso não constituía, porém, nenhuma perda para as empresas, que se livravam de verdadeiros "elefantes brancos", de instalações e equipamentos to-

talmente superados e conseqüentemente deficitários. No entanto, numa das negociatas mais sujas da história do colonialismo no Brasil, o governo do marechal Eurico Gaspar Dutra "comprou" aos ingleses o patrimônio de seis empresas (São Paulo Railway, Brasil Railway, Manaus Harbour, Pará Electric Railway, Manaus Tramway and Light e Minas de Ferro de Itabera). O marechal comprou o que já pertencia ao Brasil, isto é, "deu de presente" aos britânicos algumas dezenas de milhões de libras esterlinas. #

A absurda transação causou obviamente enorme euforia entre os acionistas ingleses, cujos títulos subiram enormemente na bolsa de Londres. Um jornal britânico comentava assim o presente caído do céu: "O Brasil trata os capitais ingleses muito melhor do que o próprio governo inglês no relativo à indenização pelas ferrovias". #

Em contrapartida, no Brasil a medida originou uma violenta campanha nacionalista que, sem conseguir impedir o saqueio, pelo menos marcou o marechal-presidente como um símbolo do entreguismo, como um autêntico vende-pátria. #

A fins de 1972, estranhos rumores passaram a circular entre os círculos financeiros de Londres. Dizia-se que os acionistas das seis empresas seriam beneficiados por uma nova indenização paga pelo governo brasileiro. Ocorria o seguinte: os acionistas tinham organizado um "lobby", um grupo de pressão que, atuando entre os círculos financeiros da capital inglesa, tentava conseguir do governo de Brasília novos pagamentos a título de indenização. Em novembro daquele ano, Thomas Scrase e o major Robert Morrison, diretores do Brazilian Claim Committee viajaram para o Brasil para conferenciar com o então ministro da Fazenda Delfim Netto. E, de acordo com a imprensa britânica, tiveram pleno êxito. O questionado ^{"30R"} da economia brasileira tinha assumido um "compromisso moral" de que as pretensões dos acionistas das defuntas empresas seriam atendidas. #

O episódio, muito pouco publicitado no Brasil, foi classificado como um capítulo mais da corrupção que caracterizou o governo de

Garrastazu Mé dici. Com a mudança do governo e a assunção do general Ernesto Geisel, considerado um "duro e puro" entre os generais brasileiros, a atrevida tentativa de furto internacional considerou-se frustrada. Argumentava-se que o novo governo não aceitaria sob hipótese alguma uma negociata tão escandalosa. #

No entanto, em julho passado voltaram os rumores, já acompanhados então de fatos concretos: as ações das "ex^{ferrovias} britânicas no Brasil", que já não existem há 28 anos, subiram 10,5 cents na Bolsa de Londres. Era óbvio que essa alta estava fundamentada em algo concreto. Aparentemente a negociata iniciada por Delfim Netto tivera resultados positivos para os interesses ingleses. #

A confirmação de tudo surgiu com o envio ao Congresso brasileiro de uma mensagem assinada pelo atual general-presidente, na qual Geisel pedia autorização para o pagamento de novas indenizações às extintas empresas britânicas. "A situação", segundo a "Exposição de Motivos" assinada pelos ministros Azeredo da Silveira (Relações Exteriores) e Mário Henrique Simonsen (Fazenda), "exige uma imediata solução", pois está criando "dificuldades diplomáticas e comprometendo seriamente o crédito e o bom nome do Brasil no exterior", chegando inclusive a "sacrificar negociações de interesse nacional". #

Em resumo: os acionistas britânicos vão receber outro presente: 4,3 milhões de libras esterlinas como "indenização" pelas terras que no passado o governo brasileiro cedeu (gratuitamente) para a construção das ferrovias; o crédito e a fama de "bom pagador" do Brasil entre os financistas internacionais ficam plenamente restabelecidos. Em contrapartida, os mitos sobre o nacionalismo e o moralismo da nova equipe de governo ~~foram definitivamente adquirados.~~ foram definitivamente adquirados.

20/10/74

VIICAFÉ: O FIM DE UM CICLO

Quatro séculos e meio após o seu início, a economia brasileira apresenta ainda uma característica fundamental, que se manteve durante todo o período: a exploração das riquezas ^{refletida} minerais e da mão-de-obra brasileira em benefício especialmente de interesses forâneos.†

No entanto, durante esses séculos, os beneficiários da exploração mudaram. Portugueses, primeiro; ingleses e norte-americanos posteriormente. Hoje, com o processo de integração da economia mundial, são as transnacionais as grandes beneficiárias da exploração dos recursos com que a natureza dotou o Brasil, e do trabalho do homem brasileiro.†

Mudaram também, com o correr do tempo, os produtos que protagonizaram a vida econômica dependente do Brasil. A produção dos países coloniais ou submetidos a qualquer tipo de imperialismo não é planejada de acordo com as necessidades dos seus respectivos povos, mas sim com o propósito de abastecer as metrópoles respectivas dos produtos que necessitam.†

Em consequência, a história econômica brasileira está dividida em ciclos, em etapas caracterizadas pela produção majoritária de um de-

120

128

determinado produto. Assim, tivemos inicialmente o ciclo do pau-brasil, utilizado no século XVI pela indústria europeia de tintas.†

Posteriormente, tivemos o ciclo do açúcar. Com os recursos financeiros obtidos com o saqueio da Índia e com a mão-de-obra trazida da América, os portugueses produziam no Brasil um produto agro-industrial destinado à Europa. Durante mais de três séculos o açúcar dominou a economia brasileira.†

No fim do século XIX, o café começou a assumir a liderança entre os produtos brasileiros destinados a atender as necessidades dos habitantes dos países centrais. A hegemonia do "rei Café" manteve-se durante quase um século.†

Paralalamente, sucederam-se vários ciclos parciais, de caráter regional, mas igualmente importantes nas relações comerciais do Brasil com os grandes centros de poder econômico mundiais. Assim, tivemos o ciclo do ouro, o ciclo do algodão, o da borracha, o do cacau, etc.†

Com o café, porém, ficou mais evidente a situação de dependência do Brasil. Tendo chegado a representar mais de dois terços das exportações brasileiras, o café determinou os períodos de prosperidade (a minoria) e os de crises (os predominantes) que o Brasil viveu nas últimas décadas.†

Um aumento nos preços no mercado internacional representava mais luxo e dissipação de parte dos latifundiários produtores, dos intermediários e exportadores da rubiácea. Uma baixa nos mesmos, mais fome e miséria nos ranchos dos trabalhadores agrícolas.†

Cultura predatória, o café deixou um rasto de decadência por onde passou. A medida em que esgotava as terras, o cultivo do café descia rumo ao sul. Minas Gerais, Espírito Santo, Estado do Rio e São Paulo estão cheios de desertos e de restos de cidades opulentas. Finalmente,

a maioria dos cafezais concentrou-se no estado do Paraná, no qual encontravam-se as últimas reservas de terra roxa.†

A dependência de todo o país da exportação do produto determinou a predominância política da principal região produtora - São Paulo - e dos latifundiários que o produziam, os barões do café.†

A oligarquia cafeeira de São Paulo, aliada aos pecuaristas de Minas Gerais, formando o chamado "eixo café com leite", dominou em forma absoluta a vida política do país nas últimas décadas do século passado e nas três primeiras do atual.†

O "General Café" era um oligarca onipotente ^{que} criava e ~~deslocava~~ ^{gerenciava} governos, segundo seus interesses.†

O predomínio político dos cafeicultores foi violentamente quebrado pela Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas. Os "tenentes", como João Alberto (interventor no estado baileirante), dominaram, humilharam, desmoralizaram totalmente a aristocracia cafeeira, os paulistas de quatrocentos anos, a mais fechada das oligarquias regionais que o país produziu.†

Entretanto, como principal produto de exportação, ~~continuou~~ ^{sendo o principal}, nas décadas de 30, 40, 50 e 60, o café continuou sendo o grande protagonista da cena econômica brasileira.†

Porém, à medida em que ^{se} processava ~~o~~ a revolução industrial e a produção do setor secundário ultrapassava a agrícola, a importância do café começou a declinar. Nos últimos anos, foi superado nas listas de exportação pelos produtos manufaturados e semi-industrializados. Em 1974, perdeu o primeiro lugar entre os produtos agrícolas para o açúcar. ~~Como~~ neste ano a soja e seus subprodutos deverão atingir o primeiro lugar, deslocando o açúcar para o segundo, o "rei café" deverá ocupar um modesto terceiro lugar.†

A derrocada da rubiácea foi acelerada e tornou-se aparentemente irreversível pelas fortes geadas que castigaram o sul do país no último mês de julho. Segundo os cálculos oficiais, as perdas atingirão 45% do total, com reflexos nos próximos três anos, prazo de recuperação dos cafezais afetados.†

Termina assim, melancolicamente, o último e mais importante ciclo da vida econômica brasileira. Na atual etapa da economia brasileira, com a diversificação da produção agropecuária e com o incremento massivo da exportação de manufaturas, já não haverá outro "ciclo" dominante na economia brasileira.†

A queda do "rei café" representa simbolicamente o fim de uma etapa no processo de dependência do Brasil. Os destinos do país já não dependem de um, dois ou três produtos originários do latifúndio monocultor semifeudal. Já não dependem igualmente de um grande mercado importador, como foi Estados Unidos nas últimas décadas.†

A exportação é cada vez mais diversificada e destina-se a um número cada vez maior de países consumidores. Esse avanço positivo não significa, porém, o fim da etapa de dependência. O que se verifica é uma transformação qualitativa na mesma, um novo tipo de dependência.†

Outros tipos de dependência - especialmente a determinada pela participação massiva e absorvente do capital e da tecnologia estrangeiros - substituem a clássica. E os capos e tecnocratas das multinacionais substituem os barões do café, no controle do poder econômico e político.†

13/3/75

XLIIA CRISE ECONÔMICA SE AGRAVA

Os dados estatísticos oficiais divulgados em outubro indicam uma agravação na crise econômica que o Brasil está sofrendo nos últimos anos e que, depois de liquidar o chamado "milagre brasileiro", ameaça a própria vigência do "modelo brasileiro de desenvolvimento".-

A inflação de setembro chegou ao índice de 7,8%, isto é, voltou aos níveis de 1964, quando foi uma das causas fundamentais da derrocada do desgoverno de Goulart.-

Neste mês, a inflação brasileira conseguiu até mesmo superar a argentina (6,8% em setembro), que há três anos e meio, graças à política do sr. Martínez de Hoz, bate todos os recordes mundiais na matéria.-

Foram também divulgados os resultados da balança comercial e do balanço de pagamentos, relativos ao primeiro semestre. Em seu conjunto, os mesmos revelam a trágica situação de dependência a que foi levado o país.-

O déficit da balança comercial (importações menos exportações) subiu a 715 milhões de dólares, contra 464 milhões em igual período do ano passado. O déficit em operações correntes (mercadorias mais serviços) chegou à fantástica quantia de 4.433 milhões de dólares, tendo sido de 2.824 milhões no primeiro semestre de 1978. Verificou-se assim um aumento de 63%.-

O saldo negativo da conta "serviços" (turismo, fretes, juros e remessa de lucros) chegou a 3.718 milhões de dólares. As remessas de lucros foram de 598 milhões no semestre e os juros pagos relativos à dívida externa, de 1.913 milhões.-

O mais grave é que os juros vão continuar aumentando cada vez mais, por dois motivos. Primeiro: a dívida externa continua aumentando (é preciso endividar-se cada vez mais para cobrir os déficits). Segundo: devido à crítica situação econômica que vive o mundo capitalista, as taxas de juros sofreram neste mês um novo e substancial aumento nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, chegando a 13/14%.-

Depois dessa "ficção econômica" que foi o "milagre" - desse milagre para poucos (75% da população ficou totalmente marginalizada) - estamos pagando agora - caro, muito caro - a euforia dos anos das vacas gordas: 1968/74 (casualmente, como no sonho bíblico do faraó, interpretado por José, 7 em total).-

O ministro que comandou o processo econômico naquele período, Delfim Neto, admitia, a fins do ano passado, que o preço social do "milagre" foi imenso:

"O mecanismo de expansão da economia que adotamos tinha como base uma pequena participação social. É um fato real: a escolha da forma de desenvolvimento que fizemos foi feita à contra-mão da Nação brasileira. Nós, os execráveis tecnocratas, planejávamos o desenvolvimento sem deixar que as pessoas participassem do mesmo (...).

"Nunca se considerou, na nossa análise, o problema da distribuição da renda; pelo contrário, entre os defeitos fundamentais do modelo está o aumento da concentração da renda (...). Nós nos distanciamos demais do povo".-

Aparentemente, o diabo convertera-se em ermitão... Mas agora que Delfim voltou ao poder, esqueceu-se da sua autocrítica. Em pânico frente à inflação, tenta lançar a responsabilidade da mesma sobre os trabalhadores e fala de "descalabro salarial".-

Na realidade, o que sucede é que os trabalhadores, agora que conquistaram um mínimo de liberdade, estão reconquistando - greves mediante - uma porção mínima daquilo que a ditadura lhes tirou em matéria de salários reais, por obra do sr. Delfim, exímio falsificador de estatísticas sobre o custo de vida.-

Além disso, ao atribuir a aceleração da inflação aos aumentos de salários, o ministro do Planejamento está mentindo descaradamente. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), os salários representam muito pouco nos custos e incidem minimamente sobre os preços de venda dos produtos manufaturados. Assim, na indústria automobilística, a mão-de-obra representa apenas 8,5% do preço pago pelo público por um automóvel.-

Considerando que, em média, os aumentos conseguidos pelos trabalhadores nos últimos meses não foram superiores a 62% e que a inflação está chegando a 50%, o aumento real dos salários conseguidos com as duras greves não ultrapassa 13/14%. Uma ínfima parte daquilo que lhes foi "confiscado" nos últimos 15 anos...

Como os salários não representam, em média, mais que 1/12 do preço de venda ao consumidor, o aumento da inflação causado pelos mesmos não terá sido superior a 1,2%.-

Isto é, representa uma mínima parte da inflação verificada e que, como já vimos, chegou em setembro a 7,8%. As verdadeiras causas da inflação brasileira devem ser buscadas em outros fatores, originados na obsoleta estrutura sócio-econômica, no status de dependência e nos pontos de estrangulamento da economia.-

18/10/79

Anexo 04

XXEMPRESAS ESTATAIS, PRIVADAS BRASILEIRAS E TRANSNACIONAIS

Em 1964, no início da "Era Militar", a divisão da economia brasileira entre as empresas estatais, privadas nacionais e transnacionais era a seguinte.†

As empresas do Estado controlavam não apenas o setor de serviços públicos, mas também amplas áreas industriais, especialmente a siderurgia, a extração e refinação de petróleo e o crédito.†

As empresas privadas, apesar de já intensamente pressionadas pelo capital forâneo, dominavam em forma absoluta o setor da indústria de transformação e o comércio.†

As empresas transnacionais tinham começado sua ofensiva, inicialmente na produção de artigos substituídos⁰⁵ de importação (automóveis, eletrodomésticos, etc.). Especialmente a partir do governo de Juscelino Kubitschek, passaram a controlar os setores mais dinâmicos e lucrativos da indústria.†

A filosofia dos militares e tecnocratas que assumiram o governo em 1º de abril de 1964 é totalmente liberal (no referente à economia) e favorável à internacionalização econômica. Consequentemente, profundamente anti-estatal.†

Por essa razão, o setor estatal da economia passou a ser contestado desde dentro, pelo próprio governo. O objetivo era privatizar as empresas do Estado. Como início do plano, eliminou-se o monopólio da petrobrás, colocando a petroquímica em mãos de monopólios estrangeiros. Privatizou-se a Fábrica Nacional de Motores. Até mesmo as empresas de serviços públicos foram transformadas em sociedades mistas. Tratou-se de abrir a exploração do petróleo às companhias internacionais.†

Por uma série de fatores, porém, a "desestatização" em forma sistemática revelou-se impossível. Como primeiro obstáculo, surgia o nacionalismo, ainda vigente em alguns setores militares. Como segundo, a total incapacidade financeira da burguesia nacional para tomar a seu cargo as empresas do Estado. Os setores de infra-estrutura exigem muitos investimentos e além disso proporcionam lucros relativamente baixos.†

Pelo mesmo motivo e por estarem ocupadas em controlar os setores mais lucrativos da economia, as empresas transnacionais não estavam interessadas, naquele momento, no controle das empresas estatais.†

As empresas privadas - nacionais e estrangeiras - limitavam-se a pressionar no sentido de que as estatais continuassem lhes proporcionando matéria-prima, energia, fretos e créditos fáceis e baratos.†

Sem outra alternativa, praticamente forçado a continuar administrando suas empresas, o governo tratou de torná-las "eficientes" como as particulares. Tratou de eliminar o excesso de burocracia e o embaraço característico do estado populista. As organizações econômicas do Estado foram reestruturadas, disciplinares, "militarizadas".†

O resultado foi que algumas delas transformaram-se em empresas modelo, com alto grau de eficiência e de lucratividade. Entre estas, destacam-se o Banco do Brasil, a Petrobrás e a Companhia do Vale do Rio Doce, que controlam o mercado de crédito, petróleo e minerais.†

Essa imprevista e não desejada expansão de empresas estatais provocaria a reação dos grupos privados, nacionais e estrangeiros. Especialmente durante o último ano, as empresas do Estado foram o alvo predileto de uma campanha intensa, sistemática e dura. ~~de ataque~~. Eram acusadas - paradoxalmente - pelo êxito obtido. O próprio governo Geisel é acusado de "estatizante" e, como consequência, de "totalitário" pelos setores liberais.†

O almirante da reserva José Celso de La Roque Macedo Soares Guimarães, que se destaca como o principal porta-voz dos grupos "liberais", sintetiza assim a situação: "Acreditou na iniciativa privada e fez campanha contra a estatização porque o Estado perdeu o controle sobre suas empresas. Existe incapacidade administrativa para cuidar do monstro que foi criado."†

"O que combato na estatização não é a atividade-fim, mas sim a atividade-meio das empresas. Elas começaram a ter lucros e, não sabendo o que fazer com eles, começaram a comprar empresas privadas."†

Antes, o grande argumento contra as empresas do Estado era sua ineficiência, sua incapacidade para produzir lucros. Agora, tornadas eficientes manu militari, são acusadas de gerar demasiado lucro e de estar em consequência ampliando sua área de atividade.†

Consequentemente, e apesar de ter de lutar contra a ideologia oficial, netamente privatizadora, a empresa estatal mantém sua posição destacada dentro da economia brasileira.†

São obviamente incompletas e contraditórias as estatísticas

sobre a divisão de empresas no Brasil segundo seu capital. O levantamento mais amplo (que abrange o maior número de empresas: 5.256) e mais recente (relativo aos balanços de 1973), é o publicado pelo "Jornal do Brasil" de 9/3/75. †

Apesar do método escolhido (o do "capital dominante") ajudar a ocultar a verdadeira dimensão da penetração do capital forâneo (que não é computado quando é minoritário dentro da empresa), serve para provar que, contra o desejo governamental, as empresas do Estado continuam sendo majoritárias: capital estatal, 46,1%; privada nacional, 38%; estrangeiras, 15,9%. †

Ironicamente, um dos principais objetivos do "modelo brasileiro" - liquidar com as empresas estatais - não foi atingido. O tiro lhes saiu pela culatra...

9/1/77. †

IV

AS CLASSES DOMINANTES E O
"CONDOMÍNIO DO PODER"

Em "BRASIL PARA ESTRANGEIROS" analisamos a formação e a evolução da classe latifundiária e da burguesia nacional. Aqui faremos somente uma síntese da situação atual das classes dominantes brasileiras e de sua participação no "condomínio do poder".

Nos países periféricos, não é fácil determinar exatamente as classes sociais que exercem o poder e o grau de participação de cada uma. Especialmente em casos como o do Brasil (e de toda América Latina), onde o fim do colonialismo não significou uma independência real, mas a sucessão de diversas etapas de dominação estrangeira, mais ou menos disfarçada.

Nossa independência política (proclamada em 1822) não foi mais que o fim da intermediação de Portugal no processo de exploração que vinha sendo exercido, desde há muito (o tratado de Methuen, 1703, que proibiu a industrialização de Portugal, deu início a essa participação presente de Inglaterra), pelo mercantilismo inglês. *mas política dos países latino-americanos.*

A evolução do capitalismo na Grã Bretanha condicionou o processo econômico brasileiro. A burguesia inglesa lhe interessava — numa primeira etapa — somente a manutenção do mercado brasileiro para seus produtos. O capital financeiro, surgido depois, estava interessado em formas de dominação mais ampla, conseguida através dos empréstimos e das inversões diretas, especialmente no setor de serviços públicos.

Esse domínio inglês, absoluto até a proclamação da República, passou a diminuir gradativamente depois da I Guerra Mundial e especialmente da Revolução de 1930. O declínio da dominação britânica não significou, porém, uma maior autonomia nacional. Cada retrocesso inglês foi acompanhado por um avanço correspondente

do jovem e voraz imperialismo norte-americano, beneficiado este por sua melhor situação geográfica em relação à América Latina; por seu enorme mercado interno (que proporcionava formas de complementarização, especialmente com a economia brasileira) e pelos conflitos mundiais que afastaram a Inglaterra do mercado mundial.

Assim, ao investigar sobre quem exerce efetivamente o poder no Brasil, temos que partir dessa premissa fundamental: aqueles que dominam a economia brasileira (antes os ingleses, agora os norte-americanos), exercem uma parte mais ou menos considerável do poder (segundo o maior ou menor grau de dependência econômica), independentemente do fato de esse estar — ostensiva e nominalmente — em mãos dos latifundiários, da burguesia ou ser compartilhado por ambas as classes.

O que significa, em termos de poder em 1961/64, o latifúndio?

Em "BRASIL PARA ESTRANGEIROS" vimos como a decadente aristocracia lusitana tratou de estabelecer, no Brasil, uma versão de seu "mundo ideal" (que já era então impossível na Europa): um "feudalismo" fora de época, que utilizando mão de obra escrava e ~~práticas~~ práticas industriais e mercantis, significava uma verdadeira simbiose das distintas etapas do desenvolvimento econômico clássico.

A concessão pelo rei, de sesmarias marcou o processo de apropriação da terra: o latifúndio tornou-se uma instituição nacional. Nem sequer a tentativa de colonização, iniciada pela monarquia, no século XIX, com a implantação da pequena propriedade agrícola explorada por braços livres (camponeses alemães entrados ao país a partir de 1823 e italianos meio século depois), modificou sensivelmente o quadro. A experiência progressista ficou circunscrita a algumas zonas do sul do país.

O latifúndio continua absoluto até hoje. As propriedades com mais de 1.000 hectares representam quase a metade do total, ou mais precisamente, 47,3% (censo de 1960). Os produtos agrícolas originários do latifúndio continuam sendo a maioria da exportação. Em 1961, o café, o algodão, o açúcar, o cacau e outros produtos agrícolas oriundos especialmente das grandes propriedades rurais, alcançaram a um bilhão de dólares, num total de 1,4 bilhões exportados.

Se consideramos, entretanto, o conjunto da economia nacional, vemos que o latifúndio está em constante perda relativa. Nos últimos anos, a participação da Indústria no P.N.B. passou a ser equivalente à da Agricultura:

Ano 1963	Em bilhões de 1960	% s/total
Agricultura	616,7	29,3
Indústria	602,0	28,1
Comércio	264,4	12,3
Transporte e comunicações	171,3	8,3
Outros (inclusive serviços governamentais, arrendamentos etc.)	478,1	22,0
Total	2.132,5	100,0

Apesar de não existirem possibilidades de identificar a procedência dos produtos agrícolas (se das pequenas e médias propriedades, ou dos latifúndios), considerando porém a precariedade da exploração das grandes propriedades, podemos concluir, sem medo de equívoco, que muito menos da metade da produção agrícola total é originária do latifúndio.

~~Práticas industriais e mercantis, significava uma verdadeira simbiose das distintas etapas do desenvolvimento econômico clássico.~~ Além disso, o ritmo de progressão verificado na Agricultura, nos últimos anos, foi muito mais lento do que o registrado na Indústria. Os índices agrícolas, partindo de 100 em 1949, alcançaram 141, em 1958 (um crescimento mínimo, que indica claramente onde se encontra o "tendão de Aquiles" da economia brasileira); enquanto isso, os industriais aumentaram, no período, de 100 para 235.

Esses dados revelam que a classe latifundiária, apesar de estar em declínio relativo e já definitivamente superada pela burguesia industrial, continua com uma participação considerável na distribuição da renda nacional, o que lhe assegura uma situação importante no condomínio do poder, a nível nacional.

Se considerarmos a situação a nível regional e municipal, a influência política do latifundiarismo é considerável, sendo ainda dominante em quase todo o interior do país. Em razão do sistema patriarcal vigente nas zonas rurais e de sua expressão política, o "coronelismo", os latifundiários dominam em forma absoluta não somente o interior rural, como também as pequenas cidades e vilas do interior.

É um poder *de facto* (às vezes, quando o "coronel" exerce as funções de prefeito, também de direito), direto, arbitrário, brutal, ao qual está submetida a maioria da população brasileira. Não somente os camponeses, mas também os trabalhadores urbanos, a imensa

A pequena propriedade camponesa
já basta para alimentar o mercado nacional.

marginais existentes nas regiões do interior e inclusive a média burguesia locais estão oprimidos sob a bota do fiscal.

Existem estatísticas a respeito, porém é seguro que em pelo 90% dos municípios brasileiros, o poder municipal está diretamente nas mãos dos latifundiários. Na maioria das unidades federativas acontece o mesmo: o poder estadual é exercido e controlado pela aristocracia rural. A ausência quase total do Poder Central, pelo menos nas regiões mais longínquas, torna maior, praticamente absoluto, o domínio do latifúndio sobre a maioria do povo brasileiro.

Esse domínio político direto sobre a maioria absoluta da população não se traduz, sem embargo, em maioria latifundiária no Congresso. Isso graças a um paradoxo: a Constituição de 1946, com suas limitações reacionárias, negou o direito de voto aos analfabetos: como cerca de 80% desses habitam as zonas rurais ou as pequenas cidades e vilas do interior, a limitação constitucional (obviamente dirigida contra os setores políticos progressistas) acabou por prejudicar a oligarquia. O chamado "voto de cabresto" continuou drasticamente reduzido.

Quando, durante o governo de Goulart, as forças populares lutavam por uma série de reformas da Constituição, inclusive a extensão do voto aos analfabetos, advertíamos que essa medida somente poderia ser adotada conjuntamente com outras, especialmente a reforma agrária. Instituído isoladamente, sem alteração prévia da estrutura agrária e da conseqüente liquidação do poder político dos latifundiários, o voto dos analfabetos seria negativo. O "voto" de um "coronel" que equivale, graças ao "cabresto" a — digamos — 200, passaria a pesar ~~como se fosse um milhão de votos~~ ~~em eleições comuns.~~ *e Jabro em o triplo.*

O governo de Castelo Branco, compreendendo isso e para beneficiar-se demagogicamente da medida, enviou ao Congresso uma emenda à Constituição concedendo o voto aos analfabetos nas eleições municipais. Sem embargo, os deputados, sem compreender o verdadeiro alcance do projeto e dando vazão aos seus sentimentos antireformistas, rejeitaram o mesmo.

A força política, a capacidade de resistência, a determinação de luta em defesa de seus privilégios, a unidade de ação monolítica e a habilidade em conseguir aliados — da classe latifundiária ficaram evidentes no período 1961/64, quando a campanha pela reforma agrária chegou ao seu clímax.

Nenhum outro movimento popular no Brasil adquiriu tal magnitude (a campanha nacionalista do "Petróleo é nosso" foi superada de longe). Durante dois anos e meio, os trabalhadores, os estudantes, os políticos progressistas, os intelectuais e as próprias massas camponesas mais politizadas estiveram mobilizadas permanentemente em luta pela reforma. Essa parecia inevitável e teria se verificado se não fosse a excepcional capacidade de resistência da oligarquia rural.

Inicialmente, os senhores rurais demonstraram uma unidade impressionante: de norte ao sul do país, o latifúndio se pronunciou em forma unânime. Em razão do poder que exercem no interior, nas zonas mais atrasadas do país, os latifundiários conseguiram aliados, inclusive entre os pequenos e médios proprietários rurais, que foram convencidos de que a reforma agrária também os afetaria.

Outra aliança, antiga e permanente, foi fortalecida: na boca da quase totalidade do clero do interior, a reforma agrária passou a ser coisa de satanás, com cheiro a enxofre, "vade-retro" e tudo mais.

O apoio da pequena e média burguesia do interior (pouco informadas) foi conseguido com base no anticomunismo mais primário.

A burguesia industrial (que seria a grande beneficiária da reforma: o aumento do mercado de consumo interno) foi convencida com o argumento de que qualquer alteração no *status quo* poderia converter-se numa brecha irreparável na instituição da propriedade privada.

Confirmava-se, uma vez mais, a tese de Marx sobre a dualidade da burguesia em relação à propriedade rural: "Por isso, o burguês radical chega, no terreno teórico, à negação da propriedade da terra (...). Porém, na prática, lhe falta coragem, pois atacar a uma forma de propriedade privada seria muito perigoso para a outra forma. Além disso, o burguês já se havia territorializado".

A maioria da oficialidade das Forças Armadas, vinculada ao latifúndio por sua origem, pelos laços matrimoniais*, ou por sua formação ideológica conservadora, foi conquistada facilmente.

Completando o esquema defensivo montado em torno do latifúndio, estava o domínio quase total dos meios de divulgação e formação da opinião pública, em especial a imprensa escrita e oral. Esse apoio ao latifúndio explica-se de duas maneiras: pela vinculação territorial dos proprietários dos diários (como no caso dos Mes-

* Especialmente no RGS, os aspirantes e os tenentes mandados a servir nas guarnições da fronteira, acabam geralmente por casar com as herdeiras do latifúndio.

ESTADO DE S. PAULO
 quitas do "Estado de S. Paulo", "paulistas de 400 anos") e pela posição da burguesia, que por intermédio da publicidade, controla a imprensa.

Com esse apoio compacto, mais o fantasma do comunismo, habilmente explorado, o latifúndio conseguiu montar no Congresso uma barreira quase inexpugnável aos avanços reformistas. Somente João Goulart, com o poder que tinha nas mãos, poderia ter derrubado o obstáculo. Veremos como poderia ter procedido (e como não procedeu, imobilizado por seus próprios interesses de classe), no capítulo "O latifundiário João Goulart e o líder populista Jango".

Não confiando exclusivamente no enorme dispositivo de luta legal que haviam montado, os latifundiários, em uma posição conseqüente de classe (que deveria ter servido de exemplo à esquerda brasileira) e dispostos a ir até as últimas conseqüências na defesa de seus privilégios, prepararam-se para a luta armada, armazenando grandes quantidades de armas.

Eis aqui um rápido esboço da classe latifundiária, o setor mais antigo da oligarquia brasileira. Apesar de já superada, como força econômica, pela burguesia, continua sendo a mais forte, a mais monolítica, a mais agressiva e a mais conseqüente das forças que exercem o poder.

O que representava efetivamente, em termos de poder político, a burguesia nacional em 1961/64?

Assim como encontramos a origem dos latifundiários brasileiros na decadente nobreza portuguesa, identificamos as raízes da burguesia nacional na classe mercantil e usurária lusitana. Essa, logo que vislumbrou, na terra descoberta, alguma possibilidade de lucro fácil, para aqui deslocou parte de seus capitais. Timidamente, no início, pois estava ocupada na exploração do rico filão que era a Índia e no tráfico de escravos. Com crescente desenvoltura à medida em que consolidava o "ciclo do açúcar" e surgiam outras atividades econômicas, como a exploração do ouro.

Até à transferência da Corte portuguesa (em 1808), a vida mercantil era muito limitada, circunscrevendo-se à exploração de produtos da terra e à importação de alguns artigos básicos necessários à vida nos centros urbanos. O resto do país vivia praticamente num sistema de economia natural, autoabastecendo-se as populações disseminadas pelo interior. O pouco comércio que havia estava em mãos de portugueses.

Com a chegada de dom João VI e a abertura dos portos, verificou-se um grande incremento no ritmo dos negócios. Por um lado,

58

*Canais
 X (extensivamente)*

doi
crises.
 com o aumento das necessidades das populações urbanas, especialmente na capital, onde a presença da Corte determinou uma radical modificação nos costumes simples e austeros até então vigentes. Por outro, pela proliferação de mercadores de outras nacionalidades, que começaram a concorrer com os ~~lucros~~. Somente numa etapa posterior, com o maior desenvolvimento da atividade econômica e a conseqüente especialização é que começaram a surgir oportunidades para a participação do elemento nacional.

Como vimos em "BRASIL PARA ESTRANGEIROS", a industrialização ~~foi praticamente~~, praticamente impedida durante o período colonial e nas primeiras décadas post-independência. Nessa última etapa, em virtude de tarifas aduaneiras impostas pelos interesses alienígenas.

Com a modificação, ainda que tímida, dessa política em 1844 (lei Alves Branco) e também por causa da cessação gradual do tráfico negreiro (que liberou ~~os~~ capitais nele aplicados), verificou-se um incipiente processo de industrialização. Vencendo todo tipo de dificuldades, encurralada pelo latifúndio todo-poderoso, detentor do poder político, por um lado e pelo capital financeiro internacional por outro, surgiu timidamente a burguesia nacional. Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá, foi todo um símbolo da classe nascente. Homens como ele protagonizaram uma tentativa (frustrada pela anulação da lei Alves Branco e pela agressão do imperialismo inglês), que poderia haver antecipado em 2/3 de século a revolução industrial brasileira.

Posteriormente, aproveitando todas as oportunidades, especialmente os momentos em que as burguesias européias estavam envolvidas na guerra e, depois de 1930, graças à proteção total brindada pelo Estado Paternalista, a burguesia industrial foi se consolidando. Superou, por fim, no campo econômico, o latifúndio. Compartilhou com esse o poder político. Porém nunca conseguiria livrar-se de seu rival: o capital financeiro e monopolista internacional. Esse, no afã de recuperar o tempo perdido nas guerras, voltava cada vez mais voraz, avassalador. A burguesia nacional passaria, depois da segunda guerra mundial, a viver seu drama hamletiano: lutar ou acomodar-se, associar-se.

A estratégia imperialista para conseguir estabelecer o controle sobre as burguesias dos países periféricos é simples; os monopólios utilizam somente duas ou três armas: dólares ou outra moeda forte em forma de investimentos diretos ou empréstimos, transferência de maquinaria (em geral obsoleta) e tecnologia.

59

Leônicio Bausbaum descreve o processo de alienação, de capitulação da burguesia nacional, sua desnacionalização, sua transformação em simples testa-ferro dos monopólios internacionais:

"Grande número de investidores estrangeiros, principalmente norte-americanos, ao instalar no Brasil suas indústrias, simples 'branches', ramais secundários de empresas estabelecidas no país de origem, começam por comprar pequenas indústrias nacionais, ou a associar-se à indústria nacional já existente, grande ou média.

"Isso verificou-se em quase todos os ramos industriais. Os antigos proprietários, que sofriam de todos os males comuns à indústria brasileira — deficiência de crédito, dificuldades na importação de máquinas e tecnologia e na obtenção de matéria-prima — passaram à condição de presidentes nominais ou diretores secundários das novas empresas mistas, recebendo altos salários e sem mais preocupações financeiras, começando a gozar de todos os privilégios concedidos às firmas estrangeiras".

A maioria capitula. São cada vez em menor número os grupos nacionais que resistem à pressão do imperialismo e à tentativa de acomodar-se. Quando se trata de citar os nomes de grandes capitães da indústria nacional não comprometidos com o capital estrangeiro, são cada vez menos os que nos vem à memória: os Ermírio de Moraes, os Simonsen, os Gasparian... Esses resistem; até quando, ninguém sabe. Temos assim, cada vez mais, o capitalismo sem burguesia nacional...

Vejamos o que representa, na realidade, a chamada *burguesia nacional* dentro do conjunto da economia do país. A revista "Conjuntura Econômica" publicou recentemente um esclarecedor estudo sobre a concentração de capital no Brasil. O mesmo dá a conhecer "as empresas bilionárias, as 66 cujo capital é superior a um bilhão de cruzeiros":

Essas 66 empresas representavam 46,3% do capital registrado das 6.818 sociedades anônimas investigadas. Da análise do quadro e dos dados complementares fornecidos pela publicação, conclui-se:

- os investimentos estatais nas 66 empresas representa 55% do total;
- no relativo ao capital nacional, os investimentos das empresas estatais representavam 81% do total;
- as 32 empresas estrangeiras somavam um capital total de 100,8 bilhões, contra 39 bilhões dos 19 grupos privados nacionais.

AS MAIORES EMPRESAS DO PAÍS SEGUNDO SEUS CAPITAIS

Nacionais	CAPITAL (bilhões)	Estrangeiras	CAPITAL (bilhões)
1. Rede Ferroviária Federal	61,3	1. Brazilian Traction	23,5
2. Petrobrás	40,0	2. Mercedes-Benz	6,6
3. COSIPA	12,0	3. Belgo-Mineira	6,0
4. Gr. Ermírio de Moraes	12,0	4. Willys-Overland	6,0
5. Cia. Vale do Rio Doce	7,8	5. Bond and Share	4,7
6. CEMIG	7,0	6. Volkswagen	4,7
7. Grupo Matarazzo	4,8	7. Grupo Bung & Born	3,9
8. Grupo Piratininga	4,0	8. General Motors	3,9
9. Fábrica Nacional de Motores	3,6	9. Ford Motors	3,7
10. Cia. Siderúrgica Nacional	3,6	10. Grupo Souza Cruz	3,0
11. USIMINAS	3,2	11. Alumínio do Brasil	2,9
12. Hidroeléc. Vale do Paraíba	3,2	12. Champion Celulose	2,5
13. USELPA	3,0	13. Centrais Elec. Furnas	2,5
14. C.M.T.C.	3,0	14. Cerv. Brahma	2,4
15. CHESF	2,8	15. Esso-Standard do Brasil	2,3
16. Cia. DOCAS de Santos	2,8	16. Anderson-Clayton	2,0
17. CHERF	2,5	17. Bendix do Brasil	1,9
18. Vernag S/A.	2,0	18. Pneus Firestone	1,6
19. Cia. Siderúrg. Paulista	2,0	19. International-Harvester	1,6
20. Bco. Lavoura de M. Gerais	2,0	20. Rhodiaceta	1,5
21. Refinaria União	1,8	21. Catterpillar do Brasil	1,4
22. Banco do Brasil S/A	1,8	22. General Electric	1,4
23. COPEL	1,4	23. SANBRA	1,4
24. Aços Vilarés	1,4	24. Mannesmann	1,3
25. CEASA	1,3	25. Rhodia	1,3
26. Gen. Elétrico R. Cont.	1,2	26. Pirelli Pneus	1,2
27. Nitroquímica	1,2	27. Industr. Quim. Electr.	1,2
28. CEMAR	1,0	28. White Martins	1,2
29. Laminação de Metais S/A	1,0	29. Bayer do Brasil	1,1
30. Mesbla S/A	1,0	30. Swift do Brasil	1,0
31. Fosforita de Olinda	1,0	31. Wilson S/A	1,0
32. CELO	1,0	32. Cia. Bras. Linhas Coser	1,0
33. Interjame Adm. S/A	1,0		
34. J. Alves Veríssimo S/A	1,0		

em Relato

Como vemos, a chamada grande burguesia nacional significa na realidade muito pouco, tanto em comparação com o capitalismo do Estado, como ao capital monopolista internacional.

Em consequência, seu poder econômico e sua influência política não são tão importantes como apregoam seus porta-vozes e inclusive alguns teóricos marxistas, especialmente os vinculados ao Partido Comunista. A veneração e o culto que o PCB dedica desde 1945 à burguesia nacional está evidentemente mal dirigido: a um "santo de pau oco".

Além de sua quase total capitulação frente aos monopólios internacionais, que a descaracteriza como classe social independente, a burguesia enfrenta toda uma série de outras contradições que impedem sua unidade e sua participação efetiva — como classe dirigente — no processo político brasileiro.

Como já vimos, continua vinculada ao latifúndio, não somente pelas suas origens, como pela territorialização de ~~seus~~ setores que a compõem. Tratando de adquirir um certo verniz aristocrático — numa época em que os títulos nobiliárquicos não são fáceis de comprar — o burguês originado no artesanato, ou na pequeno-burguesia, trata de adquirir uma fazenda com os lucros extraordinários subtraídos à sua indústria ou ao seu comércio, instituindo um simulacro de baronato feudal. Une, assim, o útil ao agradável, pois com os investimentos feitos no campo consegue legalizar os lucros sonegados ao imposto de renda (através da Cédula G).

A maior prova da falta de independência da burguesia, de sua vinculação ao latifúndio foi dada por sua oposição praticamente total à campanha da reforma agrária, uma reforma que a favoreceria, como classe, enormemente, ampliando o mercado de consumo interno.

Por outro lado, a unidade da burguesia sempre foi impedida, de forma decisiva, pelo desenvolvimento econômico desigual das distintas regiões do país. O Brasil, que geograficamente é um subcontinente, do ponto de vista econômico e social é um arquipélago. E as distintas "ilhas" apresentam uma enorme disparidade de desenvolvimento. Num extremo da pirâmide, estão São Paulo e Rio de Janeiro, com um nível de progresso quase equivalente ao europeu; no outro, o Nordeste, zona de miséria asiática.

Além das vantagens iniciais, que vão desde uma melhor situação geográfica até o clima, São Paulo somou em seu favor o fato de haver recebido a maioria da corrente imigratória européia (e japonesa) dos últimos cem anos e a quase totalidade dos investimentos estrangeiros feitos no post-guerra, cerca de 80% do total.

Como uma das sequelas da participação do capital estrangeiro (que trata de localizar-se onde é possível conseguir o máximo de lucro, com o mínimo de investimentos, ou seja, exatamente nas áreas que por seu maior progresso, tem uma melhor infraestrutura econômica), aumentou aceleradamente o abismo entre o estado bandeirante e o resto do país. A concentração capitalista comprova-se com um só dado estatístico: 66,1% da produção industrial — 2/3 da total — origina-se no eixo São Paulo-Rio.

Essa superioridade absoluta permite à burguesia paulista aplicar, no âmbito nacional, a velha e consagrada estratégia do capital financeiro e monopolista internacional de aniquilar gradativamente as economias de outras regiões.

Sob a proteção das distâncias, enormes e graças à precariedade dos meios de transporte, havia sido possível o surgimento de indústrias, especialmente de bens de consumo, nas regiões periféricas. Os mercados locais, praticamente fechados, asseguraram o progresso e o enriquecimento das burguesias regionais.

Nos últimos anos, porém, em virtude da construção das grandes rodovias nacionais, desapareceram as únicas barreiras que protegiam as indústrias das demais regiões, deixando-as indefesas frente ao complexo industrial bandeirante, muito melhor equipado técnica e financeiramente.

Para fazer frente à avassalante concorrência da burguesia paulista associada aos monopólios internacionais, os industriais de outras regiões não dispõem sequer daquela defesa que qualquer burguesia industrial nascente, assim que alcança um mínimo de influência política, consegue opor à concorrência dos produtos importados: as tarifas alfandegárias.

São tão graves as sequelas do desenvolvimento econômico desigual, tão grandes os desníveis já existentes e tão brutal a exploração de uma região por outra, que a própria unidade nacional pode ser afetada.

Os interesses divergentes, quando não contraditórios entre os distintos setores regionais da burguesia brasileira, mais as contradições existentes entre aqueles grupos que já capitularam frente ao capital alienígena e os que ainda resistem ao mesmo são tão grandes, que torna-se cada vez mais irreal falar de burguesia nacional. Cremos que a classificação burguesia associada já corresponde muito melhor à realidade.

Restam, é óbvio, como base de unidade precária, certos pontos de interesse comum entre as distintas burguesias regionais: perpetuar

a exploração dos trabalhadores, manter sem controle a liberdade de obter os lucros mais altos, pagar o mínimo de impostos e usufruir ao máximo os favores do Estado; ou seja, a manutenção do sistema da socialização dos prejuízos e da apropriação privada dos lucros.

Por tudo isso, sem nenhum medo de equivocarmo-nos, podemos afirmar: o atual estágio do desenvolvimento capitalista internacional, com a integração econômica a nível mundial protagonizada pelos monopólios, as burguesias nacionais, pelo menos nos países subdesenvolvidos, tendem a desaparecer como classes autônomas. Transformam-se inexoravelmente em "classes-agentes" do imperialismo.

Temos assim, como componentes básicos da oligarquia brasileira, uma classe latifundiária decadente (em acelerado processo de perda relativa no campo econômico), porém ainda muito importante politicamente, especialmente a nível estadual e municipal; uma burguesia que nunca chegou a cristalizar-se definitivamente como classe autônoma, que nunca conseguiu assumir a direção (que lhe correspondia) do processo político e já agora irremediavelmente comprometida com os interesses antinacionais e, finalmente, uma nova categoria social, cada vez mais poderosa e que ocupa uma porção cada vez mais considerável no "condomínio do poder".

Essa é formada pelos diretores (nacionais ou estrangeiros) das subsidiárias locais dos grandes monopólios e pelos economistas e técnicos a serviço dos mesmos; pelos tecnocratas que dentro do governo representam não os interesses nacionais, mas os do capital estrangeiro; pelos homens da publicidade (cada vez mais alienada e alienante); os "experts" em formar opinião pública; pelos políticos profissionais comprometidos (a ~~maioria~~ legião dos que foram financiados pelo IBAD e IPES ou estão, de uma ou outra forma, a serviço dos interesses antipovo e antinacionais), etc.

Essa elite dirigente de novo tipo, regemente aquinhoadada na distribuição da renda nacional (o diretor de uma empresa estrangeira ou um tecnocrata bem instalado ganha num mês mais do que um operário em quatro ou cinco anos), em pagamento dos serviços que prestam ao capital monopolista internacional, pesa cada vez mais no "condomínio do poder". São os *homens de confiança do imperialismo*.

A participação dos mesmos na administração da coisa pública é cada vez maior e mais ostensiva. O imperialismo ianque, em seus planos de impôr seu controle total sobre nossos países, abandona as reservas tradicionais: já não cuida de manter as aparências. Sua interferência na política interna já não se concretiza a nível de bastido-

res, mas diretamente, às claras. No capítulo "State Department, Pentágono & Cia" veremos como o embaixador Lincoln Gordon, comandando os *homens de confiança*, atuava como um autêntico vice-rei.

O desenvolvimento econômico é planejado pelos seus *homens de confiança*, que dão total prioridade aos interesses de seus amos, colocando em segundo plano as necessidades do povo. Outros *homens de confiança* põem em prática os planos econômicos. Os postos-chave do governo — o ministério da Fazenda, o de Planejamento, o de Indústria e Comércio, a presidência do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), a Carteira de Comércio Exterior (CACEX) e do Câmbio, a Fiscalização Bancária (FIBAN), a embaixada nos Estados Unidos, etc/ — são privativos dos *homens de confiança*. Ninguém é nomeado para os mesmos sem o prévio *agreement*, que chega do exterior.

Os governos mudam, porém os *homens de confiança* continuam; quando muito mudam de posto. Ainda quando as mudanças de governo se produzem de forma violenta, como no 1.º de abril, eles continuam igualmente. Roberto Campos, o embaixador de Goulart nos Estados Unidos e ministro de Planejamento de Castelo Branco, é possivelmente o mais perfeito protótipo da "nova classe".

Outros integrantes da elite dirigente, os militares, em virtude da posição dominante que assumiram depois do golpe, merecem um capítulo especial. Enfim, eles estão recebendo um tratamento especial em tudo...

O clero, igualmente, por sua atuação destacada nos "idos de março" e pelas contradições que surgem em seu interior, também terá um capítulo à parte.

Anexo 06

XXIIUM EPITÁFIO PARA O "MODELO BRASILEIRO"?

A partir das famosas palavras de Nixon, o "modelo brasileiro" foi "oficializado" como a "solução capitalista para os países subdesenvolvidos". †

A solução estaria na empresa privada e na participação plena, sem limitações, do capital forâneo; na prioridade às exportações com o sacrifício do mercado interno; num acelerado processo de acumulação de capital interno à custa das classes assalariadas, etc. †

Ou seja, a antítese do modelo nacionalista anteriormente tentado no Brasil, que estabelecia drásticas restrições ao capital estrangeiro, dava prioridade às empresas estatais e, baseando-se numa distribuição mais justa da renda nacional, tratava de humanizar o duro processo de desenvolvimento capitalista. †

A imprensa dos países centrais saudava com entusiasmo, fazia verdadeiras apologias ao "milagre brasileiro": "O fantástico desenvolvimento do Brasil nos últimos anos colocou-o muito perto do destino de grandeza há muito tempo sonhado pelos nacionalistas brasileiros". †

"O país está se transformando numa nação de crescente importância no plano econômico mundial, com um ritmo de desenvolvimento vertiginoso".†

Algumas publicações iam ainda mais longe em seu entusiasmo pelo "modelo brasileiro". O "JOURNAL OF COMMERCE" chegou ao extremo: "O governo dos Estados Unidos deverá tomar o Brasil como exemplo para seus problemas econômicos".†

Antes de completar seus 13 anos de vigência e depois de viver um período de desenvolvimento acelerado, no qual o ritmo de crescimento chegou a uma média de 10/12% anuais, o "modelo" está hoje totalmente desmoralizado.†

Os setores mais lucrativos e dinâmicos da economia do país foram entregues às empresas transnacionais. O déficit na balança comercial chegou a uma média de 4 bilhões de dólares nos últimos três anos. A dívida externa situa-se em 28 bilhões de dólares. A inflação em 1976 foi de 46,3%. Todo o ambicioso II Plano Nacional de desenvolvimento teve de ser sacrificado. Com as medidas restritivas adotadas, o país viverá uma etapa de "starvation".†

Tancredo Neves é um político conservador. Foi primeiro-ministro durante o período parlamentarista (1961/62). Atualmente é deputado federal pelo moderado Movimento Democrático Brasileiro, o consentido partido opositor. Não integra sequer o chamado "grupo dos autênticos", uma ala mais combativa do MDB.†

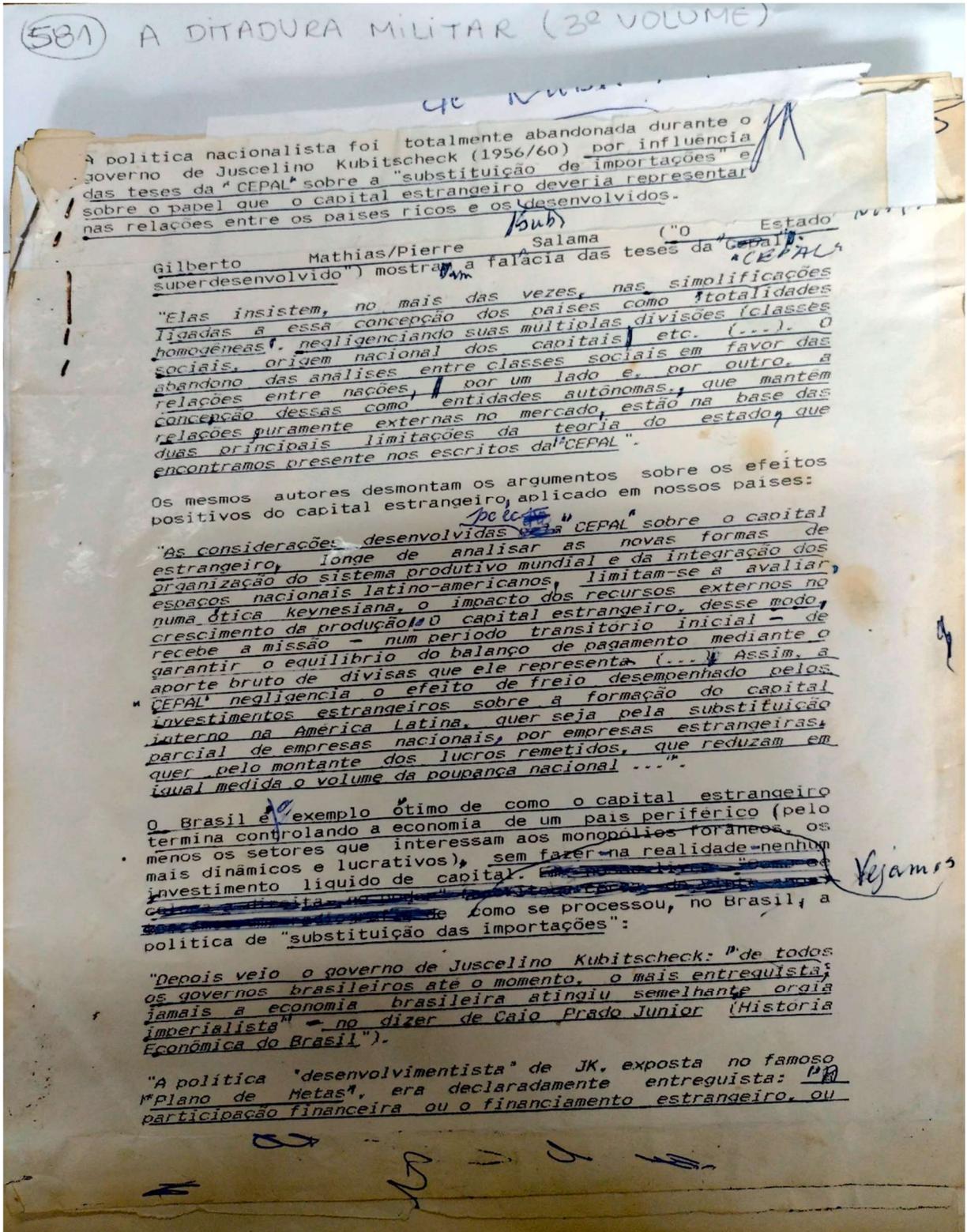
Em entrevista à imprensa, Tancredo Neves prega a formação de uma Frente Unida de governantes e governados "para debelar as crescentes e funestas consequências de um modelo econômico que transformou o Brasil no paraíso da usura nacional e internacional".†

E, naquilo que poderia ser adotado como epitáfio para o "modelo", o deputado acrescenta:

"1) Em 13 anos de um modelo econômico artificial e antinacional, o quadro que desoladoramente é apresentado ao Brasil nos mostra que decuplicou nossa dependência em relação às forças do capitalismo internacional; 2) estamos nos endividando exageradamente para pagar outras dívidas; 3) quanto mais nos endividamos, mais nos inflacionamos e aumentamos as angústias e os sofrimentos do povo; 4) temos uma agricultura frustrada e sem incentivos; 5) o comércio está às portas da concordata e da falência; 6) a indústria nacional vive endividada e sem perspectivas; e 7) os planos de investimento do governo foram reduzidos de tal forma que o II PND seria hoje uma ficção ridícula, se não fosse trágica".

23/2/77

Anexo 07



ambos, devem cobrir a maior parte da nova inversão projetada".

"Os teóricos do 'desenvolvimentismo', Lucas Lopes e Roberto Campos, convenceram os investidores norte-americanos e europeus a participarem, em grande escala, da chamada 'Indústria substitutiva de importações'. Vantagens e privilégios até então inéditos na história do imperialismo foram oferecidos ao capital financeiro e monopolista internacional." ~~Era a abertura de...~~

"A 'Instrução 113' foi o instrumento básico dessa política de total entrega. Pela mesma, a importação de equipamento industrial ficou liberada de cobertura cambial, sempre que fosse feita por investidor estrangeiro; o empresariado nacional continuava sujeito à mesma." ~~1940~~

"A maquinaria importada nessas condições era totalmente obsoleta, ferro velho, que estava sendo consumido pela ferrugem nos EUA, ou na Europa. O abuso chegou a limites tão absurdos que a 'SUMOC' (Superintendência da Moeda e do Crédito), sempre subserviente aos interesses alienígenas, terminou por proibir a importação de equipamentos com mais de 25 anos de uso.

"Com preços astronômicos, arbitrariamente estabelecidos pelas próprias transnacionais, esses equipamentos eram registrados como 'capital estrangeiro', para todos os fins e direitos.

"Além disso, concedeu-se todo tipo de privilégios para a instalação de indústrias dentro do 'Plano de Metas', especialmente a automobilística e a de construção naval. Assim, outorgou-se câmbio preferencial, o chamado 'câmbio de custo', à importação das partes necessárias à montagem dos veículos 'nacionais'.

"Isentou-se de direitos aduaneiros a importação de máquinas e ferramentas, assim como a de peças e partes complementares dos veículos. Estabeleceram-se, igualmente, isenções no referente ao imposto de consumo que taxa os produtos manufaturados no país, em benefício dos monopólios automobilísticos."

"Esses não tiveram que trazer capital de giro, pois este lhes foi proporcionado pelos bancos oficiais e privados locais. Os financiamentos do 'Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico' (capital formado com recursos do povo, taxa adicional ao imposto de renda), foram concedidas preferencialmente às empresas estrangeiras. Num dado momento, esses empréstimos atingiam a 6,8 bilhões de cruzeiros, contra somente 2,3 bilhões fornecidos às firmas privadas nacionais."

(pela impossibilidade
de importação ~~de peças~~)

A política de "substituição de importações" poderia ter sido executada em nível nacional, sem a entrega da economia do país aos monopólios estrangeiros. A própria indústria automobilística - a "menina dos olhos" de JK - poderia desenvolver-se de uma forma muito mais racional e autenticamente nacional.

(no país)
Durante a guerra, havia surgido uma indústria nacional de autopeças, que praticamente abastecia o mercado. Paralelamente, Getúlio Vargas, tratando de dar uma solução autóctone ao problema do transporte automotor, havia criado a "Fábrica Nacional de Motores" (FNM), empresa estatal. Da conjugação desses dois fatores e da importação da tecnologia complementar necessária (absolutamente possível naquele momento em que Europa, ressurgindo das cinzas da guerra, aceitava qualquer proposta de transferência de tecnologia) - teria surgido uma indústria totalmente nacional e absolutamente enquadrada nas reais necessidades do país: uma grande empresa estatal (como a "Renault" na França), que fabricasse especialmente tratores, caminhões e em forma subsidiária e de acordo com as reais necessidades do país, dois ou três tipos de carros de passeio.

de passeio
A solução adotada por JK foi a antítese dessa. Usufruindo privilégios fabulosos, ~~uma~~ ^{quase} uma dezena de fábricas estrangeiras instalaram-se no país, produzindo ~~diversos~~ ^{minutos} tipos de carros. Surgiu, assim, uma indústria totalmente anti-econômica, de muito baixo nível tecnológico ~~em~~ (maquinaria de 25 anos), produzindo pouco, caro e de péssima qualidade para um mercado limitado, que (somente em 1960) se aproximaria da meta dos 200 mil veículos por ano.

Nunca se saberá o quanto receberam ~~os~~ ^{teóricos} desenvolvimentistas em pagamento dessas fantásticas concessões aos monopólios internacionais e da alienação da economia brasileira.

(PARÉM)
Não ficou, (nisso) o entreguismo juscelinista. Aspectos fundamentais da estratégia econômica foram modificadas por imposição dos monopólios internacionais. Assim, a política nacional de transporte: abandonaram-se praticamente as ferrovias e a navegação fluvial e de cabotagem (que consumiam combustível nacional - carvão - ou energia hidroelétrica), concentrando todos os recursos na construção de rodovias. Tudo isso para ampliar o mercado interno para os trustes automobilísticos e petrolíferos (esses, na época, às voltas com ~~o~~ ^{excesso} na produção internacional de hidrocarburetos).

(a longas distâncias)
Enquanto na Europa e nos EUA o transporte de cargas pesadas ~~é~~ ^{era} feito em forma praticamente total por ferrovias e vias fluviais e marítimas (assim como grande parte da locomoção de passageiros), no Brasil o transporte

burguesia nativa com crescentes emissões de papel-moeda. Em 1960, o aumento do custo de vida ~~alcançou a~~ absolutamente inédito no país. *(parte 50%)*

Os benefícios do desenvolvimento foram destinados especialmente ao setor patronal (estrangeiro e nacional). Enquanto os lucros e os juros aumentaram do índice 100 em 1957, para 274 em 1960, os salários subiram somente de 100 para 216 (é verdade que o salário mínimo alcançou índices superiores ao original). Com o crescente controle da máquina estatal pela burguesia industrial associada, desaparecia progressivamente a arbitragem do Estado entre as classes sociais, instituída pela revolução de 30. A grande contradição do sistema capitalista - o investimento social e a apropriação individual dos lucros pela burguesia - passaria a ter vigência plena.

Apesar da euforia bastante generalizada (em grande parte originada no irradiante otimismo e simpatia de JK, inegavelmente um grande sedutor de massas), a situação ao fim de seu mandato era de crise. Além da inflação acelerada, do conseqüente sacrifício das classes trabalhadoras, da agitação no campo, da crescente capacidade ociosa da indústria, toda uma série de outros fatores prenunciava um impacto dificilmente superável.

As perdas do Brasil em suas relações com o exterior aumentaram aceleradamente com a política entreguista: alcançaram a uma média anual de 700 milhões de dólares no período 1954/1961, cifra várias vezes superior aos investimentos diretos feitos pelos monopólios estrangeiros no período. Isso significava que o capital de risco entrado no país era somente uma pequena parte do perdido no intercâmbio comercial-financeiro. Ou seja, nos compravam com nosso próprio dinheiro. *MPLUJ*

A dívida externa alcançava a formidável cifra de 5 bilhões de dólares, sendo equivalente a exportação total do país de dois anos. E, é óbvio, a dependência do Brasil em relação aos países centrais, especialmente os Estados Unidos, aumentava na razão direta do crescimento da dívida e dos investimentos diretos.

Uma das jogadas mais cínicas de Juscelino: a criação do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), diretamente subordinado ao "Ministerio de Educação e Cultura". Enquanto os teóricos nacionalistas e esquerdistas tratavam afanosamente - no ISEB - de elaborar uma teoria do desenvolvimento ("sem teoria do desenvolvimento, não há desenvolvimento") de cunho nacionalista-progressista, Kubitschek entregava a economia do país aos monopólios estrangeiros. Seguramente uma das manobras diversionistas mais perfeitas da história.

molinos). JK construiu Brasília (uma das operações mais fraudulentas da história mundial).

A produção agrícola aumentou, durante o governo de Juscelino, somente 3,5% ao ano (num ritmo quatro vezes menor do que a industrial). Esse aumento era totalmente absorvido pelo aumento demográfico, então de 3,2% anual. Nada sobrava para saciar a fome de amplos setores da população - especialmente as que habitam o Nordeste (com sua dieta de 1500/2000 calorias diárias) - muito menos para atender ao crescimento de consumo resultante da rápida urbanização e do aumento da capacidade aquisitiva de alguns setores privilegiados da população.

Anexo 08

81

cionalização da economia brasileira. No entanto, alguns dados estatísticos utilizados pelo autor servem para chegar a conclusões diametralmente opostas às suas. #

Com base no critério adotado, o resultado final da pesquisa é o seguinte: considerando o "capital dominante", o capital total das 5.256 empresas analisadas se divide em 46,1% estatal; 38% em privado nacional e 15,9% estrangeiro. #

O Estado continua controlando em forma majoritária todos os setores de infra-estrutura: energia elétrica, telecomunicações, petróleo, bancos de desenvolvimento e de crédito, ferrovias, siderurgia, mineração e serviços públicos (sanitários, gás, etc.). # Essa situação, que tem sua origem na política estatizante iniciada por Vargas em 1930, ainda se mantém, apesar das contínuas ofensivas privaticistas empreendidas pelos governos castrenses a partir de 1964. #

O capital privado nacional, praticamente expulso da área das grandes empresas, radica-se fundamentalmente nas pequenas e médias, em setores que ainda não despertaram a cobiça das empresas estrangeiras. Em muitos casos, essas empresas nacionais vivem uma situação de total dependência em relação às grandes empresas internacionais. Um exemplo típico: as milhares de pequenas e médias indústrias que produzem auto-peças e acessórios para as grandes fábricas de automotores. Na maioria dos casos, são "empresas de um cliente só", fato que gera uma situação de total dependência. Em consequência, resulta completamente irreal classificar esse setor de burguesia nacional, como se fosse um setor autônomo, economicamente independente. Trata-se de uma burguesia subordinada, dependente, "proletarizada" pelo capital monopolista estrangeiro, que lhe permite viver com um mínimo de lucro, enquanto não haja interesse em ocupar diretamente o setor. #

Os capitais estrangeiros estão radicados fundamentalmente em setores-chave. Agindo em forma dinâmica e praticamente monopolista, com uma

Anexo 09

XIXE AGORA, O QUÊ?

Nos últimos três anos o Brasil acumulou um déficit na balança comercial (mais "serviços") equivalente a 20/21 bilhões de dólares. Em consequência, a dívida externa deverá atingir no fim do corrente ano a fabulosa cifra de 27/28 bilhões de dólares, equivalente a mais de 1/4 do Produto Interno Bruto.†

Considerando que no Brasil estava em jogo algo muito importante para o mundo capitalista (tentava-se demonstrar que o sistema de livre iniciativa, da empresa privada, somado a uma total abertura da economia ~~para~~ ao exterior, era a fórmula ótima para os países do Terceiro Mundo superarem as barreiras do subdesenvolvimento), o Banco Mundial, os organismos financeiros internacionais, as empresas transnacionais e os governos dos países capitalistas centrais fizeram tudo para assegurar o sucesso do modelo.†

Doze anos e meio após a sua aplicação, o modelo brasileiro apresenta os seguintes resultados:

- lucros fabulosos para as empresas transnacionais que já contro-

lam a terceira parte mais dinâmica e de maior rentabilidade da economia urbana do país;

- um enorme enriquecimento das classes ricas, 2% da população do país;

- um aumento considerável no nível de vida das classes médias (15%), proporcionando um ótimo mercado para os monopólios forâneos estabelecidos no país;

- um violento pauperismo das classes mais baixas (75%), comprovado pelos dados estatísticos oficiais: deterioração do salário mínimo em 50%; aumento nos índices de desnutrição, mortalidade infantil, crescimento das favelas, de desemprego e subemprego. †

É preciso considerar, além do mais, que o país ficou "hipotecado" aos ^{banqueiros internacionais} ~~banqueiros internacionais~~ e às transnacionais. Se acrescentarmos à dívida externa, os investimentos diretos, os reinvestimentos das empresas estrangeiras e a reavaliação de seus ativos, chegamos aos 50 BILHÕES DE DÓLARES. †

O que é que vai acontecer?

sistema financeiro internacional

O ~~banco mundial~~ continuará pagando a orgia desenvolvimentista dos militares e tecnocratas brasileiros? As "multis" continuarão levando seus capitais ao Brasil, agora que chega a "stagflation" (estancamento com inflação)? Os Estados Unidos manterão o tratamento preferencial, de "potência a potência" ao Brasil, instituído por Mr. Kissinger?

São cada vez mais evidentes os sintomas de desconfiança dos banqueiros internacionais. O Brasil já está na lista dos devedores suspeitos. Em condições normais, os créditos já teriam sido cortados há muito tempo. Somente a ^{motivada} ~~abundante~~ motivação política permitiu que o endividamento chegasse a esse nível. †

É pouco provável que os banqueiros internacionais continuem colocando os interesses do sistema capitalista mundial acima dos de suas empresas. Pode-se prever, conseqüentemente, um drástico corte nos financiamentos. †

Os inversionistas diretos, as transnacionais e as empresas médias de origem forânea estão aproveitando a crise para exigir mais liberdade de ação e impor condições mais draconianas para continuar introduzindo recursos. †

Uma série de declarações divulgadas nos últimos meses demonstram tal fato. Exige-se a eliminação das últimas restrições existentes para a entrada, permanência e saída de capitais e para a remessa de lucros. †

Força-se também a supressão das últimas barreiras protecionistas existentes a nível cambial. E uma taxa de dólar mais realista (mais cruzeiros por dólar), podendo ~~assim~~ ampliar ^{os} ~~investimentos~~ ^{investidores} estrangeiros sua capacidade de compra no país, dominando o que ^{permanece} ~~permanece~~ nas mãos do setor privado nacional. †

Paralelamente, uma violenta campanha é feita através da imprensa brasileira contra as empresas estatais, sendo as mesmas acusadas de ineficientes e o governo de estatizante. ~~O objetivo é~~ ^é a preparação psicológica para a transferência dos pacotes acionários dessas empresas aos monopólios internacionais como pagamento de parte da dívida externa. †

Além do mais, nesse momento é negociado em Washington um novo acordo sobre tributação entre o Brasil e os Estados Unidos. Certamente do mesmo surgirão novas isenções, novos incentivos e novos privilégios para os capitais inques radicados em território brasileiro. †

Como elemento de pressão, as "multinacionais" ameaçam transferir para outros países a preferência até agora dispensada ao Brasil. Seus porta-vozes afirmam que nesse momento, na Argentina, no Uruguai, na Colí-

Anexo 10

Queimando a selva tropical, explorando ao máximo o escravo negro, deixando praticamente nada no país, os portugueses aproveitaram amplamente a moda do açúcar na Europa. †

Já em 1551 existiam 36 engenhos de açúcar no Nordeste do Brasil. Era tão florescente o negócio iniciado pelos portugueses e tão grandes suas possibilidades futuras, que ^{deu motivo a} ~~foi de~~ uma guerra. Os holandeses ^{- Exército} tentaram apossar-se do controle de Lisboa sobre a rica região açucareira. †

Foi essencialmente o açúcar a motivação da invasão batava a Pernambuco e Bahia. Um relatório da Companhia das Índias Orientais de 1594, já estabelecia prioridades: "Que não seria o ouro e a prata o que deveriam explorar, mas sim matérias-primas e produtos agrícolas, principalmente o açúcar". †

Utilizando a sua companhia de comércio, a das Índias Ocidentais, os holandeses conseguiram ocupar o Nordeste brasileiro, apossando-se das regiões açucareiras e tratando de desenvolvê-las ao máximo. †

Já em 1623, existiam nas capitanias de Paraíba e Pernambuco 137 engenhos de açúcar, sendo exportadas 700.000 arrobas do produto. O que representava para a Companhia das Índias Ocidentais um lucro fabuloso para a época: 4.795.000 florins. †

Era uma riqueza gerada exclusivamente pelo braço escravo, trazido da África. Somente da Angola, os portugueses "importaram", entre 1575 e 1591, 52.053 escravos. †

Posteriormente, a região voltou às mãos dos portugueses. Em 1822, com a independência, o cultivo da cana e a fabricação do açúcar seriam nacionalizados; porém, no fundamental, tudo continuaria igual. †

Com base num brutal sistema de monocultivo, os processos continuaram sendo totalmente prelatórios: a queima das matas, a liquidação do

Anexo 11

VII As reformas de base e a sabotagem às mesmas

A profunda crise econômica (estagnação do crescimento, inflação acelerada, a sangria provocada pelas relações econômico-financeiras com o exterior: remessa de lucros e encargos da dívida externa), social (o desemprego, a baixa dos salários reais, a agitação crescente tanto no campo como nas cidades) e política (o fracasso do parlamentarismo, a total incapacidade de governar do presidente e a maioria conservadora do Congresso) prenunciava o fim da etapa populista iniciada em 1930. A insatisfação popular,

especialmente a partir da crise de agosto/setembro 1961, somada ao acelerado processo de conscientização e mobilização em curso, exigia uma profunda modificação das estruturas: toda uma série de "reformas de base" que corrigisse ao menos o que de mais errado havia, possibilitando a retomada do crescimento econômico, a solução dos problemas sociais mais graves e a salvaguarda da soberania nacional.

Em razão de tudo isso, generalizava-se, na área brizolista, a convicção de que somente uma solução não convencional, drástica, radical, possivelmente violenta, poderia tirar o país do impasse em que se encontrava. A experiência da Resistência, em agosto de 1961 (que demonstrava que parte do exército podia ser conquistada para a causa popular), servia de estímulo às conspirações com generais considerados progressistas.

A situação dos três principais comandos do Exército era particularmente favorável naquele momento. O general Jair Dantas Ribeiro, que comandava o III e o general Osvino Ferreira Alves, à frente do I, especialmente este último, tinham bastante afinidade com as idéias de Brizola. O general Pery Beviláqua, no comando do II Exército, apesar de conservador (velho positivista) havia assumido uma posição legalista na crise de agosto (e posteriormente, num banquete em homenagem ao novo governador do RS, Ildo Meneghetti,

general Jair Dantas Ribeiro, comandante do III Exército ao ministro da Guerra, general Nelson de Mello:

"Face à intransigência do Parlamento e à iminência da reunião do gabinete, tendo em vista as primeiras manifestações de desespero que se verificam no território do Estado do III Exército, cumpro-me informar V. Exa., como responsável pela garantia da lei, do pleno sossego público e da propriedade privada neste território, que me encontro sem condições para assumir, com segurança e êxito, a responsabilidade do cumprimento destas missões se o povo insurgir contra o fato do Congresso recusar o plebiscito para antes, ou no máximo, simultaneamente com as eleições de deputados próxima vindouro (...)"

Tudo dependia da atuação do professor Brochado: ele era o homem-chave. Tanto do ponto de vista pessoal, como político, ele foi um dos melhores tipos humanos que conhecemos: homem sério, íntegro, honesto, intelectual e profissionalmente brilhante, contrastava drasticamente com o político tipo, medíocre e carreirista. Ideologicamente poderia ser classificado como um liberal progressista. Deve ter vivido um dos dramas mais intensos que pode protagonizar um homem público. Levado à conspiração pela convicção da necessidade das reformas e por sua admiração e lealdade a Brizola, ele estava fazendo algo que violentava suas idéias liberais.

Quando o primeiro-ministro falou no plenário da Câmara ficou evidente que o esquema original havia sido abandonado. A primeira parte do discurso de Brochado foi programada; porém em seguida o professor mudou de rumo: em vez de colocar o ultimátum, apresentou simplesmente a sua renúncia. Ou seja, não criou o clímax necessário, não acendeu o estopim do golpe.

Ante o poder de convencimento de Jango, o fisiologismo da bancada do PTB e as convicções liberais do professor, diluiu-se todo o esquema de golpe progressista, tão trabalhosa e cuidadosamente montado. O povo perdeu sua segunda grande oportunidade de chegar ao poder.

A perplexidade e a frustração foi total. Brizola, indignado ao extremo, nos dizia pelo telefone: "*Traição, traição ...*" Poucos dias depois de voltar a Porto Alegre, o professor Brochado da Rocha, evidentemente abalado pela enorme tensão que havia suportado, faleceu.

De todo o episódio o único beneficiário foi Jango. Evidentemente assustado com tudo o que se passara, o Congresso votou favoravelmente uma emenda do senador Benedito Valadares a um projeto do deputado Gustavo Capanema, que decidia pela realização e fixava a data do plebiscito sobre a permanência ou não do sistema parlamentarista: 6 de janeiro de 1963.

O que realmente interessava aos setores populares - as reformas - ficou no limbo. Posteriormente, o legislativo aprovou, de forma muito diluída, alguns projetos. Entre eles, o que criava a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA).

Foi essa a última possibilidade das forças progressistas chegarem ao poder com respaldo de generais com comando de tropa. Em seguida, Jango e a burguesia paulista liquidariam o excepcional esquema de comandos militares de que dispunha Brizola. O general Pery Beviláqua foi conquistado para a "causa democrática" pelo IBAD e o IPES. O general com seu ideário positivista, via no avanço popular a anarquia, a desordem, a antítese do lema de Augusto Comte. Passou a classificar os sindicatos de "ninhos peçonhentos de víboras" e afastou-se radicalmente de Brizola.

Depois de havê-lo iludido até o último momento com promessas de que o convocaria e manteria na ativa, Jango pôs o "pijama" no general Osvino. E tirou o general Jair do Comando do III Exército, colocando-o no ministério da Guerra, onde foi totalmente envolvido e neutralizado pelos generais golpistas.

Num particular, a situação piorou radicalmente: no relativo às relações com Washington. A posição de relativa independência de Jânio foi substituída por uma subserviência praticamente total. Jango viajou aos Estados Unidos num autentico "beija-mão" e aceitou uma tutela praticamente total da embaixada norte-americana, firmemente comandada por seu amigo Lincoln Gordon. Atuação do embaixador era tão grosseiramente intervencionista que os muros do Rio eram pixados: "BASTA DE INTERMEDIÁRIOS; LINCOLN GORDON PARA PRESIDENTE".

A inflação, por não ter sido atacada nas suas origens, continuou cada vez mais acelerada; já era galopante - 10% ao mês - nos primeiros meses de 1964. A estagnação do processo de desenvolvimento foi praticamente total: os índices de aumento do PNB passaram a ser inferiores aos do aumento demográfico: 1,9% 1963. A corrupção, que durante o governo de Juscelino havia sido praticamente institucionalizada, continuou imperando de forma absoluta.

A "lei da inércia" atuou também no sentido positivo. Algumas posições progressistas do governo anterior, como a política exterior independente em relação à Cuba, ao mundo socialista, as colônias portuguesas da África foi mantida.

Finalmente, o que de mais positivo apresentou o governo Goulart: as liberdades individuais, os direitos políticos,

do latifundiário típico de aumentar sempre mais seus latifúndios.

Um mês antes do golpe, Brizola, desconfiado do que estava acontecendo, autorizara a contratação de uma equipe para investigar a evolução do patrimônio imobiliário do cunhado. O resultado da investigação nos foi entregue, na direção do "Panfleto" (o semanário brizolista que dirigíamos), dois ou três dias antes do golpe. A redação do semanário foi completamente destruída no 19 de Abril, pela polícia fascista de Lacerda. Alguns dias depois, o governador da Guanabara mostraria na TV a relação dos latifúndios adquiridos por Goulart em nome próprio, ou acobertados por testas-de-ferro. O total em hectares era dez ou vinte vezes superior aos que Jango possuía antes da posse na Presidência, cerca de 400 mil hectares.

O fato de que depois nunca mais se falara no assunto, parece confirmar a suspeita de que Jango negociara com os militares a entrega do poder político em troca da manutenção dos latifúndios mal havidos.

No Uruguai, na Argentina e no Paraguai (nesse último país, graças a intermediação de seu amigo Alfredo Stroessner), Jango continuaria a adquirir fazendas. Uma delas com 100 mil hectares.